

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Paula Evangelista de Almeida

**ECOS DO SABER-FAZER: REFLEXIVIDADE E ESTRATÉGIAS NO
DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E NO EMPODERAMENTO DE MULHERES
RURAIS NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Juiz de Fora

2022

ANA PAULA EVANGELISTA DE ALMEIDA

**ECOS DO SABER-FAZER: REFLEXIVIDADE E ESTRATÉGIAS NO
DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E NO EMPODERAMENTO DE MULHERES
RURAIS NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Doutorado em Ciências Sociais.

Orientador: Felipe Maia Guimarães da Silva.

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Evangelista de Almeida, Ana Paula .
ECOS DO SABER-FAZER: REFLEXIVIDADE E ESTRATÉGIAS
NO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E NO
EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS NA ZONA DA MATA
MINEIRA / Ana Paula Evangelista de Almeida. – 2022.
290 f.

Orientador: Felipe Maia Guimarães da Silva
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto
de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, 2022.

1. Capacidades. 2. Mulheres Rurais. 3. Empoderamento. 4.
Estratégias. 5. Reflexividade. I. Maia Guimarães da Silva , Felipe ,
orient. II. Título.

ANA PAULA EVANGELISTA DE ALMEIDA

**ECOS DO SABER-FAZER: REFLEXIVIDADE E ESTRATÉGIAS NO DESENVOLVIMENTO DE
CAPACIDADES E NO EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS NA ZONA DA MATA
MINEIRA**

Tese apresentada
ao Programa de Pós-
graduação em
Ciências Sociais
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Doutora em
Ciências Sociais.
Área de
concentração:
Cultura, Poder e
Instituições.

Aprovada em 13 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a)Dr(a) Felipe Maia Guimarães da Silva - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a) Luzimar Paulo Pereira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a) Rogéria Campos de Almeida Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a)Dr(a) Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça
Universidade Federal de Viçosa

Prof(a)Dr(a) Raquel Guilherme de Lima
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 04/04/2022.



Documento assinado eletronicamente por Felipe Maia Guimaraes da Silva, Diretor (a), em 13/04/2022, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Raquel Guilherme de Lima, Usuário Externo, em 13/04/2022, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça, Usuário Externo, em 14/04/2022, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Luzimar Paulo Pereira, Professor(a), em 14/04/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Rogeria Campos de Almeida Dutra, Professor(a), em 15/04/2022, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 0731666 e o código CRC 7A5A883C.

AGRADECIMENTOS

Nesta etapa se que encerra, gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram e fortaleceram minha caminhada de construção, produção e finalização da escrita desta tese de doutorado.

Primeiramente, gostaria de agradecer a grande mãe Pachamama e ao Grande Espírito, que me mantém viva e saudável e que me fornece todo dia a água pura, o ar, a vitalidade, a força de vontade, a inspiração e a esperança em tempos de tantas mudanças.

Em seguida, agradeço o carinho, atenção e zelo que as mulheres rurais entrevistadas neste estudo me oportunizaram, e estendo este agradecimento aos profissionais e agentes públicos entrevistados e que esclareceram muitas questões que emergiram ao longo deste trabalho. Não poderia deixar meus sinceros e profundos agradecimentos a meu orientador, que também foi um grande e paciente norte no desenvolvimento de todo este trabalho, é muito gratificante saber que na jornada universitária há pessoas tão compreensivas e dedicadas assim.

Agradeço a alguns familiares pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente durante o campo de pesquisa e cuidados com minha filha Iasmim, que nasceu ao longo desta jornada. Um agradecimento especial ao Arthur, pai de minha filha, pelo apoio intelectual, incentivo e suporte nesta caminhada.

Agradecida estou aos demais amigos e amigas, minha turma de doutorado, demais professores do departamento e de outras instituições, que trocaram inúmeras conversas comigo sobre a temática mulheres rurais, e aqueles que me apoiaram nas múltiplas tarefas que ocupamos enquanto mulheres na vida societal e estudante, em especial meu orientador Felipe Maia.

E, finalmente, registro meu agradecimento a CAPES, através da bolsa de doutorado nestes cinco anos de pesquisa viabilizados.

RESUMO

Este trabalho propicia discussões sociológicas sobre a atuação da mulher como integrante fundamental no processo socioprodutivo da agricultura familiar e da pecuária leiteira da região da Zona da Mata-MG. Para tanto, buscou-se responder as seguintes questões: que estratégias o conjunto de mulheres pesquisadas adotou para dinamizar a economia familiar no meio rural? E como poderíamos perceber, a partir deste pequeno universo, o conjunto de capacidades, oportunidades e relações sociais que se estabelecem no mundo rural e é capaz de transformá-lo, a fim de assegurar o desenvolvimento rural? Desse modo, foi feita uma pesquisa de campo, realizando entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres da zona da mata mineira, bem como com agentes públicos envolvidos nas políticas públicas acessadas por estas mulheres, como o PNAE, o PRONAF, a fim de melhor compreender como se dá a implementação das mesmas e como elas atingem diretamente as estratégias produtivas destas mulheres. Além de realizar uma breve revisão teórica sobre a temática mulheres e ruralidade, discorrendo sobre a invisibilidade e os processos de desigualdade que permeiam as relações de gênero no meio rural tomando por base a literatura da área, este estudo contextualiza as lutas engendradas ao longo das últimas décadas, a fim de garantir maior equidade, cidadania e acesso a oportunidades e recursos as mulheres camponesas. No decorrer dos capítulos, são mobilizadas as falas das cinco mulheres entrevistadas, com o objetivo de considerar suas experiências produtivas e de seus projetos/movimentos de vida. Por isto, com base nos conceitos de reflexividade de Margaret Archer, capacidades de Amartya Sen e estratégia de Richard Whittington e Antony Bebbington, apresenta-se direções teóricas para melhor compreender os processos de empoderamento e autonomia que elas vivenciam, seja nas esferas sociais, políticas e econômicas que circunscrevem seus cotidianos. Portanto, este estudo dá visibilidade as questões de gênero no meio rural, demonstrando como há um complexo modo de se viver no meio rural na atualidade. A tese também aponta que a dinamização da vida rural elencada pelas pequenas famílias rurais envolve desde a tomada de consciência até o aproveitamento das oportunidades advindas das ações de agentes públicos e privados, como os cursos de capacitação e aprendizagem de novas técnicas, bem como depende do acesso a recursos como financiamentos e garantia de mercados, tal como veremos na experiência com a feira-livre, associações, merenda escolar, entre outros. Espera-se por fim, que toda discussão aqui exposta contribua para pensar os caminhos de desenvolvimento rural, especialmente para a população feminina. Além do mais, que possamos compreender que ainda há muitas conquistas e melhoras a serem realizadas, tanto no que diz respeito a eficácia das políticas sociais, bem como no combate à desigualdade, pobreza e garantia da cidadania a nível micro e macrorregionais, nos diversos territórios nacionais.

Palavras-chave: Capacidades. Mulheres rurais. Empoderamento e estratégias. Reflexividade.

ABSTRACT

This research provides sociological discussions about the role of women as fundamental members in the socio-productive process of family agriculture and dairy farming in the region of Zona da Mata-MG. To this end, we sought to answer the following questions: what strategies have the group of women surveyed adopted to boost the family economy in rural areas? In order to fulfil this aim, we sought to answer the following questions: what strategies have the group of women surveyed adopted to boost the family economy in rural areas? And how could we perceive, from this small universe, the set of capabilities, opportunities and social relations that are established in the rural world and are capable of transforming it, in order to ensure rural development? In this way, this field research was carried out, conducting semi-structured interviews with five women from the "Zona da Mata mineira", as well as with public agents involved in public policies accessed by these women, such as PNAE, PRONAF, in order to better understand how these policies are implemented, and how they directly affect the productive strategies of these women. In addition to conducting a brief theoretical review on the theme of women and rurality, discussing the invisibility and the processes of inequality that permeate the gender relations in rural regions, based on the literature of the area, this work contextualizes the struggles engendered over the past decades in order to ensure greater equity, citizenship, and access to opportunities and resources for rural women. Throughout the chapters, the speeches of the five women interviewed are mobilized in order to consider their productive experiences and their life projects/movements. Hence, based on Margaret Archer's concepts of reflexivity, Amartya Sen's capabilities, and Richard Whittington and Antony Bebbington's strategy, we present theoretical directions to better understand the processes of empowerment and autonomy that they experience, whether in the social, political, or economic spheres that circumscribe their daily lives. Therefore, this study gives visibility to gender issues in the rural environment, demonstrating how there is a complex way of living in the rural environment nowadays. The thesis also points out that the dynamization of rural life, listed by small rural families, involves from awareness to the use of opportunities arising from the actions of public and private agents, such as training courses and learning new techniques, as well as depends on the access to resources such as financing and market guarantees, as we will see in the experience with the street market, associations, school meals, among others. Moreover, it is hoped that all the discussion exposed here will contribute to think the ways of rural development, especially for the female population, and that we can understand that there are still many achievements and improvements to be made, both in terms of the effectiveness of social policies, as well as in the fight against inequality, poverty, and guaranteed citizenship, at the micro and macro-regional levels, in the various national territories.

Keywords: Capabilities. Reflexivity. Rural women. Empowerment and Strategies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AEGRE	Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANPOCS	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMI	Conselho Nacional de Mulheres Indígenas
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DPMR	Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FETAG	Federação de Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado de Minas Gerais
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FHC	Fernando Henrique Cardoso
BGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PDBR	Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PDSTR	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
POPMR	Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PIIGRE	Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
REF	Rede Economia e Feminismo
REMTE	Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Campanha Mulheres Rurais, mulheres com direito.....	48
Figura 2, 3, 4 - Cartazes sobre encontros de mulheres rurais.....	73
Figura 5, 6, 7 - Cartazes de Encontros realizados pelas Mulheres rurais no país, entre a década de 90 e o ano 2000.....	74
Figura 8 - Comissão Nacional de Mulheres e Organizações Parceiras da Marcha das Margaridas 2019.....	85
Figura 9 - Capa da Cartilha da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) explicando o PAA.....	116
Figura 10 e 11 - Logo e divulgação dos produtos da agricultura familiar em uma página do Facebook.....	126
Figura 12 - Livretos informativos da EMATER.....	127
Figura 13 - Organograma da EMBRAPA e suas sedes.....	134
Figura 14 e 15 - Foto do “coador de leite” usado pelas mulheres e por produtores rurais, segundo modelo da EMBRAPA.....	136
Foto 16 - Erva Doce a esquerda com Orquídea em um curso ofertado pelo SENAR na 4ª Semana da Mulher Rural realizado na comunidade de São Francisco em Olaria-MG.....	142
Figura 17 e 18 - Cartazes e Cartilhas de divulgação e orientação do SENAR.....	144
Figura 19 - Material didático do Programa Mulheres em Campo, fornecido pelo SENAR.....	145
Figura 20 e 21 - Sede da Associação Leiteira dos Amigos da Pirapetinga (parte sul da comunidade).....	147
Figura 22 - Feira livre de Lima Duarte.....	168
Figura 23 - Curso SENAR no sindicato com Orquídea a direita de crachá.....	168
Figura 24 e 25 - Os diferentes tipos de fogão utilizados por Violeta.....	173
Figura 26 e 27 - Violeta na produção dos biscoitos e Orquídea junto a outras pessoas da Associação na manutenção da horta.....	184
Figura 28 - Margarida na ordenha.....	184

Figura 29 - Galpão onde acontece a festa de São João, promovida pela família de Cristina.....	185
Figura 30 Cartaz de anúncio da festa de São João.....	185
Figura 31, 32 e 33 - Galpão de estoque de farelos de Margarida e proteção contra “mal olhado” no curral.....	189
Figura 34, 35, 36 e 37 - Casa, roçado de milho, moinho dos pais de Cristina, onde ela vive atualmente e trabalhava com a produção de fubá.....	193
Figura 38 e 39 - Aproveitamento da água e dos esterco dos animais nos quintais.....	194
Figura 40, 41 - Quiosque feito de uma velha antena parabólica com capim, a partir de cursos do SENAR e feijão colhido por Orquídea.....	195
Figura 42 - Mandioca da Orquídea no terreno “alugado”.....	195
Figura 43 - Criação de vacas da Margarida.....	196
Figura 44 - Porca criada para engorda e revenda.....	197
Figura 45 e 46 - Margarida limpando os cochos que alimentam seu rebanho bovino e foto da Violeta junto ao esposo na ordenha leiteira.....	199
Figura 47 e 48 - Meu esposo e esposo de Violeta conhecendo a propriedade e o rancho da sua propriedade, onde ela coloca as colheitas de plantações como de feijão e realiza algumas festividades.....	200
Figura 49 - Orquídea, de blusa vinho, em um encontro da FETAEMG, em Belo Horizonte.....	208
Figura 50 - Feira livre realizada as sextas-feiras em Lima Duarte, onde Bromélia e Cristina costumam vender seus produtos.....	213
Figura 51 - Pontinhos pretos na cidade de Lima Duarte se refere a localização aproximada das pesquisadas.....	239
Figura 52 e 53 - Arthur e minha filha Iasmim, aos 2 anos de idade ao fundo e o livro Minha terra, minhas memórias, organizado por mim junto à comunidade da Escola Adalgisa, em Lima Duarte.....	247
Figura 54 e 55 - Margarida sua propriedade levando o farelo do gado e organizando a ordenha leiteira.....	249

Figura 56 e 57 - Bromélia plantando em sua horta e de casaco marrom na feira.....	250
Figura 58 - Foto de Violeta.....	253
Figura 59 e 60 - Orquídea com sua vizinha na horta que planta para vendas na merenda escolar e na segunda foto ela em frente ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olaria.....	256
Figura 61 e 62 - Cristina apresentando a alface que colheu em sua horta e a segunda imagem foi de uma das visitas que realizei na propriedade e acompanhei ela na produção do fubá, cuja produção se destina ao mercado da feira e vizinhança.....	258

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de acessos e estratégias de dinamização da economia familiar.....	221
Quadro 2 - Lista de entrevistados.....	225

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO.....	28
2.1. GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO.....	29
2.2 DO TRABALHO INVISÍVEL AOS PROCESSOS DE ENGAJAMENTO.....	32
2.2.1 O peso do trabalho leve.....	35
2.2.2 Autonomia E Empoderamento: Caminhos Para Desconstruir A Invisibilidade	38
2.2.3 Caminhos da autonomia e do empoderamento: meios de se construir as liberdades políticas, econômicas e sociais.....	40
2.2.4 Caminhos da autonomia e do empoderamento: acesso à terra, a técnicas, saberes e ao mercado.....	46
3. MULHERES RURAIS: LUTAS, MOVIMENTOS E CONQUISTAS.....	52
3.1. LUTAS E CONQUISTAS – A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	53
3.2 SINDICALISMO, APOSENTADORIA RURAL E AS MUDANÇAS COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988....	59
3.2.1. A luta pelo direito a terra e a reforma agrária.....	64
3.2.2 A aposentadoria para as mulheres rurais.....	66
3.3 CONSOLIDAÇÃO E CONQUISTAS NA DÉCADA DE 90: VISIBILIDADE, FRENTE DE LUTA E AGROECOLOGIA.....	71
3.3.1 Mulheres rurais e agroecologia – estudos acadêmicos e engajamentos produtivos.....	77
3.4 INÍCIO DO SÉCULO XXI ATÉ OS DIAS ATUAIS: MARCHA DAS MARGARIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS	83
3.4.1 A Marcha das Margaridas – construção coletiva e nacional pela luta dos direitos das mulheres rurais.....	84
3.5 CONSIDERAÇÕES – DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	86
4. ESTADO, DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	91

4.1 AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX....	95
4.1.1 Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).....	103
4.1.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar): acesso ao mercado e a segurança alimentar para a agricultura familiar.....	108
4.1.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): acesso a recursos e aperfeiçoamento da técnica e produção.....	120
4.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER) – EMATER/MG	124
4.3 OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM JUNTO ÀS COMUNIDADES RURAIS A FIM DE FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	133
4.3.1 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).....	133
4.3.2 Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.....	140
4.3.3 Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG.....	140
4.3.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): acesso a capacitações e outras formas de trabalho.....	142
4.4 AS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS – ESTADUAIS E MUNICIPAIS LIGADAS AO SETOR RURAL. .	147
4.5 DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL – RETROCESSOS VIVENCIADOS NOS ÚLTIMOS ANOS. .	150
4.5.1 O período Temer – fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): restrições e falta de financiamento das políticas agrárias.....	150
4.5.2 PERÍODO BOLSONARO – Momento de retrocessos.....	151
5. REFLEXIVIDADE E PROJETO DE VIDA: FORMAS DE CONSTRUIR O EMPODERAMENTO, A VISIBILIDADE E A AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS.....	156
5.1. MULHERES RURAIS – SUJEITOS ATIVOS E REFLEXIVOS.....	158
5.1.1 Uso da reflexividade: como pensar projetos de vida.....	163
5.1.2 Curso de vida e o pensar estratégico.....	173
5.2 PONDERAÇÕES FINAIS: REFLEXIVIDADE ENQUANTO MEIO DE ACESSO A AUTONOMIA.....	179
6. ESTRATÉGIAS DE DINAMIZAÇÃO DA VIDA RURAL: CONHECENDO O COTIDIANO E PERCURSOS DE CINCO MULHERES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA.....	182
6.1 TRABALHO DENSO E INTENSO – ESTRATÉGIAS E DESAFIOS PARA SE VIVER NO MEIO RURAL. .	189
6.1.1 Da infraestrutura a rotina destas mulheres: o manejo da propriedade, a diversificação dos produtos agrícolas e a criação de animais.....	192
6.1.3 Os diferentes tipos de acessos aos espaços de participação coletiva: as associações.....	207
6.1.4 Os diferentes tipos de acessos aos espaços de participação coletiva: a feira livre	213
6.1.5 Projetos futuros, juventude e sucessão rural.....	218
6.2 APONTAMENTOS FINAIS: ESTRATÉGIAS, CAPITAIS E CAPACIDADES.....	222
7. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	227
7.1 REFLEXÕES SOBRE FAZER CAMPO NO “CAMPO”	229
7.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E O DIÁRIO DE CAMPO.....	232

7.3 O CAMPO DA PESQUISA.....	237
7.4 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O LOCAL DE PESQUISA (ZONA DA MATA MINEIRA).....	240
7.5 OS PERCURSOS DE ENTREVISTAS COM AGENTES PÚBLICOS E OUTROS SUJEITOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA PENSAR O DESENHO DA TESE.....	246
7.6 OS PRIMEIROS CONTATOS COM AS MULHERES IN 'CAMPO'.....	247
7.6.1 Estratégias de campo – aproximações.....	248
7.6.1.1 - Margarida, retireira de leite no distrito da Pirapetinga/Lima Duarte.....	252
7.6.1.2 Bromélia, horticultora as margens do Rio do Peixe, ao redor do perímetro urbano de Lima Duarte.....	253
7.6.1.3. Violeta, ex-feirante, agropecuarista e produtora dos biscoitos de nata na “Cordilheira” /Lima Duarte.....	254
7.6.1.4 Orquídea, horticultora e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Olaria/MG.....	257
7.6.1.5 Isabel Cristina, agricultora familiar, produtora do fubá e horticultora da Várzea do Brumado/Lima Duarte.....	260
8. CONCLUSÃO.....	264
REFERENCIAL TEÓRICO.....	271
ANEXO 1 – LISTA DE ENTREVISTADOS.....	289
ANEXO 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA DE DOUTORADO.....	290
ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	292

1. INTRODUÇÃO

A presente tese realiza um percurso que pretende demonstrar como se reconstrói a importância da mulher rural como integrante decisiva na economia da pequena propriedade da agricultura familiar, bem como do sistema produtivo campestre, analisando o percurso de vida de cinco mulheres na microrregião de Lima Duarte, na zona da Mata mineira. Neste contexto, o empoderamento é ação decisiva em busca de sua sustentabilidade e de reestruturação destas desigualdades que permeiam a vida delas. Entender os papéis e as funções desempenhadas pelas mulheres na garantia da manutenção e diversificação do espaço de vida, especialmente no campo, é algo por demais relevante nos estudos das Ciências Sociais. Também é importante discutir os processos de dominação e segregação que estão envoltos no cotidiano das mulheres rurais. Quando me refiro a mulheres rurais, me refiro àquelas mulheres que, de uma ou de outra maneira produzem o alimento e garantem a subsistência da família, exercendo o trabalho produtivo e reprodutivo. São as pequenas agricultoras ou agropecuaristas, as pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais, indígenas, entre outras.

Dentro da perspectiva da sociologia rural, abordagens contemporâneas (Paulilo, 1987, Wanderley, 2003; Cazella *et al.*, 2009; Carneiro; Brumer, 2004, Deere; León, 2002, Siliprandi, 2015, entre outras autoras) descrevem como as mulheres exercem um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, apesar de sua situação de desigualdade frente aos homens. As atividades realizadas pelas agricultoras em seus cotidianos são essenciais para a subsistência biológica e socioeconômica das famílias, para o bem-estar, para a segurança alimentar e preservação do meio ambiente. Considerando todos estes estudos, gostaria de aprofundar esta discussão nesta tese, descrevendo um pouco das pesquisas realizadas por estas autoras e acrescentar a estes estudos, as abordagens que tratam sobre estratégias, capacidades, *livelihoods* (meio de vida) e desenvolvimento rural (Bebbington, 1999; Sen, 2000; Kageyama, 2008), a fim de enfatizar as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura social, principalmente no que diz respeito às ações dos movimentos sociais, do Estado brasileiro e outras frentes institucionais, no meio rural.

Agrega-se a essa análise os conceitos de trajetória e reflexividade (Giddens, 1991, Archer, 2003; Caetano; 2011, *et al.*) e noção de estratégias, que serão assuntos recorrentes que irei investigar e abordar em meu estudo. Gostaria de dizer, que este olhar sociológico é por

demais interessante e fundamental, principalmente se quisermos empreender mais discussões acerca dos processos de transformações sociais e mudanças apresentadas nas últimas décadas no mundo rural, sejam elas culturais, políticas, econômicas, sociais. Theodor Shanin (2008) aponta no que diz respeito ao campesinato que a economia familiar é um elemento muito significativo para compreendermos quem o camponês é, e como sua teia de significados e relações econômicas estruturam o processo produtivo e reprodutivo de sua vida familiar. Por sua vez, José de Souza Martins destaca em seus escritos a importância de os sociólogos voltarem-se mais para pesquisas no meio rural, e foi também através da leitura deste autor clássico que senti este chamado:

Os sociólogos rurais podem assumir corajosamente a grande missão da ciência que é servir ao Homem para libertá-lo daquilo que tolhe a sua humanização. E não são poucos que o tem feito na pesquisa marcada por profunda inquietação ética e ampla competência teórica para diagnosticar problemas e descobrir alternativas nas próprias concepções e relações sociais dos grupos humanos que estudam. As próprias populações rurais vitimadas pelo mar desenvolvimento econômico excludente, que todos testemunhamos, têm procurado seu próprio rumo, têm se alçado acima da indignidade que as vítimas, têm proclamado seus direitos e têm questionado os responsáveis por sua situação (Martins, 2001, p. 35).

Ao pensar, desenhar e buscar minhas estratégias teóricas de análise de campo, diante da temática e dos agentes que propus a estudar, e enquanto uma cientista social, delimito aqui a pergunta que norteia este estudo: quais estratégias o conjunto de mulheres pesquisadas adotou para dinamizar a economia familiar no meio rural? Questão, por sinal, que advém da minha experiência enquanto sujeito/mulher que nasceu, viveu no campo e na cidade, e hoje vive num meio mais rural e que diante das transformações vivenciadas pelo mesmo, propõe expor neste estudo, a partir deste pequeno universo de mulheres, o conjunto de capacidades, oportunidades e relações sociais que se estabelece no mundo rural na contemporaneidade. E na medida em que se realizava também a revisão de literatura e o contato com as mulheres pesquisadas, outras questões começaram a emergir, e direcionaram a estruturação dos capítulos, bem como os caminhos para a resposta à questão central deste estudo, a saber a) se estas estratégias estariam associadas as políticas públicas do Estado; b) se estas estratégias dependiam das redes e grupos, sejam eles públicos ou privados, em que estas mulheres estavam inseridas, como, por exemplo, a família primária ou secundária; ou a vizinhança e as associações, ou as ações/orientações dos movimentos sociais do campo, os sindicatos, entre outros c) se estas estratégias derivavam das formação familiar, cultural ou mesmo educacional destas mulheres; d) se estas estratégias eram produzidas pelas trajetórias e experiências de

vida destas mulheres ; e) e por fim, de que modo estas estratégias eram pensadas, articuladas e praticadas por elas?

Pontua-se então, ao longo da análise, por meio das falas destas mulheres, bem como através da revisão de literatura, o ir além da casa, do serviço doméstico, descrevendo assim um pouco de suas trajetórias de vida e movimentos empreendidos por elas, tais como a posição na família, as relações com o campo, a convivência com espaços públicos e privados. Valoriza-se assim as trajetórias e os depoimentos, tanto das cinco mulheres entrevistadas como de agentes públicos que estão circunscritas às trajetórias de empoderamento e produção econômica, política e social delas, como fontes documentais para a reflexão sociológica. Margaret Archer (2003) busca assegurar que o conceito de agente seja ativo e reflexivo, conforme a perspectiva realista, é demais relevante na contemporaneidade, de forma que a noção de agenciamento permite visualizar como estes sujeitos são capazes de elencar propriedades e poderes de monitorar sua própria vida, mediarem propriedades estruturais e culturais da sociedade e, contribuírem para a reprodução ou transformação social. Com a perspectiva da reflexividade, podemos afirmar que o processo de ser humano é contínuo, pois ao longo da vida continuamos a desempenhar nosso trabalho reflexivo, a reflexão interna nunca é suspensa, raramente dorme e continuamente monitora suas preocupações em infindáveis circunstâncias contingentes, além é claro de criar práticas capazes de realizar seus projetos de vidas.

Seguindo um caminho de pesquisa, inspirado nas coletâneas produzidas sobre o tema gênero e ruralidade (Neves & Medeiros; 2013; Amorim, M. A; *et. al.*, 2015; Scott *et. al.*, 2010), mas também com orientações advindas da minha formação metodológica, cuja pegada da pesquisa participante é um dos maiores nortes, as visitas nas casas das mulheres, no ambiente de trabalho, nas reuniões das associações, os encontros pelos caminhos e as conversas com agentes públicos como os extensionistas da EMATER, oportunizaram uma aproximação com suas atividades e suas trajetórias de vida, buscando entender como elas planejavam, decidiam sobre os percursos de suas vidas, que itinerários eram oportunizados a elas e também como se estruturava suas preocupações cotidianas, ou seja, o que mais importava a elas, o acesso a capitais/recursos, sua família, sua comunidade, seus ideais de vida, entre outros. Por isso, este trabalho traz o relato das ações de cinco mulheres que gerenciam suas propriedades e dividem com seus companheiros e familiares as funções cotidianas da vida rural, na região de Lima Duarte, na zona da mata mineira.

O interesse por pesquisar este tema nasce não só do meu contato ao longo de minha infância/adolescência com a vida rural, por morar próximo ao território em que se

movimentam estas mulheres, mas também em decorrência de um novo contato com as comunidades rurais enquanto professora de Sociologia na escola média, entre os anos de 2014 e 2015, propiciando assim a proximidade para a realização da pesquisa com elas, no meio rural da zona da mata mineira, na região entre Juiz de Fora, Lima Duarte e Olaria-MG. A análise deste estudo advém assim de três frentes: a) a revisão de literatura, o contato com a fundamentação teórica, isto é, dos estudos correlatos a esta temática; b) dos resultados alcançados no estudo, ou seja, da observação participante e das entrevistas semiestruturadas; c) da minha própria trajetória de vida, enquanto mulher rural, educadora e cientista social. Cabe destacar que o intuito desta pesquisa não é discutir somente as questões de gênero, apesar de não haver dúvida sobre a necessidade da atuação feminina para a reprodução social rural; mas há, por outro lado, a precisão de se evidenciar seu protagonismo, mais sedimentado na última década. Pertencer ao gênero feminino é ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que produz a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural. Gostaria de dizer que apesar de existir este protagonismo e uma mudança na estrutura social da sociedade rural, outra questão que me vinha à mente era quais eram os papéis e funções da mulher do campo no nível local. Como era administrar o lar, as tarefas da casa e fora dela, cuidar e dar amparo à família e ainda assim exercer uma série de atividades, por sinal remuneradas, fora da casa?

Essas mulheres sustentam novos valores no tocante à relação com os maridos/família/ambiente rural, também no que se refere às representações sobre seus próprios papéis (...). Se a questão da cidadania para a mulher rural passa pelo reconhecimento de sua profissão, não podemos nos esquecer de que, para elas, ser trabalhadora é também, e principalmente, exercer plenamente os papéis definidos socialmente como próprios de seu gênero. ‘Nosso trabalho não termina nunca, é sempre fazendo a mesma coisa: casa, família, roça, planta, colhe, cuidar dos bichos, escola...’ (Carneiro, 1994, p. 12).

Nessas minhas andanças, no procurar aqui e acolá, muito ainda se vê deste machismo e desse patriarcalismo segregacionista no meio rural. Lembro-me do técnico da EMATER relatar que uma das mulheres rurais, que ele conhecia, na região de Lima Duarte, apesar de “sustentar o lar”, ela só podia andar atrás do marido, não podia demonstrar sua chefia em público. Apesar de apresentar neste estudo uma série de trajetórias de vidas diferenciadas e de protagonismo e conquistas das mulheres rurais, ainda há muito que se fazer e mesmo falar sobre o lugar da mulher e sua visibilidade nas tarefas rurais pelo nosso Brasil afora. Por isto, a estrutura desta tese abarca a noção de empoderamento e liberdades (Sen, 2010) que circunscrevem a vida das mulheres rurais.

Outra questão que também me levou a pesquisar e discutir sobre a temática mulheres rurais foi a visibilidade e destaque que este assunto passou a ter nas pautas dos movimentos sociais do campo, bem como nas políticas públicas do Estado brasileiro. Havia lido dados estatísticos sobre o assunto, e, de fato, o cenário apresentava algumas mudanças sobre a chefia econômicas destas mulheres, bem como a participação política delas, em várias instâncias sociais. Por isto os caminhos percorridos em cada capítulo deste estudo apontam lutas, mudanças, conquistas, lacunas, ou seja, uma série de questões que nos convidam a pensar a temática mulheres e desenvolvimento rural já neste segundo decênio do século XXI.

Assim, a tese divide-se em frentes de estudo, que demonstram, através de um olhar de cientista social, os movimentos e conquistas protagonizadas por estas mulheres, desde o âmbito regional até as ações locais, para empreender uma reconstrução no papel desempenhados por elas na vida produtiva e reprodutiva do meio rural. Na primeira frente deste estudo, falaremos das questões que envolvem gênero e desigualdades, mas também apresentamos a noção de visibilidade, autonomia e empoderamento como respostas a esta segregação social.

Já na segunda etapa de nosso trabalho, destacamos as conquistas e visibilidade alcançadas por meio das ações do Estado, onde pontuaremos as principais políticas públicas instituídas e algumas pesquisas sobre a eficácia destas políticas no empoderamento feminino e no desenvolvimento rural. Contudo, trazemos algumas lacunas e nuances que precisam ser pensados e revistos para garantir melhor eficácia e assertividade destas políticas. O atual contexto das ações públicas, sociais, políticas e econômicas no espaço rural apontam para a necessidade de ampliação e de efetivação de ações que orientem um desenvolvimento rural, que considere as diferenças locais, os pequenos produtores, a equidade de oportunidade, as questões da economia familiar e da juventude rural e que seja mais sustentável e transparente.

Abrimos a discussão com o capítulo intitulado Mulheres e ruralidade: da invisibilidade à autonomia e ao empoderamento, no qual discute-se a temática de gênero e as relações de poder construídas historicamente e socialmente no meio rural. É neste sentido que os estudos e pesquisas realizadas por Paulilo (1987, 2003, 2016) ganham destaque, desconstruindo a invisibilidade, a “ajuda” e a percepção de que o trabalho das mulheres é “leve” e apenas reprodutivo, são elencadas outras pesquisas que abordam a atuação das mulheres no meio rural (Carneiro, 1994; De Grandi, 1999; Brumer, 2004) também no âmbito das relações de gênero e da desigualdade. E ao final do mesmo, discorre-se sobre como na atualidade podemos visualizar caminhos da autonomia e empoderamento (Brumer, 2004; Fernandes; Mota, 2014) que desconstroem o estigma e segregação sobre as funções e papéis

desempenhados pelas mulheres no meio rural, possibilitando a elas acesso a espaços, instituições e outros meios que permitam mais equidade e visibilidade na sociedade no geral. Como bem destaca Maria Wanderley (2003, p. 47), “o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura”.

Considerando esta dupla referência à continuidade e à ruptura é que o capítulo seguinte Mulheres: lutas, movimentos e conquistas, demonstraremos que o envolvimento em organizações e movimentos sociais contribui para dar visibilidade às mulheres rurais, bem como legitimou e ainda legitima suas reivindicações junto à sociedade e o Estado (Siliprandi & Cintrão, 2015; Zarzar, 2017). A participação das mulheres no espaço público contribui significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito (Aguiar, 2016). Veremos no mesmo, que as lutas históricas, desde a década de 80, passando pelos anos 90 até os dias atuais, possibilitaram a inserção de muitas mulheres em diversos espaços sociais e políticos, desde os grupos de igreja, associações, sindicatos entre outros, o que contribuiu para o acesso à informação, possibilitando aprendizados, debates e reflexões sobre a posição social da mulher rural, levando-as a questionar as relações desiguais de gênero e construir mecanismos de autonomia e empoderamento (Hernández, 2009).

A conquista dos direitos sociais e previdenciários pelas mulheres, produziu um distanciamento das posições da mulher “do lar” e “dona de casa”, relacionadas com as atividades não remuneradas. Essas discussões também se fazem presentes nos trabalhos de Anita Brumer (2004), Maria Ignez Paulilo (2004) e Rosineide Cordeiro (2007). O capítulo nos faz um convite para pensarmos sobre a atuação dos movimentos sociais (como as Ligas Camponesas, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) que articulou a Marcha das Margaridas, entre outros) na busca e garantia destes direitos, bem como também pontuar as ações do Estado na criação, aplicação e monitoramento das políticas públicas (como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA e o PRONAF- Mulher), assuntos que serão abordados no capítulo seguinte, sobre o Estado e a políticas públicas na área rural.

Logo, a outra frente de discussão se apresenta no capítulo, Estado, desenvolvimento rural e políticas públicas. Iremos considerar as mudanças ocorridas no mundo rural brasileiro a partir das ações do Estado, na figura de políticas públicas ou das ações de órgãos como a EMATER que oferecem capacitação técnica e levam saberes a esta população. Descreveremos

as diferentes políticas estatais criadas a partir da década de 90 em relação à agricultura, bem como os programas criados a nível federal para a população do campo e que contemplaram também as mulheres rurais, como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), que garante a titulação no nome da mulher independente do seu estado civil, a linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passou a reconhecer as mulheres rurais como agricultoras, a linha específica é chamada de PRONAF-MULHER e a Política Nacional de Assistência Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que é uma política de apoio à produção, além de outros programas que possibilitaram o acesso destas mulheres ao mercado como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a feira livre local. Veremos que as principais políticas responsáveis pela promoção dos direitos econômicos e da autonomia das mulheres rurais, presentes na Constituição de 1988, tratam do direito à terra, do direito à documentação civil e trabalhista, do acesso a linhas específicas de crédito, a políticas de comercialização e de organização produtiva.

Apresentaremos alguns estudos realizados sobre a aplicabilidade e eficácia dessas políticas (Martínez Dajui, 2006, Osório Hernández, 2009, Andrea Brutto, 2011; Silipriandi, 2015; Hora 2014), em vários territórios brasileiros, e como elas contribuíram para a inserção das mulheres rurais em atividades produtivas. Neste aspecto, a literatura sobre desenvolvimento rural também será elencada neste capítulo (Carneiro, 2000; Abramoway, 2002; 2003; Assis, 2006; Long & Ploeg, 2011). Também veremos

o quanto estas políticas estão sendo relegadas pelo atual governo de Jair Bolsonaro, cujo discurso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento volta-se cada vez mais para uma lógica de produção neoliberal, enfatizando o agronegócio e não viabilizando mais recursos para a continuidade de programas como o PRONAF MULHER. Neste mesmo capítulo conheceremos um pouco mais sobre as características da Zona da Mata mineira, aspectos sociais, políticos e econômicos que abrangem inclusive a região de Lima Duarte e as comunidades rurais do entorno, onde foi realizada a pesquisa de campo.

Para que possamos sedimentar melhor os estudos sobre o mundo rural contemporâneo, com um olhar mais direcionado ao ator/atores neste múltiplo universo que circunscrevem suas vidas, a fim de produzir uma sociologia rural com um olhar mais crítico-científico, é preciso buscar compreender as lógicas relacionais entre os grupos sociais que personificam o mundo rural, bem como visualizar as habilidades, reflexividades, estratégias e oportunidades que são mobilizadas pelos sujeitos rurais (especialmente as mulheres rurais) para se manter nesse

ambiente. As categorias, modalidades (maneiras e formas de agir), tempo (momento de um percurso individual), e efeitos (disposições de agir, sentir e pensar) vindas de Margaret Archer (2003) foram de fundamental importância para dar compreensão a estes processos, bem como as perspectivas mais contemporâneas sobre reflexividade proveniente das pesquisas de Ana Caetano (2010). Ambas as autoras conferem destaque ao poder pessoal dos indivíduos e pensam as reflexividades como mecanismos que empoderam, esclarecem e lhes auxiliam a tomar decisões e a realizar seus projetos em dadas circunstâncias. Por isto, este capítulo se intitula Reflexividade e projetos de vida: meios de se construir o empoderamento, a visibilidade e a autonomia das mulheres rurais.

No capítulo final desta tese, abordaremos sobre o conceito de estratégia, partindo da ideia de acesso a determinados ativos de capitais e de reprodução utilizado por estas mulheres a fim de dinamizar a economia familiar e se manter no meio rural. Além disso, apresentaremos uma análise da experiência de vida destas mulheres, a partir da visita em suas propriedades, dos encontros e entrevistas realizadas com elas, por isso ele se intitula Mulheres, estratégias de dinamização da economia familiar e modus de vida. Quando apresentamos o conceito de estratégia para pensarmos este modus de vida e essa teia de significado (Geertz, 2003) que abrange a vida das mulheres pesquisadas, buscamos compreender como o conhecimento e as habilidades estratégicas são mobilizadas por elas (Bourdieu, 2003; Whittington, 2004). Veremos que estas mulheres (juntamente com seus familiares e comunidade local) montam suas estratégias em cima de atividades voltadas predominantemente à exploração da agropecuária e da agricultura familiar; são famílias cuja estratégia de reprodução implica em manter uma parte dos seus componentes dedicados à exploração agropecuária e a produção de verduras/hortaliças e outra parte envolvida com outras atividades agrícolas fora da unidade de produção ou então com atividades não-agrícolas, no meio rural ou no meio urbano (o que chamamos de pluriatividade).

Outro elemento chave para que estas famílias consigam sustentar esta estratégia de reprodução, envolvendo culturas e criações, está relacionado às suas condições de acesso aos mercados. Neste aspecto, os programas e políticas públicas criados pelo Governo Federal e aplicados pelo município, através das capacitações dos técnicos de empresas públicas e das secretarias e sindicatos locais são indispensáveis. Uma das ações realizadas foi dar personalidade jurídica aos grupos já existentes, transformando-os em pequenas cooperativas. Com isso, cada família continuava com as suas atividades e a sua produção poderia ser vendida através da cooperativa. Também era possível, enquanto pessoa física cadastrada no DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ter acesso de forma independente à participação

na feira livre ou à venda de produtos para a alimentação escolar ou outras instituições cadastradas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No entanto, as estratégias não se reduzem às vendas nestes mercados propriamente, por isto conhecer os diferentes tipos de capitais e ativos mobilizados por estas mulheres e suas respectivas famílias para gerar renda, realizando a pesquisa participante por meio de visita e acompanhando os movimentos realizados por elas foi fundamental. Os recursos são acessados também por meio da venda de excedentes, ou através da criação de animais para revenda, algo muito comum no ambiente rural, como bem destaca Ellen Woortmann (2004) na coletânea sobre o significado da terra para a população rural. Vende-se ovos, aves, suínos, bovinos, artesanatos, conservas, panificados, entre outros. Tudo gera capital monetário que auxilia nas despesas, na manutenção e investimentos na propriedade e mesmo na vida familiar, como nos estudos dos filhos.

Agrega-se a esta análise, no capítulo final, os estudos de Anthony Bebbington (1999) / Amartya Sen (2003), construindo uma estrutura analítica para olhar o local e investigar a questão da capacidade de reprodução das famílias rurais (*rural livelihoods*) centrada na noção de acesso a um conjunto de ativos de capital, gerados a partir da relação estabelecida por essa população com outros atores sociais, das esferas do mercado, do Estado e mesmo da sociedade civil. É neste capítulo que conheceremos os meios de dinamização da economia rural construídos por estas cinco mulheres, visualizaremos como suas rotinas estão envoltas em um trabalho denso e intenso, que compreende desde a organização e manutenção da propriedade, até a produção da lavoura, ou condução do retiro das vacas, até às demais atividades que também envolve a unidade familiar; afazeres dentro e fora da casa, como produção da alimentação, cuidado dos filhos e netos, manutenção dos quintais, até o engajamento por alguns em espaços associativos e de formação profissional.

Veremos, por fim, na conclusão deste estudo, que tanto a reflexividade, quanto a expansão das capacidades, bem como o acesso a diferentes espaços e mesmo a políticas públicas ampliam as possibilidades de os indivíduos ou grupos se tornarem atores e agirem segundo seus projetos de vida e na construção e luta por seus direitos e liberdades (Archer, 2003, Bebbington, 1999; Sen, 2010), principalmente das mulheres rurais. Todo o percurso desenvolvido ao longo dos capítulos permite que pensemos os caminhos necessários para viabilizar a autonomia, o empoderamento e a visibilidade das mulheres rurais brasileiras.

2. MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Este capítulo busca apresentar discussões teóricas e políticas envolvendo a abordagem da temática de gênero em contextos rurais. Observa-se que as pesquisas acadêmicas sobre gênero e mulheres rurais vêm ganhando força, demonstrando o aumento do protagonismo das mulheres na chefia da produção, ou assumindo boa parte da geração de renda familiar, seja no que envolve o engajamento social por parte deste público, em associações, sindicatos e outros movimentos que legitimam a conquista e garantia de acesso aos seus direitos, ou mesmo na participação na formulação e monitoramento de políticas públicas. No entanto, cabe ressaltar que as questões de gêneros no meio rural ainda carecem de maiores discussões políticas e mesmo teóricas, dado que muitas das mulheres que vivem no campo, ao ocuparem postos de trabalhos e atividades remuneradas, passam a cumprir uma dupla função. Elas precisam cuidar e manter a família e o espaço doméstico e ainda enfrentam jornadas extensas de trabalho, bem como muita discriminação e dificuldade no acesso as políticas sociais oferecidas pelo Estado.

Neste sentido, o capítulo aborda como o trabalho da mulher no espaço rural, frequentemente analisado sob o enfoque da “invisibilidade” e da “ajuda” (Lima, 2012; Mottamaués, 1993; Woortmann; Woortmann, 2002), pode apresentar caminhos de visibilidade, autonomia e empoderamento (Brumer, 2004; Fernandes; Mota, 2014; Hirata; Kergoat, 2007). Para tanto, algumas discussões teóricas sobre gênero e desigualdade (Scott, 1990; Bourdieu, 2005) serão elencadas neste texto, bem como conceitos e análises de alguns estudos da literatura brasileira que abordam esta temática (Paulilo, 1987, 2016; Carneiro, 1994; De Grandi, 1999; Brumer, 2004).

Também nortearam esta discussão algumas coletâneas que pesquisaram mulheres, engajamentos políticos e produtivos, políticas públicas e desenvolvimento rural nas últimas décadas, já mencionadas na introdução deste trabalho (Scott, Cordeiro, Menezes, 2010; Neves E Medeiro, 2013; Souza & Nascimento, 2015). Paralelo a estas descrições teóricas, utilizarei algumas falas coletadas na pesquisa de campo para sustentar os argumentos expostos e realçar estes aspectos que envolvem a visibilidade e ação das mulheres no mundo rural

contemporâneo. Como bem destaca José de Souza Martins (2001, p. 31), o desafio para os sociólogos que estudam os contextos rurais diz respeito a adentrar no sonho inventivo e regenerador que ainda há no mundo rural, “quanto porque há nele a nostalgia do futuro e a negação das privações que o presente representa para muitos”.

2.1. GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO

O uso da palavra “gênero”, tem uma história que é tributada aos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, acompanhada da luta dessas por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito. A categoria gênero é constituída por dimensões culturais, normativas e políticas, segundo Joan Scott (1989). Isto acontece porque em diferentes sociedades, os diversos tipos de mulheres sempre foram submetidos à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus, especialmente a figura paterna e do marido. Como destaca Bourdieu (2005), ao longo da história, em diversas sociedades, aquilo que dizia e até hoje diz respeito às funções desempenhadas em várias esferas sociais, como posições de liderança, comando, as relações de poder a dominação sempre foram centradas na figura do homem, da esfera masculina. No que tange as questões econômica abrangendo a propriedade, como os aspectos administrativos e que envolviam a força física, cabe lembrar que a décadas atrás, esses sempre eram remetidos e visibilizados como algo do sexo masculino e, para as mulheres, cabia se direcionar às múltiplas tarefas de casa, do cuidado e a inferioridade de outras funções que sempre foram enquadradas como “ajuda” (Paulilo, 1987, 2004).

Dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos (incluindo aqueles decorrentes de políticas públicas) e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os ‘membros não remunerados’ da família. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres (Siliprandi; Citrão, 2011, p. 2).

Ainda há, na sociedade mundial, uma permanência das estruturas simbólicas a partir das quais são construídas as representações sobre a divisão sexual do trabalho e da legitimação da dominação masculina (Bourdieu, 2005), autenticada inclusive pelo contexto religioso da fé cristã. Trago esta exposição aqui, pois ao longo das entrevistas, principalmente

com um técnico da EMATER, foi muito mencionada essa dimensão de divisão de poder e segregação entre as funções masculinas e femininas no ambiente rural:

(...) antes a mulher, a gente nem conversava com elas direito na terra, a gente chegava conversava com o marido e dali a gente ia pro curral. Encontrava com a mulher assim dentro da casa quando a gente ia tomar um café, uma coisa assim (...). Mas aí a gente vê que assim antigamente essas mulheres não deixavam, elas estavam lá no espaço rural, mas elas mantinham a horta, as vezes elas mantinham também o curral, de alguma forma cuidavam. (...) Só que não podia falar, tinha uma cultura machista, não podia falar porque era mulher (...). Aí depois começou o acesso da mulher a essas políticas públicas né? Pronaf, a própria com o trabalho voltado para a mulher né? Semana da mulher em Viçosa né? E aí começou a levar a participação e tal. O outro programa, o PAA, sabe, esse teve uma inserção da mulher nisso daí, por que: porque a hortinha começou a ser vendida na merenda escolar, pras entidades; então aí começou a entrar dinheiro da horta dentro de casa (Fala Cedro – Técnico da EMATER).

Essa diferença se dá, segundo Pierre Bourdieu (2005), porque a ordem social ratifica a dominação masculina no espaço público, relegando às mulheres a esfera privada, do doméstico. Bourdieu discute o processo de naturalização no qual aquilo que existe vem a ser aceito como inevitável. Ele explica a ideia de que a dominação simbólica opera por meio do ato de forjar um *habitus* majoritariamente inconsciente enquanto internalização de uma estrutura social. Dessa maneira, as categorias dominantes que organizam a vida social tornam-se inconscientemente aceitas. Mas, com base em uma perspectiva da teoria pós bourdiesiana, os agentes podem agir por meio de reflexões que o levam a romper com este *habitus*. Entretanto, deixarei esta discussão para o capítulo quatro, que trata sobre agenciamento e estratégia, nos quais os escritos de Bernard Lahire (1995) e Margaret Archer (2003) serão mobilizados neste estudo (Vandenberghe, 2010).

Por conseguinte, Pierre Bourdieu, especialmente em sua obra *Elementos para uma teoria da prática* (2002) apresenta uma concepção de estrutura dinâmica no que tange as ações sociais. Quando se pensa em estrutura dinâmica, é necessário considerar a existência de um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante e afeta a ação dos agentes sociais. Esta deriva da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituídas pelos mesmos agentes. Assim, a rede familiar e de sociabilidade das entrevistadas é considerada como parte de um processo histórico que se constrói ao longo do tempo e se encontra em constante fluxo, movimento e transformação.

É justamente neste aspecto que as análises de Bourdieu e dos autores pós-bourdieuianos contribuem ao entendimento das relações de gênero. Elas elucidam os mecanismos da dominação que, gerados em instâncias objetivas, reproduzem-se por meio da subjetivação, mas permitem insights de ruptura e transformação nestas relações, tais como veremos no capítulo final deste estudo, ao conhecer as trajetórias de vidas das cinco mulheres rurais pesquisadas. Portanto, as decisões tomadas por atores, a partir de suas reflexões e envolvimento em redes, grupos que operam com rupturas do status quo são também relevantes para entender as mudanças nas relações de gênero no mundo rural. Nessa perspectiva, focalizar as experiências destas mulheres a partir de suas falas, permite compreender de que maneira as práticas econômicas, políticas e sociais produzem poder, mas também como é a prática que efetivamente o transforma.

De acordo com Parry Scott (1995), para melhor compreendermos este processo de opressão da mulher, é importante nos remetermos a uma das primeiras categorias construídas pelo marxismo: “mulher e trabalho”, que considera a subordinação da mulher numa estrutura de relações de poder delimitadas pelo sexo, assunto no qual a mulher tem uma posição de desigualdade em relação ao homem, na família e na sociedade em geral, principalmente, devido ao exercício das funções produtivas. A autora salienta, contudo, que a divisão sexual não se expressa apenas pela divisão social e, nos termos mesmo de Bourdieu (2005), há uma dominação inclusive simbólica, evidente nas normas que regulam esses dois âmbitos, nas representações do feminino e do masculino, associados ao reconhecimento social (desigual) de homens e mulheres que contempla vários campos: físico, moral, intelectual, político, cultural, entre outros.

Vale lembrar que, por séculos, o sexo sempre foi determinado biologicamente, enquanto o gênero tem se apresentado, nas últimas décadas e nas reflexões teóricas como um conceito socioeconômico, constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e é, segundo Scott (1990), um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Esta divisão incide também nos valores e expectativas das pessoas conforme o seu sexo, que são assumidas, na maioria das vezes como naturais; apontando que as relações de produção e de reprodução social constituem espaços de construção social e de reprodução social do que Bourdieu (2005) qualifica como *habitus*.

Segundo Alessandra De Grandi (1999), há no processo da divisão sexual do trabalho, condicionantes culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. De fato, a ideologia camponesa considerada a imagem do pai de família como “aquele que reúne todas as condições e o saber para participar do processo de produção,

reforçando a hierarquia familiar, embora tanto os filhos quanto a esposa conheçam as diferentes etapas do processo produtivo” (Woortmann; Woortmann, 1997, p. 38). No âmbito da realidade do campo, as relações de gênero se apresentam de formas diversificadas, em função dos espaços socialmente construídos, das realidades e singularidades regionais, da diversidade dos campos sociais e seus correspondentes *habitus*, do padrão cultural e dos valores determinantes, ou seja, através de processos e práticas sociais que se expressam e se materializam em determinado padrão de relações entre mulheres e homens, principalmente no seu ambiente familiar. Logo, olhar para a pluralidade de disposições que envolve as questões de gênero, nos termos de Lahire (2002) quando trata do homem plural, que nem sempre são convergentes, é criar possibilidades para compreendermos as rupturas de dominação e o empoderamento que as mulheres passam a apresentar diante dos condicionamentos estruturais.

Eu tive responsabilidade muito cedo, eu comecei a trabalhar aos meus 8 anos de idade, já fazendo comida, arrumando casa. Então eu acho que isso daí me incentivou mais a correr atrás das coisas que eu sempre corri, eu via necessidade daquilo, de outra coisa, eu sempre tava lá atenta as necessidades da minha família, entendeu? Tinha mais irmãos mais as outras duas irmãs elas não eram muito assim de ligar muito pras coisas não, era mais pra ficar em casa mesmo. Eu que trabalhava mais, além de trabalhar mais ainda, eu até apanhava, então o momento difícil foi esse. Elas não faziam o serviço e ainda assim falava de mim para poder a minha mãe brigar comigo como ela não tinha dó ela brigava mesmo, batia mesmo. Meu pai não, eu já era mais o xodózinho dele que ele ainda dizia, lembro que uma vez disse para mim que eu teria que me casar com um homem muito bom, porque eu era muito trabalhadeira (Fala Orquídea).

A seguir, pretendo apresentar alguns estudos e pesquisas que trouxeram contribuições significativas sobre os caminhos que as mulheres rurais têm trilhado neste processo de empoderamento e visibilidade social. Esses caminhos percorrem diversas esferas da vida reprodutiva e produtiva que as envolvem e cuja luta e direitos conquistados, como bem descrito no capítulo dois desta tese, fomentou a criação das políticas públicas para a população rural e atualmente reverberam na redefinição das funções desempenhadas e espaços ocupados pelas mulheres rurais, a exemplo das trajetórias de vidas das cinco mulheres rurais retratadas nesta tese.

2.2 DO TRABALHO INVISÍVEL AOS PROCESSOS DE ENGAJAMENTO

Desde os tempos remotos até a atualidade a mulher agricultora, camponesa, que vive no meio rural, foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres doméstico, e quando prestava outras atividades para além da casa, na maioria das vezes eram rotulados como “ajuda”, mesmo responsabilizando-se pela produção dos alimentos, gerenciando a vida ao seu redor. Mas nem por isto suas funções para além da casa deixaram de existir, cabia a ela também o trabalho na lavoura, no quintal, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com os animais, sem sequer ser considerado tal fato um trabalho produtivo, menos ainda remunerado. Mesmo quando realiza atividades voltadas para o fim produtivo da agricultura, designadas geralmente como “masculinas”, a mulher é vista como uma “ajudante” e normalmente recebe baixa remuneração (ou mesmo nenhuma remuneração) por seu trabalho. As atividades agrícolas exercidas por elas são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa (Brumer, 2004).

Em primeiro lugar tem que gostar, pra ter muita força de trabalhar numa roça e numa horta, no meio rural né? Lógico, então primeiro tem que gostar, segundo lugar tem muita gente que, é... Vai assim tipo, acha bonito né? É uma mulher muito guerreira, batalhadeira, mas tem as pessoas que criticam né? Mas a maioria são a que elogia, no modo de eu pensar entendeu? Pelo menos foi o que eu vi que as pessoas falam comigo entendeu? Que acha eu muito guerreira, batalhadeira, não desiste fácil, entendeu? Então é assim entendeu Ana Paula? Agora tem as pessoas que... Né? Aquelas que criticam, falam, que aquilo ali é serviço de homem, e que mulher tinha que tá em casa e tudo, mas a gente não dá muito a essas pessoas não, que são pessoas de mente pequena entendeu? São pessoas de mente pequena, então pelo menos na minha parte eu não dou ouvido pra essas pessoas não, foi difícil? Foi, é um trabalho bem desgastante, é um trabalho que você fica muito. Como que eu vou falar? Com muitas dores, até acostumar. Depois que acostuma não, depois que acostuma é mais tranquilo, mas é uma experiência boa, e uma coisa boa, de se fazer quando a gente gosta. Então Ana Paula, eu sou feliz no que eu faço (Fala de Bromélia).

Neste sentido, cabe pontuar que a percepção de que as mulheres “não trabalham” estão presentes não só nas crenças populares ou nas relações sociais, mas também na própria teoria econômica, que só considera produtivo o trabalho que resulta em bens. Por conseguinte, o trabalho dirigido ao consumo interno, muitas das vezes realizado por mulheres, ou para a reprodução do bem-estar da família, não é considerado produtivo (Suárez, 1994, p. 19). Por este motivo, é importante dizer que as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, pois elas também realizam atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos, que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. Inclusive, na maioria das vezes, as mulheres rurais nem sequer são consideradas agricultoras, sendo mais bem conhecidas como a mulher ou filha de determinado agricultor

(Neves, Medeiros, 2013). Por exemplo, no Censo Agropecuário as mulheres e os filhos e ocasionalmente outros parentes que residam na propriedade, são considerados, na sua maioria, mão-de-obra familiar não remunerada.

A restrição no acesso aos capitais econômicos é um aspecto decisivo para a reprodução da submissão das mulheres em relações de machismo e patriarcalismo, que as relegam à inferioridade diante dos homens e mesmo à invisibilidade e à subalternidade. Isso se vê, por exemplo, na obrigação de sair à rua acompanhada pelo marido, pelo pai e pelos irmãos, à mercê de suas decisões e poder. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres do meio rural empregam para sua realização se tornam invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade (Aguilar, 2016).

É o meio rural... Sabe... tem muita coisa boa; o pessoal é muito sofrido, é um pessoal que precisa melhorar de situação de vida e tal... mas por outro lado é uma pessoa muito...o homem é muito ruim... É... uma ignorância, discriminação e tal...Tem todo tipo de homem, mas tem muito homem ruim. O homem geralmente machista né, é racista, não gosta de preto...geralmente na rua, repara nisso, a mulher, ela vai andar atrás dele...eu acho isso um absurdo demais. Eu fico observando essas coisas... Eu trabalhei em Alfredo Vasconcelos, em Paiva, Vilas Fortes, Barbacena, Ponte Nova (...) Abre Campo, sempre vi isso, está coisa de discriminação. Não, é a mesma coisa. Isso é inerente do meio sabe...Agora, eu sinto diferença na época. Hoje as mulheres estão tendo mais voz, sabe, estão tendo mais 'vez'. Lidar com elas está sendo mais fácil, entendeu, o acesso a mulher ficou mais fácil né. É... eu acho mulher muito mais fácil de lidar, eu acho a que...vocês são muito mais inteligentes que a gente né. Eu não acho, isso eu tenho certeza, isso é normal né... Porque existem mulheres e mulheres né...A minha mãe por exemplo é uma pessoa muito difícil de lidar...e ela é da roça. O pai já era mais fácil (risos) ela não abre mão e já é mais acomodada. E o seu pai? É um fácil ou difícil? (Fala Cedro – Técnico da EMATER/Lima Duarte).

De acordo com Carneiro (2001), este processo de segregação se estende também para além da casa e acontece inclusive no mercado, durante a comercialização dos produtos por exemplo (em feiras, exposições ou mesmo no processo de negociação da comercialização direta), uma vez que o espaço público é reconhecido como um espaço predominantemente masculino. Por muitas vezes, as mulheres precisam que ocupem as funções de cuidado e cabe geralmente ao pai, marido e filhos, este processo de negociação. Desse modo, Siliprandi e Cintrão (2011) explanam que as mulheres rurais sempre atuaram na agricultura com seus familiares, mas não tinham seu trabalho reconhecido, já que este era visto como uma extensão do trabalho doméstico.

As mulheres camponesas são as produtoras dos principais cultivos básicos em todo o mundo: arroz, trigo e milho, que proporcionam até 90% dos alimentos que consome a população empobrecida das zonas rurais. No sudeste da Ásia, as mulheres representam até 90% da mão de obra necessária ao cultivo de arroz. Na África subsaariana, as mulheres produzem até 80% dos alimentos básicos para o consumo familiar e venda, elas cultivam até 120 espécies vegetais diferentes nos espaços livres junto aos cultivos comerciais dos homens. As mulheres realizam de 25% a 45% das fainas agrícolas em Colômbia e Peru. Em algumas regiões andinas, as mulheres estabelecem e mantem os bancos de sementes do qual depende a produção de alimentos. Em Ruanda, as mulheres são as produtoras tradicionais de judia, conhecidas como a ‘carne’ do campo, que aportam uma quarta parte das calorias e quase a metade das proteínas que ingere a população. As mulheres constituem 53% da população trabalhadora agrícola no Egito (Senra; León, 2009, p. 22).

Tal fato não se restringiu apenas as mulheres rurais, a luta por visibilidade e igualdade fomentaram os movimentos sociais feministas do campo e da cidade, principalmente ao longo do século XX. Aos homens, na figura masculina, sempre foram dadas tarefas administrativas, que envolviam poder, liderança e dominação, como o relacionamento com o banco, a cooperativa, o comércio e com o sindicato e mesmo a política. É válido considerar que ao tratar da questão de gênero, devemos lembrar que ser mulher carregava e ainda carrega consigo particularidades segregacionistas, adquiridas na sua socialização, que não se restringem ao biológico, mas ao comportamento, ao modo de agir condicionado inclusive pela estrutura social (Boni, 2004, 301).

2.2.1 O peso do trabalho leve

Revisitando os estudos e pesquisas realizadas sobre mulheres rurais no Brasil, não podemos deixar de destacar o pioneirismo de Maria Ignez Paulilo (2016), retratado em seu recente livro “Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.” A autora já havia demonstrado, no final da década de 70 e meados da década de 80, por meio de sua pesquisa de dissertação, as péssimas condições de trabalho das trabalhadoras rurais, seja no município de Valparaíso no estado de São Paulo, seja no município do Brejo Paraibano, estado da Paraíba, a autora buscava “(...) levantar as condições de trabalho das mulheres de parceiros, arrendatários e assalariados, e das mulheres volantes (...) e, ao mesmo tempo, desvendar a forma de apropriação, pelo capital, do excedente por elas produzido” (Paulilo, 2016, p. 57). Posteriormente, ela passou a estudar também o sul do país, onde descreveu as questões de gênero envolvendo o acesso à terra e matrimônio. Ela entrevistou mulheres pertencente aos movimentos sociais e identificou que, assim como a legislação e o sistema, a própria cultura legitima a exclusão das mulheres ao acesso à terra:

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como ‘filhas ou esposas de agricultor’, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos com as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável (Paulilo, 2003, p. 5).

Desse modo, Paulilo (2016), ao estudar mulheres rurais em regiões diferentes do Brasil e em épocas diferentes, percebeu que havia uma distinção entre trabalho ‘pesado’ – aquele realizado pelos homens e trabalho ‘leve’ – aquele realizado pelas mulheres. Esta autora destaca que, por ter o nome de “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Na realidade, muitas das vezes pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde, só o chamam de “leve” por ser realizado por mulheres e crianças. E assim ela descreve a rotina pesada de produção do tabaco no Rio Grande do Sul, desde o plantio até o processo de “cura” do mesmo, há um tanto de “servicinhos”, inclusive nocivos, dado o uso de agrotóxicos e tinturas, demonstrando que mulheres e crianças maiores participam de quase todas as atividades, inclusive a derrubada de lenha. E aquelas tarefas cotidianas, de cuidado com a casa, produção da alimentação, manutenção da casa/quintal e tarefas que envolvem a escola, são todas consideradas improdutivas e não reconhecidas como fundamentais para a funcionabilidade dos trabalhos externos.

Outro ponto discutido em seu texto diz respeito a considerar a dualidade e as fronteiras do que se qualifica como trabalho produtivo versus o que se chama de trabalho doméstico. Segundo a autora, o trabalho agrícola desenvolvido pelas mulheres, quando lida nos quintais, na horta, por exemplo, é considerado doméstico; quando lida na roça, com o marido, o “trabalho produtivo” é qualificado como ajuda (Paulilo, 2004).

(...) Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso. Mesmo nos assentamentos de reforma agrária coletivos com os quais tivemos contato, onde tanta desigualdade foi questionada, ainda se diz que os

homens trabalham oito horas e as mulheres quatro, por causa do serviço de casa (Paulilo, 2004, p. 245).

Maria Ignez Paulilo chama a atenção, ainda, para o fato de que embora exista no Brasil a agricultura familiar, enquanto um empreendimento econômico, não existia a categoria profissional trabalhador (a) familiar. Isso evidencia que, nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos aparecem como ‘membros não remunerados da família’, embora o pai também não seja remunerado, e complementa: “talvez seja um reconhecimento implícito de que ele é quem tem maior poder sobre a renda familiar” (Paulilo, 2004, p. 245). Na minha pesquisa, estas questões também se apresentaram, ainda que forma suscita, dado que eu estava lidando com mulheres que tinham mais presença e remuneração nas funções desempenhadas na propriedade. Por exemplo, Orquídea traz isto à tona quando se refere a sua infância e aos primeiros anos de casamento, época que havia poucas possibilidades de oportunidade social para as mulheres rurais.

É o seguinte, olha é igual eu te falei desde o começo, que a gente sempre morou na roça, a vida era complicada, difícil então eu ajudava o meu pai no caso, a minha mãe tinha problema nas pernas, ela tinha muita dificuldade. Então eu parei de estudar pra mim poder ajudar na roça, tipo, eu levava o almoço e ficava trabalhando na parte da tarde, durante o dia. Às vezes eu voltava e fazia assim (...) levava arroz no limpadeiro, milho no moinho. Outra hora limpava o café, torrava, socava, fazia café. Isso tudo era o meu trabalho, eu fazia isso tudo entendeu? Eu buscava lenha no mato, tipo assim, a família como que fala... eu privilegiei a família, eu preferi. Larguei tudo, larguei meu estudo que era meu sonho estudar, ser professora. Eu nem sei se comentei contigo isso. Mas o meu sonho era ser professora, então eu inclusive lembro como se fosse hoje, o dia que eu saí da escola, eu falei que não ia mais voltar para a escola por ter visto a minha mãe vir num solão quente com aquela deficiência das pernas aí eu não voltei mais a escola aí eu ficava em casa né? Para ajudar. Tipo, eu fazia tudo e eu tive o cuidado pra minha mãe não fazer nada, eu ajudei ela em tudo, tudo. Até que um dia meu irmão veio e me levou à Juiz de Fora, eu fiquei lá dois anos né? Inventei de casar, mas assim, eu sempre tive o cuidado com a minha mãe, principalmente porque ela tinha o problema. E o meu pai tinha o orgulho porque eu era como se fosse um homem. Eu fazia mesmo de tudo. Eu enfrentava tudo, inclusive a minha mãe até dizia que eu não parecia ser da família deles, porque na nossa família tem Omistura. De baiano com índio, entendeu? Então era uma misturada danada. Então foi todo esse processo aí (Fala Orquídea).

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Paulilo (2004) destaca ainda, bem como vários pesquisadores contemporâneos das Ciências Sociais, que esta realidade de desigualdade não envolve apenas as mulheres rurais, mas também a força de trabalho

feminina nas cidades. Por conseguinte, as profissões consideradas femininas ou até determinados cargos ocupados por mulheres possuem remuneração inferior à daqueles considerados masculinos. Ou seja, mesmo em profissões iguais e cargos iguais, há inúmeros casos em que as remunerações são distintas. Recentemente, os estudos de Guilherme Moura e Paulo Jacinto (2020) descrevem sucintamente esta discriminação por sexo e a heterogeneidade regional de Minas Gerais (2007- 2017) e apontam que a mesma tem crescido. A análise de dados realizada pelos autores demonstra que, ao longo do período analisado, ocorreu a manutenção e o crescimento do gap salarial pró-homem, indicando a persistência e o recrudescimento da discriminação sexual no mercado de trabalho mineiro, inclusive na zona rural.

Podemos exemplificar melhor este peso do trabalho feminino e sua respectiva discriminação, trazendo aqui os relatos de Maria de Fátima Lima, mais conhecida na comunidade do Tomé como “Maria de Levi”, uma artesã da Chapada do Apodi/CE, que produz cordéis sobre o trabalho e a vida da mulher do campo¹. Ela também participou do estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará, e expõem este lado “pesado”, desde o trabalho intenso e cotidiano das mulheres que trabalham em empresas agrícolas, até as consequências do contato com os agrotóxicos². O relatório demonstra que ainda há muita invisibilidade e violação dos direitos das mulheres, principalmente no que envolve o trabalho no agronegócio. Jornadas extensivas e mal remuneradas, vezes sem direitos trabalhistas, que colocam em risco a saúde da mulher e até o território que elas vivem, por contaminar o solo e a água.

Diante do explorado, discutir a realidade das mulheres camponesas vai além das questões de gênero e envolve inclusive os direitos sociais, pois há um abismo entre a proposta dos direitos legais e a existência destes direitos na prática. Por esta razão que é relevante discutir a eficácia das políticas públicas como ações que geram equidade e empoderamento para as mulheres rurais, tema que retomarei mais à frente.

2.2.2 Autonomia E Empoderamento: Caminhos Para Desconstruir A Invisibilidade

Abordar a noção de gênero no meio rural contribui para a descrição da realidade social, para a observação das tentativas de desnaturalização de processos de subjugação e definição do papel da mulher nas relações cotidianas, mas também das tentativas de resistência, de negociações e de inserção de novos sentidos. Vimos que as relações de gênero

¹ Leia os versos dos cordéis em: <http://www.tramas.ufc.br/?p=687>. Acesso em: 21 maio de 2021.

² Leia mais sobre o estudo em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2017/02/CADERNO-MULHERES-EM-DI%3%81LOGO.pdf>. Acesso em: 21 maio de 2021.

são construídas historicamente, com base nas “relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (Foucault, 1979, p. 179). No entanto, é importante dizer que também o são e, conseqüentemente, estão sujeitas a constantes transformações, influenciadas pelas mudanças nas organizações culturais, políticas e econômicas. Como bem destacou Orquídea, uma das mulheres entrevistadas:

Eu, isto tudo que eu tô vivendo eu não sabia que eu ia viver, entendeu? Eu vim com o intuito de ficar na roça mesmo, casada mesmo né, naquela época a gente pensava assim, eu vou casar e quem vai me sustentar é o marido, porque era assim na época da minha mãe, e nas casas todas da roça né? Eu fiquei um bom tempo assim, depois eu comecei assim né, a cantar na igreja, a cantar nos lugares né, porque eu sei bem as músicas antigas da roça, acho que foi assim que nos conhecemos né, lembra? Seu marido cantando e eu cantando (risos) ae depois eu passei a mobilizar as coisas aqui da roça né e o pessoal viu que eu tinha disposição, na época até o vice-prefeito me fez o convite né, ae eu peguei sem expectativa nenhuma, aí depois veio a Viviane da EMATER né, me pediu, me pediu não, viu se agente interessava criar uma horta comunitária, e aí foi, e eu acabei sendo o cabeça da coisa e aí foi, e graça a Deus, é engraçado, às vezes eu paro e penso como que pode mudar as coisas né? Mas eu acho que foi porque eu passei a me desenvolver né, eu fui rompendo com as coisas, e agora tinha mais oportunidade e não viam mais que lugar de mulher era dentro de casa só né? (Fala Orquídea).

Apesar da segregação e da discriminação, vários autores (Paulilo, 1987; Wanderley, 2003; Cazella *et al.*, 2009; Carneiro; Brumer, 2004; Deere; León, 2002; Siliprandi, 2015, etc.) têm demonstrado uma reconstrução nas funções desempenhadas por mulheres no processo produtivo, tanto no mundo urbano quanto no mundo rural e é por isto que busco tratar da estratégia adotadas por mulheres para a dinamização da economia rural. Para investigar este assunto a partir dos conceitos das Ciências Sociais, é válido considerar as categorias de agenciamento, reflexividade e estratégia (Archer, 2003; Whittington, 2004; Caetano, 2011; entre outros), que são mobilizadas por estas mulheres ao longo de suas trajetórias de vida para ocupar novos espaços políticos, econômicos e sociais dentro da estrutura social que circunscreve o mundo rural.

Nesse contexto, Paulilo (1976, 2003) explica que, quando se fala dessas mulheres como sujeitas, se reconhece que elas têm “trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares”. Estas, por sua vez, constituem práticas, redes, movimentos e saberes, que constroem e reconstróem as relações políticas, culturais, econômicas e sociais neste meio rural. Ao estudar a temática estratégias por meio das questões de gênero e o aspecto sistêmico que as circunscreve, como bem destaca Ellen Woortmann (1997), se traz à tona um universo masculino e o feminino da família camponesa, que ainda hoje se apresentam

bastante segmentados. Veremos que, em muitos locais deste Brasil, os homens não entram no campo de trabalho da mulher, mas elas têm assumido cada vez mais o trabalho deles (Scott; Cordeiro; Menezes, 2010).

Eu sempre trabalhei com três tipos de marido das mulheres que eu dei assistência. O marido cabeça boa que vê a mulher ganhando dinheiro, que vê a mulher crescendo, desenvolvendo, caminha junto com ela. Nós temos um caso aqui na região que a mulher começou a fazer biscoito, e o marido tirando leite. A mulher começou a vir pra feira aqui de Juiz de Fora, começou a chegar dinheiro vivo toda semana, ele vendeu as vacas, comprou uma kombi e os dois trabalham juntos, coisa mais linda né? E este é o marido perfeito né? Temos um marido que a mulher começa a ganhar dinheiro, ele para de trabalhar, vai lá pro curral, deita dentro do cocho e dorme. Ao menos ele não atrapalha né? Agora triste né é o marido ciumento. Pois elas começam né, como você falou ali do empoderamento, elas começam a ganhar dinheiro e elas começam a elevar a autoestima né, aí aparece o batom, o brinquinho, roupa nova, sandália nova, e o marido né, este tipo de marido ciumento me odeia, desde que a mulher da EMATER apareceu aqui você não é mais a mesma. E não é mesmo. Elas mudam. E mudam toda a postura de vida delas, é uma benção, é uma transformação que eu assisto de camarote. Fico muito feliz de ver a mulher se descobrindo né, então é uma luta nossa (Fala Avenca – Aposentada EMATER/Juiz de Fora).

Assim, o empoderamento das mulheres remete a ideia de conquista da autonomia ou da autodeterminação, podendo ser de um instrumento/meio e um fim em si próprio, tanto para se romper com as opressões de gênero como tanto para se criar caminhos para a independência financeira ou reconhecimento dos seus papéis sociais. Temos então que considerar que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 5). Mas, vale lembrar que poder é tanto a capacidade de tomar decisões sobre a própria vida, materializado por meio da afirmação, da satisfação de necessidades, da realização de objetivos, como também consiste na capacidade de decidir sobre a vida dos outros. Nesse sentido, Deere e León (2002, p. 55), destacam que empoderamento “não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo (...); é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história”.

2.2.3 Caminhos da autonomia e do empoderamento: meios de se construir as liberdades políticas, econômicas e sociais

Havendo oportunidades e liberdades, os indivíduos podem exercer e usar as suas potencialidades em prol do bem-estar coletivo e individual (elevar assim suas capacidades) e

tal argumento fica mais claro em sua obra de Amartya Sen (2001), *Desigualdade Reexaminada*, quando se dá destaque a questão: igualdade de quê? Dada a heterogeneidade das necessidades que se apresentam desde a estrutura social até ao próprio indivíduo. Neste sentido, conceitos como de autonomia e empoderamento são relevantes para este estudo, e oportunizam resposta a questão proposta por Sen (2001), no que diz respeito a tomada da consciência por parte das mulheres, na construção de busca por igualdades. Para que tal fato seja concretizado é necessário engajamentos em lutas e participação em diversas esferas sociais, políticas e econômicas, desconstruindo e reformulando padrões de segregação, submissão e desigualdade social.

É preciso também acessar os recursos disponíveis, como obter acesso à terra, as políticas sociais, à educação, à tecnologia, entre outros, capazes de possibilitar alcançar um grau de autonomia financeira, política e social. Tendo acesso e aperfeiçoando suas capacidades, conseqüentemente, haveria uma melhoria na qualidade de vida de suas famílias e, por consequência, a valorização de sua posição em relação aos maridos e às comunidades em que vivem, como bem veremos no capítulo final desta tese ao descrever as trajetórias de vida de cinco mulheres que vivem no meio rural da zona da mata de Minas Gerais. Mas isto pressupõe desenvolver as habilidades e conhecimentos (reflexividades e estratégias) necessários sobre decisões e ações que envolvem questões técnicas, financeiras, condições de mercado, formação de redes, engajamento cívico e abertura cultural para o novo e diferente (Stromquist, 1997).

O processo de expansão das liberdades apontado por Amartya Sen (2001), já na obra *Desenvolvimento como liberdade*, inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam (PNUD, 2013, p. 23).

Concatenando os argumentos de Sen (2001) com a noção de empoderamento mobilizada neste trabalho, é importante considerar que, estes processos que abrangem a liberdade e empoderamento, não acontece de forma linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; principalmente envolvendo mulheres rurais, “é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história,

assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados” (Deere; Leon, 2002, p. 55 *apud* Zorzi, 2008, p. 39). Logo, conhecer e visualizar o cotidiano de mulheres rurais, seu dia a dia campestre, suas ações no âmbito produtivo e reprodutivo da família, da comunidade e da sociedade em si é um dos meios de dar visibilidade e compreender como em determinados territórios estas mulheres desenvolvem suas liberdades, sua autonomia e se empoderam. É o que pretendo apontar, enquanto cientista social, ao longo deste estudo.

(...) a visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas tem para realizar o mínimo do que gostariam (...) Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2001, p. 29 - 31).

Os estudos de Amartya Sen, trazem à tona reflexões éticas e críticas no que tange a relação da economia tradicional com as questões que envolvem o bem-estar individual e mesmo coletivo. A concepção de desenvolvimento é vista como um meio das pessoas desempenharem sua condição de agente obtendo autonomia sobre as suas vidas (Sen, 2002, p. 262). Amartya Sen afirma que são as capacidades das pessoas que devem ser igualadas, onde a igualdade de oportunidades é o mecanismo necessário para elevar a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas (Sen, 2001, p. 13), permitindo que elas se empenhem a fim de realizar seus propósitos (ou projetos de vidas). Compreende-se que as oportunidades vão além da disponibilidade de recursos, envolve desde o acesso das pessoas a estes recursos, mas um acesso que depende das habilidades e dos talentos para fazer uso destes recursos e neste aspecto é válido considerar os capitais incorporados e mobilizados pelos indivíduos, bem como as estratégias de dinamização que as famílias rurais utilizam para se manterem no meio rural (Bebbington, 1999).

Para conquistar essa posição na sociedade, Amartya Sen (2000) destaca, dentre os fatores relacionados ao empoderamento da mulher, o nível de estudo, a possibilidade ser proprietária e as oportunidades de emprego. Na perspectiva do autor, o alcance das “liberdades substantivas” estaria relacionado à qualidade de vida, à segurança econômica e física. Segundo Sen (2000), ter mais liberdade significa melhorar o potencial das pessoas, o

que estaria gerando sua “condição de agente”. Fazer as coisas é importante por si mesmo, para a liberdade global da pessoa e porque favorece a oportunidade da pessoa ter resultados valiosos. O mesmo autor salienta cinco tipos de liberdade, vistos de uma perspectiva instrumental, derivados dos estudos empíricos, e que são cruciais para o processo de desenvolvimento:

* *Liberdades políticas*: referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar escolhas, por exemplo, decidir quem deve governar, além de ter liberdade de expressão e diálogo político; participar de organizações e associações, entre outras.

* *Facilidades econômicas*: são as oportunidades que as pessoas têm para utilizar os recursos com propósito de consumo, produção ou troca;

* *Oportunidades sociais*: diz respeito às disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação ou saúde, as quais influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor;

* *Garantias de transparência*: diz respeito às necessidades de confiança que as pessoas podem estabelecer e esperar no processo de interação social;

* *Segurança protetora*: ela é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, a esfera desta segurança, inclui disposições e instituições fixas (ex. benefícios aos desempregados e a previdência social, etc.).

Por isso, o empoderamento deve se dar por meio de três frentes, à nível individual, relacional e contextual, como bem destaca Léon (2001), cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa. Ele pode advir da através das tomadas de consciência individual, dos processos reflexivos (Archer, 2003, Caetano, 2010) e da condição de agente (Sen, 2010), como bem destacamos neste trabalho, ao descrever as experiências de vida destas cinco mulheres. Elas agem acarretando mudanças dentro e fora do núcleo familiar, guiadas por valores e objetivos próprios, fiéis aos seus princípios e perseverantes em seus projetos, e este “ajustamento contextual é, em muitas circunstâncias, pré-reflexivo, orientado pelo sentido prático, ou seja, pelo conhecimento incorporado dos sujeitos que os leva a saber agir adequadamente de acordo com a situação em que se encontram” (Caetano, 2013, p. 282). Nesse sentido, o acesso às políticas públicas poderia visar o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral, como bem veremos no terceiro capítulo deste estudo. Compreenderemos como os programas criados pelo governo a partir dos anos 2000, como o Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), possibilitaram acesso ao mercado, formação associativa e a segurança alimentar para a agricultura familiar.

Por conseguinte, o empoderamento pode se dar a nível relacional e contextual, abrangendo a esfera política, por exemplo, quando se desenvolve a habilidade para organizar e mobilizar mudanças sociais, isto se traduz a partir da participação das mulheres em pequenos grupos. Um exemplo é Orquídea, pesquisada neste trabalho, que se envolve com questões comunitárias (como a igreja e a associação) e até mesmo com questões mais amplas (e hoje ocupa a posição de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e faz parte dos conselhos municipais locais). Nessa perspectiva, a participação reverbera também como um mecanismo político, que não se traduz apenas no ato de votar, mas por meio de engajamentos que representa vozes e ações coletivas.

De fato, por meio de processos organizativos, é possível fortalecer vínculos e consolidar grupos de trabalho para a realização de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, estabelecer espaços de socialização que envolvem discussões e mobilizações em torno das atividades realizadas, experiências vivenciadas tanto no âmbito familiar quanto no comunitário, gerando assim transformações sociais. Mais à frente compreenderemos melhor este processo de engajamento político enquanto um dos meios para se concretizar as liberdades, no sentido de gerar autonomia, quando apresentamos as experiências de lutas e conquistas nos movimentos sociais (como a Marcha das Margaridas, o Movimento das Quebradeiras de Coco, Movimento dos Sem-Terra, entre outros) no que diz respeito ao acesso da população rural aos direitos básicos, como aposentadoria, acesso à terra, a políticas sociais e mesmo ao mercado.

Também veremos os papéis que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) desempenharam a nível político e relacional, quando solicita o engajamento e decisão coletiva (de representante da população rural e das instituições públicas) envolvendo as ações públicas no meio rural. Tais ações vão ao encontro da proposta de Amartya Sen (2000), quando o mesmo afirma que as políticas de desenvolvimento devem ser orientadas para a valorização, a expansão e promoção do capital humano. Exemplo disto é a experiência que a população rural tem vivenciado com os cursos de capacitações e de formação que o SENAR tem oferecido, a nível nacional, como bem vemos na frase de Orquídea:

Sabe que antes meu sonho era ficar na cidade, fazer renda em Juiz de Fora, teve um tempo que minha vontade era só voltar pra cidade, mas agora com

este envolvimento com a Associação, com os cursos do SENAR, e mais agora o sindicato, eu tô conscientizando que a roça é o melhor lugar, Que tudo é natural né? Eu ouço as pessoas falando, traz pra mim, seu produto é natural, olha a diferença da beterraba plantada lá com a beterraba que compra aqui? Aí eu passei a repensar né, olha como que o pessoal que ta lá reclama do produto e eu aqui que tenho ele tô querendo ir embora pra lá (...) eu não gostava de roça assim, eu achava que na roça a vida da gente não muda sabe? Ficava muito com serviço de casa sabe? Aí apareceu a horta, depois fui mexer com a Igreja, e da Igreja fui pra Associação, e depois pro sindicato né, agora eu tô é sem tempo (risos) (Fala Orquídea).

Ao ter direitos assegurados, as pessoas passam a ter oportunidade de reivindicarem uma ação pública necessária, baseado no que é valorizado por elas. As liberdades seriam resultantes, especialmente em uma democracia, das articulações e das participações com base em valores considerados importantes para aquela sociedade. A fome, a carência de alimentos é um dos impedimentos para o processo de desenvolvimento de uma nação. Por isto que Amartya Sen (2010) ressalta a importância fundamental da mulher na sociedade, e enfatizamos neste estudo as múltiplas funções que ela é capaz de realizar na estrutura social, principalmente as mulheres rurais, no sentido de garantir a preservação das sementes, a manutenção das hortas e quintais, o cuidado com os filhos e as criações e mesmo as trocas sociais e familiares que as mesmas realizam, garantindo assim acesso a mercados, a espaços (...) o engajamento cívico, enquanto liberdade política passa a ser crucial neste processo de desenvolvimento, fomentando mais equidade e oportunidades, inclusive em nível local. Sen (2010) diz que mesmo sendo as liberdades resultantes de circunstâncias pessoais, sociais e ambientais, o apoio social, seja através das ações públicas ou privadas, para a expansão de liberdades das pessoas é algo que caminha a favor de sua responsabilidade individual, uma vez que, com esse apoio, criam-se oportunidades de escolhas e liberdades efetivas, que ajudam a ampliar os acessos a bens, garantindo assim o bem-estar social. A verificação de recursos e conseqüentemente de desenvolvimento deve direcionar-se para as condições reais tanto dos serviços públicos quanto das particularidades da sociedade que influenciam as escolhas individuais.

O mecanismo de atuação das mulheres em organismos de participação representa uma forma de reconstruir o processo cultural de dominação masculina que ainda permeia nossa sociedade. Transformar a mulher em sujeito coletivo atuante, através da mobilização, é uma prioridade para a construção de uma nova identidade da mulher rural, que confere visibilidade e participação nos processos de produção. Esse processo de construção, de empoderamento, não é simples ou possui uma receita - estão inseridas no conservadorismo do mundo rural e na lógica capitalismo do mundo moderno, em que romper os preconceitos pode custar perdas de

apoio, de afetividade, de amizades e de relacionamentos que antecederam sua própria existência, como a vinculação com os pais, com os quais “(...) confrontam-se e rompem relações com os parentes mais próximos, e recebem um tratamento diferenciado na sociedade” (Fischer, 2006, p. 16).

É na elaboração dessas experiências que se dá o processo de construção de sujeitos inseridos no espaço coletivo. Não há mudança sem ruptura e as relações sociais estão impregnadas de valores objetivos e subjetivos, por meio dos quais, a sociedade é continuamente reelaborada e dessa forma, a ação das mulheres em movimentos de representação coletiva fornecem ferramentas para seu empoderamento capaz de expressar demandas, reivindicar direitos e ampliar sua cidadania. Assim, as mulheres abrem possibilidades de ganharem visibilidade política por meio da construção dos espaços de autonomia, efetivada pela inserção nas relações de mercado. Essa construção reorienta a divisão sexual do trabalho tanto no espaço privado quanto no público e a mulher passa, então, a dividir com o marido a condição de provedor do lar. Percebemos então que o empoderamento é facilitado quando há conquista de pequenos espaços de liberdade para fazer escolhas, expor opiniões, traçar metas e, portanto, reconstruir identidades.

2.2.4 Caminhos da autonomia e do empoderamento: acesso à terra, a técnicas, saberes e ao mercado

Os estudos voltados para a abordagem dos papéis e lugares por elas ocupados/desempenhados em espaços definidos majoritariamente como masculinos ganham destaque e são de suma importância para desvelar esta invisibilidade. Dentre esses, podemos citar os escritos de Carmen Deere e Magdalena León (2002) ao tratar dos direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. As autoras afirmam que a propriedade e o acesso à terra é o principal fator relevante no meio rural, tanto para acesso as políticas públicas, quanto a permanência e geração de renda neste local. Entretanto, a falta de o acesso à terra, bem como a ausência de titularidade da mesma por parte das mulheres, reafirma a desigualdade de gênero, através dos mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade:

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem (...) os direitos à terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família (Deere; León, 2002, p. 29).

Outro fator mencionado pelas autoras, que ocasiona empoderamento e modifica as relações entre homens e mulheres principalmente no meio rural, é o fato dessas mulheres passarem a ter uma renda própria, seja pela via da venda de sua mão de obra ou dos bens que elas produzem, como doces, hortaliças, queijos, artesanatos, entre outros. E, havendo possibilidade de contribuir com o orçamento da família, ela passa a ter voz e, por sua vez, aumentam as chances de perceberem sua importância no ambiente do lar.

As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como a uso de recursos destinados ao consumo doméstico. Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata e outros, sendo também responsáveis pelo uso do recurso assim obtidos. (...) Não é de surpreender, por isso, que mulheres, apesar da dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo, preferiram exercer essa atividade ao trabalho doméstico, usando justificativas tais como: ‘o trabalho doméstico é todo dia a mesma coisa, a gente limpa e logo em seguida a gente tem que limpar de novo’; ‘o trabalho na roça a gente vê’ (Brumer, 2004, p. 211-212).

Deere e León (2002) consideram que o empoderamento, através da propriedade de bens próprios ou conjuntos, pode favorecer a existência de relações de gênero mais simétricas. As autoras destacam também que, para se obter igualdade entre homens e mulheres, é preciso modificar o acesso delas tanto aos bens quanto ao poder. Essa igualdade pode ser conquistada através da noção de empoderamento: “o aumento no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoderá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres” (Deere; León, 2002, p. 412). Portanto, o conceito de empoderamento, que adveio da práxis, da luta dos movimentos sociais e das ações de muitas mulheres rurais no seu dia a dia campestre, nas últimas décadas, passa a ser considerado neste trabalho por meio de dois nortes: o primeiro diz respeito ao poder, no sentido de ocupar novos espaços e, conseqüentemente, frentes de liderança e de luta; e o segundo se refere ao norte de desenvolvimento, mudança e de transformação, dado que aquelas que se empoderaram, podem também obter novos caminhos na sua trajetória de vida.

Por isso, os dois capítulos que se seguem focam em tratar das lutas e movimentos de conquistas de direito, visibilidades e autonomia por parte das mulheres rurais e o conseqüente traz à tona a perspectiva desenvolvimento rural e políticas públicas, considerando as experiências vivenciadas no entorno do município de Lima Duarte na zona da mata mineira.

Assim, o empoderamento das mulheres remete à ideia da conquista da autonomia ou da autodeterminação, podendo ser de um instrumento/meio e um fim em si próprio, tanto para se romper com as opressões de gênero como tanto para se criar caminhos rumo a independência financeira ou reconhecimento dos seus papéis sociais.

Tratar de empoderamento ou de ocupações de espaços por meio do poder e da ação, não pode ser mensurado, no caso das mulheres rurais, sem olharmos para a estrutura social, sem considerar também as influências externas que levam a este empoderamento, como veremos neste estudo. Neste sentido, Deere e León (2002, p. 54) pontuam que o “poder de dentro” fortalece a geração de força interna, a autoestima, a autoconfiança e nutre os indivíduos de “vontade própria”, de “força reivindicativa”. Tal poder também gera “consciência crítica” e, conseqüentemente, a capacidade de refletir a propósito de sua situação, sua posição, seu papel frente aos ambientes produtivos (público, masculino) e reprodutivos (privado, doméstico – feminino). Baquero (2012) também vai ao encontro dessas autoras e reforça que este “poder” é tanto um processo quanto um resultado da ação social e, para ser efetivo, necessita da interação entre os indivíduos. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a participação feminina no mercado de trabalho agrícola latino-americano quase dobrou desde 1975, quando foi celebrado o Ano Internacional da Mulher. Hoje, já se reconhece o direito de uma mulher alcançar autonomia e independência econômica através de uma ocupação. O acesso a mercados é capaz de empoderar as mulheres, não apenas porque elas passam a ter uma renda monetária, mas também o acesso a estas gera redes associativas e trocas de saberes, além de acesso a outros espaços e percepção de vida.

Figura 1 – Campanha Mulheres Rurais, mulheres com direito

#MULHERESRURAIIS
mulheres com direitos

9 Acesso a Mercados

Marlene Maria Rodrigues

As produtoras rurais estão descobrindo que além da produção que fazem no campo, podem agregar valor ao mercado e se empoderar disso. Hoje o forte da agricultura familiar é a mulher.

#MULHERESINDÍGENAS
mulheres visíveis

15 DIAS PELA AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIIS

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO CASA CIVIL GOVERNO FEDERAL

Fonte: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/aceso-a-mercados-empoderamento-das-mulheres-da-agro-verde/>.

Exemplo disto é a diversificação das atividades agrícolas e a implementação da pluriatividade, seja no agro turismo, seja na agricultura orgânica, tem sido considerada um espaço fértil de empoderamento das mulheres. Rita Gomes e Conceição Nogueira (2016) produziram um mapeamento sobre as publicações e estudos que envolviam a temática gênero e ruralidade entre o período de 2000 a 2014, cuja abordagem procura demonstrar que a compreensão do espaço rural deve ser considerada a partir de contextos globais e locais e, com base na construção social de um rural mais heterogêneo. Este, por sua vez, tem por marca questões culturais, econômicas, políticas e históricas em um processo bastante dinâmico de constante reestruturação, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.

Neste aspecto, é fundamental considerar as mudanças que o rural apresenta nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 90. As autoras destacam que a pluriatividade, a diversidade de empregos, oportunizadas desde a agroindústria até mesmo com a criação de novos espaços para a venda dos produtos agrícolas, como as feiras livres e outros tipos de mercados, modificaram significativamente os aspectos sociais e econômicos do meio rural. Elas pontuam ainda (2016) que os usos agrários não alimentares, como a compra de alimentos em grandes mercados, já processados e embalados, substituíram e reconstruíram a dedicação das famílias rurais na produção da agricultura familiar. Pode-se citar, por exemplo, a compra de alimentos básicos como o feijão, o arroz e a carne, que por sinal otimiza ainda mais a relação tempo e espaço estabelecidos no processo de produção das famílias agrícolas.

Se antes gastava-se boa parte do tempo no cultivo de grãos e outros alimentos nas pequenas propriedades rurais, hoje, com a grande oferta e menor preço destes produtos para a população, em especial a rural, utiliza-se o tempo para se dedicar a outros ofícios, inclusive atividades pluriativas, formação profissional, envolvimento em atividades culturais, entre outros. O fato, por exemplo, das comunidades de três das pesquisadas deste estudo, em uma fronteira de Parque Estaduais, possibilita mais acesso a um mercado diferenciado por parte das mulheres rurais. Uma delas, inclusive, fortaleceu a renda da sua propriedade com a construção e realização de almoços aos finais de semana no rancho próximo a cachoeira em sua propriedade, como bem veremos no capítulo final deste trabalho. Cristina tinha sobrinhas que prestavam serviços as pousadas ao redor do Parque Estadual de Ibitipoca. Bromélia chegou a trabalhar e fornecer verduras para os restaurantes do Parque. Portanto, a partir da diversidade de demandas de trabalho e oportunidades geradas por políticas sociais direcionadas a este público (como a feira livre e o PRONAF), segundo Wright e Anne (2014),

abre-se possibilidades para que as mulheres se desloquem de um espaço interior, relacionado ao âmbito doméstico da casa, para circularem pelo espaço exterior. Essa mudança de deslocamento pode ser vista como uma possibilidade concreta de empoderamento dessas sujeitas.

Sérgio Schneider (2001) demonstrou como a pluriatividade foi uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. O autor aponta, através de outros escritos e pesquisas que no meio rural acentua-se cada vez mais a combinação de funções agrícolas e não-agrícolas junto à expansão tecnológica. Assim, agrega-se uma série de atividades que passaram a oferecer novas oportunidades de trabalho e renda para famílias, a agropecuária e a agricultura de subsistência passaram a dividir espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo cada vez mais os limites entre o rural e o urbano no país (Silva; Hoffmann, 2000). Neste mesmo contexto, visualizamos as articulações na esfera econômica que possibilitam a expansão das capacidades individuais. Espera-se que, a este nível, aumentasse a liberdade de exercício e expansão de capacidades e de titularidade sobre recursos que dependem da interação com os diferentes atores (do Estado e Mercado); ao mesmo tempo pode ser uma estratégia de fortalecimento individual para a alteração de relações de poder dentro da família e da comunidade. Para Graziano da Silva (1997, p. 43) a modernização do campo criou jornadas de trabalho com tempo parcial ou em rotatividade, abrindo espaço à pluriatividade desses trabalhadores e suas famílias, o que configura um novo rural. Soma-se a isto o sistema de crédito rural, a melhoria de infraestrutura e a formação de cooperativas, onde a pluriatividade também pode ser vista como uma estratégia de não-fragmentação da propriedade, pois permite a diversificação das atividades rentáveis do negócio.

A significativa participação e atuação de algumas mulheres dessa região nas atividades rurais, desde a ordenha de vacas até o plantio da lavoura e manutenção/colheita da mesma é reveladora da capacidade e dedicação pelo campo. Indica também a não submissão à mera condição de papéis antigamente impostos a elas, a saber, o patriarcalismo e o machismo, forte neste meio social. Assim, acompanhar o cotidiano de trabalho, a superação e reinvenção destas mulheres, somada a inúmeras experiências sociais, políticas e econômicas que elas têm buscado, tornou-se um ponto de partida interessante para se pensar a sociedade rural, suas novas formas de organização e claro as estratégias adotadas para permanecerem neste ambiente.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o acesso à educação, a formação profissional e a capacitação técnica como forma de empoderamento, aprimoramento das

habilidades e mecanismo de acesso ao mercado. A promoção de ambas para a população rural, especialmente as mulheres remove barreiras e a viabilizar processos de empoderamento e desenvolvimento no meio rural, como bem descreveremos no capítulo três deste estudo. Promover o acesso à novas técnicas e melhor manejo dentro das propriedades. Os cursos presenciais, semipresenciais e online ofertados pelo SENAI e outras atividades de capacitação e difusão de técnicas e conhecimentos, levadas pelos agentes da EMATER, pelas atividades de extensão da EMBRAPA, da EPAMIG, das universidades públicas (como a UFV e a própria UFJF) e dos institutos federais (como o IFET-Rio Pomba) que hoje também comporta uma série de cursos, alguns de curta duração, no formato de educação a distância, é algo primordial para fortalecer o acesso a capacitação, apresentando a esta população técnicas específicas de aperfeiçoamento do trabalho, manejo e produção no meio rural, além de gerarem trocas e encontros entre os sujeitos rurais ampliando seus horizontes de sociabilidade, rede e conhecimento.

Portanto, a formação profissional rural, oportunizada através do acesso a estes cursos (seja via SENAR ou EMBRAPA, ou via instituições federais como os IFETs) é um processo educativo, participativo e sistematizado que possibilita ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de uma ocupação e melhoria das formas de produção nas propriedades rurais. Conhecimento e informação podem levar à mudança nas relações de poder e viabilizam as estratégias de dinamização da vida campesina, em níveis locais, regionais e globais, possibilitando mais qualidade de vida, mais acesso a recursos e combatendo o êxodo e a desigualdade no meio rural.

Amartya Sen (2000) argumenta ainda que a importância do enfoque sobre a condição de agente das mulheres é o papel que essa condição pode ter na eliminação das injustiças que prejudicam o bem-estar feminino. Também apresenta evidências de que o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são influenciados por questões como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, conseguir emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizada e participar nas decisões dentro e fora da família. Portanto, ao questionar também o caráter de complementariedade inicialmente atribuído ao trabalho das mulheres no campo, revelo, ainda que brevemente, com as entrevistas realizadas, uma nova forma de organização de trabalho, de vida e de superação no ambiente rural, rompendo as barreiras de segregação, estigma e preconceito que sempre circunscreveram o sexo feminino neste espaço.

No próximo capítulo, iremos discorrer sobre os processos que envolveram lutas, direitos e busca por emancipação, reconhecimento e empoderamento social e econômico por

parte das mulheres rurais. Pontuar estes aspectos é de suma importância para entendermos as questões de divisão social de trabalho e invisibilidade que se estende as mulheres rurais. Se, ao longo do século XX, no mundo urbano, muito se falou e discutiu sobre igualdade e direitos envolvendo as mulheres, iniciamos o século XXI buscando acertar e discutir a dívida de estendermos estas conquistas e discussões para o mundo rural, desnaturalizando dimensões de sua condição de gênero e geração desenvolvem, por um lado, novas e importantes contribuições teóricas e, por outro, novas e mais engajadas propostas de luta feminista (Woortmann *et al.*, 2010, p. 10).

3. MULHERES RURAIS: LUTAS, MOVIMENTOS E CONQUISTAS

Ao longo deste capítulo, busca-se, ainda que brevemente, refletir sobre algumas mudanças que o mundo rural e mesmo a estrutura social enfrentou nas últimas décadas, situando, exemplos de agentes que contribuíram para ressignificar as relações de gênero neste meio, pontuando também algumas frentes que foram mobilizadas, e as principais conquistas legislativas a fim de assegurar mais equidade e justiça social a estas mulheres, ou seja, iremos pontuar, descrever algumas das lutas empreendidas pela população do campo, especialmente as mulheres rurais, a fim de garantir o direito à cidadania e o acesso a políticas sociais. Compreenderemos, portanto, como a participação política possibilitou a ampliação das oportunidades/capacidades destas mulheres (Sen, 2001). Como bem destaca Maria Wanderley (2003, p. 47), “o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de

intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura.” O capítulo nos faz um convite para pensarmos sobre a atuação dos movimentos sociais (como as Ligas Camponesas, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) que articulou a Marcha das Margaridas, entre outros) na busca e garantia destes direitos, bem como também pontuar as ações do Estado na garantia dos direitos básicos (como a aposentadoria rural). Ao final deste estudo, buscarei apresentar, ainda que de forma sucinta, mais especificamente no capítulo que trata do tema mulheres e estratégias, que o agenciamento, a reflexividade e as lutas mobilizadas por elas, seja na vida privada ou pública, são capazes de fortalecer a visibilidade, a autonomia e o empoderamento dentro das diversas esferas sociais, políticas e econômicas que circunscrevem suas vidas, gerando assim uma nova força de ação e percepção do que é ser mulher no meio rural.

3.1. LUTAS E CONQUISTAS – A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Pode-se dizer que a problemática de acesso à terra, direitos trabalhistas e desigualdade social no campo é sedimentado desde os tempos da colonização e se acentua ainda mais nas últimas décadas. As lutas sociais no meio rural brasileiro explodiram dramaticamente nos anos 1950, com o movimento das ligas camponesas, principalmente no nordeste do país, e acabaram sendo oprimidos pelo golpe militar de 1964, mas tiveram uma nova estruturação com a intervenção da Igreja Católica e das organizações sindicais. As Ligas Camponesas mobilizavam milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, com o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” lutavam contra a secular estrutura latifundiária no Brasil.

Em meados da década de 60, os sindicatos, alteraram as plataformas das ligas e dissipou muitos associados, enfraquecendo as mesmas, além do mais com a ditadura militar vigente no país, aconteceram muitas represálias, assassinatos e prisões, mas ao mesmo tempo todo este contexto político contribuiu para fortalecer e criar frentes de resistência e luta para a população do campo. Com a proposta de estender ao trabalhador rural os benefícios sociais já usufruídos pelos trabalhadores urbanos e de fazer aplicar o recém-aprovado Estatuto do Trabalhador Rural (1963) ao campo, os sindicatos ganham mais notoriedade entre os trabalhadores e pequenos produtores rurais, e tem até os dias atuais grande força política,

econômica e social, a exemplo da FETAG (Federação de Trabalhadores da Agricultura), da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) e também do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, e cujo cursos e atividades extensionistas é mantida pela contribuição sindical da classe patronal rural. Como bem destacou José de Souza Martins:

Os movimentos sociais do campo são a forma do protesto dos pobres da terra, o clamor dos sem voz porque não foram ouvidos no devido tempo. Eles desafiam a sociologia rural a compreender o protagonismo e a criatividade das populações rurais e a compreender também as saídas possíveis das situações socialmente anômicas em que muitas vezes se encontram (Martins, 2001, p. 31-36).

Do ponto de vista econômico, desde a década de 1960, a agropecuária brasileira vem passando por um processo de modernização e industrialização. Esse processo tornou a estrutura social e produtiva do campo muito mais complexa, porque redefiniu o papel de seus agentes, não no sentido da democratização da propriedade da terra, mediante uma ampla reforma agrária, mas da concentração fundiária e do êxodo rural; em paralelo, juntamente com a luta pela posse da terra e pela transformação do meio rural em um espaço de cidadania, emerge o questionamento do papel feminino no campo.

Entre meados da década de 60 até meados da década de 80, estas fortes transformações, decorrentes da mecanização do campo e fortalecimento do acesso à tecnologia no meio rural reconfiguraram o cenário econômico e social do campo. Ocorreu alargamento da produção agrícola e uma baixa rentabilidade da atividade da pecuária (havia muita oscilação no preço do leite e seus derivados, bem como da carne). Fortaleceu o recrutamento de muita mão de obra assalariada, precarizada por sinal, para trabalhar junto ao sistema produtivo de larga escala (a exemplo das lavouras de cana, café e de frutíferas, nas lavouras de arroz, milho e soja). Para Aldomar Rückert (1985, p. 57), com a modernização, “quebrou-se o ritmo tradicional da vida do pequeno agricultor do interior (...) o pequeno e médio agricultor ingressou na produção modernizada e foi integrado ao mercado mais amplo sobre o qual não tem nenhum poder de decisão”. Agravou-se assim o cenário de desigualdade, exploração e miséria social no campo.

O lucro/capital concentrava-se nas mãos dos proprietários dos grandes latifúndios e das empresas agrícolas e sem apoio do Estado brasileiro, ou de uma legislação que garantisse proteção e inclusão social, emerge uma série de movimentos rurais, especialmente no que tange às questões envoltas com a cidadania e denúncia deste cenário de exploração. A essa

luta pela Reforma Agrária, por melhores salários, condições de produção e preços agropecuários, agregou-se a mobilização das mulheres do campo pela ampliação de sua cidadania. Pequenas produtoras, sem-terra, empregadas temporárias e permanentes nas fazendas surgem no cenário político buscando uma nova identidade que as diferencie do tradicional papel feminino.

Os movimentos sociais possuem a habilidade de combinar uma pluralidade de formas de ação que vão de estratégias contenciosas e disruptivas, como os protestos públicos, passeatas e ocupações, até ações formais de encaminhamento de demandas. O conjunto dessas ações e formas de resistência é contingente e dinamizado pela relação com a sociedade civil e com o Estado em cada contexto histórico específico. No que diz respeito aos movimentos sociais rurais, estes têm intensificado a sua participação nas disputas que envolvem a luta pela terra e o controle social das políticas públicas relacionadas ao campo, buscando fortalecer a agricultura familiar. Contudo, nas últimas décadas os movimentos sociais rurais apresentam-se com outras concepções e práticas, mais próximas do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que vivem da agricultura (Teubal, 2008, p. 148-9).

Fica evidente, não só na minha pesquisa de campo, mas nas leituras empreendidas sobre a história do campesinato, seja no mundo, seja no Brasil, que os movimentos sociais emergidos no mundo rural nas últimas décadas trouxeram mudanças significativas na forma de se perceber a realidade de luta e de desigualdade que esta população vivenciava e ainda se depara. No que diz respeito ao âmbito das relações de gênero, e falaremos mais disto a frente, o movimento das Margaridas, elencou pontos importantes sobre a invisibilidades das mulheres neste contexto, trouxe uma série de pautas referente a equidade e oportunidades que este público precisava vivenciar melhor nas relações sociais e demonstrou a ausência de políticas públicas voltadas a este setor da sociedade.

Andrea Zarzar (2017) em sua tese de doutoramento demonstra como estes movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil construíram um sujeito feminista. A autora pontua que a frente de consolidação destes movimentos teve dois grandes nortes: as questões regionais e a luta sindical, este último já estava mais concretizado, em decorrência dos embates políticos do período da ditadura militar³. Neste sentido, as ações e articulações da FETAG (Federação de Trabalhadores da Agricultura), da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) e posteriormente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) foram primordiais para dar base e sustentar uma série de movimentos locais, estaduais e

³ Os trabalhadores rurais foram praticamente excluídos do direito de constituir sindicatos oficiais durante as décadas de 1930, 40 e 50. Somente no início da década de 1960 foi-lhes dado esse direito, por meio de duas portarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social e, pouco depois, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março de 1963).

nacionais cuja luta centrava-se na busca de acesso a direitos como aposentadoria, acesso e regulamentação da terra, combate à violência e a exploração no mundo rural, entre outros:

Sem dúvida, a cidadania não se limita à conquista de direitos sociais do indivíduo como trabalhador. No entanto, numa sociedade extremamente desigualitária, quer seja nas relações entre as classes, quer seja nas relações entre os sexos, a construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho e os consequentes direitos sociais a ele relacionados. No caso da mulher rural, não se trata de reclamar por trabalho (ao contrário, ela não quer trabalhar ‘fora de casa’), mas de torná-lo visível, considerado socialmente como obrigação no exercício de seus papéis femininos (Carneiro, 1994, p. 19).

O movimento social é a resultante de uma ação conflitiva, que emerge diante da pretensão de controle do sistema de ação histórica, e a própria história em si aponta como as grandes rupturas se dão por meio dos agentes, seja na figura de grandes sujeitos, seja a partir de grupo de atores que reivindicam direitos e justiça social diante da marginalidade e da subjugação que a estrutura social lhe impõe (Touraine, 1977, p. 283). Exemplo disto é a resposta que os movimentos sociais e mesmo outros grupos do campesinato dão a esta ideologia progressista e tecnicista, através não só do engajamento político, mas também por meio de associações como os sindicatos rurais e outras frentes de luta.

Cabe citar também que em meados da década de 90, emerge um movimento contra hegemônico de valorização da agricultura familiar, de produtos orgânicos e artesanais e da cultura rural, a chamada agroecologia, bem como já a partir dos anos 2000, o próprio Estado apresenta políticas públicas mais direcionadas a minimizar as desigualdades e falta de oportunidade para a população rural. Discorreremos melhor sobre este assunto no próximo capítulo. Soma-se a isto a tomada de consciência, através da reflexão do indivíduo sobre sua própria identidade, que irá estabelecer um novo horizonte de demandas sociais, que não se limitam à maximização do interesse ou à racionalidade instrumental, mas do acesso a cidadania e da visibilidade social.

Por isto, a reflexividade, nos termos de Margaret Archer (2003) gera autoconhecimento, bem como conhecimento sobre a realidade e sobre os outros. Considerar que nós somos seres reflexivos e que por meio destes encadeamentos reflexivos, é possível compreender como se processam determinadas dinâmicas, “avaliando os seus contextos e recursos, as suas opções passadas e as consequências das suas ações (...) É com base neste saber que se compõem as bases para identificarem e definirem estratégias de ação sobre um leque diversificado de questões” (Caetano, 2010, p. 296). É deste modo que tanto os indivíduos quanto frentes coletivas podem encontrar formas alternativas de organização

pessoal e social de certos aspectos das suas vidas, deliberando e se articulando no campo social, político e econômico a fim de gerar mudança social.

O ponto que quero trazer aqui é, temos que olhar mais para as ações sociais, em nível mais microsocial, compreender melhor as estratégias que são mobilizadas e as pautas que emergem a partir dos sujeitos rurais e como eles são capazes de mobilizar suas conquistas para permanecer, viver e se estruturar no meio rural.

O sujeito é confluência e adição de conteúdo a partir da busca de realização do desejo e, portanto, mais do que contorno individual e perseguição de objetivos; diz respeito ao alargamento de limites que pode se traduzir tanto pela hipersensibilidade e pela loucura massacrada em uma dada época quanto por ações concatenadas e de sentido estratégico. É o processo do desejo alargando limites: liberdade e emoção antes não-imaginadas ampliando as possibilidades da vida (Touraine, 1994, p. 222).

Reforço novamente que os processos de empoderamento são uma série de experiências nas quais cada indivíduo aprende a vislumbrar seus objetivos, construir seus projetos de vida e identificar o sentido de como alcançá-los, e uma das principais formas de se adquirir estas experiências é exatamente a partir dos movimentos sociais, seja se engajando nos mesmos, seja se orientando por seus ideais. Além disso, por meio desses processos, os sujeitos obtêm maiores oportunidades de acesso e controle sobre os recursos, como bem destaca Antony Bebbington (1999) em seus estudos sobre condições de acesso a diferentes ativos de capital que os atores desenvolvem nas suas trajetórias de vida, e amplia suas liberdades, nos termos de Amartya Sen (1993). Este autor enfatiza a importância da liberdade individual, e que ela é construída através de acessos a muitos mecanismos, como a democracia participativa, em que os indivíduos são levados à condição de agente. Muitas das vezes estes sujeitos podem atingir uma compreensão crítica de seu contexto sociopolítico com o intuito de transformá-lo num ambiente propício ao seu autodesenvolvimento e, também, ao coletivo (Zimernman, 1995).

Na atualidade, na região da zona da mata mineira há alguns coletivos envolvendo mulheres rurais, a maioria dos movimentos estão ligados ao sindicato rural, vinculado a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), outras frentes estão relacionadas a grupos de agroecologia⁴ e ao Movimento dos Sem Terras⁵, com dois assentamentos localizado na região

⁴ Zona da Mata foi considerada recentemente um polo em agroecologia, mas os grupos que realizam este movimento estão localizados mais na região de Viçosa e não na região de Juiz de Fora/Lima Duarte. Leia mais em: <https://agroecologia.org.br/2019/10/28/rede-aproxima-consumidores-e-produtores-de-alimentos-saudaveis-na-zona-da-mata-mineira/>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

⁵ O Assentamento Denis Gonçalves, do MST, está situado na área da antiga Fazenda Fortaleza de Santana, em Goiana, no Estado de Minas Gerais a quase 100 km de Lima Duarte/MG. Foi criado em 2011. Com capacidade para 140 lotes, tem 1,9 mil hectares agricultáveis com alto potencial produtivo e extrativista de alimentos, possui mais de 120 famílias assentadas. Já o Assentamento Olga Benário, localizado em Visconde do Rio Branco/MG,

de Goianá e Visconde de Rio Branco, mais distante do local que realizo a pesquisa. Não há contato por parte das cinco entrevistas com estes tipos de movimentos. Bromélia, Violeta e Margarida são mais “caseiras”, apesar de terem tido experiências associativas, ficaram por pouco tempo, e ao final deste estudo, elas seguiam a vida rural de forma mais independente e solitária, sem envolvimento com atores sociais e mesmo com o setor da política municipal. Cristina, se envolvia mais com questões comunitárias, como festividades da igreja católica, principalmente porque sua família era responsável pelo baile de São João, também já tinha tido um engajamento mais político com uma grande Associação da região, mas por problemas envolvendo a mesma e a prefeitura ela acabou “desistindo” de mexer com estas questões (como bem enfatizou em uma das entrevistas).

No caso das cinco pesquisadas, Orquídea, já possui um engajamento grande, participando não só da administração do sindicato, mas de outras frentes como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CDMRs) e outras atividades festivas e associativas locais. Ela que é atualmente coordenadora local do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais do município de Olaria-MG, frisa exatamente esta ideia, de autonomia e empoderamento, de formação de classe e de luta, de busca e conquista dos direitos sociais por parte da população rural. Ela ressalta sua trajetória de vida, de colona a proprietária, da ida para cidade, de proletária (nos termos dela) cujo trabalho era na indústria urbana à atual sindicalista, e destaca ainda, ao longo das narrativas, partindo de sua experiência enquanto mulher do campo, que atua e se relaciona com outros sujeitos, a importância e a ação de diversos atores para que a mudança, bem como a construção de caminhos mais independentes da estrutura social possam ser mecanismos de autonomia para a população do campo.

Porque que eu tô aqui, porque eu tomei consciência né? Eu me mexi, porque a gente tem que correr atrás. Eu sempre lutei muito, desde criança, como te falei, era lá com a mãe, com o pai, um monte de gente né, era muitos irmãos, e não podia ficar parado né. Aí eu fui pra cidade, foi difícil, trabalhar na casa dos outro não é fácil, então eu voltei né, voltei ali pra aquela terrinha, pouca coisa mas tu mesma viu, com muito esforço, agente lutou muito, fez diferença, pegava bem cedo, com coragem pois tem que ter coragem né (deu um sorriso e levantou as sobrancelhas) (...) então assim foi isto. Aí vieram falando da hortinha, que podia agente vender na escola, e olha que bom né, tu poder levar tua horta pras crianças né? Sabe eu sempre quis ser professora, já te falei né? (...) Então era uma forma de eu tá ali na escola né, porque a gente tem que comer verdura, tem que comer coisa da terra, faz a gente ficar forte, dá saúde. Aí eu fui indo pra outros projetos, a Viviane da EMATER, o sindicato dos trabalhadores né, dos trabalhadores, que não é

foi criado em 2005. Era uma antiga fazenda com 810 ha, planejado para 30 famílias, vindas, predominantemente, da região metropolitana de Belo Horizonte, ambos desenvolvem atividades em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, com a faculdade de educação da UFJF e com o campus IFET de Rio Pomba.

produtor, e aí tive que ir tomando frente, por que nem todo mundo quer pegar sabe como é? E a gente sabe que tem missão né, é que nem ser professor, uma missão, uma responsabilidade, entende? (...) ah aí eu fui conhecendo um e outro, e conversa daqui e dali a gente vai se informando e vai se envolvendo, e de repente tá até enrolada né (risos) (Fala Orquídea).

3.2 SINDICALISMO, APOSENTADORIA RURAL E AS MUDANÇAS COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Cabe lembrar que até a década de 1970 os trabalhadores rurais eram excluídos da legislação trabalhista, até ser criado, durante regime militar, o PRORURAL, que os inseriu na chamada “cidadania regulada” (Medeiros, 2010). Em 25 de maio 1971 a lei complementar nº11 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, executado PRORURAL⁶ - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural previa a concessão de aposentadorias por idade, invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social. Já a Lei nº 8.540/92 criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL⁷, com o objetivo de subsidiar o pagamento dos benefícios assistenciais aos trabalhadores rurais, com custeio incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de produtos rurais.

A constituição de novos sujeitos políticos, nos anos 1980, resultou em propostas e novas demandas: a criação de reservas extrativistas, o reconhecimento das áreas de floresta ocupadas pelos (as) seringueiros (as). Dentre os novos sujeitos localizam-se as mulheres rurais brasileiras - presentes no processo histórico das lutas sociais do campo, desde a resistência à escravatura - posseiras, assalariadas rurais, principalmente as cortadeiras de cana e outras. Foi a partir da década de 1980 que elas passaram a se organizar em movimentos específicos, no sindicalismo rural e em movimentos sociais da reforma agrária. No final desta década, têm-se uma intensa participação das mulheres nos sindicatos, no Movimento dos Sem-Terra (MST), nas organizações da região Amazônica, que aglutinam as seringueiras e outras mulheres extrativistas (Silva, 2017, p. 9).

⁶ É importante compreender que o PRORURAL distinguia-se do sistema previdenciário urbano, primeiro pelo fato de seu financiamento ser feito através de sobre a comercialização dos produtos rurais e, em parte, por tributação incidente sobre as empresas urbanas, em lugar de uma concepção contratual; segundo vale pontuar que os trabalhadores rurais não faziam nenhuma contribuição direta para o fundo; e por fim, é importante saber que não existia uma estratificação ocupacional entre os trabalhadores rurais.

⁷ O Funrural é uma contribuição de caráter previdenciário. A decisão do STF determina que todo empregador rural pessoa física recolha o tributo, que incide sobre a comercialização da produção. Assim, 2,1% sobre o valor bruto da sua venda serão destinados ao fundo. Além disso, mais 0,2% sobre o valor é destinado ao SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Apesar de todas as mudanças que a sociedade passou ao longo do século XX, ainda no início dos anos 80, a vida das mulheres rurais brasileiras se estruturava de maneira pouco visível e muito desigual. Berenice Silva (2017), pontua que havia pouca participação ou engajamento delas em sindicatos, em cooperativas ou na política, e geralmente esta participação se concentrava nas regiões do nordeste e sul do país. Apesar do fortalecimento dos sindicatos terem acontecido na década anterior, é preciso dizer também que na década de 70, apesar de não estarem filiadas, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos, dado sua forte presença e sociabilidade na Igreja Católica, também envolta com as questões da Pastoral da Terra. Mas o fato delas não serem filiadas diretamente e muito menos poderem assumir as direções, contribuiu significativamente para se repensar a posição e seus papéis nas frentes sindicais e mesmo na Pastoral.

Vale lembrar que muitas mulheres rurais agora trabalhavam em empresas agrícolas e sua vida não se restringia apenas à vida familiar e aos cuidados da casa. Soma-se a isto o fato de que os direitos sociais, como licença saúde, maternidade e mesmo aposentadoria não contemplavam as mesmas, ou seja do ponto de vista da legislação e da cidadania, quase nenhuma política se direcionava a elas (Paulilo, 2003). Trabalhavam em condições precárias, e não havia muito acesso ao mercado e nem políticas públicas por parte do Estado, as condições econômicas e sociais eram bem ruins, um cenário de pobreza, violência e muita exploração.

Eu sentia que os direitos da gente são iguais, ninguém é mais do que ninguém. E se eu estava aqui era porque certamente tinha vontade de trabalhar. Porque tinha coragem de lutar. Não tinha medo e achava que este negócio de homem e mulher é besteira. A mulher pode ser até presidente de sindicato, pode ser. Fala de Margarida Alves, líder sindical no início da década de 80 em Alagoas (Carneiro, 1994, p. 11)⁸.

Cabe dizer que o cenário da década de 80 apontava uma concentração muito forte também das mulheres em trabalhos informais, majoritariamente sem contratos de trabalho ou carteira assinada, com baixa ou até mesmo sem nenhuma remuneração, trabalhando longas jornadas de trabalhos, ocupando funções duplas, triplas, com o cuidado reprodutivo, da casa, da extensão da casa e mesmo fora delas, e por fim sem qualquer proteção social.

Houve um aumento significativo da incorporação feminina à produção agrícola, especialmente às formas assalariadas, inclusive em trabalhos eventuais. Muitas mulheres ao

⁸ Margarida Alves é um grande símbolo da Luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Rompeu com padrões tradicionais de gênero ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida Alves foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba, em 12 de agosto de 1983.

longo da década de 80 foram incorporadas à grande lavoura para exportação (café, soja, cana-de-açúcar e laranja, por exemplo), período que ocorreu fortes transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que, ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da mão-de-obra feminina e infantil (Carneiro, 1994, p. 15).

A luta se dava pela busca de visibilidade, combate à violência e pela garantia de direitos, equânimes aos dos homens rurais. O apoio, principalmente por meio da Igreja Católica, nas comunidades de base, permitiu maior organização coletiva, a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos “pelego”, levando inclusive a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Estava o país passando por um período de redemocratização e havia efervescência nacional de vários tipos de movimentos sociais. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres em várias instâncias sociais, inclusive foi o período que surgiu o Movimento de Mulheres Agricultoras e muita luta contra a violência e desigualdade no meio rural e em busca de discutir como a lida nos campos apresentava-se como uma sobrecarga e não como uma forma de sair das atividades domésticas. Vale lembrar também que em meados e ao final da década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região.

Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986 (Aguiar, 2016, p. 266).

Vanderléia Daron (2009) lembra que até os dias atuais as mulheres são particularmente afetadas pela violência no campo, em função da sobreposição de condições de vulnerabilidade em que se encontram. Trouxemos acima a fala de uma das maiores sindicalistas e que sentiu brutalmente esta violência: Margarida Alves. As relações patriarcais e suas decorrentes barreiras para que as mulheres pudessem acessar posições de poder nas relações comunitárias

e familiares, somadas à ausência, ou falta de implementação das políticas públicas de acesso a bens e serviços essenciais para a autonomia destas mulheres rurais, foram e ainda são mecanismos que se refletem nos dados de violência contra as mulheres, sobrecarregadas no trabalho realizado e invisibilizadas institucionalmente.

Portanto, compreende-se que a resistência das mulheres como ativistas e lideranças dos movimentos no campo foi totalmente válido e primordial para enfrentar o avanço do capital sobre o campo, que explora, leva ao êxodo rural e cria fronteiras praticamente impermeáveis de desigualdade social. Também teve validade ao pressionar o Estado pelos direitos fundamentais e por políticas públicas que fomentassem o desenvolvimento rural. Cabe lembrar que a importância desta trajetória de engajamento das trabalhadoras rurais na conquista de seus direitos civis e sociais, possibilitou melhorias, ao mesmo tempo em que colocaram em pauta novos desafios a serem enfrentados, como o combate à pobreza, a discriminação, a exploração e violência no meio rural (Siliprandi, Cintrão, 2013).

O primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais ocorreu no Brasil em 1986, dois anos depois da realização do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi um marco na organização dos movimentos sociais do campo no Brasil. O final da década de 80 foi um período importante para os movimentos sociais, que marca inclusive a intensificação da organização política das mulheres nas diferentes regiões do Brasil. Cristina Carvalho e Maria Costa (2017) descrevem bem como se deu a trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco neste período, e demonstram que o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (1984) do Sertão Central de Pernambuco –MMTR-Sertão Central-PE trouxe contribuições para o desenvolvimento local, na medida em que a construção de coletivos de agricultores/as possibilitou a esses sujeitos sociais se reconhecerem como capazes de discutir suas questões e decidir os encaminhamentos que beneficiassem efetivamente as pessoas das diversas localidades que integravam o Movimento. Como explica Jesus *et al.* (2003, p. 72): “o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando informações da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda”.

Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas, apesar de trabalharmos na roça; não éramos reconhecidas como trabalhadoras, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho, nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade; não tínhamos direito à aposentadoria, só quando o marido morresse

ou quando tivesse mais de 70 anos; não tínhamos direito a salário-maternidade; não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação (Choinaski, 1998, p. 226).

Essas “lutas” não são espontâneas; são socialmente construídas e historicamente determinadas, mas, por outro lado, podem ser pensadas também enquanto fenômenos heterogêneos, que envolvem embates regionais ou mesmo locais, mas que reverberaram desconstruindo dogmas e segregações por todo o território nacional. Para exemplificar temos a formação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004, uma unificação de diversos movimentos independentes surgidos na década de 1980.

Entre os finais da década de 80, época que foi promulgada a Constituição, até meados da década de 90, a busca por garantia de direitos e políticas públicas envolveu os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por barragens”, os indígenas, os seringueiros, as mulheres trabalhadoras rurais, lavradores e uma diversidade de população rural, que passaram a se organizar, na luta inclusive de impedir a expropriação de seus meios de produção e, vislumbrar, enquanto coletivo e cidadãos alternativas para permanecerem em suas terras, com seus *habitus* e costumes, ou seja para garantir a continuação da sua reprodução social. Neste aspecto, o artigo 187 da Constituição Federal de 1988 apresentou disposições que regulavam as relações de trabalho e exploração em prol de favorecer o bem-estar dos proprietários e trabalhadores, bem como preconizavam reforçar o papel do Estado no processo de gerenciamento da política agrícola:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

3.2.1. os instrumentos creditícios e fiscais;

3.2.2 - Os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

3.2.3 - O incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV - a assistência técnica e extensão rural;

5. - o seguro agrícola;

6. - o cooperativismo;

7. - a eletrificação rural e irrigação;

8. - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

(Senado, 2016)⁹.

A década de 80 se caracteriza então por muitas pressões, denúncias e reivindicações dos diversos movimentos rurais existentes em nosso país, ou seja, “a crise social e política libertou e liberta esse sujeito tutelado e confinado na economia maior, que, a partir dos conflitos, vem se tornando sujeito e protagonista de reivindicações sociais e de direitos” (Martins, 2001, p. 10). Algumas destas reivindicações passaram a estar presentes na lei, mas não necessariamente foi garantida a sua aplicação na prática, por isto a luta por mudanças mais concretas, especialmente cobrando do Estado o exercício destas garantias fundamentais segue, continuando ao longo da década de 90, onde a articulação e os encontros dos diversos movimentos rurais, passam a ser um meio de interlocução com Estado e na apresentação de pautas relacionadas com as políticas públicas.

Já mencionamos anteriormente que, com base nos argumentos de Amartya Sen, que o desenvolvimento seja acessível às pessoas, é preciso que haja a expansão de suas liberdades substantivas, correspondentes às oportunidades oferecidas à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, mobilizadas vezes pelos movimentos sociais e diferentes formas de engajamento cívico, ou assegurada pelo Estado. Para isso é necessário remover as amarras privativas da liberdade, possibilitando a presença de fatores determinantes desta expansão, tais como os fatores sociais e econômicos (ex. serviços de educação e saúde) e os direitos civis (ex. liberdades para participar de discussões e averiguações públicas) e principalmente construir e implementar programas e políticas sociais que combatam a desigualdade social.

3.2.1. A luta pelo direito a terra e a reforma agrária

A questão agrária, é um importante elemento no debate brasileiro. Como bem enfatiza José Souza Martins (1994) as lutas camponesas, das últimas décadas do século XX, questionavam a própria ordem social, o sistema político e produtivo do país, mas principalmente a posse, distribuição e a renda proveniente do acesso à terra. O Estatuto da Terra servia apenas para tratar das questões referentes a política agrícola, enquanto a questão da reforma agrária e do modelo fundiário não eram priorizadas pelo governo brasileiro. Cabe lembrar que, até os dias atuais, nosso país é, ainda, demasiadamente dependente do agronegócio e altamente concentrador de terra. Além do mais, o Brasil realizou tardiamente, algumas políticas referentes a reforma agrária. Diversos programas de ação regional, também

⁹ Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_187_.asp. Acesso em: 20 nov. de 2021.

chamados de “projetos de colonização”, foram criados¹⁰, assim como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com o intuito de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Em 1988, ocorreu o Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília, cuja frente de articulação advinha da CONTAG, foi um momento em que a reivindicação das mulheres pelo direito à terra foi mais persistentemente articulada e colocada de forma mais visível em pauta. Uma das principais questões elencadas pelo movimento é o fato de que as mulheres rurais sempre foram desprovidas de suas terras quando enviuvavam – seja como arrendatárias, trabalhadoras assalariadas ou nos assentamentos de reforma agrária.

Outra questão importante é que durante o governo Collor (1990-1992) os projetos de colonização são relegados ao esquecimento e não foi realizada nenhuma desapropriação de terras, o que fortaleceu ainda mais a pauta e frentes de lutas pelos movimentos sociais sobre a questão agrária. Somente em 1996 é retomada efetivamente a reforma fundiária via Estado, neste período é criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária ao qual é incorporado o INCRA. E, finalmente em 2000 é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao qual o INCRA é definitivamente vinculado. Mas como aponta Carmen Deere (2004) em entrevistas e pesquisa realizada com os profissionais desta instituição, a política desenvolvida pelos agentes públicos do INCRA era por demais conservadora e priorizava a distribuição e titularização a figura masculina.

A luta empreendida em meados dos anos 90 dizia respeito a mulher ter a titularidade da posse da propriedade. Como destaca Medeiros (2008, p. 16), “(...) a titulação da terra permite à mulher o direito de permanecer na propriedade em caso de viuvez ou separação, trazendo, dessa forma, uma estabilidade à família (...)” contudo, na atualidade, a titularidade, é em boa parte dos casos, compartilhada, sendo a mulher a titular um e o homem titular dois, ou seja, o título de propriedade é distribuído em nome do casal, ou ainda após ficarem viúvas vão para os nomes dos herdeiros. Tal mudança ocorreu também porque para ter acesso a determinadas políticas públicas como o crédito (PRONAF) ou participar de programas como o PNA ou o PAA, estas mulheres precisavam ter o documento de posse da terra, para emissão da Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) ou documento que comprovasse que era agricultores familiares, logo, estas exigências propiciaram o aumento de partilha na posse da

¹⁰ Exemplos destes programas é o PIN (Programa de Integração Regional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), o PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco), o POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia), e o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste).

terra entre casais e a regulamentação da terra em prol da mulher. Essa prática, deixa evidente um avanço na questão da cidadania feminina, no meio rural.

Quanto ao espaço rural ou da complexidade da luta pela terra, esta envolve a participação da mulher no processo de luta por uma reforma agrária efetiva, o que implica a garantia da agricultura familiar com sustentabilidade em que a mulher seja, também, agente decisório e propulsor das atividades agrícolas, bem como da comercialização da produção do lote. Contudo, as conquistas e a participação das mulheres na sociedade e nas decisões sociofamiliares e políticas, como dito anteriormente, foi um processo lento, de muita luta e pequenas conquistas ao longo da história, para que hoje pudessem estar em um processo ativo de participação. Embora discriminada e relegada em alguns espaços, a mulher está se empoderando de cidadania e autonomia (Pastorio; Roesler, 2019, p. 360).

Na atualidade, como bem destacam Inês Pastorio e Marli Roesler (2019) a questão volta-se, dessa forma, não apenas ao acesso, mas à permanência na terra/propriedade, tornando a reforma agrária mais efetiva. Não basta apenas regulamentar, ou distribuir as terras é preciso gerar mecanismos de acesso a recursos as famílias rurais. Os últimos governos federais (Temer e Bolsonaro) reforçaram as restrições à reforma agrária e aos programas e políticas voltadas aos interesses da agricultura familiar, através de grandes cortes na lei orçamentária anual, no fortalecimento de acordos com bancadas ruralistas e grandes proprietários de terras, representantes do agronegócio.

A luta pela reforma agrária contou e conta com o protagonismo das mulheres, das frentes sindicais e dos movimentos sociais do campo, do protagonismo dos intelectuais que também evidenciam em seus textos e pesquisas o quanto ainda nosso Estado é negligente com a reforma agrária, por isto ainda há muito que se lutar e debater no sentido do direito à terra e no direito de a mulher ser vista e reconhecida como trabalhadora rural. Esse direito possibilita à mulher a inclusão nas relações de produção em termos de igualdade e, de certo modo, nas relações econômicas, com uma autonomia maior em decidir questões relacionadas ao cotidiano produtivo e reprodutivo, por isto o direito à terra juntamente a outras frentes de participação e empoderamento do feminino rural ainda permanece em pauta, principalmente na Articulação Nacional

3.2.2 A aposentadoria para as mulheres rurais

Podemos afirmar então que as lutas sociais nos anos 1970 e 1980 propiciaram aos movimentos sociais o estabelecimento da necessidade de diálogo político, do reconhecimento de sua legitimidade e de suas reivindicações, bem como legitimaram as conquistas dentro da

lei. O final da década de 80 ficou marcado no setor feminino pela criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres (CNDM), cuja função foi coordenar a campanha nacional Mulher e Constituinte, unificando pautas envolvendo mulheres de diversos setores da sociedade para debater quais direitos a Constituição deveria assegurar a efetivação da cidadania das mesmas.

A Constituição de 1988 passa a ser então a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil. No parágrafo da família, por exemplo, aboliu figura do homem como chefe da relação conjugal. Na área familiar, acabou a necessidade de um certificado de casamento para que se reconhecesse uma família, já que até então vigorava o Estatuto da Mulher Casada, que previa a necessidade de autorização do marido para as mulheres poderem trabalhar.

No âmbito da violência, passou a ser responsabilidade do Estado coibir a violência intrafamiliar, dando base para que posteriormente se formulasse a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e ainda houve a conquista para as mulheres rurais do direito à titularidade da terra. Assim, com a Constituição Federal de 1988 o trabalhador rural alcançou não só os mesmos direitos do trabalhador urbanos, como também algumas garantias individuais, mulheres rurais passaram a ter direito à aposentadoria e a licença-maternidade (Constituição Federal, 1988, art. 19 1 e 195). Cabe lembrar, segundo Anita Brumer (2002), que o regime de aposentadoria do meio rural criado em 1963 previa aposentadoria para as mulheres, mas em 1971, a lei foi alterada e passou a garantir aposentadoria de meio salário-mínimo somente para uma pessoa da família, para aquela que fosse responsável pelo sustento da casa, no caso os homens, abria-se exceção para aquelas que não fossem casadas ou se fossem viúvas.

Até essa legislação entrar em vigor, as mulheres no campo não tinham nem carteira de identidade, nem CPF, elas só tinham certidão de casamento. Eram consideradas ajudantes no meio rural. Nunca tinham dinheiro para nada, o dinheiro era do homem, pois o machismo é muito mais forte no meio rural. A partir do direito à aposentadoria houve o reconhecimento de uma profissão, de um trabalho de uma vida inteira. As mulheres pela primeira vez tinham dinheiro próprio, isso representou uma sensação de libertação, despertou o sentimento do ‘agora é meu, eu não preciso mais pedir dinheiro’ Fala da advogada e presidenta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP, Jane Berwanger (Medeiros, 2017)¹¹.

A fala acima demonstra que apesar das articulações sindicais e políticas na década de 80 a fim de dar mais visibilidade e equidade social não só a mulher, mas a população rural, e

¹¹ Jane é uma das estudiosas do tema da aposentadoria das agricultoras. Leia mais em: <https://catarinas.info/aposentadoria-leva-autonomia-e-independencia-mulheres-campo/>. Acesso em: 20 maio de 2021.

mesmo com as conquistas na Constituição, por meio de igualdades jurídica e ampliação dos direitos fundamentais, houve muita demora por parte do Estado para garantir a efetivação destes direitos, e até os dias atuais ainda é muito complexo, burocrático e difícil para as mulheres rurais conseguirem acessar na íntegra estes direitos. Ao longo da pesquisa que desenvolvi para o capítulo do livro *Elas por elas* (Almeida, 2019) na fala de duas das entrevistadas apareceu muita preocupação com a reforma da previdência (apresentada ao final do governo Temer de 2016 a 2018)¹² que apresentava a idade mínima de 65 anos para ter direito ao benefício, mesmo para os agricultores, com 25 anos de contribuição. Atualmente para se aposentarem, precisam ter idade mínima de 55 anos, se forem mulheres, ou de 60 anos para os homens, além de comprovar 15 anos de trabalho no campo.

É notável que muitas destas mulheres já apresentam problemas de coluna e excesso de cansaço por causa da labuta que enfrentam com o trabalho “pesado” e intenso que vivenciam na produção. Isto ficou ressaltado nas atividades de Margarida que com mais de 50 anos sente muitas dores no corpo por causa da pressão e da rotina intensa que vivencia no retiro leiteiro, cuida não só das ordenhas do leite, mas também do roçado, do manejo das pastagens para seu rebanho e das atividades envolvendo a propriedade.

Ah menina é difícil, é puxado, a gente não para nunca né? tu viu, tem que levantar as 4 da manhã, buscar as vacas lá no pasto, depois tem que picar o trato, colocar nos cochos, apartar as vacas, assim né, elas são como filhos, a gente faz um carinho, vê se tá tudo bem, tem que curar, dar um remédio, viu né? assim né, tem que arrumar a capinheira, carregar estes farelos aí né, porque eles não vêm sozinho pro cocho, ah é assim né, mas a gente gosta né? Tem que gostar (...) o corpo dói né, já tô velha, muitos anos mexendo nisto pra lá e pra cá, então tem que doer, e se agente para a gente as vezes adoce né, já tentei ver este negócio da coluna, nosso Deus, já fui lá em Orvalho, tu conhece o doutor Edu né? Ele vive me dando uns remédios, mas assim não resolve né, porque já tá judiado mesmo (Fala Margarida).

(...) Ah menina, o pai morreu, tô muito triste, eu também não ando boa não, a coluna ta ruim novamente bem ruim, fiquei de cama uns dias, ah Paula, este ano nem sei o que vai ser sabe, tô muito triste e não dá pra plantar (...) eu tentei o auxílio saúde, mas com esta Pandemia, se antes era difícil agora não tenho esperanças (Fala Cristina).

¹² Michel Temer tentou mudar as regras da Previdência Social durante seu governo. No fim de 2016, enviou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ao Congresso. O projeto chegou a ser aprovado em comissão especial da Câmara, mas emperrou após a divulgação de gravações com o empresário Joesley Batista e foi suspensa no início de 2018 em razão da intervenção federal no Rio de Janeiro. Com isso, o governo Temer chegou ao fim sem que o projeto fosse votado. O governo de Jair Bolsonaro cogitou a possibilidade de aproveitar a PEC de Temer, mas desistiu. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/reforma-previdencia-governo-temer/>. Acesso em: 20 maio de 2021.

Rosineide Cordeiro e Milagros Cardona (2010) ao estudarem o acesso da trabalhadora rural a aposentadoria no sertão de Pernambuco, apontam que as dificuldades acentuam-se quando as mulheres rurais ou suas famílias não possuem terra, pois necessita-se de maior mobilização para apresentar todos os documentos que atestem a realização de atividades rurais. Isso também é complexo, já que muitas delas não possuem estes documentos em seu nome, dado que na maioria das vezes notas, recibos, contribuições estão no nome de pais, companheiros, irmãos, o que reforça ainda mais a centralização do poder na figura masculina. As autoras relatam ainda que outro documento que tem sido cobrado durante o pedido de aposentadoria rural é a filiação ao Sindicato de Trabalhadores Rurais já que ele é capaz de provar o exercício do trabalho rural, nos períodos em que a agricultora não tenha documentação suficiente para o benefício requerido.

Quando os documentos da mulher não são suficientes para comprovar o seu trabalho na agricultura, são requeridas entrevistas com parceiros, empregados, vizinhos, e outros, dependendo do caso¹³. Essas pessoas são as famosas “testemunhas” que irão responder às perguntas do INSS sobre o que conhecem do trabalho da requerente. Agora o que gera estranhamento são as atitudes dos peritos do INSS, que solicitam que as mulheres apresentem em seu corpo vestígios de que realmente são trabalhadoras rurais, como a pele velha e queimada do sol, calos, cicatrizes, entre outros, alegando que estas “marcas” comprovam a dureza do trabalho executado por elas na agricultura. A pergunta que se faz é, mas as demais funções que a mulher ocupa na sociedade, no meio familiar, não são suficientes para alegar que elas não estejam trabalhando? Cuidar da casa, do quintal, da horta, dos afazeres internos e externos, não as tornam mulheres rurais? É preciso estar “calejada” fisicamente para ser digna de um direito fundamental? Portanto, estas questões são um convite para compreendermos a negação e os estigmas que ainda envolvem o que é ser mulher no meio rural, mesmo depois de tantas conquistas e desconstruções segregacionistas, nos permite afirmar que em muito é preciso lutar, denunciar e melhorar.

Em uma das visitas que realizei a Graça, que reside no bairro Apagão, numa comunidade rural no entorno de Lima Duarte, ela também expressou sua insatisfação com os processos de solicitação do auxílio-doença, estava a mais de mês sem trabalhar e sem o recurso. Naquele momento eu mesma fiquei surpreendida com o processo que ela vivenciava, estava com uma trombose enorme no braço, mal podia mexer o mesmo.

¹³ Vide §1º do Artigo nº 115 da Instrução Normativa Nº 45 INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010.

Deixa eu te falar uma coisa pra você, não tem condições de eu pagar um INSS pois tem que pagar as contas, ontem o carro quebrou a junta do cabeçote, então que acontece, se eu não arrumar como eu entrego as verduras? Então minha filha eu tô entre a cruz e a espada, estou devendo este ano (...) estou pagando as contas...tô com trombose, meu braço está com uma infecção nos tendões. Eu cansei de tomar uma providência. Fui na repartição pública, na defensoria pública pra eu encostar, ta na justiça até hoje, então se tu correr o bicho se ficar o bicho come...eu ainda ajudo a minha menina, eu pago a faculdade dela. Eu já fui ao sindicato também, eu não tenho muita paciência, quando eu fui lá disse ‘tem que ver, ver se tem jeito’, é muita burocracia...então ao invés de facilitar a vida da gente...nossa é muita burocracia, tenho o documento de comodato da terra, registrado em cartório, tenho cartão de produtor rural (...) ela renova o contrato da terra de dois em dois anos...tenho nota fiscal do que entrego (...) tô com a cooperativa, entrego por ela. Se eu encostasse eu podia fazer o tratamento e largar um pouco daqui pois é muito trabalho, é ir pra lá e pra cá dia todo, até fim de semana. Tenho os lados tudo lá que o médico deu, mas não resolveu muito não...fui até em Juiz de Fora, gastei e gastei e ficou do mesmo jeito, não deu, não me deram (...) (Fala de Bromélia).

Essa foi uma entrevista em que eu saí bem sensível com todo o relato dela e triste por ver a sua horta “abandonada”, sem muita produção. Inclusive cheguei a tentar intervir no processo conversando com o presidente do sindicato, a fim de ver se ela conseguiria este auxílio, mas ele me explicou que o caso dela era complexo, ela já tivera carteira assinada como auxiliar de restaurante e como a terra não era em seu nome, era um comodato informal, cedido por uma senhora, ficava difícil de conseguir o auxílio. Em recente conversa com ela via telefone, lembrei esta situação, já havia passado três anos. Ela me disse que acabou pagando um advogado por fora e recebeu atrasado da justiça, e o dinheiro ela “usou parte pra cuidar da saúde e outra parte pra ter um carrinho melhor”.

Cabe afirmar também que o acesso aos benefícios da previdência social tem e teve impactos consideráveis sobre suas condições de reprodução, destas mulheres, muitos utilizam parte da renda do benefício em atividades relacionadas com a manutenção de sua propriedade, pagamento de contas mensais, no próprio cuidado com a sua saúde, a fim de poder dar continuidade ao trabalho no roçado, de ordenha, de plantio, entre outros. Pontuo isto, pois, fica evidente nas localidades onde fui a campo a quantidade de pessoas mais velhas (acima dos cinquenta anos) e aposentadas, sendo que muitas delas ainda continuam a trabalhar na produção de leite para venda externa e em outras atividades que complementam a renda, bem como seus esposos e os homens da região que são aposentados. Assim, optei por selecionar famílias/mulheres que não fossem aposentadas, ou que a família não tinha a segurança da aposentaria como renda mensal. Notei também que a vinculação forte com o sindicato rural se deve, principalmente, para auxiliar nas questões burocráticas da aposentaria ou documentação

territorial, ou captação de recursos públicos, dado que a maioria das entrevistadas e das famílias da região não é escolarizada e não tem conhecimento sobre a legislação trabalhista rural e nem sobre os projetos/programas do governo.

Até aqui, vimos que a década de 80 foi um período de muita luta, de dar vozes e visibilidade para a mulher rural e oportunizar mais acesso das mesmas a garantias fundamentais, mas a luta não parou, na próxima década que se segue, com a expansão do neoliberalismo as articulações políticas ganham mais força e pressionaram ainda mais o Estado para implementação de políticas públicas que melhorassem não só a vida destas mulheres, mas que fossem capazes de fomentar o desenvolvimento rural e a qualidade de vida no campo. A organização de mulheres rurais e a formação de movimentos sociais ou grupos com maior visibilidade e articulação no espaço público passou a acontecer de forma mais significativa no início da década de noventa a fim de questionar as estruturas vigentes das quais se viam excluídas.

3.3 CONSOLIDAÇÃO E CONQUISTAS NA DÉCADA DE 90: VISIBILIDADE, FRENTE DE LUTA E AGROECOLOGIA

Com as políticas econômicas neoliberais adotadas a partir dos anos 90 por uma série de países, inclusive o Brasil, e com a crise política que levou ao impeachment Fernando Collor, em 1992, uma série de problemas sociais, econômicos, políticos tomaram conta do país e ocorreu o recrudescimento dos problemas de desemprego, pobreza e degradação ambiental que já se faziam sentir desde o início dos anos 1980. Emma Siliprandi (2015) ao tratar das construções de novos sujeitos políticos na agricultura familiar, destaca que o início da década de 90 houve uma maior “feminização” da pobreza, aumentou a segregação ocupacional, apesar da igualdade apresentada na constituição, ainda havia uma pequena presença nos espaços de poder por parte das mulheres, tanto no mundo urbano como rural, a dupla e tripla jornada de trabalho, o tráfico de mulheres, o aumento da violência de gênero. Esse quadro evidenciava “como as iniquidades vividas pelas mulheres estão vinculadas a padrões sociais e culturais sexistas ainda não superados, profundamente arraigados e constituintes das subjetividades” (Siliprandi, 2015, p. 65).

O movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passaram a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos

agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. Assim, desde meados da década de 90, houve uma pluralização das formas e repertórios de ação coletiva, bem como de repertórios de interação dos movimentos com o Estado. Neste sentido, os movimentos sociais passaram “a atuar não apenas na linha do ativismo insurgente e posicional, mas por meio de ação mais institucionalizadas que envolvem diálogo e cooperação com o Estado” (Campos; Brasil, 2017, p. 535).

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, impulsionando o surgimento de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais.

Como indicam Delgado e Cardoso Jr (2000, p. 16), foi o “papel dos movimentos sociais e sindicais que levou à conquista de direitos mínimos no âmbito da política social e agrária e, principalmente, sua manutenção no difícil embate da atualidade”, então iniciados na década anterior. A Igreja Católica, por exemplo, com a Campanha da Fraternidade de 1990, cujo tema foi “*Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele*”, incentivou o debate sobre a condição da mulher, tanto na cidade como no campo. O processo de organização das trabalhadoras rurais vai formando uma rede de comunicação e significados, resultando na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1995. Com o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente com a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores)¹⁴ na década de 90, as participantes do MMA começaram a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas por este partido do que junto às propostas da Igreja Católica, dado sua postura conservadora e mais tradicional, também por ter uma visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contra concepção (Paulilo, 2003. p. 3). Neste período ganharam destaque as Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 90 e que, a partir de

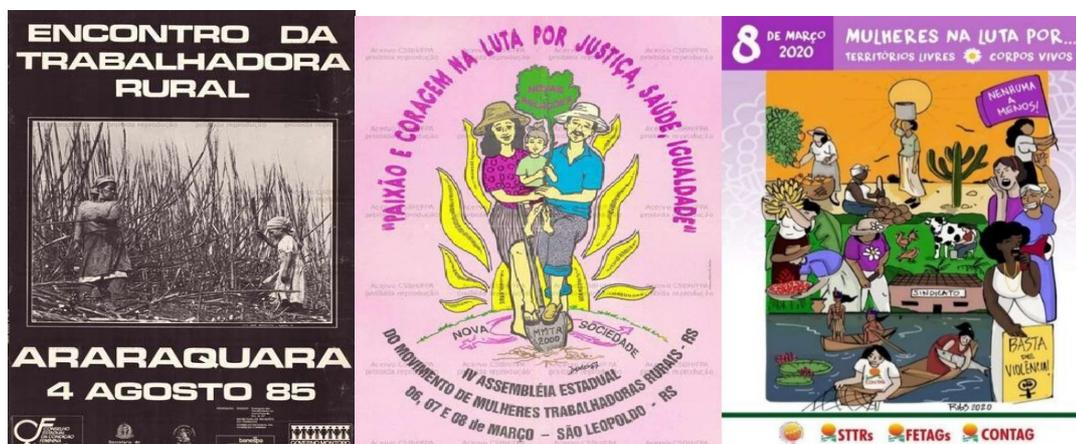
¹⁴ A CUT é hoje a maior central sindical da América Latina e a 5ª de todo o mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7,84 milhões de trabalhadoras e trabalhadores associados e 23,9 milhões de trabalhadoras e trabalhadores na base. Por todo o seu legado, a CONTAG tem na CUT uma das suas Centrais de referência, sendo uma importante parceira em agendas e ações estratégicas pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora, sobretudo da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=13663&mt=1&nw=>. Acesso em: 25 de maio 2021.

1995, passaram a ser denominadas de Grito da Terra Brasil:

A série de dez Gritos da Terra Brasil rendeu importantes conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a exemplo da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); da desapropriação de cerca de mil áreas que já beneficiaram mais de 80 mil famílias; da concessão de cerca de 500 mil benefícios previdenciários rurais repesados no INSS; e da melhoria das condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas rurais. O aumento sucessivo dos recursos do Pronaf é resultado direto das negociações da Contag com o governo federal durante as mobilizações do Grito da Terra Brasil. A pauta do Grito da Terra Brasil é ampla e reúne reivindicações relativas às políticas agrícolas (assistência técnica, crédito), à reforma agrária (desapropriação de terras e criação e manutenção de assentamentos), às questões salariais (cumprimento e ampliação das leis trabalhistas) e às políticas sociais (saúde, previdência, educação e assistência social). A mobilização também defende os interesses das mulheres trabalhadoras rurais e da juventude rural (CONTAG, 2012)¹⁵.

Neste contexto, após o surgimento do PRONAF, em 1996, cresceu a pressão pelo fim do não reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura. Uma das formas levantadas como propostas para diminuir esta falta de reconhecimento era o acesso ao crédito agrícola. Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Figura 2, 3, 4 – Cartazes sobre encontros de mulheres rurais¹⁶.



¹⁵ Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=15&ap=1>. Acesso em: 1 jun. de 2021.

¹⁶ Imagem 1: Encontro da Trabalhadora Rural (Araraquara (SP), 04/08/1985). Imagem 2: “Paixão e coragem na luta por justiça, saúde, igualdade” - IV Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, 08/03/2000.

Fonte: Acervo Fundação Perseu Abramo (FPA).

Pode-se citar aqui, considerando o extenso território brasileiro, uma série de exemplos, que são indicativos da importância de se olhar para a historicidade e os papéis ocupados pelas mulheres rurais em diversos locais; um deles diz respeito a ação e luta das quebradeiras de coco no Maranhão, que sempre enfrentaram as violências dos fazendeiros e que com a Lei do Babaçu Livre aprovada em 1997, mesmo não sendo proprietária da terra poderiam extrair coco e ficar com toda a renda para si. Há deste modo um reconhecimento de que são trabalhadoras produtivas e capazes de se tornarem agentes no processo de comercialização do produto de seu trabalho (Abramovay, Castro, 1998, p. 64). Toda esta luta culminou e é amparada pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que atualmente contribui fortemente para o debate de igualdade, justiça e proteção das mulheres quebradeiras de coco no Maranhão.

Quebra desde menina, e se
forma mulher lutadora. Tem a
sua força divina, guerreira
mulher sonhadora. Digna na
sua trincheira, lutando contra a
sujeição.

É nossa mulher quebradeira, de babaçu no Maranhão

(...)

Ao babaçu liberdade, as
Mulheres reconhecimento.
Melhorias de verdade, elas têm
demais merecimento. Gente
pura alvissareira, enriquecem o
nosso sertão.

É nossa Mulher Quebradeira, de Babaçu no Maranhão.

(...)

Luta honrada e querida, nesta
existência de guerra. Estão
batalhando pela vida, e pelo
Direito da Terra.

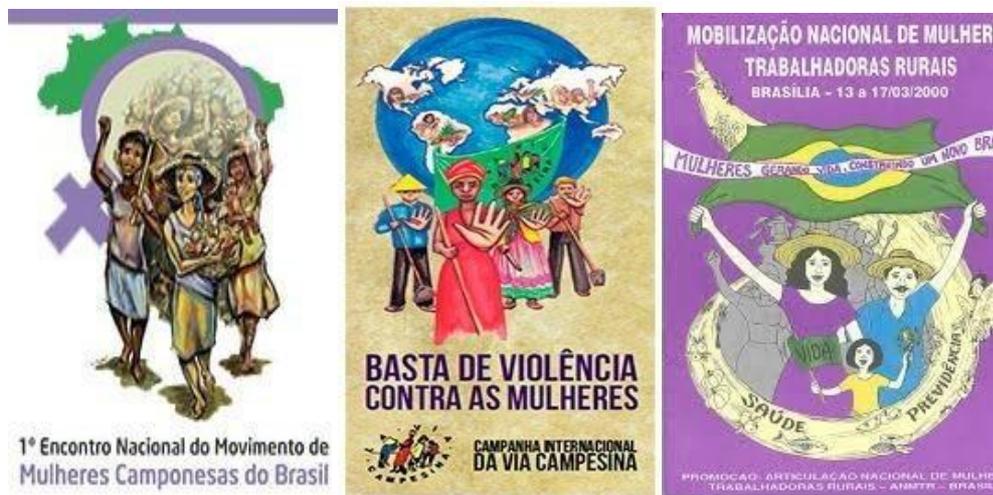
Ao problema e barreira, com
Sindicato e Associação. É nossa
Mulher Quebradeira, de Babaçu no
Maranhão¹⁷

Adaptado de *De Azuir Filho e Turmas*.

¹⁷ Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/mulher-quebradeira-de-babacu-no-maranhao>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

As frentes de movimentos, presentes em diversos estados brasileiros, passaram a promover uma série de encontros, a fim de sedimentar um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, centrando-se esforços em ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição, tais como aposentadoria paga e assistência à saúde e a execução de ações coordenadas em torno de um tema, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além de intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (Bordalo, 2011, p. 63).

Figura 5, 6, 7 – Cartazes de Encontros realizados pelas Mulheres rurais no país, entre a década de 90 e o ano 2000



Fonte: <https://www.mmcbrazil.com.br/>. Acesso em: 22 set. 2018.

A organização das trabalhadoras rurais por meio de uma rede de comunicação e significados expandiu o crescimento dos movimentos de mulheres rurais possibilitando a elas se autoafirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, de modo a se constituírem como coletivos capazes de repensarem o seu cotidiano e competências (SALES, 2007, p. 438). Construíram assim inúmeras frentes: Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul); Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro-RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (Amutres), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (Camutra), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), entre outras, ou seja, houve uma emergência de frentes em vários locais do país que fortaleceram ainda mais a busca por equidade, visibilidade e autonomia das mulheres rurais brasileiras.

É notório o papel dos movimentos sociais e sindicais na conquista de direitos mínimos no âmbito da política social e agrária. Suas reivindicações pelo direito a terra foram, formalmente, obtidas na Constituição Federal de 1988, a qual estabelecia que, nas terras a serem distribuídas através da reforma agrária, "o título de domínio e concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil" (Artigo 189). Mas na prática muitas questões precisavam ser discutidas e apresentadas pelos movimentos sociais envolvendo as mulheres rurais, como já destacamos inúmeras vezes ao longo de nosso estudo, a violência com relação a mulher rural ainda é alta. Ipê Amarelo Técnica da EMATER (que atuou no município de Olaria onde realizo a entrevista com a sindicalista Orquídea), destacou bastante esta questão na entrevista, de como o alcoolismo ainda é forte entre os homens rurais e como isto reverbera nas relações familiares e na violência doméstica no campo.

A própria Orquídea pontuou isto na sua fala, relatando o caso do seu esposo. Outras questões envolvem o exercício prático de acesso aos direitos sociais, dado que a lei nem sempre é acessível, exemplo disto são os processos burocráticos que envolve a aposentadoria rural, cuidados com a saúde, auxílio-doença, principalmente da mulher, como já bem descrevemos neste trabalho. Porém, mesmo com todas as fragilidades e percalços que são submetidas, elas não deixam de ter o amor pelo que fazem, de trazer na fala, na ação a paixão pela terra e pelos ofícios que cumprem:

Oh Paula boa noite, minha coluna ainda continua doendo muito, segunda-feira eu começo a colher milho de novo, ontem eu fui na feira, minha sobrinha fez uma massagem parece assim que deu uma aliviada hoje sabe? Mas eu não tava conseguindo nem dormir de tanta dor. E... sei lá eu tô até com medo de te responder e avezes a minha resposta não vai te valer nada né? Mas o que eu penso assim da mulher rural, pra mim é um orgulho que eu tenho né? De ser uma produtora rural, de mexer com a terra, de plantar, plantar meus milhos, plantar minha horta, sabe? Pra mim é um orgulho, mas que é... Uma trajetória assim muito difícil é, porque a gente não é valorizado nessa área né? De comércio, tudo que cê vai vender o pessoal fica pechinchando, e as pessoas não veem a gente assim, o trabalho da gente como deve enxergar né? Assim... Valorizar as coisas que a gente faz, mas eu tenho muito orgulho do que faço, pra mim é um orgulho muito grande, pra mim é como se eu trabalhasse numa empresa sabe? muito grande, pra mim é como se fosse um, uma profissão de médico por que eu acho que cada trabalho tem seu valor né? E pra mim é isso, eu acho que mexer com a terra pra mim é tudo, eu adoro, a pena é que eu não tô aguentando por causa da minha coluna né? Que minha coluna ta doendo muito, eu tô vendo que eu vou ter até que parar mesmo sabe? Mas enquanto eu tiver aguentando eu vou valorizar o trabalho, porque é muito bom, e eu não sei se isso vai te responder o que você quer sabe? Não sei, nem sei como a gente bobo,

analfabeto, nem sabe como usar as palavras certas né? Cê me desculpa tá?
(Fala Cristina).

Podemos afirmar que a situação de invisibilidade das mulheres rurais pode ser revertida não só através do acesso ao capital econômico, mas pelo enfrentamento das questões de poder, em busca de equidade e justiça social. Para tanto, seria necessário “oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que elas tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades” (Siliprandi, 2009, p. 120). Vários estudos sobre mulheres rurais, já mencionados ao longo deste trabalho, demonstram que em locais onde há maior associativismo, cooperativas, atividades grupais desenvolvida por mulheres e mesmo movimentos sociais, há maior visibilidade e ocupação das mulheres em espaços diversos. Um exemplo mais recente entre as comunidades rurais, que teve emergência na década de 90 foi a construção coletiva dos sistemas sociais e ecológicos, do resgate dos saberes tradicionais que as mulheres detinham e da reivindicação do papel de “sujeitos sociais” para as mulheres e pelas mulheres na construção do que conhecemos como agroecologia.

3.3.1 Mulheres rurais e agroecologia – estudos acadêmicos e engajamentos produtivos

Na década de 1990 houve uma aproximação dos movimentos de mulheres com as lutas ecológicas. As tecnologias utilizadas para intensificação da produção agrícola, bem como o modelo produtivo adotado durante a Revolução Verde provocavam o aumento dos riscos para os agricultores, seja através do esgotamento dos solos e da concentração da terra, bem como da contaminação e destruição dos recursos naturais; a modernização da agricultura, ao invés de levar a um desenvolvimento e distribuição dos recursos provocou ainda mais pobreza, o êxodo rural, intensificando a desigualdade social, dependência e marginalização. Logo, o cenário de exclusão e exploração vivenciados por parcela significativa dessas mulheres ganhou expressão durante a “modernização conservadora” da agricultura (Silva, 1982). Emergiram mobilizações, estudos acadêmicos, organizações de trabalhadores rurais, entre outros grupos, que não só denunciavam esta realidade, mas apontaram outros caminhos para se pensar a utilização e produção mais natural da agricultura.

Eventos internacionais, como a Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (conhecida como Eco-92), e posteriormente a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995) trouxeram pautas importantes que fortaleceram a noção de agroecologia e agricultura orgânica entre a população do campo. A Agroecologia ao incorporar o “saber popular” e tradicional da

população rural, com aparato academicista e científico, criou novas categorias conceituais que permitam o desenho de um sistema de produção agrícola em que os seres humanos cultivem a terra sem degradá-la e sem degradar-se enquanto organizações sociais.

É importante perceber como o agricultor, o produtor rural lida com as inconstâncias da natureza, vezes sem apoio técnico, ele desenvolve seu próprio saber para tornar a natureza produtiva, e tal fato faz parte das suas estratégias do modo de viver no meio rural. Por isto vale destacar que as discussões de gênero demarcam, inclusive, um caráter interseccional ao reconhecerem a pluralidade das manifestações singulares e coletivas dos saberes locais e tradicionais que são passados de geração para geração (Gomes; Nogueira, 2016, p. 116) e que possibilitam aqueles que vivem do meio rural se manterem por ali. Um dos ideias presentes no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) diz respeito a continuar no campo, produzindo alimentos, preservando a vida, as espécies e a natureza, desenvolvendo experiências de um Projeto popular para a agricultura, através: da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção, da valorização do trabalho das mulheres camponesas, e ao longo da década de 90 e posteriormente nos anos 2000, estes ideais foram significativamente discutidos, e emergiram fortemente nos estudos acadêmicos e ações dos movimentos sociais.

Alguns trabalhos acadêmicos, como o realizado por Emma Siliprandi (2006), em sua tese de doutoramento, *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*, foi fundamental para lançar um olhar diferenciado sobre as dinâmicas da agricultura familiar a partir das funções femininas e agroecológicas, ao resgatar as trajetórias de treze lideranças que integram entidades ligadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A autora reflete sobre as experiências das mulheres rurais em suas famílias, comunidades e nos movimentos sociais do campo, traçando paralelos entre suas narrativas e o histórico da formação do movimento agroecológico no Brasil. E mais recentemente, Karla Hora, Marcela Rezende e Gustavo Macedo (2015) evidenciam a participação das mulheres rurais em sistemas produtivos agroecológicos e identificam fatores que contribuíam para mudanças significativas em suas vidas, especialmente no que diz respeito ao seu papel na família rural e na seleção e preservação dos grãos, alimentos e manutenção da saúde e da conservação da natureza para a população terrestre.

Eles descrevem as estratégias que as mulheres rurais utilizaram para criar, sustentar e fortalecer seus sistemas produtivos; a formação de associações; a utilização de assessoria

técnica, os recursos advindos de políticas públicas, participação em grupos de mulheres, prática nos quintais, próximas da casa, as experiências de preservação e cuidado dos biomas, advinda de seus ancestrais, as alternativas produtivas e sociais mais tradicionais, em contraposição ao agronegócio, práticas produtivas e alimentares para garantia da segurança e da soberania alimentar, que envolviam seletividade das sementes, resistências ante processos de exclusão, violência simbólica e patrimonial são relatadas tanto na coletânea quanto no livro de Siliprandi, que inclusive inspirou o documentário *As sementes* (2015, 30 min)¹⁸ cuja intenção é apontar o quanto as práticas agroecológicas potencializam a participação das mulheres na unidade produtiva, desde o plantio até a comercialização.

O documentário é um mergulho nas trajetórias de vida de quatro agricultoras que participam ativamente dos movimentos agroecológicos no Brasil e que se tornaram referências e/ou lideranças sociais e políticas em seus territórios. Apresenta o trabalho de coleta e manejo da natureza que contribui que elas realizam, contribuindo para a soberania alimentar, a preservação da biodiversidade e para o resgate das sementes crioulas. Gostaria de destacar aqui a história de Neneide Lima do Assentamento Mulunguzinho, em Mossoró (RN) descrita tanto no livro de Siliprandi (2015) quanto no documentário, pois se aproxima dos estudos que tenho empreendido com as mulheres rurais aqui da região da Zona da Mata (MG). Neneide optou por trabalhar com a criação de abelhas, que era uma atividade que não necessitava de muita água, já que ela residia em pleno semiárido e era possível casar a criação de abelhas com o cultivo de hortaliças, que ela realiza pra consumo próprio e vendia o excedente. Após consolidar sua produção, Neneide resolveu se integrar a uma rede associativa para ter melhor acesso ao mercado e garantir suas vendas. Com a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, ela vende mel, e outras mulheres contribuem com produtos como doces e polpas de frutas, tanto para o consumidor direto, como para restaurantes. A rede ainda consegue participar do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). E como bem descreve o documentário e o livro de Siliprandi (2015) estas redes atuam através de práticas agroecológicas, tem como norteiam a economia solidária e o empoderamento feminino.

Outro exemplo de rede e mecanismo de empoderamento e fortalecimento da autonomia entre mulheres rurais, envolvendo o movimento agroecológico, é o grupo de mulheres agricultoras em São Lourenço do Sul (RS) cujas práticas foram descritas na tese de doutoramento de Fabiana da Silva Andersson (2015), onde a autora enfatiza que a agroecologia potencializa os papéis e dá visibilidade e empoderamento as mulheres rurais.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CCZcOCcm-9Q>. Acesso em: 18 ago. de 2021.

Desde o início dos anos 1970, a partir das práticas vinculadas ao projeto farmácia caseira, no âmbito da “agricultura alternativa”, um grupo de mulheres residentes em São Lourenço do Sul (RS) potencializaram e ressignificaram suas práticas produtivas e reprodutivas, com base nos saberes tradicionais e no cuidado com a saúde, utilizando as plantas medicinais. Mas elas também investiram na produção da horta, inclusive com ênfase para o mercado, formando também associações para a garantia de vendas de seus produtos. Andersson (2015), destaca em seu estudo que o grupo de mulheres que mais se emancipou, construiu suas estratégias de manutenção e dinamização da produção com base em práticas agroecológicas e cooperação entre elas e, conseqüentemente se fortaleceram economicamente a partir também do acesso a políticas públicas (principalmente PAA e PNAE) e da comercialização de seus produtos na região.

Maria Wanderley (2009) reforça estas perspectivas de que no mundo contemporâneo a agricultura familiar tem sido mais valorizada, inclusive pela população urbana, e que nos tempos atuais a produção orgânica e agroecológica tem se destacado nos mercados e alcançado cada vez mais a mesa da população. Trago aqui as contribuições da agroecologia pois apreendi e visualizei muito de formas agroecológicas na produção da horta de Graça. O pequeno terreno é num solo mais brejoso e plano, ao redor do Rio do Peixe, o que facilita a manutenção e os cuidados da mesma, mas Bromélia também procura produzir seu próprio adubo, a partir de cascas de ovos e resto de ossos (que coleta em um restaurante e um açougue da cidade), ela também busca cobrir os solos dos canteiros com cobertura “morta” (material de folhas e capins em decomposição) retendo assim a umidade e mantendo a temperatura do mesmo. Afirmou que evitava usar o esterco de gado, que além de caro, podia “queimar a planta” e que também evitava utilizar outros adubos, pois além de contaminar o Rio, não era um produto orgânico a ser comercializado na feira:

(...) Eu tenho que agradecer muito a minha horta, porque eu graças a deus, da minha horta eu consegui é... Fazer muita coisa na minha vida, comprei outro carro, não precisei vender a kombi né? Ajeito, tem o material de construção pra fazer outras coisas, consegui comprar as minhas ferramentas que eu preciso, roçadeira, outras coisas entenderam? Então a horta me deu tudo isso, e eu tenho uma vida confortável com dinheiro de horta entendeu? Eu não reclamo não, eu como bem, eu saio, eu passeio, tenho um dinheirinho se eu precisar, tudo com dinheiro de horta, pago o meu INPS entendeu? Então eu prefiro ainda, ganhar um salário livre do que ficar trabalhando pros outros, eu prefiro um salário livre sem desgaste nenhum, se eu tiver lá na minha casa entendeu? Que a horta que eu tinha de casa, agora se eu tiver aqui é um gasto né? Mas muito pouco, e a horta paga pra isso. E te falo, o povo gosta dela, como tu viu aqui, eu tô tentando fazer meu adubo, evito colocar produto, pra ir tudo limpinho e saudável pras pessoas né, ae valoriza

mais, tem sempre quem quer da minha horta porque sabe que é limpinho (...)
(Fala Bromélia).

Para Maria Wanderley (2009), é preciso reforçar que a agricultura familiar tem um papel primordial no que diz respeito a questões como preservação do meio ambiente, bem como apresentar formas de produzir menos agressivas, quantidade e qualidade dos alimentos, visando à segurança e diversidade alimentar. E o reconhecimento por parte do Estado Federal e dos agentes municipais, por meio de Programas e políticas públicas (principalmente PAA e PNAE) auxiliou e deu condições para que as famílias permanecessem na unidade de produção rural. Estes aspectos estão presentes nas falas das cinco mulheres entrevistadas para este estudo, ao longo das conversas e visitas realizadas com as mesmas, observei que há uma preocupação não só com a geração de renda, mas uma relação de respeito e zelo para com a terra e a natureza que oportuniza a subsistência das mesmas:

Em relação ao meio rural, como experiência do que vivi e vivo né, eu gosto muito, é uma coisa muito boa sabe? Agente além do trabalho, de você ver o trabalho, porquê dentro de casa a gente não vê o trabalho né? Lá não, você planta, você vê as plantas crescer, então assim é um coisa muito boa sabe, nem tanto pelo dinheiro sabe, então assim, eu penso assim, porque é muito gratificante você ver uma horta bonita, um feijão que você planta bonito, um milho, então assim é muito gratificante pra gente que lida no meio rural. Agora tem muitas pessoas que não, que não olha por este lado, pensa mais pro lado financeiro, muita gente que entra nisto daí, engaja nisto daí pra ter um meio de sobreviver sabe, que é o mais obvio, o mais certo, porque ninguém também vai trabalhar pra não ter um dinheiro. Igual na feira né, igual quando a gente fazia a feira né, era uma coisa muito bacana. E o pessoal da feira se preocupa em ter um produto sem agrotóxico, de qualidade pra saúde das pessoas, a gente se preocupa com a água, que nem o curso que fizemos das nascentes, é tem que preocupar (Fala Orquídea).

Questões centrais como a busca da preservação ambiental, a defesa da biodiversidade, dos conhecimentos e saberes tradicionais e das culturas locais, tem sido cada vez mais incorporado como o repertório de luta e da pauta dos movimentos rurais. Vale ressaltar que, como bem destacamos neste estudo, que esse repertório é uma resposta ao modelo capitalista de exploração agrícola, cujo efeitos negativos em relação aos recursos naturais e a própria saúde humana tem causado danos irreversíveis. Esse é também, um dos principais repertórios da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - uma rede da sociedade civil brasileira, criada em 2002, e que hoje congrega diferentes instituições de técnicos e agricultores, assim como representantes de movimentos sociais (sindicais, de luta pela terra, de consumidores, de mulheres, dentre outros) de todas as regiões do país, que se propõem a promover a agroecologia como um componente estratégico do desenvolvimento rural sustentável e

democrático. Mesmo assim, ainda na realidade cotidiana das famílias rurais, cuja população está cada vez mais envelhecida e os problemas de saúde e falta de mão de obra são recorrentes, muitos ainda recorrem a produtos químicos como o *Roundup*, herbicida da Monsanto, conhecido popularmente como mata-mato, mas cuja proibição de uso já foi instituída legalmente no país, dado a série de efeitos colaterais que ele ocasiona na vida do trabalhador, além da contaminação ambiental:

Eu assim, nas minhas coisas aqui né, na horta, nas frutas, eu uso tudo orgânico né, eu uso o esterco, agora no milho eu uso o adubo né, porque o milho sem o adubo não dá nada não. Eu uso o adubo de plantio, de cobertura né, e capino né...este ano devido a minha coluna eu não estou aguentando capinar, aí eu coloquei o veneno mesmo pra matar só o mato, agora no paiol não, este ano que eu colhi mais um pouco, eu tô cascando, colocando no sol pra secar, e tô guardando as bombonas pra ele conservar mais, agora a minha horta não, é só esterco, é orgânico, não gosto de usar estas coisas não e óh o pessoal valoriza sim, aí chega na sexta, lá na feira, pessoal vai falando, “eu não deixo de comprar, de comprar aqui, que é orgânico, pra comprar no mercado não, são poucos que gostam de comprar no mercado”, mas eu do jeito que tô nesta coluna que estou, hoje mesmo estava quebrando o milho e já está uma dor que não tô aguentando, então o milho agora tô tendo que jogar, por causa desta coluna, mas ante não, era tudo capinadinho, não jogava nada não (...) Fala Cristina).

A rede denuncia as monoculturas, a destruição das condições de vida de camponeses e pescadores artesanais por empresas transnacionais, os efeitos danosos dos transgênicos para a biodiversidade e lutam pelo direito de preservação de sementes nas mãos de camponeses. Exemplo marcante desta luta foi a poderosa ação direta, realizada em março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, por cerca de duas mil mulheres agricultoras organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e por outros movimentos vinculados à Via Campesina, que destruiu laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa transnacional de origem norueguesa Aracruz Celulose.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) tem desenvolvido um trabalho primordial, por meio de três frentes, com as populações camponesas e outros agentes envolvidos com as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável em nosso país. A primeira frente busca articular experiências locais/territoriais realizadas pelas organizações que fazem parte da ANA, promovendo o intercâmbio entre elas e estimulando a reflexão coletiva. Consequentemente, tal atividade subsidia a segunda frente de ação, identificando-se os desafios para o desenvolvimento da agroecologia por meio da criação e aprimoramento de políticas públicas.

O esforço nesse sentido, tem fortalecido a ANA como ator político do campo agroecológico, legitimado para negociações de políticas junto ao governo. Um exemplo dessa frente de ação pôde ser observado na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)¹⁹, onde a ANA, através de sua rede de atores, das diversas regiões do país, apresentou e tem apresentado várias propostas de política pública ao governo. A terceira frente de ação procura estabelecer a comunicação com a sociedade, dando visibilidade à realidade da agricultura familiar e da agroecologia (ANA, 2015).

Nesta perspectiva sobre as mudanças e transformações que as relações de gênero e principalmente as mulheres rurais vem vivenciando a partir da década de 90, vimos que a construção de uma agenda mais agroecológica e orgânica, desde o cotidiano destas mulheres, até a proposta de políticas públicas, através principalmente da construção de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (que se iniciou mais veemente no segundo decênio dos anos 2000) possibilitou mais articulação política, social e muitas trocas e fortalecimento coletivo entre a população rural e a urbana. E nesta aproximação entre o rural e o urbano, temos que destacar que o empoderamento das mulheres rurais acontece também através do espaço da feira livre²⁰, como bem descreve as mulheres entrevistadas para este meu trabalho, assim como uma série de autores que estudaram esta temática.

3.4 INÍCIO DO SÉCULO XXI ATÉ OS DIAS ATUAIS: MARCHA DAS MARGARIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS

Considerando as reivindicações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais, principalmente envolvendo as mulheres rurais, podemos dizer que os anos 2000 e 2010 foram marcados pela realização de várias ações. Desde os encontros nacionais envolvendo as mulheres quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu e indígenas, até a então conhecida Marchas das Margaridas (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015) que abrangia vários grupos de mulheres com reivindicações políticas (do Movimento Sem Terra até as sindicalizadas). Neste mesmo período foram constantes os encontros e trocas de saberes, bem como as

¹⁹ Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), bem como da formulação dos Planos Nacionais de Agroecologia e produção Orgânica (Planapos), este lançado em 2016 apresenta um cenário de impactos negativos ocasionados pela produção agrícola sobre o meio ambiente, levantando questões como consumo de energia, insumos químicos e o desmatamento. Assim, a agroecologia é colocada como uma alternativa para construção de um novo paradigma para a agricultura, promovendo uma produção sustentável, em bases estruturais mais justas e inclusão no campo (Brasil; Planapo, 2016/2019).

²⁰ Cabe lembrar que as feiras livres presentes na maioria das cidades brasileiras são caracterizadas como uma atividade do mercado varejista em espaços públicos, de periodicidade semanal, quinzenal ou mensal, organizada como serviço de utilidade pública no abastecimento urbano, de maneira especial auxiliando no escoamento da produção rural, sendo relevante a participação feminina nestes espaços (Santos *et al.*, 2011).

manifestações da Via Campesina, especialmente nas comemorações do dia 8 de março, coordenadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e mesmo manifestações anualmente a partir de 2006, quando ocorreu a emblemática ocupação da Aracruz Celulose no RS, ligada ao movimento agroecológico e envolvendo mais de 2 mil mulheres rurais. Aconteceu também o I Encontro Nacional, organizado pelo MMC em fevereiro de 2013, entre outros movimentos.

De um modo geral, essas ações têm revelado que as mulheres rurais vêm avançando no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade. Uma dessas ações, a Marcha das Margaridas, já mencionada, vem, ao longo dos últimos anos, consolidando-se como a maior mobilização de mulheres rurais do país.

3.4.1 A Marcha das Margaridas – construção coletiva e nacional pela luta dos direitos das mulheres rurais

A proposta inicial das margaridas era uma frente coletiva que circunscrevia determinadas trabalhadoras rurais que lutavam por direitos trabalhistas e sociais, mas a partir da Marcha de 2007, atendendo a uma reivindicação das mulheres extrativistas, elas passaram a se nomear “mulheres do campo e da floresta” e, na Marcha de 2015, a denominação “mulheres das águas” foi incluída, com o intuito de abranger a diversidade de mulheres rurais construídas nos diversos territórios do País. A Marcha das Margaridas se tornou então uma ação estratégica de luta e empoderamento cívico, mas que passou a ser coordenada pelo movimento sindical rural, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e suas respectivas federações de trabalhadores na agricultura (FETAGs) bem como de sindicatos rurais de diferentes regiões do país e organizações parceiras, nacionais e internacionais (Campos, Brasil, 2017, p. 541)²¹.

O movimento ganhou força nos anos 2000 com a primeira grande passeata em Brasília, momento em que as agricultoras passaram a reivindicar seus direitos de forma mais concreta, e conseqüentemente, a se tornarem beneficiárias de políticas produtivas. Nesta passeata com mais de 20 mil envolvidas, a pauta se estendia a questões envolvendo a fome, a pobreza e a violência sexista, principalmente no meio rural. Já em 2003, com mais de 50 mil mulheres presentes, as pautas principais diziam respeito à reivindicação ao acesso à terra,

²¹ Tendo diversos movimentos e organizações de mulheres parceiras, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu, o GT Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia e a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, por exemplo, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, da Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado, entre outros.

ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, acesso à documentação básica, e a inserção das mulheres em políticas públicas. Havia uma pressão muito forte dos movimentos sociais do campo com relação a urgência de medidas a serem adotadas pelo governo federal em relação a estas lacunas que continuavam a permear a realidade rural brasileira.

Em 2007, com a terceira Marcha das Margaridas, bem mais expressiva que a anterior, inclui-se o tema da segurança alimentar e nutricional, cuja perspectiva da agroecologia foi fortemente enfatizada como forma de trazer um desenvolvimento sustentável para o campo. Em 2011, com o lema “Desenvolvimento sustentável como Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, essas frentes de movimentos campestinos trouxe à tona a temática do empoderamento das mulheres rurais de forma bem veemente, e nas suas últimas versões, 2015 e 2019 o tema da democracia e da permanência e eficácia das políticas públicas rurais foram as principais pautas do movimento (Siliprandi, 2011).

Figura 8 – Comissão Nacional de Mulheres e Organizações Parceiras da Marcha das Margaridas 2019



Fonte: <http://www.fetaemg.org.br>. Acesso em: 10 abr. de 2020.

Tratar deste movimento é compreender como se desenvolvem estratégias políticas e propostas programáticas em torno das necessidades e da noção de direitos de mulheres rurais, dado que há várias frentes de vários movimentos que a integram a Marcha. E assegurar esta articulação, desde a base sindical até a nível macro, demonstra a força e poder dos movimentos sociais do campo em nosso país. Para além da atuação mobilizadora e de ativismo, estas articulações possibilitaram ampliar a participação dessas mulheres em instituições participativas como conselhos, fóruns e conferências (Siliprandi; Cintrão, 2015).

É importante enfatizar que a Marcha conecta os espaços locais com espaços regionais, nacionais e até internacionais, ampliando as redes de trocas, informação, e constrói frentes de

luta pela garantia da aplicação dos direitos sociais bem como a cidadania, principalmente para a população rural, que sempre foi tão marginalizada politicamente. Além disso, a construção de estratégias consensuais entre os diversos movimentos, organizações e redes que a compõem fortalece sua posição na negociação com o Estado e com o movimento sindical, e, por meio do engajamento nos movimentos, as mulheres rurais alcançam novas significações tanto no âmbito privado quanto no público e essa nova posição gera autonomia, empoderamento, mais liberdades e acesso a uma série de recursos até então restritos as mesmas.

A Marcha das Margaridas configura-se em uma ação política, visto que é neste espaço que as mulheres trabalhadoras rurais ganham visibilidade e reconhecimento social. A partir das estratégias políticas da mobilização da Marcha, estas mulheres trazem para o centro do debate a importância econômica e política de suas ações no campo e na floresta. Sendo o momento em que apresentam suas reivindicações para que, a partir delas e de outros elementos, suas questões possibilitem formulações de políticas públicas que garantam o acesso das ‘mulheres a terra, assistência técnica, crédito, políticas sociais e direitos de cidadania’ (CONTAG, 2008, p. 9)²².

Ainda que muita luta tenha sido empreendida para mudar esse cenário por meio de movimentos sociais, ações normativas, leis, denúncias, engajamentos sociais, políticos e econômicos, especialmente no que tange a estrutura da sociedade rural, até bem pouco tempo e ainda em vários territórios mundiais, elas ainda são relegadas a invisibilidade e a submissão, sem vozes, sem direitos, mas cheias de funções e ocupações que as tornam seres indispensáveis para a existência humana. O fato é que as mulheres do campo, da floresta e das águas ainda precisarão marchar muito para que a igualdade real entre os gêneros, no meio rural, seja alcançada.

3.5 CONSIDERAÇÕES – DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Schneider *et al.* (2014), a partir de posturas críticas e reivindicativas, da sociedade civil, através das organizações e movimentos sociais, passou a ser propositiva, e parceira na execução e considera-se que esse processo se dá em um espaço privilegiado de poder e luta. Devemos considerar que o apoio à agricultura familiar, seja através da ação

²² Mais informações sobre o acervo das Marchas das Margaridas. Disponível em: <http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=646&ap=1&nw=1&ap=1>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

pública ou privada ou por meio das reivindicações e lutas dos movimentos sociais, serve como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis e gerar ocupação e renda. A criação de políticas que visem o desenvolvimento rural estimula a criação de pequenas agroindústrias e incentiva a criação ou ampliação de novos empreendimentos rurais. O acesso a políticas públicas fortalece assim a autonomia, empodera e oferece recursos materiais e reflexivos para as mulheres rurais:

Oi Paula, bom dia! Aqui tudo começou assim com a Clara da EMATER, uma moça que vinha aqui, aí eu era muito criança na época ainda, capaz que tinha o que, uns dez, doze anos na época que ela frequentava aqui, trabalhava em Lima Duarte e ela vinha muito aqui em casa com o Vicente. E eu começava a mostrar a ela a minha horta, minhas plantas, que era pouquinho coisa, o espaço era pequeno também. E sempre comentava com ela que era um sonho que eu tinha, de ter uma horta grande, de vender verdura, e ela sempre me incentivou muito nisso, a gente conversava muito sobre isso, sobre verdura, sobre vendas, mas era tudo aquela coisa de criança né. Ai depois comecei a frequentar umas reuniões em Lima Duarte, aí surgiu a CONAB, aí na CONAB eu comecei plantando, fui aumentando às coisas, plantei bastante coisa, fui entregando. Depois surgiu uma cooperativa, foi aonde que o pessoal deu um tombo na gente doido né, até hoje não recebi os produtos que entregou nessa cooperativa, que eles abriram um...não, não foi uma cooperativa, foi um...aí até esqueci o nome agora. Aí depois surgiu essa cooperativa, e depois da cooperativa surgiu a feira né, daí da feira até hoje eu tô na feira né, continuo indo e indo, apesar de não ter mais o transporte da prefeitura né, as coisas serem mais difícil, mas ainda continuo indo com tudo mesmo o meu problema de coluna, ninguém está fazendo pra mim não, é eu mesma. E assim continuei né. Não sei até quando eu vou aguentar né, esse negócio de mexer com horta, com plantação, mas enquanto eu estiver aguentando eu vou tocando o barco até ver né, está bom, abraço (Fala Cristina).

Vimos que as mudanças aconteceram de fato com a redemocratização e com a criação da Constituição de 1988, a qual estimulou a criação de novos espaços de participação social e gerou o reconhecimento de certas categorias da sociedade. No campo da agricultura familiar diversos órgãos foram criados para dar suporte e reivindicar seus direitos (Grisa, Schneider, 2015). Diante das medidas econômicas realizadas pelo governo brasileiro na época, os representantes da agricultura familiar organizaram movimentos sociais expressivos, onde passaram a exigir políticas mais específicas para a categoria. Como resultado destes movimentos, criou-se o Pronaf, e um conjunto de medidas que visavam o fortalecimento da agricultura familiar. A Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) foi construída como categoria profissional e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Picolotto, 2012).

Ao longo deste capítulo, visualiza-se os caminhos percorridos e lutas empreendidas pelas mulheres camponesas em seus diversos engajamentos cívicos, políticos, no que fiz respeito a busca de equidade e visibilidade nos diversos territórios nacionais. Decorrente destes movimentos, emergem novos horizontes de cidadania e empoderamento para este público, desde a conquista de reconhecimento dentro da lei, a segurando a esta população, os direitos básicos como regulamentação trabalhista, mais acesso à educação e a saúde, como a extensão da licença maternidade e aposentadoria as mulheres rurais, e mais recentemente, como veremos no capítulo a seguir, criação e implementação de políticas públicas que possibilitaram acesso a espaços sociais e econômicos, até então inexistente para as mesmas.

No que diz respeito a trajetória de vida e ao cotidiano das cinco mulheres entrevistadas neste estudo, compreende-se que estas mudanças alteraram sua posição social no âmbito da família, e muitas delas assumiram funções de liderança e protagonismo dentro da economia familiar e mesmo na comunidade que vivem. Margarida, por exemplo, mãe de quatro filhos, experienciou apenas com o último o acesso a licença maternidade, dado que o mesmo nasceu em meados da década de 90, afirmou na entrevista que só realizou o acesso a este recurso por orientação do sindicato rural, e nem sabia que haviam mudado a lei, já que *“as mulheres rurais numa existiram para os governantes”*. Pontuou ainda que o benefício possibilitou um *“descanso e respiro”*, pois não precisava ficar preocupada em como pagar as contas por uns meses e podia assim, não só cuidar e estar mais presente com os filhos, naquele período, como também tinha um recurso para complementar em pequenos ajustes da propriedade: *“a gente precisava fazer uma cerquinha, pagar alguém para ajudar aqui na terra né, eu tava parida (...)”*.

Ao longo da entrevista, quando questionei sobre as questões envolvendo os direitos sociais, frisou também sobre a falta de acesso a aposentadoria, lembrou de sua mãe e outras vizinhas, que podiam agora ficar na propriedade e não precisavam vender pedaço por pedaço para *“colocar comida em casa”* e neste sentido mencionou como exemplo a minha avó, pois ela havia ficado viúva de 11 crianças na década de 60 e teve que vender boa parte de sua propriedade até os filhos começarem a trabalhar: *“é uma falta de respeito com a mulher né, é uma tristeza que só, ver uma mulher viúva, ganhando meia pensão, e com um monte de criança pra comer, é muita judiação mesmo, ainda bem que os tempos mudaram”*, afirmou Margarida. No entanto, ao final de sua fala, ressaltou que os tempos mudaram mesmo porque ela sabia que muita mulher *“estava dando a cara a tapa”* e que se ela pudesse também se dedicaria mais a estas questões sociais e citou o exemplo de Rosinha da região dela que me

envolvia com os conselhos de educação, saúde e tinha um forte engajamento cívico na região de Juiz de Fora, “*só que ela é aposentada né, tá com os filhos criados, casados, com a vida mais resolvida, isto faz diferença pra gente ter tempo pra ir pra rua arrumar sarna pra gente coçar né? (risos)*” enfatizou Margarida.

Orquídea é o maior exemplo de como as lutas e o engajamento cívico é capaz de gerar autonomia e empoderamento para as mulheres rurais. Sua vida e sua percepção identitária mudou significativamente após estar envolvida com a direção da Associação Leiteira e o sindicato rural de sua região. Mudou também a estratégias de dinamização da propriedade, como ela bem disse ao longo das entrevistas “*a gente não sabia que havia outros meios, recursos para investir na propriedade, em nossos sonhos, e quando eu vim para cá eu descobri tudo isto né, pois a gente fica lá só na casa, na solidão e ninguém vai lá contar isto pra gente né?*” Ela se envolveu no conselho municipal de desenvolvimento rural, passou a estar mais próximas dos agentes públicos, como a EMATER e ficou sabendo dos programas como o PAA e o PRONAF e não só acessou os mesmos, como difundiu estas possibilidades para outras mulheres da comunidade, primeiramente via Associação e depois por meio do sindicato. No que fiz respeito a feira livre, afirma que foi uma das articuladoras e cobravam da prefeitura o apoio logístico e técnico para viabilizar o funcionamento da mesma. Portanto, a participação política é indispensável para assegurar os direitos e a implementação das políticas públicas para as mulheres rurais.

Violeta e Cristina, apesar de não estarem tão ativas nas questões sociais e políticas da comunidade, em alguns momentos estiveram envolvidas com os conselhos escolares, dado que havia um movimento de fechamento das escolas do campo na região e havia constantemente problemas relacionado aos transportes dos filhos até as escolas. Violeta afirmou não estar tão envolta pois tinha muitas funções na propriedade e o esposo estava passando por problemas de saúde, mas ela fazia questão de ir vezes ou outra na prefeitura, no sindicato ou até a EMATER para saber em que “*andanças as coisas estavam né?*” Quando havia alguma reunião importante, como na época que participava da feira e dos projetos da merenda escolar, ela e o esposo iam nas reuniões, tinham mais engajamento, e buscavam a segurar seus direitos e garantir melhores oportunidades ali para a manutenção da Associação. Cristina também afirmou que para garantir a manutenção das estradas era preciso estar na associação comunitária, fazer abaixo assinados, ia direto na prefeitura, muitos também acessavam o trator durante as plantações, ofertado pela prefeitura e precisavam “*ficar em cima né*”. E não era possível viver na roça indiferente da política, pois sabiam que os políticos afetavam suas vidas: “*é a gente vai até um vereador mesmo, pois sabe que muita coisa passa*

por lá né, não só o prefeito, daí a gente procura sempre ter alguém de nossa região nos representando lá” afirmou Cristina.

Na comunidade de Bromélia, que era uma área de invasão na cidade de Lima Duarte, no período que iniciei a pesquisa, era um local sem iluminação e sem calçada, tanto que tinha o apelido de vulgo “apagão”, ela enfatizou que ia em algumas reuniões da prefeitura, a fim de cobrar melhores condições de manutenção por lá, e que ela também participou de muitas reuniões envolvendo a feira livre, mas que ao contrário de Orquídea, ela já não se preocupava tanto com tantas questões sociais, pois a horta e a família precisava de muito tempo. Cabe lembrar que das entrevistadas, Orquídea era a única que possuía apenas 1 filho e uma propriedade menor, era praticamente uma granja, o que possibilitava mais tempo para se dedicar a outras funções. Seus pais também já eram falecidos e ela tinha praticamente nenhum vínculo com os familiares, que moravam em outra cidade, logo, entende-se que as questões familiares e funções com a casa, vezes dificultam, mas não impedem, o engajamento das mulheres nas questões sociais e políticas da comunidade.

Associar a abordagem do empoderamento, numa perspectiva de engajamento social, político e acesso a novos espaços, com a perspectiva de Amartya Sen (2000) é afirmar que tais acessos implica no desenvolvimento das capacidades daqueles menos providos de oportunidades e recursos, a fim de expandir suas liberdades para transformar as relações de poder que limitam o acesso a diversos recursos e espaços. As capacidades (*capabilities*) são poderes para fazer ou deixar de fazer coisas. Assim, o conceito de capacidades não significa só as habilidades (*habilities*) das pessoas, mas também as oportunidades reais que essas pessoas têm de fazer o que querem fazer (Sen, 2000).

Expandir as liberdades também implica em ampliar as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Assim, através do engajamento e participação, há o aumento das capacidades e liberdades, possibilitando aos sujeitos construir e escolher novas opções de recursos, implementar suas escolhas e se beneficiar delas, mediante a mobilização da reflexividade (Giddens, 2009; Archer, 2003; Vanderberghe, 2010; Caetano, 2013) e das ações estratégicas (Whittington, 2002; Paredes, 2006; Silva, Hespanhol, 2016).

No próximo capítulo, compreenderemos, ainda que de forma sucinta, os avanços que o meio rural experimentou em decorrência do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas. É relevante considerar este desenvolvimento a partir das ações do Estado, na figura de políticas públicas ou de órgãos como a EMATER e a EMBRAPA que oferecem capacitação técnica e levam saberes a esta população.

4. ESTADO, DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Vimos que nas últimas décadas uma série de lutas foram empreendidas por parte da população rural, mediadas principalmente pelos sindicatos e outras formas associativas, a fim de buscar a garantia de direitos mínimos, envolvendo a previdência social e as questões trabalhistas. Outras questões envolvendo o mundo rural foram elencadas durante estas lutas, como a própria questão da reforma agrária, bem como a redefinição e visibilidade dos papéis desempenhados pelas mulheres rurais no mundo rural. A cidadania tomou novos ares de acordo com as mobilizações dos movimentos sociais e, conseqüentemente, o Estado brasileiro teve que se articular para fomentar políticas públicas de acesso, equidade e desenvolvimento social para esta população. Este reconhecimento das mulheres rurais enquanto sujeitos coletivos e a construção de políticas públicas voltadas para elas com agendas específicas tem como base mobilizações e ações coletivas protagonizadas historicamente por diversas frentes de mobilização nacional.

A agricultura familiar, bem como o modo de produção das pequenas propriedades agropastoris, passa a ter maior notoriedade e se fortalece tanto dentro das instituições

públicas, como na sociedade rural em si. Estes novos arranjos reconstróem um modo de vida e de produção que abarca estratégias de dinamização do uso do espaço, das funções desempenhadas pelas famílias ou pequenos grupos produtivos. Há uma maior integração com as tecnologias disponíveis, bem como novas formas de acesso e uso dos recursos advindos das políticas públicas, o que contribui significativamente para se estabelecer novos formatos de sociedades locais estruturadas e integradas por valores de cidadania, da identidade, do cooperativismo, a fim de garantir a manutenção das pequenas sociedades rurais. Tais formatos demonstram que as permanências dos agricultores em suas atividades “se explicam não somente por motivos materiais, mas também subjetivos, que atribuem significado à sua existência e ao futuro, garantindo, assim, a coerência de sua identidade”, bem como articulações políticas, econômicas e sociais que visem o acesso a mercado, a esfera pública, assim como a garantia do bem-estar social (Gehlen; Mélo, 1997 p. 105-106).

Na coletânea “Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas” organizada por Staduto *et al.* (2015) que conta com textos de mais de 15 pesquisadores, é possível compreender melhor as várias dimensões do tema desenvolvimento rural e gênero no país. Ao ler tal obra, vemos que os capítulos buscaram levantar “não somente as dificuldades, mas também as estratégias e as políticas públicas direcionadas ao grupo populacional das mulheres, e, sobretudo, para as relações de gênero construídas no meio rural” (2015, p. 5).

Essa obra traz várias abordagens e visões para se pensar a relação de gênero no meio rural, seja através das relações de agenciamento, seja por vez através das relações abrangendo a estrutura ou instituições sociais. Portanto, a leitura dela trouxe informações importantes acerca da relevância das políticas sociais do Estado brasileiro para a população do campo, especialmente nas últimas décadas. É necessário reconhecer que a invisibilidade econômica dessa mulher também era legitimada historicamente pelo Estado brasileiro, não apenas pela sociedade em si. Vimos anteriormente a importância dos movimentos sociais e dos estudos, principalmente realizado por pesquisadores das ciências sociais, como mecanismos capazes de fortalecer a discussão e a visibilidade da temática de gênero no meio rural, e tal fato, oportunizou melhor disposição e práxis para realizar este estudo e direcionar a discussão aqui exposta sobre empoderamento feminino no mundo rural. Neste aspecto, soma-se a isto o olhar sobre a eficácia e o retorno que estas políticas públicas proporcionam para a população do campo, especialmente a mulher rural. É também necessário considerar que estas políticas são meios que dão visibilidade e norteiam melhor as estratégias utilizadas pelas mulheres rurais para a dinamização do meio rural.

O desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta das ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelas condicionantes sociais, econômicas, edafoclimáticas e tecnológicas, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade no plano territorial (Schneider, 2003, p. 7).

É nesse cenário que emergem ações advindas do Estado brasileiro, atendendo as pautas reivindicativas dos movimentos sociais e de outras frentes de luta campesina (como os sindicatos), e que passam a ser mediadoras do desenvolvimento rural. Pode-se citar desde a criação de programas de crédito (a exemplo do PRONAF), ou de aquisição de alimentos (como o PAA), bem como a articulação de projetos locais (a exemplo das feiras livres municipais), além de outras ações que envolvem capacitação técnica (como nas atividades desenvolvidas pela ATER, em Minas Gerais, pela EMATER) ou outras formações advindas de setores como Organização não Governamentais (ONGs) e empresas agrícolas (como o caso do Programa de Desenvolvimento Rural – PDRT)²³, ou de ações envolvendo os sindicatos rurais locais ou mesmo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A soma das atividades e ações realizadas por estas instituições possibilitaram não só uma mudança no sistema produtivo da agricultura e da pequena agropecuária brasileira, como também oportunizou mais empoderamento e visibilidade para inúmeras mulheres rurais brasileiras.

Amartya Sen (2000) estabelece um conjunto de aspectos ligados à sua acepção de desenvolvimento, acrescentando ao parâmetro econômico a qualidade de vida e a expansão das liberdades. Considera a liberdade o principal fim, mas também os meios do desenvolvimento. Para Sen (2000, p. 28) “os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exames minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento”. É preciso examinar as questões e limitações que se apresentam e impedem o desenvolvimento, questões envolvendo pobreza, fome, desemprego, falta de liberdade política, de saúde, de educação, desigualdade econômica, e demais problemas sociais.

²³ Líder mundial na produção de celulose de eucalipto e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Suzano elaborou em 2011 o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), como principal ferramenta de engajamento com comunidades rurais com o objetivo de participar do desenvolvimento territorial por meio do diálogo com as comunidades rurais vizinhas, fortalecendo suas organizações e redes, tendo como premissa os princípios agroecológicos. Leia mais em: <https://biblioguias.cepal.org/c.php?g=981128&p=7152592>. Acesso em: 26 jul. de 2021.

A liberdade é nesse sentido o que responde por sermos capazes de fazer algo, seja ao permanecermos desimpedidos de fazê-lo, seja ao sermos capazes de aproveitar a possibilidade de fazê-lo. Destarte, gostaria de sugerir que esses dois aspectos deveriam ser vistos como os dois lados da mesma moeda, isto é, como duas formas de rejeitar a dominação e conquistar autonomia. Trata-se, portanto, e acima de tudo, de uma distinção analítica. A liberdade de agência baseia-se nestas duas condições: inexistência de barreiras externas — ao menos até o ponto de atropelarmos a liberdade de outrem — e capacidade de agirmos individualmente e mover-nos coletivamente. A extensão de nosso impacto causal no mundo (Domingues, 2003, p. 67).

Ao pressupor o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas, é necessário direcionar ações voltadas para os fins, mas também para os meios de se obter este desenvolvimento. Embora o rendimento seja um dado importante na abordagem seniana, é preciso considerar outras variáveis além do rendimento para a geração das capacidades. E nesta correlação entre rendimento e capacidade é preciso considerar aspectos que envolvem a idade, o gênero, a localização da sua moradia, incapacidades/doenças, a forma como a renda é distribuída entre as famílias, bem como o papel social desempenhado por cada indivíduo e o Estado em si. A privação da liberdade econômica está diretamente ligada à liberdade social e à política.

Ao longo deste capítulo, iremos considerar as mudanças ocorridas no mundo rural de engajamento com comunidades rurais com o objetivo de participar do desenvolvimento territorial por meio do diálogo com as comunidades rurais vizinhas, fortalecendo suas organizações e redes, tendo como premissa os princípios agroecológicos brasileiro a partir das ações do Estado, na figura de políticas públicas ou das ações de órgãos como a EMATER, que oferecem capacitação técnica e levam saberes a esta população. Descreveremos as diferentes políticas estatais criadas a partir da década de 90 em relação à agricultura, bem como os programas criados no nível federal para a população do campo e que contemplaram também as mulheres rurais, como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMP), que garante a titulação no nome da mulher independente do seu estado civil, a linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passou a reconhecer as mulheres rurais como agricultoras, a linha específica é chamada de PRONAF-MULHER e a Política Nacional de Assistência Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que é uma política de apoio à produção, além de outros programas que possibilitaram o acesso destas mulheres ao mercado como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a feira livre local. Veremos que as principais políticas responsáveis pela promoção dos direitos econômicos e da autonomia das mulheres rurais presentes na Constituição de 1988 tratam do direito à terra, do direito à documentação

civil e trabalhista, do acesso a linhas específicas de crédito, a políticas de comercialização e de organização produtiva.

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras (Bourdieu, 1993, p. 59). que implica em um significativo e complexo número de relações entre a agricultura, atores e a sociedade. Contudo, nem sempre esse conjunto de relações favorece os agricultores familiares e, indica que a complexidade institucional inerente ao assunto o torna um processo multidimensional, como bem veremos nas falas do diretor Pinheiro, dos extensionistas da EMATER, como bem veremos a seguir.

Apresentaremos alguns estudos realizados sobre a aplicabilidade e eficácia destas políticas (Dajui, 2006; Hernández, 2009; Brutto, 2011; Siliprandi, 2015; Hora, 2014) em vários territórios brasileiros e como elas contribuíram para a inserção das mulheres rurais em atividades produtivas. Neste aspecto, a literatura sobre desenvolvimento rural também será elencada neste capítulo (Carneiro, 2000; Abramovay, 2002; 2003; Assis, 2006; Long; Ploeg, 2011). Também veremos o quanto estas políticas estão sendo relegadas pelo atual governo de Jair Bolsonaro, cujo discurso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, volta-se cada vez mais para uma lógica de produção neoliberal, enfatizando o agronegócio e não viabilizando mais recursos para a continuidade de programas como o PRONAF MULHER.

4.1 AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX

As mudanças e transformações ocorridas no espaço rural a partir dos direitos legislativos e a aplicação de uma série de programas sociais advindas do estado federativo provocaram um rearranjo nas unidades produtivas de base familiar, assim como na vida das pessoas que vivem nesse espaço, proporcionando a multidimensionalidade do rural. Do ponto de vista da legislação, houve avanços na efetivação de algumas leis que foram direcionadas para este setor (como a Lei nº 8.213, de 24 de julho 1991, dispõe sobre a garantia da aposentadoria aos trabalhadores e às trabalhadoras assalariadas do meio rural). Vimos no capítulo anterior que até a Constituição de 1988, no Brasil as mulheres não tinham direito à aposentadoria ou qualquer benefício na área.

A partir desse reconhecimento profissional na Constituição Federal de 1988, as mulheres camponesas passaram a fazer parte do conjunto dos trabalhadores rurais, ganhando acesso aos direitos previdenciários, como a aposentadoria. Antes de 1988, somente o homem se aposentava com meio salário mínimo e a mulher só se aposentava depois da morte de seu marido. A organização de mulheres rurais e a formação de movimentos sociais ou grupo com maior visibilidade e articulação no espaço público passa a acontecer de forma mais significativa no início da década de noventa, a fim de questionar as estruturas vigentes das quais se viam excluídas.

Em resposta às demandas apresentadas na década de 90 pelos movimentos sociais do campo, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou a primeira medida orientada para mulheres rurais, com a instituição do Programa de Ações Afirmativas para Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento entre Homens e Mulheres que visava promover a inclusão das trabalhadoras rurais nas políticas públicas do MDA/INCRA, dando oportunidade de melhor acesso à terra, crédito, capacitação e assistência técnica. Um ponto relevante apresentado pelo Programa é que as medidas governamentais já existentes relacionadas à reforma agrária, principalmente, sempre favoreciam a população masculina, desconsiderando as necessidades das mulheres rurais. O que se percebe, porém, é que as ideias que constituem a base da agenda de políticas públicas para mulheres rurais passam a ganhar mais espaço no debate institucional, abrindo, ainda que de forma incipiente o caminho para as medidas que foram instituídas no governo posterior petista.

A busca por reconhecimento da profissão de agricultoras foi um dos primeiros passos para conquista de outros direitos, como já descrevemos neste trabalho como o direito a sindicalização, documentação, aposentadoria e salário maternidade, e possibilitou também o acesso ao crédito rural, direito a Reforma Agrária, entre outras.

A partir de meados da década de 1990 a situação começa a se alterar, a agricultura familiar passou a ser alvo de política específicas do Estado, trabalhos acadêmicos e órgãos do Estado passaram a valorizar este modelo de agricultura e as organizações sindicais no campo a assumiram como identidade política e como projeto de agricultura a ser construído no país (Picolotto, 2014, p. 2).

Mas mesmo antes da criação de uma série políticas públicas e modificações na legislação que possibilitou agregar estas mulheres a movimentos sociais e a serem contempladas com direitos sociais (Amorim, 2016; Medeiros *et al.*, 2014) já havia várias frentes de movimentação na sociedade civil em prol dos direitos das mulheres, em especial

das mulheres rurais. A Igreja Católica, por exemplo, com a Campanha da Fraternidade de 1990, cujo tema foi "Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d'Ele", incentivou o debate sobre a condição da mulher, tanto na cidade como no campo²⁴. O processo de organização das trabalhadoras rurais vai formando uma rede de comunicação e significados, que resultou na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1995:

Com o tema 'igualdade para as trabalhadoras rurais', a metodologia foi pensada para permitir a troca de experiências e reflexões sobre conquistas e dificuldades, entendendo que as conquistas esbarravam em obstáculos como a falta de documentos e de escolaridade, as limitações das trabalhadoras em lidar com atividades do mundo público e a cultura sexista que desvaloriza o trabalho das mulheres na terra, limita sua participação nas decisões sobre comercialização dos produtos e perpetua a subordinação das mulheres rurais. Diante do entrave persistente da falta de documentação, dois anos depois deste encontro a ANMTR lançou a campanha Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento²⁵ (CFMEA, 1997)²⁶.

Paulatinamente à realização da campanha, houve maior pressão ao Governo Federal por parte dos movimentos sociais rurais, para que assumisse a emissão de documentos civis e trabalhistas como política pública destinada prioritariamente às trabalhadoras rurais que este processo de emissão fosse melhor organizado regionalmente, com mutirões datados para que os agentes locais pudessem mobilizar as mulheres. Um exemplo desta ação dos movimentos sociais foi a Marcha das Margaridas (2000) cuja demanda por documentação era o primeiro item da pauta de reivindicações. De acordo com dados da FAO (2016, p. 172), a subdocumentação das mulheres rurais decorre do fato de os documentos serem emitidos por diferentes órgãos que não necessariamente possuem comunicação entre si e que possuem diferentes requisitos, muita das vezes burocráticos, delongados, localizados em espaços

²⁴ No processo de organização das mulheres do campo, destacam-se a agência da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais; a emergência do "novo sindicalismo" e das "oposições sindicais", e a atuação do movimento feminista. Com destaque para o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou grupos de mulheres em torno da luta pela terra, além de ter desempenhado um importante papel no surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST) (Deere, 2004). Embora em número menor, havia, também, segundo Cappellin (2009, p. 646), grupos de matriz laica, formados a partir das mobilizações de resistência às expulsões dos moradores das fazendas, nos quais as mulheres, assim como nos grupos de matriz religiosa, tomavam a iniciativa de promover as reuniões, organizá-las e dirigi-las.

²⁵ Cartilha elaborada pelo Movimento de Mulheres Camponesas em 2004, em prol da campanha denominada "Nenhuma mulher sem documentos", a fim de regularizar a situação documental das mulheres. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_documentacao.pdf. Acesso em: 22 jun. de 2019.

²⁶ No que tange a essa instituição organizadora e seus programas, leia mais sobre no site oficial. Disponível em: https://www.cfmea.org.br/plataforma25anos/anos/1995.php?iframe=anmtr_1995. Acesso em: 8 jan. de 2021.

diferentes do meio urbano (ou em cidades diferentes), o que muitas das vezes inviabilizava a ida destas mulheres ou mesmo de seus parentes até eles.

Outro problema comum e que se estende até os dias atuais é a emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família, e nem sempre os pequenos agricultores e produtores rurais contam com a legalização/regulamentação da terra e nem sabem como prestar estas informações ao INCRA, bem como acessar determinadas políticas locais e nacionais, como veremos no decorrer deste capítulo.

Desse modo, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR foi criado em 2004 por meio de ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo aplicado por meio da parceria de diversos órgãos, tanto em nível federal, quanto estadual. Também foi executado muitas vezes por meio de mutirões itinerantes que aconteciam a nível mais local. O Programa pauta-se nos seguintes objetivos:

- I – Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar acesso às políticas públicas;
- II - Promover ações educativas participativas objetivando informar sobre a importância da documentação e orientar sobre políticas públicas com enfoque especial àquelas destinadas às trabalhadoras rurais (Brasil, 2006, p. 9).

Era por demais necessário oportunizar o acesso a documentação para estas mulheres rurais, já que é através de uma documentação regular que ocorre o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas, especialmente da agricultura familiar e da reforma agrária. Até o final de 2010, o programa já havia beneficiado mais de 275 mil mulheres com emissão de 561 mil documentos e incrementou a participação delas nas políticas de desenvolvimento rural²⁷.

A questão relacionada a documentação da trabalhadora e produtora rural foi mencionada algumas vezes ao longo da minha pesquisa de campo, assim como expus no artigo “Ela por Elas” (Almeida, 2019, p. 31). Rosinha, 51 anos, produtora de leite na

²⁷ Informações sobre essa questão estão disponíveis no repositório online do governo. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/345/1/programa%20de%20documenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20trabalhadora%20rural.pdf>. Acesso em: 21 jan. de 2021.

comunidade da Pirapetinga, em entrevista concedida a mim e publicada no artigo supramencionado, enfatizou na época os problemas relacionados a aposentadoria de sua mãe, por causa da burocracia na documentação. Disse que teve que ir algumas vezes a Juiz de Fora, outras a Rio Preto (dado que Santa Bárbara era uma cidade que pertenceu a este município) para resolver questões de documentação. Lembrou inclusive que *“antigamente as mulheres não tinham esta facilidade e nem resolvia nada né, quem mandava era o pai e o marido”*. Cristina, a produtora de fubá da região da Várzea do Brumado, relatou que quando ficou viúva (e por já estar separada) teve muitos problemas com a documentação da sua terra, *“bem Paula tu sabe né, que tudo tava no nome do homem né, aí para mudar isto, nosso Deus, teve muito corre de lá pra cá, e a gente tem que ficar levando testemunha, não é fácil, pra ter o DAP como tenho hoje, não foi fácil, mesmo aqui sendo meu, sendo herança né”*. O caso de Bromélia é ainda mais complexo, pois a terra era em modelo de comodato e só depois que o dono faleceu é que ela passou a ter a regulamentação da mesma: *“por isto que estou mexendo com meu companheiro lá em Olaria, porquê lá ta tudo regulado né, mas o que eu ganho pra investir lá eu também invisto cá, porquê aqui já tenho há anos né”*.

Cabe lembrar que a partir de 1995, o Brasil avançou na formulação e na implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na constituição do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Também em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar, no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), na adoção de instrumentos para a renegociação de dívidas da agricultura familiar, e em uma política de territorialidade (Schneider; Silva; Marques, 2004). Criaram-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e as Secretarias de Agricultura Familiar (SAF), de Desenvolvimento Territorial (SDT) e de Reforma Agrária (SRA), entre 2000 e 2003. As mobilizações em torno do GTB (2001-2005) resultam na adoção do Garantia Safra, em 2002; na criação de linhas diferenciadas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003; no Seguro da Agricultura Familiar (SEAF Custeio), em 2004; e no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2005, mas foi em 2006 que a Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326, 24 de julho de 2006) que reconheceu a categoria social da agricultura familiar, definindo sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social (CONTAG, 2018, p. 13). Logo, as ideias que constituem a base da agenda de políticas públicas para mulheres rurais já vinham ganhando espaço no debate institucional desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995

a 2002) abrindo, ainda que de forma incipiente, o caminho para as medidas que foram instituídas no governo petista²⁸.

De modo geral, os avanços que o meio rural experimentou em decorrência do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas permitiram reverter ou amenizar o processo de expulsão acelerada das famílias do campo, mas ainda não conseguiu dar conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural, a diversidade territorial do país, a transparência, burocratização de acesso e uso dos recursos destas políticas públicas e manutenção das mesmas a longo prazo pelo próprio Estado, mesmo com a transição de governos.

Matos (2016), em um estudo recente, demonstra, por meio da análise de iniciativas de políticas relacionadas a gênero promovidas pelo poder público desde a redemocratização do país até o ano de 2015, como as iniciativas estatais relacionadas a gênero e sexualidade implantadas de 2003 a 2015, como a “Era PT”, aumentaram em escala e magnitude, com expressividade, as políticas para as mulheres rurais. A autora atribui à essa fase a existência de “contornos de aprofundamento dos processos popular-participativos” que culminaram na elaboração de uma significativa rede de políticas públicas de reconhecimento, antidiscriminatórias e de inclusão democrática de grupos considerados subalternos, demonstrando como os governos desse período se deixaram permear mais do que nos períodos anteriores (1988-2002), bem como posteriores (inclusive na gestão bolsonarista de 2018 a 2022 cujo programas ficaram estagnados) pela agenda reivindicatória dos movimentos de mulheres e feministas, transformando demandas em pautas efetivas de ação governamental. Na conversa realizada com técnicos da EMATER da região da zona da mata, eles enfatizaram muito como entre os anos de 2005 e 2015 houve mais recursos e articulação públicas na criação e implementação destas políticas, Glória (70 anos) aposentada da instituição enfatizou significativamente isto em sua fala:

Tem um programa também, não sei se você conhece que é a troca de saberes, lá do Instituto Federal de Rio Pomba e a semana do Fazendeiro em Viçosa, lá eles priorizam mesmo a agricultura, são nossos parceiros, fazemos extensão. Tem um ótimo trabalho com as mulheres rurais, de capacitação de empoderamento, de explicar estas políticas aí do Estado, falar da

²⁸ Podemos mencionar, por exemplo, Programa de Ações Afirmativas para Promoção de Igualdade de Oportunidades de Tratamento entre Homens e Mulheres criado com vistas a promover a inclusão das trabalhadoras rurais nas políticas públicas do MDA/INCRA, facilitando o seu acesso à terra, crédito, capacitação e assistência técnica. A portaria colocou de forma expressa que as medidas governamentais relacionadas à reforma agrária favoreceram historicamente a população masculina, desconsiderando as necessidades das mulheres rurais.

documentação e dos recursos. Graças à Deus, a mulher rural tem ganhado visibilidade e estão todos mais unidos pra isto né, bem ao menos estávamos mais (risos). Mas tem muito que conquistar ainda, porque ainda hoje a propriedade é do marido, o carro é do marido, o trator é do marido, o gado é do marido. E, agora sem estas políticas né, porque tá tudo parado e voltou este povo conservador pra política local, aí fica assim, a da mulher, quando muito a horta, e as galinhas e quando tem né? Então nós temos muito que lutar e lutar. Ana Paula ainda tem um trabalho feito pelos partidos políticos. Por exemplo, o PMDB Mulher, faz um bom trabalho, já participei de muita coisa boa do PMDB mulher. E tem, você deve conhecer de perto, o trabalho do PT também com as mulheres, que é muito bom também e acaba atingindo as mulheres rurais (...) (Fala Avenca - Aposentada EMATER/Juiz de Fora).

A exemplo, temos: Programa Luz para Todos²⁹ e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)³⁰, o Programa Nacional de Crédito Fundiário³¹, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)³², o Programa Territórios da Cidadania³³, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); Programa de Segurança Alimentar e Nutricional³⁴.

A ‘nova ruralidade’ foi gestada e consolidada graças à transição democrática, que propiciou uma agenda de reformas formulada por movimentos populares, ONGs e associações de classe, instituições acadêmicas e de pesquisa em torno do direito à cidade e ao reconhecimento da população rural e de suas demandas. Assim, como fortaleceu as organizações sociais rurais, favoreceu o debate crítico sobre o modelo dominante e estimulou a

²⁹ O Programa Social Luz Para Todos foi criado em 2003, com planos nacionais e estaduais e parcerias com a iniciativa privada. O objetivo do programa é levar energia elétrica às regiões rurais e/ou às casas que ainda não a tinham.

³⁰ O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida*, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Leia mais em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 4 jul. de 2018.

³¹ O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Os recursos ainda são usados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo e na contratação assistência técnica e extensão rural (ATER). Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico.

³² Programa no âmbito do governo federal que fortalece a agricultura familiar, com apoio técnico e financeiro, colocado à disposição da pequena produção, fato que vem contribuindo para promoção do desenvolvimento rural sustentável.

³³ Está baseado em uma visão essencialmente integradora de espaços, atores/ autores sociais, agentes de desenvolvimento, mercados e políticas públicas de intervenção e tem na equidade, no que diz respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no patrimônio cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas.

³⁴ Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta - O excedente da produção é comercializado pelo Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, das feiras organizadas pelas comunidades, além da entrega nos mercados locais e da comercialização direta nas áreas de produção.

criação de espaços de cooperação entre intelectuais, instâncias governamentais e movimentos sociais (Azevedo, 2017, p. 9).

Por sua vez, José Eli da Veiga (2010) define um novo entendimento do termo desenvolvimento, associado à concepção da sustentabilidade e participação. A questão que se apresenta quando se fala em desenvolvimento rural, Estado e políticas públicas é exatamente pensar o mundo rural sob um novo paradigma que coloque em pauta as condições de vida das populações analisadas, indo além das questões materiais ligas à esfera da produção e do consumo, ou seja, é “preciso garantir para gerações futuras é a capacidade de produzir” (Veiga, 2010, p. 123). Neste contexto, surgem novas abordagens, nas quais o desenvolvimento rural pode ser entendido como um conjunto de ações que objetivam diminuir a vulnerabilidade dos agricultores em relação aos agentes externos, aumentando a o seu grau de autonomia (Conterato; Schneider; Waquil, 2008). Abramovay (2012) aponta inclusive que é necessário ir além da *economia verde*, voltada apenas para a redução do uso dos materiais e da energia nos processos produtivos. Ele fala sobre a ideia de uma nova economia, centrada nos limites dos ecossistemas e na ética das escolhas relacionadas ao uso dos recursos, bem como da participação social e política destas populações. Tal preceito vai ao encontro do relato da técnica da EMATER ao descrever o processo de implementação de uma das políticas públicas dentro do município de Olaria-MG:

(...) nossa, essa cidadezinha aqui é perfeita pra você desenvolver um trabalho, e mostrar que pode né? Que dá certo, e na época eu conheci várias comunidades, e uma delas que eu me simpatizei muito foi a Pombal(?), tinha a Orquídea que era uma mulher muito forte, que é uma mulher forte e guerreira, e nós tínhamos algumas pessoas ali que passavam problema de álcool na família, que eu também passei por isto na família, com meninas jovens, então cê tinha vários problemas ali, eu lembro de um Natal que nós fizemos lá, um amigo-oculto na comunidade, então assim, são seres humanos ainda, que vivem como seres humanos, mas que eram muito simples sabe, sem muita perspectiva entende? E nós começamos a colocar a feira, eu lembro PNAE, era uma esperança pras famílias mais pobres ali e pras crianças também, entende? Era uma coisa se assim conectar com a terra, de valorizar a roça, quando eu falei pro diretor lá do Estado, “Fulano tem que fazer o programa de alimentação escolar” e cê acha que foi fácil? “uma das brigas minhas com ele foi essa né? “E ele dizia, mas isso não existe, você quer criar lei aqui no município”, ele não queria serviço né? Foi difícil, não foi fácil, é isto agente extensionista tem que brigar muito pra mudar a cabeça de geral, ae eu falei pra ele “não, se fosse xxx eu estaria ganhando valores de milhões, eu estaria lá no Senado né? Eu não tô criando lei, eu só tô colocando a lei em prática, eu só quero isso”, mas agora, mas quando veio das famílias, ae foi diferente né, teve mais força, Orquídea comprou esta luta, me ajudou a fazer eles enxergar essas políticas públicas e trabalhar, eu fico muito feliz porque eu sei que o município trabalha hoje nesta linha,

mudou muito a realidade deles, de tudo lá né, pois lá tem mais esta coisa de comunitarismo (Fala Ipê Amarelo – Técnica EMATER)³⁵.

As políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero possuem papel central na inclusão produtiva das mulheres rurais. Suas ações vão no sentido de incentivar e visibilizar a produção das mulheres e contribuir para o protagonismo das agricultoras no desenvolvimento rural. No entanto, há ainda muitos percalços e lacunas nos processos de implementação destas políticas, como bem veremos neste capítulo.

4.1.1 Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR)

A partir da segunda metade dos anos 90, a maioria das prefeituras brasileiras tiveram que estabelecer um conselho de política agrícola a fim de captar os recursos advindo do PRONAF e garantir o desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2001). Haveria inclusive restrição de recursos dos governos estadual e federal para aqueles municípios não instituísem um conselho agrícola, uma secretaria de agricultura e um fundo de investimento rural seriam privados de recursos. Neste ínterim, foram criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), cuja finalidade era mediar às políticas públicas da área rural e da questão ambiental. As questões referentes à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Produção (SEAAP) iriam passar pelo conselho, que fiscalizaria as ações.

Segundo Abramovay (2001), esses conselhos oportunizaram uma inovação organizacional diversificada, uma vez que os recursos de um programa do governo federal passam pela mediação de diferentes representantes locais. No entanto, o caráter burocrático dos conselhos, uma vez que são criados para atender às exigências legais para obtenção de recursos públicos, a limitação da capacidade de representação das demandas coletivas por parte dos agricultores e a escala de atuação dos conselhos, já que, no plano municipal, a utilização dos recursos do PRONAF se limitaria a suprir deficiências básicas dos municípios (ABRAMOVAY, 2001), demonstraram que haveria uma maior preocupação com a redistribuição dos recursos do que com o reconhecimento das especificidades dos agricultores e das realidades locais e a promoção do desenvolvimento rural. No que diz respeito a região da zona da mata mineira, onde realizei minha pesquisa de campo, foi possível visualizar alguns entraves na funcionalidade destes conselhos.

Apesar da obrigatoriedade da existência dos mesmos e da mobilização por parte de agentes públicos para garantir seu funcionamento, na prática, muitos entraves envolvendo

³⁵ Ao final da pesquisa e redação desta tese, Ipê Amarelo tinha voltado a atuar como técnica da EMATER em Olaria-MG.

questões políticas e mesmo de participação da sociedade civil rural impediam a eficácia da realização das políticas públicas. Nas conversas realizadas com um dos secretários municipais da cidade de Lima Duarte durante o ano de 2018, ele ressaltou muito a falta de permanência dos conselheiros e a ausência de participação constante nas reuniões de representantes das localidades rurais. Quando questionei a ele o porquê que isto acontecia, os argumentos apresentados foi de que eram muitas reuniões e nem sempre o agricultor e produtor poderia se deslocar para participação, mas em conversa com agentes da EMATER de diferentes localidades, ficou evidente que as questões políticas, envolvendo principalmente a simpatia com o prefeito local impediam maior envolvimento da população rural.

Além disto, segundo depoimentos de algumas das entrevistadas, havia uma descrença sobre este envolvimento coletivo na tomada de decisões acerca dos projetos que poderiam ser viabilizados. Um exemplo dado foi a questão da permanência das escolas rurais, na época várias escolas tinham sido fechadas e a questão foi parar inclusive no fórum local de Lima Duarte. Os filhos dos agricultores e produtores rurais teriam que ir agora para as escolas urbanas, muitos saíam de casa de madrugada (por volta das 5 da manhã e só voltavam depois das 13 horas). Isto não só gerava um desgaste físico para as crianças e jovens, como também impediam que eles tivessem mais tempo de se dedicar aos trabalhos da propriedade.

Mas, segundo os relatos de Sucupira, que foi uma das agentes da EMATER na cidade de Lima Duarte, a criação dos conselhos teve bons resultados no sentido de aproximar e fortalecer a população rural do ponto de vista coletivo:

Tem as regras do Conselho mesmo né, que falam que a sociedade civil deve participar através dos representantes das associações né, mas acontece muito este fato do pessoal não ocupar estes espaços né, e acaba ficando com menos pessoas representantes da área rural, é um erro, mas é comum acontecer. (...) Sim eu me envolvi bastante né, porque na época era meta né, formar o conselho ou reestruturar o conselho, e foi bem legal em Lima Duarte este trabalho, porquê a gente ia de comunidade em comunidade, e lá são muitas né? Onde a gente não tinha associação, a gente fazia reunião com o grupo que agente conseguia mobilizar né, aí tirava uma indicação e na hora que reunia o grupão, aí havia uma representatividade do município todo, era bem interessante (Fala Sucupira – EMATER/Juiz de Fora)³⁶.

Na época eu me empenhei muito nesta coisa de conselho né, mas eu acho que foi uma fase também né, foi uma fase muito forte de vinda de recursos né, de criação de várias frentes de políticas públicas né, não sei hoje como está por lá, bem mudou muito, o governo atual modificou muito. E na época as políticas públicas estavam sendo direcionadas via conselho né, e eu acho que a política pública federal que tem por base trabalhar através de associações, através de conselhos, acaba que estimula o pessoal, hoje em dia

³⁶ Esse entrevistado trabalhou alguns anos do polo de Lima Duarte e agora atua no município de Juiz de Fora.

a gente ainda tem isso, mas vocês sabe o que estamos passando, este desmonte todo dos programas, dos projetos voltados para a área social né, não tem tanto estímulo né, nem pra gente trabalhar e nem pro próprio produtor, mas a gente aqui da EMATER tem buscado muito enxergar e levar esta coisa do trabalho em grupo né, nem que seja um grupo informal mesmo (Fala Sucupira – EMATER/Juiz de Fora)³⁷.

À vista dessas questões, Barbosa (2015) relata que a análise dessa temática é fundamental, pois há poucas pesquisas sobre a participação social nesses espaços, como também sobre a efetividade deliberativa dos Conselhos Desenvolvimento Rural Sustentável: “um conselho com participação ativa possibilita a implementação e “elaboração das políticas públicas voltadas para o meio rural, mas também para a compreensão das perspectivas dos atores no que se refere às especificidades de suas demandas” (Barbosa, 2015, p.4). Orquídea, uma das mulheres entrevistadas para a pesquisa, aponta claramente que no caso da cidade de Olaria, há mais engajamento e eficácia no funcionamento destes conselhos, e que de fato as demandas levadas até eles são, na maioria das vezes, atendidos pelos órgãos públicos:

Aqui em Olaria tem sim o Conselho Desenvolvimento Rural Sustentável, e eu participo, eu estou lá também, tem a defesa civil, tem o CMDCA, da criança e do adolescente, entendeu? Agente, eu sempre estive presente nestes conselhos né e estou ainda, eles são projetos para ajudar né, igual se tiver alguma demanda, alguma coisa pra resolver, pra assinar né, porquê no caso né, é ele que manda né, que decide o que fazer, pra onde vai os recursos né? Eles fazem uma reunião com gente do conselho né, a EMATER né, pega as demandas com a gente (...) aqui em Olaria este negócio de CDRS assim, ó, eles misturam muita coisa, eles colocam assim, politicagem no meio, mas graças a Deus quem faz parte do conselho tem um bom senso entendeu? Aí fica uma coisa legal sabe, justa né, que nem a coisa do PRONAF né, que a EMATER entra né, eu já faço parte dele desde quando comecei com a feira em Olaria, eu nem era do sindicato, porquê passava por ele as decisões né, agora assim, nunca muda né, porquê nunca ninguém quer né, as pessoas tem mente pequena, se recebessem pra participar já viu né, mas a gente recebe sim, recebe nossos direitos, porquê política tem que ter estas coisas de participação, não se pode ficar esperando de braço cruzado não acha? Igual aqui perto de casa, o poste tava um perigo, é o poste de luz, acionamos a defesa civil, a Cemig veio e arrumou entendeu? Por que o produtor não pode ficar sem luz, não pode ficar sem estrada, entendeu? (Fala Orquídea).

No caso dos agricultores barbacenenses, pesquisa realizada por Suelen Couto *et. al.* na região da Zona da Mata mineira, mesmo que estes atores sociais acabavam não participando desses espaços para evitar “constrangimentos” políticos. O estudo realizado pelos autores demonstra que as informações sobre a situação atual da zona rural e as necessidades da região eram passadas diretamente aos vereadores, dado que já havia uma cultura anterior em levar para o setor legislativo algumas pautas, além do fato de haver representantes mais próximos

³⁷ Esse entrevistado trabalhou alguns anos do polo de Lima Duarte e agora atua no município de Juiz de Fora.

da população rural que facilitavam estas intermediações. No caso da minha pesquisa, da região de Lima Duarte, havia uma oscilação da participação da população rural nos conselhos, geralmente eram os “grandes produtores” que se engajavam mais nos mesmos, ainda mais que a utilização e disponibilidade dos recursos provenientes do PRONAF, passavam pelas deliberações do conselho, como bem destacou o secretário de agropecuária que conversei na época (2018), durante um Encontro de Produtores Rurais (2017), marcado inclusive pela presença do deputado estadual Antônio Carlos Arantes (PSDB) que naquele período era presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Durante o encontro, havia representantes de várias instituições ligadas ao setor da agropecuária, principalmente de membros do Sindicato Rural local (vinculado ao sistema FAEMG) e as atividades e palestras enfatizaram muito o associativismo e o cooperativismo entre os produtores rurais, a fim de alavancar a produção leiteira da região. Também se falava muito sobre usar recursos públicos advindos de programas de financiamento para aquisição de maquinários (como compra de ordenhadeiras leiteiras). Lembro inclusive deles mencionarem sobre estes conselhos e de os representantes das instituições e das associações estarem mais articulados para conseguir mais financiamentos (no caso, se deu muita ênfase aos recursos do PRONAF) e a outros maquinários (como aquisição de tratores) para manter as estradas e ajudar durante os plantios (principalmente do capim braquiária, muito utilizado na alimentação dos rebanhos). O que eu poderia dizer é que boa parte dos assuntos tratados buscavam contemplar o médio e grande produtor local e não os pequenos produtores da agricultura familiar.

Ao longo das entrevistas, visitas e acompanhamento da pesquisa de campo (dado que eu visitei algumas propriedades) e lecionei nas escolas rurais da região, tanto no que diz respeito aos funcionários da EMATER e outros profissionais consultados como das mulheres pesquisadas, ainda há muito entrave na relação da população do campo com os representantes do município. Como bem destacou Orquídea, cuja proximidade com a prefeitura de Olaria é maior, *“o que dificulta é esta coisa de ficar mudando de ano em ano né, às vezes chega quem não entende tão bem ou não sabe assim lidar com a população, tem outra visão né?”* Fala que retrata não apenas as mudanças de governo pós-eleição, mas também a permanência no cargo administrativo de alguns secretários ou funcionários locais.

O fato de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural possuir 50% de representantes de agricultores familiares não exclui a possibilidade de manipulação por parte do poder público, através do poder do representante governamental. De acordo com Vaz de

Moura (2007), na maior parte dos CMDRs, o cargo de presidente do conselho é exercido pelo representante do governo municipal. Isso muitas vezes é explicado pelo fato de o secretário da agricultura e do extensionista da EMATER - que também em muitos casos é o presidente do CMDR - terem competência técnica para responder às exigências burocráticas de funcionamento do conselho, bem como maior disponibilidade para atuar na organização e reunião dos mesmos. Na região da zona da mata mineira isto não é muito diferente, como bem destaca Junípero, técnico da EMATER na região de Carangola:

Aqui na nossa região agente tinha o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) onde tinha várias representações do meio rural, da sociedade civil e do poder público. Na minha cidade que eu trabalho atualmente, Faria Lemos, nós tentamos criar, mas ó, quanto menor é a cidade, mas política é o conselho, e aqui em Carangola foi muito ativo uma época né, agente se reunia né, na época que tinha muito recursos né, mensalmente vinha as lideranças rurais e levantava seus problemas, vinha as lideranças rurais e trazia as questões né, e agente levava até o poder público municipal né, até o prefeito, mas na verdade não foi muito pra frente não (risos), e nós da EMATER é que centraliza praticamente estas ações mesmo, agente que marcava as reuniões, agente que fazia as eleições pra indicar as lideranças rurais da comunidade, muito ativa nisto daí, mas tá muito enfraquecido né, acabou sendo pessoas que entravam lá com fins políticos, alguns de oposição, aí já viu como é, você sabe como é prefeitura né. Aí algumas pessoas que faziam parte do CMDRS eram oposição política ao prefeito né, aí as coisas não iam pra frente, ficavam sempre as questões políticas ao invés do bem-estar, é uma pena né, porque a filosofia do CMDRS é muito interessante (Fala Junípero – Técnico EMATER).

Algumas decisões tinham que passar pelo CDMRS, mas com estas questões políticas, às vezes o prefeito, o CDMRS aprovava, mas o prefeito não acatava estas decisões do CDMRS, vamos supor, então lá no CDMRS agente discutia alguma proposta pra comunidade né, aquela comunidade rural, chegava e perguntávamos qual o maior problema que vocês têm lá? Ahhh, nosso maior problema é falta de médico no posto de saúde, o médico só ta indo uma vez por mês né, então você levava esta proposta positiva pra ir mais médicos lá né? Simplesmente o prefeito ignorava (...) Ae era aquela coisa né, longe, época de chuva, às vezes médico não quer deslocar longe, então não acatava, ficava só na ATA. Agora, as vezes a demanda era por um trator, precisava de um pra limpar a estrada né, aí ele acatava, já tinha um por conta disto né. Dependia também do grupo político do CDMRS, entende? Agora a filosofia era muito boa, pois tinha um representante de cada comunidade né (...) (Fala Junípero – Técnico EMATER).

O que se pode concluir no que diz respeito ao processo de implementação e articulação destes conselhos, é que de fato eles foram uma via bem interessante do ponto de vista democrático capaz de aproximar agentes públicos das demandas da população rural, algo até então inexistente no país. Em algumas regiões, ele possui maior presença e participação da

população local, mas em outras, é necessário reavaliar seu funcionamento e de fato se pensar outros caminhos, principalmente no que tange a capacidade de colocar em prática as pautas apresentadas pela população local, para garantir maior eficácia do mesmo.

Além do mais, a participação é um elemento constitutivo das estratégias de empoderamento, de oportunidade de se buscar justiça e equidade social e de levar as necessidades de um determinado grupo até as instâncias governamentais. Diversos autores insistem que o empoderamento possui uma dimensão pessoal, mas também organizacional. Isto se deve a capacidade que os setores sociais têm em apoiar-se a si mesmos e de influenciar as decisões tomadas na sociedade, que geralmente depende, em boa medida, de sua capacidade de unir-se e atuar coordenadamente frente às estruturas de poder estabelecidas. Como bem destaca Romano e Antunes (2002, p. 54): “não se trata somente do simples fato de criar organizações, mas de conseguir que estas sejam autônomas, democráticas, inclusivas, influentes e constantes”. Conheceremos a seguir outras políticas de cunho nacional, que modificaram a inserção econômica e social da população rural no sistema produtivo agrícola do país. Contudo, também evidenciaremos alguns gargalos que estas políticas apresentam na prática, especialmente em se tratando da inserção das mulheres rurais.

4.1.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar): acesso ao mercado e a segurança alimentar para a agricultura familiar

Outro marco na criação das políticas públicas rurais foi a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Foi criado em junho de 2003 com o Lançamento do Plano Safra pelo presidente Lula e foi instituído pela Lei nº 10.696/03 (Art. 19). Podem participar do PAA homens e mulheres tanto agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Para participar do programa é preciso estar enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), através da apresentação da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF. A DAP foi criada em 2003, pelo MDA, para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. O PAA paga pelos produtos fornecidos preços de referência estabelecidos regionalmente, até um determinado limite de valor entregue “por unidade produtiva familiar”, o que se traduz num limite “por DAP”.

A modalidade Doação Simultânea é operacionalizada pela CONAB através de contratos com organizações de agricultores (associações ou cooperativas, portadoras de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ), que elaboram os projetos e recebem os

recursos, responsabilizando-se pela entrega dos produtos, pagamentos dos agricultores e prestação de contas. Já nas modalidades Compra Direta Local, são realizados convênios entre o MDS e os governos estaduais ou municipais, que elaboram os projetos e se responsabilizam pelo cadastramento das famílias agricultoras e pela prestação de contas. O pagamento é feito diretamente pelo MDS na conta da pessoa DAP que consta no contrato (marido ou esposa, titulares da DAP) e não é necessária a intermediação de uma organização.

Também considerado como política pública rural importante, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oportunizou a transferência de recursos financeiros do governo federal, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos estados, distrito federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios de qualidade, destinados aos alunos do Ensino Básico da rede pública. Seguindo a estratégia do PAA de conectar produção local ao consumo via mercado institucional, o programa foi reformulado em 2009, objetivando atender à demanda institucional com a oferta de produtos da agricultura familiar. A Lei n. 11.947, de 2009, instituiu novos parâmetros ao PNAE em que, especificamente no artigo 14, incorporou um “novo” beneficiário do programa, com a determinação de que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou de suas organizações (FNDE, 2014). Ambos os programas fomentam ainda ações de segurança alimentar e também o desenvolvimento da agricultura familiar. Há, portanto, uma expansão de um mercado institucional de alimentos para os pequenos produtores rurais, possibilitando a venda dos produtos às escolas públicas, quanto para entidades socioassistenciais com recursos do Estado. Logo, o desenho institucional destas políticas beneficia dois grupos: os produtores de alimentos da agricultura familiar e os consumidores de alimentos, como estudantes e usuários de entidades da rede socioassistencial (Belik; Domene, 2012; Cunha *et al.*, 2017).

Conforme discutido em Butto e Dantas (2011, p. 166), a questão da renda é o elemento central para a mudança de vida das mulheres, tendo em vista que ainda há divisão do trabalho por gênero, sobretudo no campo, onde os serviços executados pelas mulheres tendem a ser menos valorizados, uma vez que os produtos considerados “comerciáveis” ou “de renda” historicamente são concebidos pelo trabalho masculino. Os autores também ressaltam que a condução do PAA, em especial, a da modalidade de Doação Simultânea e a condução do PNAE favorecem a participação das mulheres devido a sua grande diversificação e abrangência em relação aos produtos que podem ser fornecidos. Geralmente, por consequência da divisão do trabalho por gênero, é de responsabilidade das mulheres a

produção de itens voltados para o autoconsumo e também daqueles que passam por algum processo de transformação (Butto *et al.*, 2011, p. 167).

Estes programas, em suas distintas modalidades, indiscutivelmente valorizaram e deram oportunidade a maior inserção do trabalho feminino, ao criar canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (entregas parceladas, constantes, em pequenas quantidades), fortaleceu a agricultura familiar, incentivou a produção de verduras, leguminosas, frutíferas e outros produtos rurais como derivados de leite e panificados. No entanto, ainda existem grandes desafios para que possa contribuir de maneira efetiva na construção de uma maior autonomia econômica das mulheres dentro do programa, como por exemplo cumprir semanalmente o prazo e quantidade de produtos solicitados, ter toda a documentação regularizada para poder participar do programa, entre outros.

Eu conversava muito com a Preta do sindicato, e com outro senhor lá, que eu esqueci o nome dele agora, que eu perdi o contato né? E também o secretário municipal, então são programas que foram implantados, mas que eu logo eu perdi porque eu vim embora, e lá no Pombal nós fizemos uma horta comunitária, e eu mostrei, eu acho legal que no dia nós estava plantando lá, se viram ‘vai dar cenoura aqui?’ porque nós plantamos cenoura né? Cenoura, repolho, eu lembro que dava cada uma grande, porque eles não avisavam que ia nascer, que ia plantar, então dava cada repolho grande, eu plantando eu falei assim: ‘Olha eu quero comer um bolo de cenoura daqui tá?’ eu já mostrava pra eles lá na frente né? ‘Eu vou vim aqui, eu quero comer o bolo de cenoura’, então eu colocava esperança, num momento que eles estavam todos desesperançosos, eles estavam tristes, cê não tinha política pública ali, e eles acataram, adentraram, então assim, a política pública acontece quando a comunidade quer, quando tem alguém da comunidade, da cidade, do local, quer, é o que você falou ali atrás, tem que ter alguém de peito, tem que ter essa marcha das margaridas locais e municipais né? Não ter essa só em Brasília. Tem que ter essa associação, tem que ter o sindicato do trabalhador, tem que ter desenvolvimentos políticos aí, tem que voltar, isso aí você pode ter certeza que tem. Vão por outro lado também, é a parte política, que é pior parte de garantir o trabalho certo da EMATER, você tem que trabalhar com prefeitos e com vereadores, além dos deputados, federais, porque o prefeito muitas das vezes, se a liderança municipal não quiser, você não vai, você não consegue desenvolver políticas públicas, municipais, porque é uma guerra, é uma luta né? (...) Luta assim né, de avisar que tem recurso, que tem que cadastrar, e que tem que usar e prestar conta, mas aí já viu né, parece que há preguiça ou sei lá o que, que nunca as coisas vão pra frente. É o caso de Rio Preto, Rio Preto não interessa, não quer, eu já tô aqui a 6 anos e não vou andar pra frente, porque não é o foco deles, já o caso de Olaria, na época eu pedi, igual pra horta, que ‘eu preciso de um caminhão que carregue pau, eu preciso de um alicate pra fazer poda’, vamos fazer a feira, vamos fazer o DAP, eu falava isso, quando era no outro dia já tava na minhas sala, tanto material quanto gente pra me ajudar, pra trabalhar em prol entende? (Fala Ipê Amarelo – Técnica EMATER).

Siliprandi *et al.* (2013), em um estudo sobre o PAA e sua respectiva importância para a inserção das mulheres no mercado produtivo, demonstra que embora seja bastante significativa a participação de mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos, ela ainda se dá muitas vezes de forma “anônima”, uma vez que o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras em suas diferentes modalidades está bastante aquém do percentual de força de trabalho feminina empregada na produção fornecida. No entanto, segundo a autora, houve uma mudança significativa na vida das mulheres que foram inseridas neste programa. Tal fato também foi constatado na minha pesquisa de campo, apesar de saber que há poucas famílias na região de Lima Duarte, Olaria, que se dedicam a produção para fornecer ao PAA ou ao PNA, das entrevistadas, Bromélia, Violeta, Cristina e Orquídea, foram fornecedoras destes programas.

Conheci a aplicabilidade deles quando lecionei na escola rural de São Domingos. Lembro que comi biscoitos de nata no café da tarde com os alunos, e fui elogiar a merendeira por tê-los feitos, foi quando ela me disse que não era dela, e sim de uma das mães das alunas dali que forneciam via projeto do governo federal. Na época fiquei curiosa para conhecer mais sobre e foi então que compreendi que muitas das verduras e alimentos mais rurais presentes nas merendas das escolas que eu trabalhava vinha da agricultura familiar, foi exatamente neste período que consegui mais aproximação com Violeta e Orquídea, que na época forneciam cenouras e beterrabas para a escola de Olaria.

A comercialização de produtos para esses programas, registrada na coluna venda, se refere à dimensão do Estado e a uma política de redistribuição. Os alimentos são comprados a um preço avaliado como justo, o que permite um planejamento da produção, do trabalho e da expectativa de retorno financeiro. Ainda que em casos de demora do pagamento, como no PAA, sabia-se que era garantido e, assim, era visto como uma poupança. Além disso, os preços praticados no PAA eram referência de preço para outras operações. As normativas do PAA que incluíam medidas de ação afirmativa para grupos majoritariamente de mulheres e populações tradicionais explicitam regras que foram acordadas por critérios sociais: favorecer o acesso à renda de setores considerados vulneráveis (Roly; Telles, 2021, p. 94).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui duas finalidades básicas e por demais interessantes. Do ponto de vista da sua articulação enquanto política pública que contempla mais de um público: promover o acesso à alimentação de qualidade, principalmente no meio escolar e incentivar a agricultura familiar sendo, portanto, uma oportunidade para as agricultoras familiares, bem como uma garantia de qualidade de

alimentos para os estudantes. É importante sublinhar que a partir do ano de 2011, para acessar o PAA, tiveram como critério de priorização na seleção e execução a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do GGPA n° 44, de 16 de agosto de 2011. Atualmente, as mulheres representam metade dos fornecedores do Programa (Santana; Lima, 2018).

Oh Ana Paula deixa eu te falar uma coisa, os projetos do governo eu não posso reclamar porque eles têm me ajudado muito, antes dele, a gente vendia uma pessoa aqui uma pessoa ali, não tinha a feira livre entendeu? Vendia no restaurante, era uma coisa, mas agora não, agora com os projetos do governo tem ajudado muito, eu não posso reclamar, todos os projetos do governo, alguns, quer dizer todos não, alguns que eles fizeram, e com o apoio da Emater, eu me saí muito bem, eu consegui bem sabe? É, muita coisa com os projetos do governo né? O Pronaf me ajudou muito, investi aqui na hora, do PAA, nossa mandamos merenda escolar pra Belo Horizonte entendeu? (...) o governo trás coisas boas, só que o pessoal tem preguiça de correr atrás, eu não tive preguiça de correr nada, portanto o governo lançou aquele negócio fome zero das galinhas lá, pra gente conseguir o galinheiro, eu consegui, eu corri atrás pra isso Ana Paula, hoje eu tenho um belo dum galinheiro, consegui com o apoio da prefeitura um terreno, pra mim fazer o galinheiro entendeu? Mas uma coisa pra agregar pra mim, então eu acho que o governo ajuda, só que as pessoas tem que correr atrás, e muito, pra conseguir as coisas, que as coisas do governo são difíceis, não é fácil, é papelada demais, agente às vezes não sabe direito, sorte que tem o pessoal da EMATER, tem 6 anos que eu tô esperando esse programa chegar em mim, agora que ele chegou (Fala Bromélia).

Fernando Durán, em seus estudos e pesquisas analisa as diferentes políticas estatais em relação à agricultura, aos atores sociais do meio rural e às suas organizações, como bem pontua a autora, e é válido a abordagem da mesma para meus estudos, “o rural se constrói socialmente e, como construção social, está sujeito à mudança. Assim, experimentou sucessivos processos de construção, desconstrução ou reconstrução/ reinvenção” (1998, p. 14). Devemos considerar, portanto, que a inserção dessas produções agrícolas em projetos municipais, como a merenda escolar por exemplo, foi uma alternativa de constituição de renda e de inclusão social para os agricultores familiares, uma garantia inclusive de acesso a mercado local, pois um dos principais problemas envolvendo a economia nas propriedades rurais é a garantia de acesso a mercado, ou mesmo o deslocamento do produto a mercados regionais, o que demanda custos altos e até mesmo perda de produções (como no caso das hortaliças). Durante as entrevistas realizadas, seja com as mulheres ou agente da EMATER, foram destacados tanto os projetos de compra via PAA como as feiras livres locais, também por que havia ali um incentivo a uma produção mais diversificada, canais inclusive de

capacitação e acompanhamento técnico e formação de redes e associações por parte da população rural. Portanto, a ampliação dos canais de comercialização para os agricultores, seja por meio de outras políticas públicas ou pela revitalização dos mercados agrícolas locais, foi por demais influenciado pelo PAA.

Pode-se afirmar então que a compra institucional de alimentos a partir do PAA tornou-se uma alternativa viável que almeja, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), promover o acesso de alimentos às populações em situação de insegurança alimentar; proporcionar a inclusão social e econômica no campo e, por meio do fortalecimento da agricultura familiar através da compra da produção familiar, contribuir para formação de estoques estratégicos de produção e alimentação (MDS, 2014). Mesmo tendo um desenho institucional bem articulado, na região estudada, o PAA também apresenta limitações. Neste modelo de compra de Associações/Cooperativas, algumas das pesquisadas comentaram ao longo da pesquisa acerca do fato de estarem desanimadas com a dedicação da produção de hortas, frutíferas e outros produtos (como doces, geleias, panificados como bolos e biscoitos) para a merenda escolar, bem como a venda para a prefeitura por causa de dois motivos.

O primeiro deles diz respeito ao fato de outros membros da associação estarem comprando produtos diretamente no CEASA de Juiz de Fora ou de grandes produtores da região de Barbacena, para garantir o fornecimento de uma quantidade significativa de produtos nos processos de licitações das escolas ou de outras instituições locais (como a APAE, e o Albergue local). Violeta pontuou isto em vários momentos de nosso encontro: *“a gente fica revoltada né, porquê é muito trabalho, você mesmo sabe pois é da roça né, desde plantar, colher, manufaturar, é muito serviço, e assim, a gente tenta levar um produto puro né, limpo porque não vai querer ver as crianças comendo contaminado”*, fala que demonstra que o fato de não usarem adubos ou outros produtos químicos durante o processo de plantio, acarreta em uma menor produção, como o caso do feijão, citado pela mesma: *“então assim, eu não vou produzir 50 kilos de feijão se eu for fazer algo limpo entende? Acaba que a gente colhe menos, mas colhe algo dentro do que eles colocaram que era pra gente fazer, mas aí vem um outro com um tantão de feijão, sabe-se lá de onde, e aí fazem vista grossa sabe?”* diz ela se referindo a fiscalização da prefeitura local. Esta situação não é comum só no município de Lima Duarte, quando conversei com o técnico da EMATER da região de Carangola, ele enfatizou que na sua região, por ser um local voltado para a produção intensiva de café, a prioridade não era a agricultura familiar, mas que para que o município cumprisse as normas e assegurasse a participação no PAA, motivou-se a criação de pequenos produtores, que muitas

das vezes não davam conta de cumprir os pedidos solicitados e acabavam por ir até Barbacena buscar estes complementos, ou mesmo toda a mercadoria solicitada. O diretor de uma das escolas estaduais de Lima Duarte, que possui “braços” nas regiões rurais também relatou situação semelhante.

Oi Ana Paula, bom dia. Ah minha filha, precisava fazer um testamento sobre testamento no sentido de: Seria um texto muito grande né? No sentido de te explicar tudo sobre a questão do PAA. O PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, ele é muito interessante, ajuda muito a agricultura familiar, ele é maravilhoso, Lima Duarte já teve projetos do PAA através do município muito interessantes né? Vinham muitos recursos, a prefeitura comprava direto do agricultor familiar né? O produto que ele tinha, sobretudo de agriculturas familiares de Lima Duarte, e a prefeitura distribuía isso para as escolas né? Não sei se você se lembra quando você trabalhou aqui, a gente tinha o mel embalado, mandava embalar o mel, comprava o mel, mandava embalar o mel e distribuía mel pras crianças né? Frutas, eram muitas frutas né? Então são projetos do PAA que o governo federal disponibiliza esse recurso para os estados, e o estado através das prefeituras, que fazem um bom trabalho né? Porque é recurso público, então tem que ser uma aquisição muito bem feita, muito transparente, uma distribuição muito transparente, uma prestação de contas muito bem feita né? Lima Duarte perdeu o PAA através da prefeitura por causa de prestação de contas, tivemos sérios problemas de prestação de contas aqui, infelizmente, infelizmente tá? (Fala Pinheiro – Diretor de escola em Lima Duarte/MG).

A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que ainda há muita dificuldade dos agricultores familiares e de suas organizações em conseguir manter uma regularidade de fornecimento de produtos em qualidade e em quantidade adequadas, como bem descreve a fala do diretor de uma das escolas estaduais de Lima Duarte-MG, ao perguntar também as entrevistadas que participaram destes programas sobre o que elas visualizavam de percalços nestas políticas, Orquídea, por exemplo, pontuou que era manter a regularidade da produção principalmente em nível coletivo, já que nem sempre as condições climáticas e de solo eram favoráveis a uma boa colheita, principalmente porque *“exige mais cuidado quando se produz algo mais natural né, e nem sempre dá muita coisa, porque o adubo, o calcário faz dar muito né (...) e é pouca gente ainda mexendo, as tarefas na roça não é só do roçado, da horta, pra mulher são muitas, e mexer com horta tem que tá por conta né”*. Mielitz (2003) também aborda esta questão e acrescenta ainda que compradores que necessitam de grandes volumes de produtos temem pela falta destes via programa e, por isso, preferem adquirir os mesmos em mercados tradicionais, ou até incentivam os produtores a fazerem compras nestes locais para complementar a produção.

Por conseguinte, a segunda situação conflituante envolvendo o PAA é o pagamento dos contratos, como bem pontua a fala de Orquídea e Cristina, em sua entrevista, foi relatado a questão envolvendo a prestação de contas final da própria prefeitura a CONAB, se não o faz, o faz com atraso. E, na verdade, quem arca com os danos é a Associação ou o próprio produtor:

Eu não tenho medo de falar não, porque é a verdade, a agricultura foi bom em outros tempos né? Tipo vai mudando de prefeito, então as coisas vão só complicando, é... A prefeitura no início quando ela ajudou nesse negócio da feira, da agricultura, é... a feira é de a prefeitura não cobra ponto da gente nem nada, então o dinheiro que a gente ganha da feira é nosso. O da agricultura depende da prefeitura, aí demora 3 meses, 4 meses, agora demora 6 meses, um ano tendeu? E, igual eu mesmo recebi, uma vez só esse ano da agricultura familiar, quer dizer, o pessoal, é, por causa de ter mudado de presidente do Brasil, aí, eles tão né, extrapolando também que é o direito que a gente tem da agricultura familiar, eles não pagam. Ficam toda a vida com dinheiro, lá agarrado, e o dinheiro vem pra gente, e eles pagam, pegam o nosso dinheiro pra pagar outra coisa, e deixa a gente sem receber entendeu? (Fala Orquídea).

Quando veio a CONAB, que é um programa do governo né que fornece, que compra diretamente do produtor pra poder ta fornecendo pras escolas e instituições, é assim, realmente a nossa vida mudou bastante, porque meus pais tinham pra onde vender o que eles produziam, entendeu? Eles viram uma mão que geralmente, infelizmente hoje os produtores não veem mais né? Porque não funcionou, o programa funcionou aquela época e faltou interesse dos nossos gestores e o programa sumiu (...) (Fala Bigônia – Filha de Violeta).

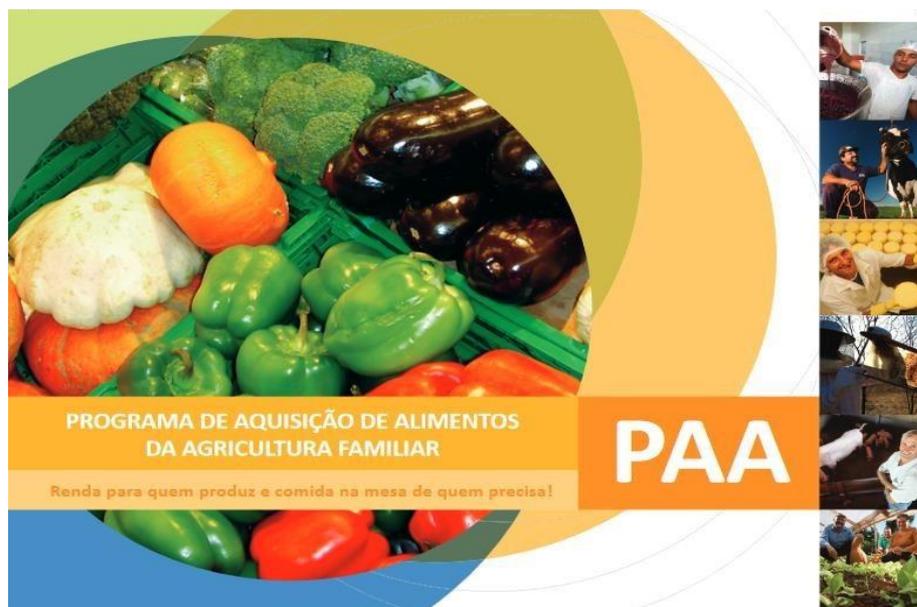
Por mais que esses programas apresentem em seu conteúdo estratégico a viabilização da autonomia, sobretudo financeira, da agricultura familiar, muita das vezes isso não se concretiza efetivamente em todo o território nacional (Oliveira, 2015, p. 117). Há vários nuances e impasses no que tange a administração e acesso a estes recursos em nível municipal. Oliveira (2015) justifica que as cotas de comercialização por DAP em cada política não dão conta de todos os custos de produção e, com efeito, não viabiliza a manutenção de uma qualidade de vida considerável aos agricultores beneficiários fornecedores. O autor considera que o que acontece é que essas políticas contribuem para a inserção de canais comerciais que possibilitam o aumento da renda, mas ainda há muita burocracia e falta de informação sobre os processos de licitações.

O recente relatório publicado pelo IPEA (2020) sobre a execução do PAA nos municípios brasileiros demonstra que a falta de organização, de pessoas capacitadas no setor público, é uma realidade que afeta diretamente as políticas públicas e o pagamento das

licitações/contratos. Outra questão apresentada pelo relatório é que embora haja esta presença da EMATER na maioria dos municípios mineiros, vezes o número reduzido de técnicos e as inúmeras funções que lhes são atribuídas, limita a quantidade e qualidade dos serviços prestados. Esta desorganização e ausência de transparência gera inclusive desconfiança e falta de engajamento político por parte da população rural. Na região da “Cordilheira”, muitos produtores desanimaram de dar continuidade ao fornecimento de produtos para a escola municipal e rural local, justamente por causa desta desorganização e atrasos/ausência de pagamentos. Mas, por outro lado, o contato com o programa possibilitou a retomada do plantio e o cultivo de variedade de hortaliças, legumes e frutíferas nos quintais destas mulheres entrevistadas, em uma das visitas a propriedade de Cristina, produtora de fubá, identifiquei muita quantidade de amora e uva cultivada, o que não é muito comum em nossa região. Ela me contou que a iniciativa do plantio veio para fornecer para a merenda escolar, a amora seria polpa para suco e as uvas para o lanche, mas como atualmente ela não fornece mais para a merenda, às vezes utiliza na alimentação familiar, outras vezes sua irmã utiliza para fazer compotas/geleias que em alguns momentos ela leva para a feira.

O mesmo ocorreu com Orquídea, na primeira visita que realizei na sua propriedade, ela estava construindo uma estufa para produzir morango. Já havia uma produção significativa de morangos na comunidade de Rancharia, próxima ao Parque Estadual de Ibitipoca, onde uma família fornecia iogurte natural para a merenda escolar da Escola municipal e estadual do Parque, e Orquídea disse que estava buscando desenvolver um projeto parecido, dado que a produção de leite do esposo estava menor e o valor pago por cada litro de leite era muito pouco, se eles produzissem o iogurte natural seria muito mais vantajoso e ela poderia utilizar o espaço da cozinha da Associação local. Tempos depois, ela me disse que não implementou este projeto e que acabou também fazendo compotas/geleias para venda na feira e usando o morango na alimentação diária.

Figura 9 – Capa da Cartilha da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) explicando o PAA



Fonte: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf.
Acesso em: 07 abr. de 2019.

Apesar de apresentar tantos pontos positivos, o PAA apresenta muitos problemas de infraestrutura que interferem na sua implementação e execução. Um dos problemas apontado por alguns autores como entrave para o sucesso deste programa é a dificuldade para transportar os produtos do local de produção até o de consumo. A falta de transporte adequado para entregar os produtos, principalmente os mais perecíveis, é um obstáculo para a execução do PAA. Além disto, no que tange a questão da infraestrutura, o modelo produtivo, que deve estar adequado a inúmeras normas da vigilância sanitária, é voltado para produção industrial, sendo uma estrutura inviável, muita das vezes para agricultores familiares, principalmente mulheres.

Eu vejo alguns processos de descontinuidade de política pública muito ruim, né. O fim do dos pontos de cultura no Brasil, os pontos de cultura no Brasil, a grande maioria no interior desse país aí eram comandados por mulheres (...) O fim do fundo Amazônia, foi um crime isso que aconteceu era uma coisa que estava atrelada a política pública de integração aí da Amazônia, com vários financiamentos e de grandes projetos demandados pelas comunidades nesse Brasil inteiro aí, onde as indígenas, as quilombolas, as catadoras de... catadora de marisco na praia, as... as catadoras de sementes, as quebradeiras de coco, um grupo de mulheres que estavam indo à frente e demandando, e demandando muito, e... como se diz... sacudindo a roseira. Eu acho que o momento que... em que o Brasil teve mais espaço foi no governo Dilma, né, onde as mulheres foram empoderadas em cargos de direção nesse país e isso foi adiante, né. Na verdade, o que nós vivemos no Brasil aí foi, além de ser um golpe político, também foi um tiro no coração

das mulheres. Porque se desmontou muitas políticas públicas e nós tiramos muitas lideranças femininas. O Brasil precisa, no meu entendimento, de muitas mulheres em cargos de gestão, né, isso precisa ser bem compartilhado e eu vejo que isso hoje não é assim dentro dos movimentos sociais, das associações cooperativas, de associações (Fala Aroeira – Aposentado EMBRAPA/Juiz de Fora).

No que diz respeito a atualidade, no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), o relatório afirma que houve uma pulverização dos recursos financeiros do programa, além da redução total de recursos, ocorreu ainda uma expressiva diminuição dos valores recebidos por cada um dos municípios atendidos, justificado inicialmente pelas contenções de gastos e pela política voltada para o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Vivenciamos em pleno século XXI a redução da capacidade do PAA de produzir impactos na comercialização, geração de renda e dinamização econômica local, o que pode trazer desestímulos à produção agropecuária de pequeno porte e mesmo a agricultura familiar. A pandemia iniciada em 2020 também reverberou nas compras e aquisição de alimentos no âmbito escolar, dado que até agosto de 2021, as escolas estavam fechadas e a merenda escolar é distribuída apenas aquelas famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em Minas Gerais, a decisão de retomar as atividades de contrato da merenda escolar com a agricultura familiar só passou a acontecer em agosto de 2021, com a entrega de kits as famílias de alunos com baixa renda. Entre os meses de março a julho, como bem pontuou Orquídea em sua fala, muitos agricultores perderam suas mercadorias pois não havia nem feira livre e nem contrato da merenda escolar. Neste contexto, a participação dos atores sociais, gestores, produtores e consumidores com interesses comuns, foi decisiva no momento da criação e aplicação deste programa, mas ainda é fundamental, para a modificação, a denúncia e luta para a superação destas dificuldades.

Quanto aos beneficiários produtores da agricultura familiar, observa-se, no Brasil, a emergência de uma nova realidade socioeconômica para os agricultores familiares após a criação desses dois programas. Assim, compreender as implicações das políticas governamentais para esse setor passa a ser uma importante forma de conhecer os efeitos de tais ações em nível local, junto aos atores sociais envolvidos. O estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender as micro realidades. O PNAE cria demanda constante de compra para o agricultor produzir durante 10 meses por ano (200 dias letivos), enquanto o PAA depende de aprovação de projetos, em que nem todos os municípios são atendidos; quando o são, a vigência é de 12 meses (365 dias ao ano). O PNAE é um programa ligado à educação e é essencialmente voltado para instituições de Ensino

Básico, o que, em prática, exclui todas as outras entidades socioassistenciais e equipamentos públicos de alimentação que não têm como usuários os estudantes. Por sua vez, o PAA é mais abrangente, pois fornece alimentos a entidades socioassistenciais e também a escolas públicas e privadas, que comprovadamente atendam pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Os dois programas são parte integrante da estratégia de segurança nutricional e alimentar do Brasil, e se cruzam com outras políticas sociais como educação e saúde, bem como com objetivos mais vastos de redução da pobreza e desigualdade (ONU, 2013).

Verifica-se que muitos agricultores, e no caso das mulheres pesquisadas, começaram a investir em plantios que nunca tinham produzido. O pedido regular de alimentos oferece maior segurança para investirem em cultivos que demandam maiores recursos físicos e financeiros. O elemento de garantia de entrega dos alimentos é absolutamente importante para estimular os agricultores, principalmente estas mulheres, dado as condições em que produzem, ou seja, com pouca escala de produção e produtos perecíveis - garantia de suma importância para a produção familiar. De maneira geral, a diversificação agrícola impulsionada pelo mercado institucional foi uma alternativa viável para estas mulheres. Além disso, percebe-se que a produção agrícola já não é mais a única e, em alguns casos, nem a principal fonte de renda das famílias, pois alguns agricultores produzem alimentos beneficiados como doces, queijos, biscoitos, assim como alguns desempenham funções também na área urbana.

Cabe ressaltar que a formação de cooperativas foi demasiadamente importante no processo de implementação destas políticas públicas, ao mobilizar os agricultores e organizar o processo comercial e produtivo. A importância da cooperativa também é notada pela facilidade no pagamento do que é produzido, pois o agricultor entrega o alimento na cooperativa. A organização de agricultores, seja uma cooperativa ou uma associação, potencializa a ação da política pública. Pois uma operação beneficia várias famílias e constrói projetos de desenvolvimento interconectados, em vez de ações pontuais. Em locais cujas ações do Estado estão mais ausentes ou são pouco efetivas, pode-se afirmar que as associações, as cooperativas, os sindicatos rurais e mesmo outros tipos de estruturas ou organizações civis podem contribuir para o processo de desenvolvimento local ou mesmo territorial. É o caso por exemplo da comunidade da Pirapetinga, onde vive Margarida, uma das pesquisadas e inclusive meu pai. Lá, há pouca efetividade ou envolvimento das prefeituras locais e mesmo dos técnicos e outros representantes de instituições públicas com a população rural. No entanto, o nível de poder e envolvimento com a associação leiteira e cuidado com as estradas por parte dos moradores locais é bem forte, há sempre mutirões e trocas de serviços e

favores entre os vizinhos e demais moradores dali. Está presente também uma participação forte envolvendo o conselho de saúde local e um zelo pela UBS (Unidade Básica de Saúde), buscando sempre a população garantir a efetividade deste serviço.

4.1.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): acesso a recursos e aperfeiçoamento da técnica e produção

O Pronaf foi criado em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (através da Lei n. 11.326), com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996). Além disso, o Programa é considerado por alguns de seus estudiosos (Mattei, 2010; Niederle, 2014) “um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do governo em relação à agricultura e aos próprios agricultores” (Carneiro, 1997, p. 70). Segundo Schneider et. al. (2004), o PRONAF nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e como medida de contenção do êxodo rural, dado que muitos agricultores tinham muitas dificuldades financeiras para se manter no meio rural e, por fim, pode-se afirmar que o mesmo foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980.

O “Novo Mundo Rural” foi uma proposta do Governo Fernando Henrique Cardoso, então candidato à presidência do Brasil em 1998, contida no documento “Avança Brasil - mais 04 anos de desenvolvimento para todos”. Trata-se da reformulação da política de reforma agrária no país. O novo projeto previa a integração dos créditos PROCERA³⁸ e PRONAF, barateando os recursos para o agricultor; a descentralização da reforma com a participação de estados e municípios; mudanças nas fórmulas de acesso à terra; além de se preocupar com a sustentabilidade do processo que passaria a computar as famílias provenientes de assentamentos que já estariam habilitadas a serem transferidas para o sistema de agricultura familiar, em torno de 80 mil (NEAD, 2004).

O PRONAF fundamentou-se em quatro linhas de ação bem definidas: i) o financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios selecionados (PRONAF

³⁸ Anteriormente, o recurso voltado para os pequenos agricultores provinha do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), restrito aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária. Leia mais em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=395. Acesso em: 1 nov. de 2021.

infraestrutura); ii) o financiamento da produção da agricultura familiar (PRONAF crédito); iii) a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (PRONAF capacitação); e iv) a negociação de políticas públicas voltadas ao setor. A política de crédito rural permitiu que os agricultores adquirissem os instrumentos necessários à dinamização da produção, contudo, essa aquisição foi seletiva e induziu a um processo de modernização desigual, privilegiando algumas atividades, tipo de produtores³⁹ e regiões (Schneider *et al.*, 2004). O PRONAF se tornou a principal política de financiamento à agricultura familiar, portanto, um importante instrumento de apoio a esse grupo. A disponibilidade de recursos ofertados por este Programa varia de acordo com a classificação grupal no qual se enquadra o perfil daqueles que buscam este sistema de crédito⁴⁰.

No caso das mulheres pesquisadas neste estudo, aquelas que tiveram acesso a este recurso se enquadraram no PRONAF GRUPO B e no PRONAF MULHER. Violeta utilizou os recursos captados para a ampliação da sua cozinha, seguindo o modelo de vigilância sanitária, e garantindo aqui qualidade nos panificados (biscoitos de nata) para venda na feira, fornecimento na merenda escolar e em outros mercados. Já Bromélia recebeu o PRONAF GRUPO B e utilizou, segundo ela, na melhoria da sua horta e compra de galinhas, e por fim, Orquídea já participou do PRONAF MULHER⁴¹ e acabou investindo na compra de seis vacas para produção de leite, por parte do marido e filho. Já Cristina e Margarida não se interessaram em participar deste programa, Margarida me disse que o técnico da EMATER falou com elas várias vezes para pegar o recurso e investir na propriedade, inclusive no rebanho, mas ela preferiu não se envolver com o banco, ficou receosa de “fazer dívida com banco”. As pesquisadas que participaram do PRONAF disseram que não foi tão “complicado” conseguir o recurso, pois o funcionário da EMATER organizou toda a papelada e logo o banco já liberou o mesmo. Cabe ressaltar que todas elas estavam com a DAP em dia, e já cadastradas no sistema de agricultura familiar local, pois eram fornecedoras do PAA e também integrantes da feira- livre.

³⁹ Gazolla e Schneider (2013) estudam o uso do PRONAF no Rio Grande do Sul (RS), onde a maior parte do recurso vai para o Custeio Agrícola, com destaque para o milho e soja. Eles ainda evidenciam que o financiamento vem sendo usado com fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas, máquinas agrícolas e até sementes geneticamente modificadas. Para regiões mais desenvolvidas, onde os agricultores são mais especializados e integrados ao mercado, o PRONAF teve efeitos ainda mais relevantes sobre o valor produzido.

⁴⁰ Anteriormente, o recurso voltado para os pequenos agricultores provinha do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), restrito aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária. Leia mais em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=395. Acesso em: 1 nov. de 2021.

⁴¹ O governo federal criou dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar uma linha específica de crédito para mulheres – PRONAF Mulher, com o objetivo de facilitar o acesso das mulheres agricultoras rurais aos recursos do PRONAF procurando contribuir para a superação das desigualdades de gênero no meio rural.

No que diz respeito ao PRONAF, as falas das entrevistadas foram comedidas, não deram muita abertura para conversar sobre o assunto. Quando perguntei em outros momentos sobre elas diziam que já haviam me explicado como foi e desconversavam sobre detalhes do assunto. Em conversa com os técnicos da EMATER, tanto Cedro (Lima Duarte), quanto Ipê Amarelo (que era de Olaria), até Junípero (atualmente na cidade de Carangola), eles afirmaram que na região da zona da mata era mais comum a aquisição do PRONAF por parte de grandes produtores⁴⁹ ou associações e que de fato a população rural, especialmente o pequeno agricultor de regiões do interior mineiro, tinha uma resistência forte com a questão de empréstimo bancário. Carneiro (1997) faz considerações acerca de noções subjacentes aos princípios que nortearam a formulação do PRONAF na agricultura familiar, verificando que a política de crédito agrícola brasileira no pós-guerra se orientou para a modernização econômica e tecnológica da grande produção, tornando a pequena propriedade preterida. Além disso, ele salienta a necessidade da implementação de medidas que organizem o mercado e garantam preço para a agricultura familiar.

Lourenço e Kühl (2016) realizou um estudo qualitativo na região de Muriaé (cidade pertencente à zona da mata mineira) com o objetivo de avaliar o impacto do PRONAF no fomento de crédito rural através de três cooperativas, no caso, por meio de soluções financeiras para os produtores através do Sistema Cresol (Cooperativa de Crédito Rural Solidário)⁴² inspirado no modelo do Paraná. Os autores destacam que antes os agricultores e produtores rurais tinham grandes dificuldades com as vendas de seus produtos e mesmo o acesso a diferentes mercados. Assim, os pequenos produtores ficavam à mercê dos atravessadores ou de agiotas (pagando juros altos), ou ainda muitos vendiam sua produção bem antes do processamento ou colheita, recebendo preços baixíssimos por seus produtos, na região o chamado “café no pé”, sem muitas garantias inclusive. Com a filiação e formação das cooperativas (existentes em vários municípios) ao Sistema Cresol no ano de 2012, foi possibilitado a estes agricultores e produtores rurais terem acesso ao PRONAF. Com o crédito à disposição, a maioria deles investiu em insumos e maquinários, aumentando a quantidade e qualidade do produto e impulsionando inclusive a economia local, como bem relata Lourenço e Kühl (2016) ao descrever as falas dos entrevistados pertencentes a estas cooperativas, bem como ao analisar os rendimentos gerados pelos mesmos pós acesso ao PRONAF. Pontuam os

⁴² Este modelo de cooperativa de crédito teria como objetivo atuar no fortalecimento e no estímulo da interação solidária entre agricultores familiares e suas organizações, por meio de crédito solidário, visando principalmente o desenvolvimento local e a construção de uma rede que tenha mais força no mercado. Este modelo de cooperativa nasceu no sul do país, no Estado do Paraná na década de 90 e onde possui várias cooperativas ao longo de todo território brasileiro. Conheça mais sobre este sistema de cooperativas em: <https://cresol.com.br/>. Acesso em: 13 ago. de 2021.

autores que antes, nas liberações de PRONAF, era exigido, no caso de parceiros/meeiros, que o “patrão” fosse o avalista, mas com a criação de um novo sistema, o avalista pode ser outros associados, produtores inclusive. Os autores destacaram também em seus estudos a importância da assistência técnica e da extensão rural que a ATER/EMATER, através de profissionais como os técnicos agrícolas prestam a estes pequenos produtores, pois além de acompanharem a produção e mediar/ e assessorar a aplicação deste crédito rural, também assessoram na elaboração do projeto a ser apresentado ao banco para ter acesso ao crédito. A pesquisa destacou que o crédito possibilita, no caso do produtor de leite, adquirir seus próprios tanques leiteiros e melhorar a qualidade das matrizes, por meio inclusive de compras coletivas de insumo animal (aquisição de farelos e grãos) por menores preços e em maiores quantidades, também melhorando os reservatórios de cilagem, entre outros.

Mas deixa eu te falar, realmente as políticas públicas foram através destes movimentos, né, e que foram enfraquecendo né, hoje em dia não tem né, hoje em dia ele existe, mas muito pouco né. Podia ser maior e melhor né? Então as políticas públicas foram alcançadas através de uma pressão mesmo dos movimentos, para que as coisas fossem atendidas né, pra gente da roça ter mais este acesso. Ae foram criados né vários programas né, que infelizmente ainda os nossos representantes municipais, estaduais e federais, eles não colocam né estas políticas públicas né, assim tão fácil né, nossa é muito difícil, já te falei né como foi aqui comigo e lá em Olaria também, é muito difícil. Por exemplo, tem o PRONAF né, tem o PRONAF MULHER, mas quando você vai acessar ele, principalmente aqui na nossa região, exemplo aqui do Banco do Brasil aqui em Rio Preto, você não tem este alcance né, muita gente não sabe e é muito complicado pra tirar, e tá lá aberto né, não é fácil assim, não é como existe no programa né, então tem o principal que é do marido e o segundo lugar que é da mulher ou vice-versa né. Se a mulher for pegar a DAP dela e for lá fazer o empréstimo rural não consegue fazer né, então assim tem o programa né, mas de fato ele não é utilizado no nosso dia a dia (Fala Ipê Amarelo – Técnica EMATER/Olaria-Rio Preto).

O PRONAF Mulher também está enquadrado no microcrédito rural. Nele, são disponibilizados financiamentos para agricultoras enquadradas na DAP grupo B. Os empréstimos podem chegar a R\$ 5 mil, com juros de 0,5% e prazo de dois anos para o pagamento. E foi exatamente este tipo de financiamento que três das cinco entrevistadas tiveram acesso. Abramovay (2008) aponta dois desafios principais do programa que condicionam sua evolução institucional: O primeiro consiste em que, embora o programa se apoie em recursos públicos, ele é levado adiante por bancos comerciais. Portanto há uma “tensão” entre os objetivos de ampliar a base social da política de crédito e as necessidades bancárias, de obtenção de informações e garantias capazes de reduzir os riscos de

inadimplência. O segundo alude a que, no fundo, o programa visa corrigir uma distorção histórica da política de crédito rural, permitindo que os recursos cheguem a milhões de famílias que até então não tinham acesso a ele.

Resende e Mafra (2016), ao discutirem a relação entre o PRONAF e o desenvolvimento rural, afirmam que apenas a distribuição de recursos não é suficiente para os agricultores, é preciso uma política mais microrregional de acompanhamento e monitoramento das práticas realizadas pelos agricultores advindas do acesso a este recurso. Em contrapartida, os autores destacam que a criação desta política pública é um ponto de partida para se pensar como o Estado pode oportunizar maiores incentivos à agricultura familiar, bem como reconhecer a importância da expressão econômica e social deste grupo na sociedade brasileira.

É importante considerar, em um primeiro aspecto, nestes últimos 30 anos de disponibilização do PRONAF, quem são estes beneficiários do programa, as dificuldades enfrentadas para captar tal recurso, também a percepção que tem acerca do mesmo e o uso que fazem do recurso disponibilizado, e se conseqüentemente, se isto reverberou na melhoria da qualidade de vida e da produção destes agricultores. No caso das mulheres pesquisadas por mim, Orquídea, Violeta e Bromélia, foram as que tiveram acesso ao PRONAF. Para todas elas, o recurso captado, ainda que tenha sido pequeno, pois se enquadrava no modelo PRONAF GRUPO B (cujo valores estão entre R\$2500 a R\$ 5000 reais), foram demasiadamente importantes para mudar e aperfeiçoar seus sistemas produtivos.

4.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER) – EMATER/MG

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), formulada em 2003, estabelece a adoção dos princípios da agroecologia e suas bases epistemológicas para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, opostas àquelas que foram implementadas ao longo do século passado. Em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) passou a contar com uma política setorial de ATER para as mulheres com objetivo de fortalecer a organização produtiva de mulheres, promover a produção de base ecológica e ampliar o acesso delas às políticas públicas de produção e comercialização. Até 2011, foram financiados 106 projetos, totalizando um investimento no valor de mais de R\$ 19 milhões, que beneficiaram mais de 52 mil mulheres. As discussões sobre as questões de gênero na agricultura têm sido estimuladas e ampliadas,

ultimamente, no âmbito dos serviços oficiais de ATER do país e suas políticas mais contemporâneas. A fim de garantir a aplicabilidade de suas políticas e coordenar as ações da ATER, o órgão dispõe de outras secretarias, a nível estadual, no caso de Minas Gerais, a representante e executora destas atividades é a EMATER⁴³ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), que segundo seu estatuto tem por objetivo principal:

(...) constituir-se no principal instrumento de execução das atividades de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Estado de Minas Gerais, atuando principalmente junto à população econômica e socialmente vulnerável, em especial no meio rural, e fortalecendo a segurança alimentar estratégica do Estado; além do mais a instituição visa contribuir para a disponibilidade de soluções que satisfaçam as necessidades do produtor rural; colaborar na formulação e execução das políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agrícola; planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando construir e difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica, social e ambiental, para melhoria da produção, produtividade e rentabilidade agrícola, com conservação dos recursos naturais renováveis e a melhoria das condições de vida da sociedade; além de planejar, gerir, fiscalizar e executar projetos de logística em infraestrutura rural e de engenharia voltados ao desenvolvimento social e econômico do meio rural no Estado; e por fim promover, planejar, coordenar e executar projetos de cooperação regional e internacional de assistência técnica e extensão rural, de acordo com programas e políticas de ação dos governos estadual e federal (ALMG, 2018)⁴⁴.

A EMATER mineira, bem como outras empresas públicas de extensão rural presentes em outros estados brasileiros, atua através dos serviços prestados pelos extensionista/técnico, que presta um importante papel na introdução de tecnologias e até mesmo incrementando outros conhecimentos básicos para melhorar a produção, bem como as condições de vida do agricultor familiar. A maioria dos técnicos e profissionais presentes na instituição são pessoas com formação na área das ciências agrárias, mas há uma área também dedicada ao bem-estar social, onde profissionais da área das Ciências Sociais, do Serviço Social, entre outras atuações junto das famílias, geralmente em projetos envolvendo associativismo/cooperativismo, a participação nos conselhos municipais.

No que diz respeito as funções principais desempenhadas pelos profissionais da EMATER em escritórios regionais, boa parte dos técnicos dos escritórios locais da Emater-

⁴³ Para conhecer melhor este, órgão acesse: <https://www.emater.mg.gov.br/>. Acesso em: 1 nov. de 2021.

⁴⁴ Assembleia Legislativa de Minas Gerais, DECRETO 47567, DE 19/12/2018 - TEXTO ORIGINAL. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=20634>. Acesso em: 1 nov. de 2021.

MG prestam orientações técnicas, sobre segurança alimentar e nutricional, habitação rural, saúde e saneamento rural, diversificação de renda, como também na agregação de valor sobre produtos agropecuários. Durante a pesquisa de campo realizada para esta tese, eu entrevistei duas técnicas, Ipê Amarelo que atuou na região de Olaria, e Sucupira que atuou na região de Lima Duarte e hoje está trabalhando no município de Juiz de Fora; também conversei com Cedro, atual técnico responsável pelo escritório de Lima Duarte e com Junípero, atuante na região de Carangola. Nas entrevistas realizadas no escritório da EMATER em Lima Duarte, observei o quanto Cedro ficava ocupado com as funções de cadastramento dos produtores em programas sociais, especialmente o PRONAF: *“É... crédito, o pessoal me procura aqui né, porque se eu for rodar na zona rural, eu não consigo atender aqui. Você pode ver ó, é o tempo inteiro assim. Se você chegar aqui, o dia inteirinho tem gente assim”*. Ele mesmo enfatizou que no início da carreira ia demais a campo, visitar e fazer intervenção, ressaltou que já *“pegou muito na enxada”* junto com as famílias, e que hoje sobra pouco tempo para isto. Ocupa-se mais das questões de papelada para integrar as famílias nas políticas públicas, nos eventos locais, em cursos/palestras e mesmo das reuniões do Conselho. Mas pontuou que as questões de acesso e melhoria para as famílias rurais, especialmente os pequenos produtores, melhorou significativamente nas últimas décadas, não só por causa das políticas públicas oportunizadas, mas porque há mais condições de transportes, mais meios de comunicação, o que facilita levar novas técnicas e manejos, há outros órgãos e setores mais atuantes com esta população, e citou por exemplo o sindicato rural.

Ipê Amarelo disse também relatou que na sua experiência de implementação das hortas comunitárias nas regiões rurais de Olaria, época que estava incentivando e difundindo o PNAE, buscando famílias para ingressarem neste programa da merenda escolar, muitos se mostraram descrentes e foi preciso que ela auxiliasse eles, constantemente, na montagem dos canteiros e no plantio das hortas para que eles de fato se mobilizassem. Ela afirmou que há no meio rural uma grande desconfiança dos cidadãos em relação ao governo, seja ele municipal, estadual ou federal, e também há uma grande desvalorização das mercadorias ali produzidas, e isto causa *“desânimo”* nas pessoas, além do mais havia maior necessidade de envolvimento social e político, maior movimentação destas famílias, a fim de assegurar a produção e venda, seja para os programas, seja na feira livre, e se houvesse uma liderança, ou alguém que fizesse este movimento inicial há mais chances de muito ingressares, e na medida que o acesso aos recursos e as vendas trouxeram resultados, boa parte deste *“medo”* diminuiu e como ela bem enfatizou, *“eles puderam andar com as próprias pernas”* e, conseqüentemente, compreenderam que o engajamento era algo positivo e transformador nas suas vidas, já que

“muitos passaram a ter mais vozes e buscaram também outros recursos né, como luz elétrica, transporte periódico para comunidade, melhorias no posto de saúde, e outras coisas, sempre tô vendo um ou outro vindo mais na cidade e até nas reuniões com a prefeitura”, disse Ipê Amarelo. Outro exemplo mencionado pela mesma foi a criação da feira online, na cidade de Rio Preto, logo no começo da pandemia.

No primeiro mês, muito produtores perderam boa parte das suas mercadorias, já que não havia compras para a merenda escolar e nem feira livre, Ipê Amarelo lembrou que a prefeitura local ficou indiferente e sem atitudes, então ela e outros agentes da EMATER, em reunião idealizaram de criar nas redes sociais (via Facebook⁴⁵) páginas com fotografias e os contatos destes produtores, em cada município, para incentivar as vendas e entregas locais. Vezes eles, técnicos tinham que ir buscar nas propriedades, ou conseguir algum transporte para garantir o escoamento das mercadorias. Apesar do trabalho árduo, Ipê afirmou que foi algo muito positivo, pois gerou mais autonomia e trouxe visibilidade para estas pequenas propriedades locais, além de ter fortalecido a rede e o associativismo entre eles.

Figura 10 e 11 – Logo e divulgação dos produtos da agricultura familiar em uma página do Facebook



Fonte: Fotos cedidas por Ipê Amarelo (2019).

Outra grande contribuição da ATER diz respeito à elaboração e o acompanhamento dos projetos de financiamento, como o PRONAF, relatado anteriormente, em que existe a obrigatoriedade de participação do assistente técnico, tanto da coleta de dados pessoais e da propriedade, quanto na elaboração e acompanhamento da implementação do projeto desejado, como foi o caso da construção do quarto azulejado por Violeta, para a

⁴⁵ Veja o trabalho da feira online em: <https://www.facebook.com/feiraonriopreto>. Acesso em: 12 dez de 2021.

produção dos panificados, especialmente os biscoitos de nata. A maior parte dos financiamentos tem a finalidade de investimento, sendo o custeio da prioridade, já a assessoria técnica na propriedade vem em segundo plano.

Figura 12 – Livretos informativos da EMATER⁴⁶



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais - o POPMR Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e aplicado pela EMATER tem apoiado a inserção das mulheres na economia a partir de relações igualitárias. As ações abrangem a identificação e a caracterização de grupos produtivos de mulheres, a formação, a capacitação, a promoção de espaços de comercialização específicos para maior visibilidade da sua presença econômica, e a articulação local para viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas.

Então nós criamos concurso de horta, concurso de hortas escolares, foi aonde que eu, eu falei assim o quê que eu vou fazer aqui em Santa Bárbara, com trabalho social né? Como que eu vou chegar nas famílias de Santa Barbara, que Santa Barbara é um pouquinho mais fechado, o coração é mais fechado, no início tá? Porque depois eles aceitam a habilidade do especialista dentro da família, maior do que de Olaria tá? Mas as políticas, os líderes políticos do momento, eles não têm os mesmos olhos, voltado né? Como eu te falei, para essa classe social, e através das crianças, das professoras, das pautas escolares, dos concursos, a gente entrou dentro das famílias de cada um em Santa Barbara, então olha como é importante você incluir nas políticas públicas, as crianças, as mulheres, os jovens né? Pra tá desenvolvendo um trabalho de extensão rural, de tecnologia rural, se você falar só com o

⁴⁶ 1- Pomar doméstico; 2- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; 3 – Horta: o alimento em seu quintal; 4 – Feiras Livres de agricultura familiar) e livreto explicando sobre as funções da EMATER.

produtor, ele é muita cabeça dura, ele é muito fechado, mas quando você fala com a mulher, quando você consegue colocar a mulher, a criança, os jovens, todo mundo junto na família, você também trabalha as técnicas agropecuárias de forma mais assertiva, então eu falei que o serviço de extensão rural ele depende de grupos organizados, ele depende das políticas públicas, municipal aceitar, ver que eles estão ali para política inclusiva, não exclusiva, essa é a obrigação, esse é o juramento que eles fizeram com a lei, o compromisso de ser prefeito, de serem vereadores né? De ser secretariado. E aqui eu falo também, o serviço de extensão rural é voltado hoje, a Emater é voltada hoje para as famílias, não para aquela tecnologia no campo lá, aquela ação produtiva, O quê que eu vou desenvolver dentro daquela propriedade rural, que vai ajudar o jovem, que vai ajudar a mulher e que vai ajudar o marido? Enfim, dinheiro dentro da propriedade todo mundo fica satisfeito, todo mundo fica feliz né? (Fala Ipê Amarelo – Técnica Emater).

Os profissionais vinculados a EMATER prestam orientações técnicas sobre segurança alimentar e nutricional, habitação rural, saúde e saneamento rural, diversificação de renda, como também na agregação de valor sobre produtos agropecuários. A visita é utilizada pela extensão rural sempre que houver necessidade de um trabalho mais focado na propriedade. É um dos principais métodos, pois mesmo em uma extensão de processo faz-se necessário que as famílias sejam atendidas individualmente. A visita pode ser informativa, de diagnóstico para implantação de novas atividades ou aperfeiçoamento das existentes, ou para uma demonstração de prática.

Eu morei em Mar de Espanha, vim pra roça aqui onde eu moro em 1986. Eu trabalhava na roça desde criança, ali na Rosa Gomes, com minha mãe e meu pai. Mais com o pai né. Eu trabalhava com ele. Planta milho, nossa plantava arroz, feijão, banava feijão também (risos), eu levava milho no moinho, arroz na limpadeira, eu limpava, torrava café, nossa socava no pilão. Minha vida foi assim rural mesmo. Eu trabalhei em Juiz de Fora como empregada doméstica, 2 anos e 9 meses. Voltei pra cá, e aqui ficava né, sem muita expectativa, aí uma moça da EMATER, A Viviane inclusive, que na época que ela trabalhava na EMATER que ela começou a vir com esta história. Agente tava numa reunião da Associação Leiteira né, meu marido tirava leite, aí ela deu esta ideia de fazer a uma horta comunitária e com a ajuda dela. No final ficou só eu, era 5 sabe, mas eles achavam que não estava dando lucro. Inclusive no final eu comprei esta horta comunitária e eu acabei comprando esta horta, ficando com esta horta pra mim. Aí da parte da Associação eu era secretária, fiquei secretária por muito tempo, aí depois que eles me lançaram como presidente, porque eu corria atrás de muita coisa né. Eu fazia os cursos, ficava em contato com muita gente diferente né que ia me falando, faz assim assado. E aí foi o André da EMATER que fundou esta associação. As outras todas acabaram, infelizmente né... Do sindicato, vou te falar como foi, assim eu recebi o convite deles (sindicato) pra ser formadora, assim dar curso pra jovens né, como te falei já sempre quis ser professora, foi por isto que fiz o magistério aqui né, agora pouco que terminei, mas do sindicato, eu era diretora de formação de jovens, aí depois me colocaram de vice-presidente, depois eu entrei de presidente né, na renúncia da presidente. E tô até hoje, ainda não teve eleição não. Por causa da Pandemia. Agora das

mulheres sindicalizadas são mulheres que trabalham mesmo, sabe no dia a dia. Muitas são da roça mesmo. Outras já fabricam outras coisas, biscoito por exemplo, doces, artesanato pois tem que levar pra feira né. Porque a feira foi eu que falei pra gente começar ela, uai tinha verba e tava na lei, por que não fazer a feira? E graças a Deus agente está dando continuidade (Fala Orquídea).

Além dos serviços de consultoria profissional que visam a dinamização da propriedade com o intuito de melhorar a produção da mesma, Cedro, na entrevista realizada, enfatizou que a instituição também tem buscado levar qualidade de vida à população rural e mais sustentabilidade ambiental. Ele mencionou os projetos realizados em mais de 20 famílias da zona rural de Lima Duarte no que diz respeito a implementação de fossas sépticas⁴⁷, uma vez que não é comum nas propriedades o tratamento dos dejetos, “*bem a gente sabe que na roça se joga todo o esgoto diretamente no córrego né, e depois as criações ainda bebem desta água né, é uma contaminação, e um dos trabalhos feitos aqui foi isto né, foi trazer mais esta consciência, é uma questão de saúde pública também não é?*”. Portanto, a iniciativa oportuniza mais segurança hídrica e sustentabilidade ambiental, tanto para as famílias rurais, quanto para a região, cuja quantidade de nascentes, córregos, riachos e cachoeira são bem significativas, tanto para a produção de alimentos quanto para o turismo rural. O projeto foi desenvolvido em parceria com a prefeitura local, os agricultores que desejassem ser beneficiados faziam um cadastramento na secretaria municipal, o processo de escolha dos beneficiados passava por deliberações via CMDRs (Conselhos Municipais), e um dos critérios de seleção dizia respeito prevenção de contaminação dos principais leitos e bacias hidrográficas da região. No Brasil, os serviços oficiais de extensão rural estão presentes em quase todos os municípios, constituindo-se, portanto, como um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural.

Segundo relatório de administração⁴⁸ da EMATER-MG, referente ao ano de 2020, mesmo com as limitações apresentadas pela PANDEMIA, a instituição teve 798 municípios conveniados, prestando atendimento a um público de 316.937 clientes, entre agricultores familiares, demais produtores rurais e público periurbano e urbano, e a 1.817 organizações comunitárias, além do mais aplicou R\$ 740 milhões em recursos vindos do PRONAF em

⁴⁷ As fossas sépticas indicadas pela Emater-MG são as que utilizam a tecnologia de tanque de evapotranspiração (Tevap). Esse modelo retém a parte sólida dos resíduos em um sistema fechado e permite a evaporação da água. Na construção do tanque das fossas Tevap são utilizados materiais como brita, areia, entulhos e pneus velhos. Leia mais sobre o projeto em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=23283. Acesso em: 1 nov. de 2021.

⁴⁸ Relatório Administrativo que foi realizado e divulgado pela EMATER/2020. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL_ATIVIDADE/relatorio_de_administracao_2020.pdf. Acesso em: 1 nov. de 2021.

diversas propriedades mineiras, além de ter emitido mais de 52.137 DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

Oi Paula, bom dia! Aqui tudo começou assim com a Clara da EMATER, uma moça que vinha aqui, aí eu era muito criança na época ainda, capaz que tinha o que, uns dez, doze anos na época que ela frequentava aqui, trabalhava em Lima Duarte e ela vinha muito aqui em casa com o Vicente. E eu começava a mostrar a ela a minha horta, minhas plantas, que era pouquinho coisa, o espaço era pequeno também. E sempre comentava com ela que era um sonho que eu tinha, de ter uma horta grande, de vender verdura, e ela sempre me incentivou muito nisso, a gente conversava muito sobre isso, sobre verdura, sobre vendas, mas era tudo aquela coisa de criança né. Ai depois comecei a frequentar umas reuniões em Lima Duarte, aí surgiu a CONAB, aí na CONAB eu comecei plantando, fui aumentando às coisas, plantei bastante coisa, fui entregando. Depois surgiu uma cooperativa, foi aonde que o pessoal deu um tombo na gente doido né, até hoje não recebi os produtos que entregou nessa cooperativa, que eles abriram um...não, não foi uma cooperativa, foi um...aí até esqueci o nome agora. Aí depois surgiu essa cooperativa, e depois da cooperativa surgiu a feira né, daí da feira até hoje eu to na feira né, continuo indo e indo, apesar de não ter mais o transporte da prefeitura né, as coisas serem mais difícil, mas ainda continuo indo com tudo mesmo o meu problema de coluna, ninguém está fazendo pra mim não, é eu mesma. E assim continuei né. Não sei até quando eu vou aguentar né, esse negócio de mexer com horta, com plantação, mas enquanto eu tiver aguentando eu vou tocando o barco até ver né, ta bom, abraço (Fala Cristina).

Durante a conversa com estes profissionais, eu perguntei quais eram as questões que os afligiam, no que diz respeito às limitações profissionais que vivenciavam. A principal reclamação adveio da sobrecarga de trabalho. Pontuaram que há uma extensão enorme de propriedades para atenderem e poucos profissionais, também afirmaram que a instituições desde 2015 não abrem mais concurso público e os mesmos precisam cumprir múltiplas funções de serviços desde o aspecto econômico até o social e político; e que muitas atividades se estendem para fins de semana, pós horário de serviço, por isso cada técnico precisava atender a uma gama de atividades muito ampla, tendo que desenvolver projetos em áreas distintas, ter noção de tudo, da terra, de gado, de galinha, de milho, de flor, de horta, entre outros.

Pontuaram também que nos últimos anos com a vinculação do PRONAF a instituição, o serviço ficaram mais restritos aos gabinetes, havendo uma diminuição significativa nas visitas e no acompanhamento das propriedades, e que para resolver este impasse, também era importante a instituição ter um profissional especializado neste serviço de cadastro e captação/distribuição dos recursos do PRONAF. Por fim, como bem evidenciamos nas falas citadas ao longo de capítulo, e apareceu nos depoimentos destes técnicos, a questão de

relacionamento com os profissionais e os próprios prefeitos locais, dado que muitos não dão apoio necessário a implementação de uma série de projetos, o que foi uma das maiores queixas apresentadas pelas extensionistas, principalmente as duas mulheres entrevistadas, Ipê e Sucupira.

Na organização do CDMRS, as eleições da comunidade demanda muito trabalho dos técnicos da EMATER, e eu lembro nas capacitações e nas trocas com a EMATER, que ele funcionava melhor onde se tinha técnicos do bem-estar social, no quadro de funcionário da EMATER no município, um exemplo claro que eu tenho é daqui de Carangola né, nós tínhamos uma técnica que ficava só por conta disto, de organizar o CDMRS, ir lá fazia reuniões a noite, fora do horário do trabalho, acompanhava direitinho, e onde não tinha a pessoa do bem-estar né, ficava com o engenheiro agrônomo ou com o técnico agrícola, e a gente não tinha muito tempo pra dedicar né, então, nos lugares onde tinha o bem-estar, funcionava melhor (Fala Junípero – Técnico EMATER/Carangola – Zona da Mata Mineira).

A extensão rural pode estar relacionada à melhoria das condições de saúde quando promove campanhas educativas relativas à diminuição do uso de agrotóxicos ou quando orienta para os cuidados com a alimentação. Pode estar relacionada à melhoria das condições ambientais, quando busca práticas não agressoras do meio ambiente ou o uso racional dos recursos. Relaciona-se aos mercados, quando promove o fomento às feiras livres, à certificação de produtos, ou busca de canais diferenciados de comercialização. Conecta ao lazer, quando fomenta as festividades locais envolvendo as comunidades rurais. Ainda, produzem e comercializam sementes variedades e mudas com garantia de qualidade e preço acessível, para atender principalmente os pequenos produtores. Ao trabalhar numa perspectiva de desenvolvimento rural, o extensionista deve estar aberto a pensar e propor, juntamente com os agricultores, alternativas produtivas, formas de redução de custos e aproveitamento dos recursos locais e regionais, novas opções tecnológicas. Nesse sentido, é preciso reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Podemos observar ao longo deste estudo e com base nas falas e relatos das pesquisadas a importância dos trabalhos de extensão rural realizados pelos técnicos da EMATER nas comunidades rurais de Minas Gerais.

Se desejamos pontuar quais são as estratégias adotadas pelas mulheres rurais entrevistadas para dinamizar a economia rural de suas propriedades, elas provêm muitas vezes, da ação/informação prestada pelos profissionais extensionistas da EMATER. Tanto a fala de Cristina quanto de Orquídea traduzem como estes agentes são indispensáveis para o acesso e orientação acerca do uso, funcionamento e aplicação das políticas públicas, bem

como de outras formas capazes de dinamizar e garantir a diversidade de produção bem como o acesso a melhores condições de vida no meio rural.

4.3 OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM JUNTO ÀS COMUNIDADES RURAIS A FIM DE FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO RURAL

Atualmente, existem ainda alguns programas e instituições para auxiliar a agricultura familiar e fazer com que as famílias rurais tenham mais acesso a recursos para manutenção e vendas dos produtos oriundos de sua propriedade, o que conseqüentemente oportuniza melhoria na própria subsistência e aumento de sua renda. O município é orientado a ser parceiro nesse processo de assistência por meio dos órgãos agrícolas disponíveis. Além da EMATER, atualmente há alguns programas e instituições que objetivam auxiliar a agricultura familiar e fazer com que as famílias rurais tenham mais acesso aos recursos para manutenção e vendas dos produtos oriundos de sua propriedade, o que conseqüentemente oportuniza melhoria na própria subsistência e aumento de sua renda. No Estado de Minas Gerais, temos a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, órgão ao qual está vinculado a EMATER e as demais secretarias municipais.

Neste sentido, podemos pontuar que na cadeia produtiva do leite e derivados ao sistema agropecuário, e mesmo no que tange à agricultura familiar nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem intervindo por meio de investimentos em pesquisas e da criação de órgãos públicos para o setor. Vide o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁴⁹ vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), e outros órgãos de nível estadual como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), o Instituto Mineiro de Vigilância Sanitária (IMA) e até mesmo as secretarias administrativas em nível municipal.

4.3.1 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

A EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi estabelecida em 1973, possui a incumbência de gerar a base de conhecimentos de que tanto a agricultura carecia, e tem sido prioritária, como política pública desde então⁵⁸. Ela atua fomentando a agricultura e pecuária nacional, por meio do desenvolvimento e transferência de novas tecnologias para os produtores nacionais e internacionais. Suas frentes

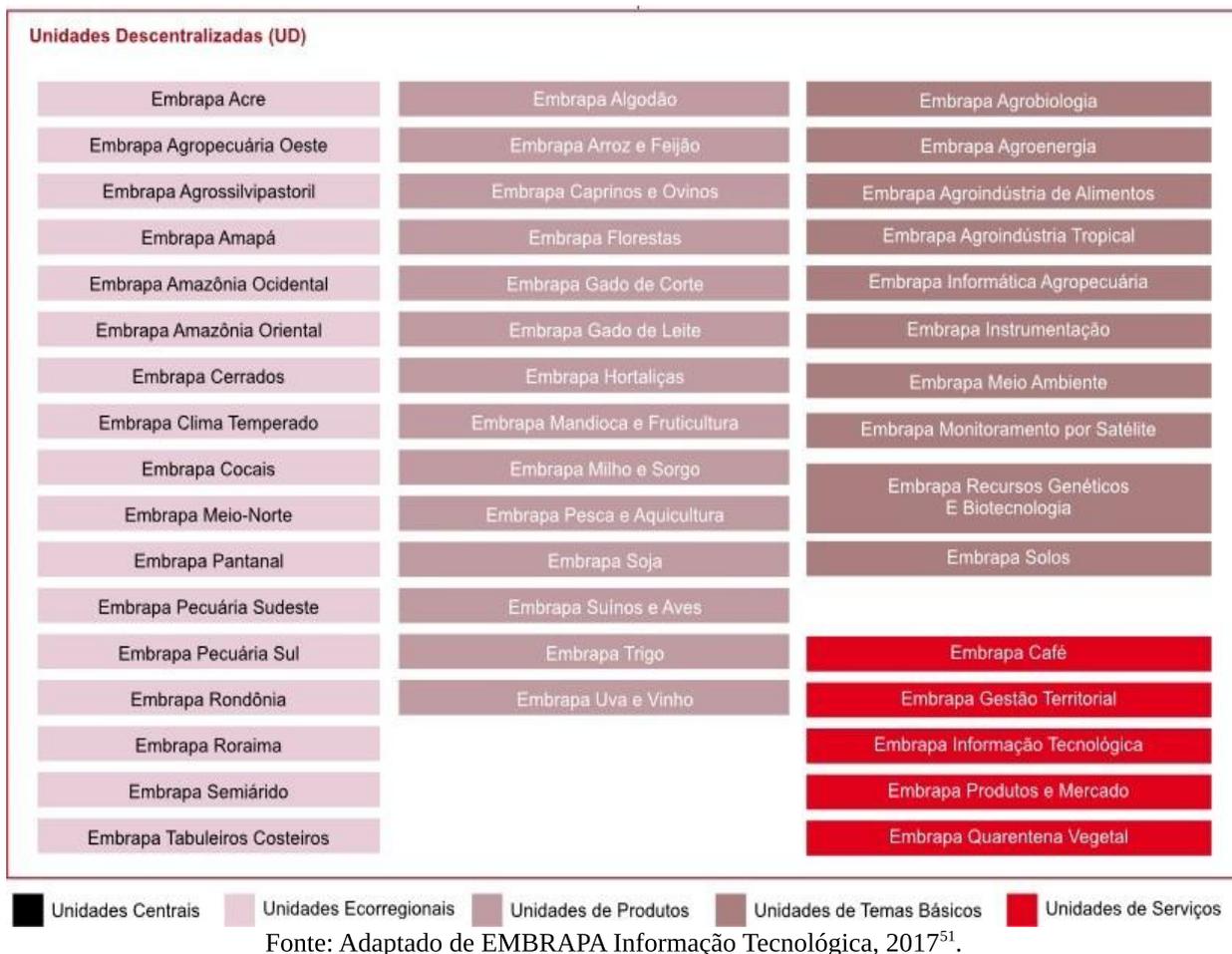
⁴⁹ Aqui segue um exemplo de capacitação de mulheres em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/8357579/mulheres-do-lago-de-sobradinho-sao-capacitadas-para-a-criacao-de-abelhas> . Acesso em: 27 fev. de 2020.

de pesquisas envolve o melhoramento genético de sementes, espécies de plantas e animais, sistema de irrigação, controle de pragas, adequação do solo, maquinário adequado para plantio, colheita, também tem criado sistemas que abrange a agricultura orgânica, entre outros. Nas últimas décadas, a Embrapa contribuiu de forma significativa para a construção dos bancos de sementes mais produtivos no país, disponibilizando informações referentes à genética de cultivares, fomentando o cultivo consorciado, priorizado às boas práticas agrícolas voltados a sustentabilidade⁵⁰ e às conexões institucionais e profissionais para o desenvolvimento dos mercados agrícola brasileiro.

Nos últimos anos, a EMBRAPA tem crescentemente sido considerada pelos governantes de diferentes esferas públicas como um importante agente de apoio na execução de políticas públicas, distanciando-se de um isolacionismo característico de empresas de pesquisa e incorporando ao seu cotidiano operacional a execução de ações integradas para a implementação de programas governamentais. O desenho institucional da EMBRAPA é por demais interessante e há várias frentes de estudos e pesquisas, com subsedes da empresa em vários locais do Brasil. A EMBRAPA possui hoje 42 Centros de Pesquisa e 7 Unidades Administrativas, que estão distribuídos em todas as regiões do Brasil e em outros países.

⁵⁰ Leia mais sobre: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2435350/sistema-sustentaveis-de-producao-sao-o-tema-da-embrapa-no-showtec>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

Figura 13 - Organograma da EMBRAPA e suas subdesdes



Segundo Borsatto *et al.* (2017), houve, a partir de 2010, uma aproximação maior dos saberes científicos e das técnicas desenvolvidas pela EMBRAPA para com os pequenos produtores e mesmo para a agricultura familiar. Tal fato se deu principalmente por causa da difusão dos meios de comunicação no meio rural, como maior acesso a canais televisivos⁵², via antena parabólica, e mesmo a própria internet, há também difusão de informação via rádio⁵³, para localidades onde não há este acesso televisivo e nem de internet. Também se

⁵¹ Dados disponíveis em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159254/1/TRANSF-TECN-COMPART-CONHECIM-2017.pdf>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

⁵² O Dia de Campo na TV é produzido semanalmente pela Embrapa desde 1998, com o objetivo de divulgar as tecnologias resultantes das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e parceiros. Os temas são apresentados em linguagem clara e acessível aos diversos públicos, por meio de entrevistas e reportagens sobre práticas e inovações tecnológicas voltadas ao desenvolvimento do espaço rural e urbano. O Dia de Campo na TV é veiculado toda sexta-feira pelo Canal Rural; aos domingos, pela NBr e pela TV Câmara, com reprises durante a semana, além de transmissões em outros canais parceiros. Mais informações pelo site: www.embrapa.br/diacampo. Acesso em: 20 nov. de 2021.

⁵³ Lançado em 2003, o Prosa Rural é fruto de uma parceria entre a Embrapa e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Seu objetivo é divulgar, via rádio, informações e tecnologias de fácil aplicação e de baixo custo, desenvolvidas pela Embrapa e por instituições parceiras. O Prosa Rural começou como uma das ações do programa Fome Zero, do governo federal, voltado inicialmente para famílias rurais do Semiárido nordestino. Ao final de 2004, 423 emissoras estavam transmitindo o Prosa Rural para toda essa região

estreitou os laços da instituição com as secretarias públicas municipais e outras redes de extensão e ensino no meio rural. Quando realizei a pesquisa de campo, tanto Orquídea (do sindicato), quanto Cedro (técnico da EMATER) e, recentemente, em conversa com Aroeira, funcionário aposentado da EMBRAPA, eles descreveram algumas atividades realizadas pela instituição na região, ressaltando o papel da EMBRAPA hortaliças na difusão de sistemas de plantios e cuidados do solo, além da distribuição de sementes para a agricultura familiar.

Outro exemplo mencionado de ação criada pela EMBRAPA e que reverberou para o pequeno produtor rural da região, principalmente na melhoria das qualidades sanitárias de ordenha do leite, foi a distribuição do Kit EMBRAPA Ordenha Manual⁵⁴, havendo inclusive uma cartilha que explicava o uso e importância dele. Apesar de nem todos os produtores de leite receberem o kit, houve um período de orientação sobre os cuidados na ordenha leiteira a fim de preservar a qualidade do leite para a venda, ainda mais que em 2011 o MAPA publicou uma normativa acerca das condições sanitárias que envolvendo a qualidade do leite para venda em mercados externos e internos.

Dos objetos presentes no kit, nem todos eram utilizados pelos produtores, como eu bem observei nas minhas andanças nas propriedades rurais da região, como em conversas com pessoas ligadas as associações, e mesmo com as mulheres pesquisadas, mas ambos destacaram que o filtro para coar leite (bem no modelo da EMBRAPA) teve uma forte adesão por parte dos produtores, bem como o uso do cloro na limpeza dos utensílios, como baldes e latões usados para armazenar o leite. Tanto na propriedade de Violeta quanto de Margarida que ainda se dedicam a produção leiteira, nas visitas que realizei as mesmas, observei o uso de parte deste kit na hora da ordenha e um cuidado especial com a limpeza do curral como no manejo das vacas, conforme orientava a cartilha da EMBRAPA.

(EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, 2016c).

⁵⁴ Mais informações em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/149345/1/Cartilha-Uso-Kit.pdf>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

Figura 14 e 15 – Foto do “coador de leite” usado pelas mulheres e por produtores rurais, segundo modelo da EMBRAPA



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora (2019).

Fui informada, no decorrer da pesquisa, que assim como a EMATER, as subsedes da EMBRAPA editam e publicam coleções, boletins, séries, circulares técnicas, cartilhas, folders, informativos e outros formatos de publicações, divulgando os resultados validados das pesquisas desenvolvidas. Mas o que me chamou atenção foi o trabalho que a Embrapa Hortaliças vem realizando com os agricultores familiares, especialmente para fomentar a produção para o programa da merenda escolar, já descrito aqui neste capítulo. Além da difusão de técnicas e sistema de plantio e manejo, houve uma demanda por cursos Ead⁵⁵, expandindo-se para países africanos de língua portuguesa, para os quais os custos dos cursos presenciais no Brasil, muitas vezes, seriam inviáveis financeiramente.

Os projetos da EMBRAPA que já existiram na região de Lima Duarte demonstram, segundo Aroeira (técnico agrícola e sociólogo), aposentado da EMBRAPA gado de leite de Juiz de Fora, “que há uma grande parte da EMBRAPA que não trabalha só com agronegócio, há mais de 2 mil técnicos trabalhando com agricultura familiar, principalmente com associação de produtores, associações, com sindicatos, prefeituras, entre outros”, em parceria com atividades de extensão de universidades, com as escolas estaduais e outros órgãos como a EMATER e as secretarias municipais. Ele mencionou ainda, ao longo da entrevista, outros projetos realizados nas comunidades rurais, como a construção de fossa séptica⁵⁶, que foi levada inclusive para as escolas, citou também o projeto Agente Local de Desenvolvimento Comunitário (ALDC) que contempla a região da Serra da Mantiqueira e muitos municípios ao

⁵⁵ Veja os cursos em: <https://www.embrapa.br/cursos>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

⁵⁶ Leia sobre em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2601311/fossa-septica-da-embrapa-e-apresentada-a-liderancas-da-zona-da-mata-mineira>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

redor de Lima Duarte⁵⁷, cujo objetivo é preservar a bacia hidrográfica e realizar manejo adequado dos recursos naturais região, que contou também com envolvimento dos alunos das escolas rurais. Durante a pesquisa de campo com as mulheres rurais Orquídea também mencionou este projeto e falou do curso de preservação das nascentes que fez no SENAR, em parceria com a EMBRAPA. E, por fim, mencionou Aroeira, citou o projeto Balde Cheio⁵⁸, também em parceria com o SENAR e EMATER, que teve como polo a região de Lima Duarte, quando foi implementado em 1997 e hoje está presente em toda Minas Gerais.

O objetivo deste projeto era implementar técnicas de manejo das pastagens (pastoreio rotacionado, piquete, plantio adequado do canavial e da capinheira, entre outros), e como já mencionei anteriormente, melhorar a qualidade e higiene das ordenhas de leite. Inclusive durante a entrevista eu recordei que meu pai e vários produtores da região da Pirapetinga receberam neste período “mudas” de capim elefante, cana roxa, além da forrageira grama estrela, que fizeram muita diferença na alimentação do rebanho durante o período de estiagem, nas visitas na propriedade de Margarida que mora nas proximidades do meu pai, notei também que ela tinha estas espécies em sua propriedade. Inclusive a grama estrela faz muita diferença na alimentação dos bezerros, que geralmente são vendidos para o abate na região. Recordei também que em 2002 havia um projeto na escola pública de conhecermos a sede da fazenda da EMBRAPA Gado de Leite, no município de Coronel Pacheco e tivemos algumas aulas sobre manejo/retiro leiteiro nos dias de visitas, segundo Paulo Pinheiro, diretor de uma das Escolas Estaduais de Lima Duarte, estas atividades estavam incluídas nos projetos de extensão da EMBRAPA, envolvendo juventude rural.

Olha, aqui na região agora saiu esta questão do selo do queijo de Ibitipoca né? Tem o da Mantiqueira, tem o da Alagoa né, esta é uma articulação muito forte, da comunidade, dos produtores de leite, da EMATER-MG e da EMBRAPA a partir do momento que o queijo recebe um selo validado e aí a pesquisa entrou selando a parte de qualidade, dando orientação, e isto foi junto com os órgãos de fiscalização né, IMA, assim, estes órgãos sanitários aí né, deu um selo de produtos da agricultura familiar, ou seja, este é um produto que entra no mercado geral com vantagem, não é? Isto é uma forma de ter acesso a mercado né, não é só vender na porta, não é? Este selo também dá acesso a vendas nas feiras livres, na venda direta pra merenda escolar, e a outra coisa de tem oportunizado acesso ao mercado são as AAO (Associação de Agricultura Orgânica) né, um planta brócolis, outro planta tomate, outro batata, aí eles se juntam e fornecem pra um grupo da cidade né, que nem as cestas do MST, toda semana tem aquela turma que vai lá e compra, com produtos da agricultura orgânica, isto é muito legal né, pois o produtor tem garantido um mercado e o consumidor tem garantido um

⁵⁷ Veja os cursos em: <https://www.embrapa.br/cursos>. Acesso em: 18nov. de 2021.

⁵⁸ Leia mais em: <https://www.embrapa.br/balde-cheio>. Acesso em: 18 nov. de 2021

produto orgânico, e muita das vezes a pesquisa, a extensão rural passaram nestas famílias, neste lugares, desenvolvendo sistemas e variedades melhores para este produtor (Fala Aroeira – Aposentado EMBRAPA/Juiz de Fora).

Considerando a extensão de atividades desenvolvidas pela EMBRAPA, os projetos implementados em todo território nacional, podemos afirmar que o desenho institucional e os saberes oportunizados por seus profissionais fazem muita diferença no desenvolvimento rural local. Nas primeiras décadas que se institui a empresa, observa-se que a difusão e pesquisas era voltada mais para o agronegócio, como bem relata os técnicos extensionistas ao longo das entrevistas. Hoje, apesar de as principais frentes científicas da EMBRAPA ainda estar relacionada a melhoramentos genéticos e criação de sistema mais produtivos, ela tem empreendido atividades mais simples e baratas e que chegam inclusive ao pequeno produtor. Portanto, o que se pode afirmar é que, em se tratando de políticas e desenvolvimento rural, o fomento à pesquisa, à ciência por parte do Estado é indispensável.

Contudo, mais do que investir neste setor, é preciso criar meios para que estas informações e saberes cheguem a população rural mais vulnerável, e de certa forma, nos últimos anos, por meio de uma série de parceria, observa-se que a EMBRAPA tem articulado estes caminhos, Aroeira, afirma na entrevista que o alcance ainda é pouco devido à falta de verbas e investimentos tanto na contratação de mais funcionários para exercerem estas funções, quanto na disponibilidade de recursos para gerar tecnologia a todas as comunidades, ressalta que a extensão do território brasileiro é enorme, e o acesso ainda muito precário. O analista destaca por fim que ainda há muitos municípios e agricultores que não possuem abertura ao novo e aos modelos propostos, o que inviabiliza também a transferência de tecnologia.

4.3.2 Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA

O Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA é responsável pela execução das políticas públicas de defesa sanitária animal e vegetal no estado de Minas Gerais, como bem descreveu Aroeira. O Instituto atua também na inspeção de produtos de origem animal, certificação de produtos agropecuários, educação sanitária e no apoio à agroindústria familiar. Em Lima Duarte há uma sede dele. Orquídea que já atua atualmente no sindicato rural, aponta que o trabalho desenvolvido pelos funcionários do IMA é fundamental para garantir a qualidade e a conservação dos produtos, como bem descreveu em uma das entrevistas *“assim, a gente não sabia né que tem tanta coisa pra contaminar o produto, que tem que fazer um monte de coisa pra garantir a conservação né, que nem eu com a geleia né, quando tudo fica higienizado, faz diferença na validade e estas coisas é importante né?”*

4.3.3 Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG

Já a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e é administrada pelo governo do Estado de Minas Gerais. Destina-se ao desenvolvimento a aplicação de pesquisa na área agrícola. Para desempenhar suas atividades e desenvolver seus programas, a EPAMIG mantém a Sede em Belo Horizonte e uma estrutura descentralizada composta por cinco centros regionais de pesquisa, 20 fazendas experimentais e dois campos experimentais localizados em regiões estratégicas do Estado. Objetiva levar ciência e tecnologia no processo de produção de alimentos – manejo adequado dos solos, uso moderado de agrotóxicos, controle de pragas e doenças, aplicação de sistema de irrigação, melhoramento genético, lidar com alterações climáticas.

A empresa conta ainda com dois centros de pesquisa e ensino, um voltado para pesquisa e ensino na área de laticínios, o Instituto de Laticínio Candido Tostes⁵⁹ em Juiz de Fora, e outro para o ensino agro técnico e cooperativismo em Pitangui. Vale lembrar que a filha de Cristina, produtora de fubá, estava cursando o técnico em Leite e Derivados, neste instituto ao longo da pesquisa. Boa parte das pesquisas e atividades também da EPAMIG⁶⁰ está vinculada com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo esta instituição uma

⁵⁹ O Instituto oferece também Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados - Parceria EPAMIG ILCT, Embrapa Gado de Leite e Universidade Federal de Juiz de Fora. Veja em: <https://www2.ufjf.br/ppgctld/>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

⁶⁰ Leia mais em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/projeto-da-epamig-populariza-tecnologias-para-producao-agricola-sustentavel>. Acesso em: 1 nov. de 2021.

referência na região da zona da mata, na formação superior, na realização de projetos de pesquisa e extensão para a população rural.

Quando você me pergunta a diferença da EMBRAPA e da EPAMIG é preciso lembrar que no Brasil existe o SNPA⁶¹ (Serviço Nacional de Pesquisa Agropecuária), logo no início ele era coordenado pela EMBRAPA, e depois foi criado as empresas de pesquisas estaduais como a EPAMIG aqui em Minas, o IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), no Rio de Janeiro tinha, pra todo lado né tinha né? A EPAMIG é uma empresa de pesquisa estadual e a EMBRAPA trabalha com uma pesquisa a nível, vamos dizer, geral né, nacional. Ela trabalha em vários e vários temas e é fundamental que a EMBRAPA tenha parceria com as empresas estaduais né porque elas desenvolve né juntos, tipo o consórcio do café, a EMBRAPA busca recursos também dentro de projetos internacionais, aí ela vê se tem alguma região que aqueles recursos e tecnologia vão ser ideais para ser aplicado, ela fica em contato com a EMATER, tipo o fundo da Amazonia, a extensão rural tem que estar sempre presente neste projeto né, pois a EMATER faz esta interface também, este meio de campo com o produtor rural. A extensão rural está com o pé dentro da família, assim a EMBRAPA, no início o conceito era de difusão de tecnologia onde a EMBRAPA pesquisava, a extensão transferia e o produtor adotava. Não pode ser mais assim, tudo deve ser compartilhado: pesquisa, extensão e produtores para que aconteça à apropriação da tecnologia, é a articulação mesmo, veja o exemplo da Ana né, que você entrevistou, a extensionista da EMATER, ela estava fazendo mestrado aplicado com os pesquisadores da EMBRAPA e pesquisadores da UFJF, aí ela fez um projeto de sucessão rural aqui, com os jovens, como você bem ficou sabendo, todo mundo junto fazendo diferença no êxodo rural, na sucessão, na melhoria da agricultura familiar né, veio todos, juntos com as prefeituras também com os órgãos municipais, mas aconteceu por causa dela mesmo, pois era o projeto de mestrado dela e ela teve esta liderança (Fala Aroeira – Aposentado EMBRAPA GADO/Juiz de Fora/MG).

Também temos outro núcleo acadêmico e de pesquisa na zona da mata mineira, que oferta cursos técnicos e de graduação voltados para a área rural, o IFET-Rio Pomba e o IFET-Barbacena. Uma das iniciativas da prefeitura de Lima Duarte e que fez muita diferença para a difusão e aprimoramento das técnicas produtivas e da capacitação da população rural local foi a parceria com a IFET-Rio Pomba, especialista em cursos técnicos e de graduação para a área rural, principalmente a área de agropecuária e também de meio ambiente, muito semipresencial, com polos de atendimentos nos municípios e conteúdo online na plataforma Moodle. Foi entre os anos de 2005 até por volta de 2010 que a cidade ofertou via Escola Estadual Adalgisa de Paula, o curso técnico agrícola e via Escola Municipal Pedro Paz⁶², na

⁶¹ O SNPA é constituído pela Embrapa, pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - Oepas, por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, além de outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária.

⁶² Os Cursos Técnicos a Distância, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais utiliza, como uma de suas ferramentas, um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e

última década houve oferta de outros cursos técnicos, mais recentemente o de Meio ambiente. A oferta de curso e os tipos de cursos ofertados, variam, segundo informações do diretor Pinheiro, de acordo com a) os recursos disponíveis nos IFETs, b) as articulações entre município (principalmente por parte de prefeitos e secretários municipais) com estas instituições para viabilizar os cursos e parcerias; e também é ofertado caso haja procura e c) inscrição suficiente de acordo com o número de vagas ofertados.

Rogério Machado (2012) analisa em sua tese a função destes cursos técnicos (presenciais, semipresenciais e a distância) na escolarização dos filhos de agricultores e na capacitação profissional que os mesmos oportuniza para esta população, contribuindo na permanência destes jovens no meio rural e fortalecendo a sucessão rural. Além do mais, estes cursos oportunizam conhecimentos técnicos, científicos e melhores práticas de manejo, gerando maiores alicerces tanto para ser usado na propriedade quanto traz um diferencial para o mercado de trabalho agrícola.

4.3.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): acesso a capacitações e outras formas de trabalho

Outra força importante na luta pelos direitos e busca de políticas públicas de qualidade para a população rural são os sindicatos rurais. Eles têm um quadro de filiados bastante heterogêneo, sendo composto de trabalhadores assalariados da agricultura e arrendatários, bem como agricultores familiares (Deere, 2004). No processo de desenvolvimento rural, foram preconizadas ações de caráter educativo que propiciaram as capacitações e aperfeiçoamento técnico e profissional dos pequenos produtores rurais e, na história brasileira de exemplo de extensão e formação de curto e longo prazo para a população rural, não podemos deixar de relatar a experiência do SENAR.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma entidade vinculada a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que tem como objetivo organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural e a Promoção Social de jovens e adultos que exerçam atividades no meio rural. É uma entidade privada, mantida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e seus recursos são captados quando o produtor rural comercializa sua produção, momento que é

conta com as escolas estaduais e/ou municipais para os encontros presenciais, sendo denominadas de polos de apoio presencial. Tal fato acontece em diversas regiões do Brasil, inclusive há uma oferta grande, com mais de 900 vagas, só por parte do IFET/Rio Pomba, em municípios mineiros. Mais informações veja o edital do ano de 2015: <https://pt.slideshare.net/slideshow/edital-n-10-cursos-tnicos-a-distncia/47607916>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

descontado dele um valor e parte desses recursos vai para o SENAR MINAS. Também são repassados recursos das folhas de pagamento dos sindicatos patronais rurais e de empresas prestadoras de serviços de mão de obra na área rural.

Foto 16 – Erva Doce a esquerda com Orquídea em um curso ofertado pelo SENAR na 4ª Semana da Mulher Rural realizado na comunidade de São Francisco em Olaria-MG



Fonte: foto cedida pela pesquisada.

Logo, é possível compreender que a capacitação e educação compõem parte integrante do desenvolvimento local e modificam a vida daqueles que a fazem. Devido ao seu caráter formativo de troca, socialização e produção e conhecimentos, geram ainda mais prática social e cidadã. Segundo informações do próprio site do SENAR⁶³, e confirmado pela entrevista realizada com Erva Doce (atual representante e diretora do SENAR na região de Minas Gerais) são ofertados mais de 300 cursos nas áreas de Formação Profissional Rural e

⁶³ Disponível em: <http://www.sistemafaemg.org.br/senar/cursos>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

Promoção Social, gratuitos e voltados para capacitação e qualidade de vida do produtor e trabalhador rural e suas famílias. São cursos nas áreas de agricultura, pecuária, agroindústria, atividades agro-civil-pastoris, atividades relativas à prestação de serviços, silvicultura, extrativismo, aquicultura, alimentação e nutrição, artesanato, saúde e educação⁶⁴.

Além dos cursos presenciais, ofertados na forma de capacitação técnica, o SENAR tem ofertados cursos na modalidade EAD⁶⁵, voltados principalmente para o setor de produção ou aperfeiçoamento da mesma, como o de Boas práticas na Produção Vegetal e o do Planejamento Estratégico da Empresa Rural, inclusive um curso técnico na área do agronegócio. Das cinco mulheres entrevistadas, três delas fizeram cursos no SENAR, Bromélia, que trabalha com hortaliças não realizou nenhum, pois teve algumas arestas com os gestores do Sindicato rural quando estava com problemas de saúde e não conseguiu muito apoio lá para ter o auxílio-doença. Mas as outras duas, tanto Violeta quanto Orquídea, tiveram a oportunidade de fazer vários cursos e estender estas atividades para seus familiares, amigos e parentes. No caso de Orquídea, que a partir de 2018 começou a atuar na vice direção do sindicato de trabalhadores rurais de Olaria, e atualmente preside o mesmo, ela passou a ter mais contato e mobilizar inclusive a população rural, especialmente as mulheres, para realizarem estes cursos.

Então, o SENAR menina, é uma coisa assim, eu nem sei como poderia descrever, é uma coisa assim muito importante para nós trabalhadores rurais porque ele nos dá uma estabilidade boa né, assim tipo, eu faço doce, eu vendo né, estou fazendo os produtos no qual eu tenho o retorno que eu vendo né? Assim ele é muito importante né, porque se a gente não tivesse o curso do SENAR, como que a gente faria? Onde que ia aprender tanta coisa né? É muita coisa que ensina né? Ensina a dirigir um trator, a ferrar um cavalo, a cuidar da nascente, a plantar, a ter uma visão mais abrangente né do que a gente pode produzir entende? E tem outros cursos né, cursos mesmo preocupados com a educação, com a saúde do trabalhador rural, tem muita coisa, muita coisa mesmo, eu acho que já fiz mais de 30 cursos. Nossa, esse de agente rural, falaram que é muito bom, é uma coisa boa pra região e abre a cabeça né? Aprendi a fazer rosquinha, até as coisas lá da agricultura familiar né, a cuidar das coisas mesmo, das hortaliças né, pois a gente teve o curso de agrotóxico pra não aplicar né, tivemos estes curso de horta, então assim, o SENAR é sem palavras né porque ele ta sempre nos ajudando (...) é um apoio que a gente tem com o SENAR né, porque muitas coisas que eu sei fazer, muitas coisas que minha companheiras fazem foi através dos cursos do SENAR, então assim, pra melhoria da gente né, pra melhoria mesmo de ter mais habilidades e até oportunidade né, de ter coisas a mais pra mostrar, a gente tem, como que vou dizer este complemento, este diferencial (...) (Fala Orquídea).

⁶⁴ Se desejar conhecer os mais de 300 cursos, leia mais sobre o SENAR em: <http://www.sistemaemg.org.br/Content/uploads/cursos/Y6211634306702083.pdf>. Acesso em: 09 nov. de 2021.

⁶⁵ Educação a distância.

Os cursos do SENAR ali na região de Lima Duarte abrangem o ensino de técnicas referentes a manuseamento de equipamentos, como motosserra, roçadeira, ordenhadeiras, trator, técnicas de produção como inseminação, além de atividades manuais como pintura, bordado, produção de artesanatos e as compotas, mais especificamente envolvendo derivados do leite e frutas bem como a produção do queijo frescal e tratamento do queijo pra maturação. Na última visita que fiz a feira livre em Lima Duarte, em conversa com Violeta sobre os cursos do sindicato, divulgando para ela o agente de turismo, ela me disse que muitos que estão ali fazem estes cursos e até apontou uma moça ao lado que estava produzindo iogurte e que tinha aprendido em um curso destes.

Figura 17 e 18 – Cartazes e Cartilhas de divulgação e orientação do SENAR



Fonte: www.google.com.br⁶⁶.

Referente ao processo de licitação e organização dos cursos, Erva Doce, atual representante do SENAR da região de Lima Duarte, Olaria e Pedro Teixeira, descreveu como funciona. Tanto no início do primeiro semestre do ano, bem como do segundo semestre (agora em agosto) o sindicato rural abre algumas licitações e fazem a inscrição dos cursos que

⁶⁶ A cartilha trata de assuntos ligados ao PAA, PNAE e a previdência social, eu visualizei a mesma no Sindicato de Produtores Rurais de Lima Duarte, e localizei a mesma disponível em: <https://docplayer.com.br/8190147-Cartilha-de-orientacao-previdencia-social-e-senar-nas-operacoes-do-paa-e-pnae.html>. Acesso em: 02 nov. de 2021.

pretendem ofertar em cada semestre, cabe lembrar que todos estes cursos são gratuitos e com certificação. Se faz uma solicitação de verba 20 dias antes do início do curso junto ao SENAR estadual, e após realização desses cursos, os recursos são liberados via sindicato, cobrindo assim as despesas referentes ao material, transporte, alimentação e ao capacitador. Geralmente são ofertadas de 10 a 12 vagas por curso.

No que diz respeito ao processo de seleção dos cursistas, Erva Doce indicou que há uma ficha de inscrição no sindicato que fica disponível por lá. E nesta ficha o pretendente fala o que faz na área rural, profissão e atividades. Assim, ela, Erva Doce, gestora dos cursos, busca selecionar aquela pessoa que vai de fato aproveitar o curso, aplicá-lo de fato, citou até o exemplo de uma menina que está cursando medicina veterinária e quer fazer o de inseminação, disse que com certeza esta irá aproveitar o curso. Durante a entrevista, ela foi questionada por mim se havia um direcionamento específico sobre contemplar mais mulheres ou fazer uma equidade neste processo de seleção. A resposta foi negativa, e ela enfatizou inclusive que o sindicato não tem políticas de cotas para as questões de gênero, mas que naturalmente estas mulheres foram aparecendo, e nos últimos anos houve inscrições de mais mulheres do que homens, a exemplo do último curso de direção de trator, quando teve mais mulheres inscritas bem como o de ordenhadeira. Além disso, ela também ressaltou sua percepção de que são nos cursos de derivados do leite que as mulheres têm mais representatividade. Lembrou, por fim, que o SENAR criou o programa MULHERES EM CAMPO para despertar o interesse pela gestão e, assim, ampliar o protagonismo feminino na administração das empresas rurais. O programa desenvolve competências de empreendedorismo e gestão, orienta na descoberta do potencial de cada participante e da propriedade, ensina a planejar e a transformar uma atividade em negócio.

Figura 19 - Material didático do Programa Mulheres em Campo, fornecido pelo SENAR



Fonte: <https://www.cnabrasil.org.br/>.

Elias de Oliveira (2005) em sua tese de doutoramento, pesquisou as ações educativas desenvolvidas pelo SENAR em Minas Gerais com base nos depoimentos dos egressos dos cursos e constatou que: os cursos do SENAR distribuíram-se de forma heterogênea pelas regiões do estado, havendo maior concentração em regiões de agropecuária extensiva e ou de agricultura familiar não integrada; que público do SENAR para as ações de FPR e de PS é pluriativo, formado, na maioria, por pequenos produtores rurais que têm a produção, ou o que dela processam de modo artesanal, voltada em grande parte para o autoconsumo, embora haja casos de produtores com processos produtivos integrados quase que totalmente ao comércio da produção ou da sua agroindustrialização. Tanto as mulheres pesquisadas, com exceção de Margarida, que é mais reservada e com menos engajamento social, além de não possuir carro na família, todas as demais entrevistadas já fizeram uma série de cursos do SENAR, Orquídea que também tem. engajamento no sindicato afirmou na época que já tinha realizado mais de 26 cursos.

Portanto, podemos afirmar que há melhoria das condições de vida das entrevistadas e da população rural da região de Lima Duarte, de acordo com o depoimento dos técnicos das instituições citadas, como aumento na renda familiar, decorrente da adoção de técnicas novas ou manejo diferenciado do habitual; melhorias implementadas na gestão dos processos produtivos, bem como o aumento na conscientização sobre melhor utilização dos recursos naturais. Além disso, foi constatado que houve certo impacto dos cursos realizados sobre o conjunto de habilidades rurais e agrícolas, em específico naquelas relacionadas com o trabalho e a produção. Como bem destaca Amartya Sen (2000, p. 49), considerar o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas, geradas por mecanismos como o acesso à educação, cidadania, e a políticas sociais, “tem implicações muito abrangentes para nossa compreensão do processo de desenvolvimento e para nossos meios de promovê-lo”.

4.4 AS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS – ESTADUAIS E MUNICIPAIS LIGADAS AO SETOR RURAL

A fim de viabilizar a aplicabilidade de pesquisas e das políticas públicas ao longo do território brasileiro, os municípios são orientados a ser parceiro nesse processo de assistência por meio dos órgãos agrícolas disponíveis, a fim de administrar os recursos e programas advindos do governo estadual e federal, e acompanhar em cada comunidade o desenvolvimento rural. No caso da região estudada, na cidade de Lima Duarte há a Secretaria

Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, e na cidade de Olaria, por ser um núcleo citatino menor, há uma secretaria específica da agricultura. Estas secretarias tem como função coordenar a política agrícola do Município, prestando assistência e apoio a produtores rurais; dentre as ações empreendidas, segundo o secretário municipal de Lima Duarte, em conversa no ano de 2019, o município busca assegurar e garantir o sistema de abastecimento e segurança alimentar e, por isso, a prefeitura tem dado assistência na organização da feira livre, no apoio a produção da agricultura familiar, principalmente para abastecer a merenda escolar e as instituições como o abrigo de idosos e a Santa Casa de saúde. Para que isto se concretize, a principal atividade de apoio é ceder tratores para os plantios (geralmente máquinas que aram a terra), e realizam manutenção constante nas estradas rurais, já que esta é primordial para escoamento das mercadorias e acesso dos produtores/trabalhadores as cidades (onde há mais atendimento técnico, educacional e de saúde inclusive).

Eucalpto lembrou que boa parte do maquinário da prefeitura foi adquirido durante as administrações federais do PT, disse que apesar de não gostar do PT, não pode negar que foi um período muito bom para o setor agrícola, pois abriu muitos mercados e veio muito recursos para investir nas áreas rurais. Outras atribuições são dadas a estas secretarias e seus respectivos funcionários, como realizar a vigilância e fiscalização sanitária dos produtos alimentícios em parceria com o IMA; coordenar, fomentar e desenvolver políticas de produção familiar de gêneros alimentícios juntamente com a EMATER e, neste aspecto, a secretaria disponibiliza carros, gasolina, algum profissional agrícola ou um veterinário que vai até as propriedades para dar apoio técnico. Além do mais, a prefeitura algumas vezes fornece equipamentos e instalações para apoio e desenvolvimento da política agropecuária, também envia recursos para apoiar a construção das sedes de Associação e Tanque leiteiro, como ocorreu na comunidade da Pirapetinga, onde reside Margarida.

Figura 20 e 21 – Sede da Associação Leiteira dos Amigos da Pirapetinga (parte sul da comunidade)



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora⁶⁷.

Também apoiar, planejar, coordenar e executar programas de capacitação de agricultores e trabalhadores rurais, juntamente com os sindicatos/SENAR; exemplo mencionado por ele foi o 12º Grande Encontro de Produtores Rurais de Lima Duarte⁶⁸, Olaria, Pedro Teixeira e Região, que envolveu inclusive os alunos das escolas municipais e estaduais, através de um concurso de desenho, poema, redação e slogan, que teve como tema o leite. São as secretarias que cuidam de organizar os CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) e de estabelecer as parcerias e apoiar em projetos nas comunidades rurais, desenvolvidos pelas universidades, escolas técnicas, EMATER e EMBRAPA.

O enfoque de desenvolvimento territorial, centrado nas gestões municipais, deve estar presente para assegurar a melhoria das condições de vida da população do campo e, nesse sentido, as ações devem se dar na perspectiva local e de reconhecimento do papel protagonista de seus atores e instituições; por isto, órgãos como as secretarias municipais, a EMATER, os sindicatos, entre outras instituições devem atuar de forma articulada, estabelecendo bons diálogos. Como foi possível observar ao longo da pesquisa, tal fato propicia maior confiança nos projetos e trabalhos ofertados por estes setores, já que ainda há pouca abertura da população rural em relação ao novo e aos riscos, que vezes o engajamento em programas de crédito, envolvimento em associações e mesmo com a política municipal pode causar. Mais do que levar o “moderno” a estas populações, deve vincular-se às perspectivas de preservação e valorização do campo, do saber e da cultura local e neste sentido, a transição agroecológica e a agroecologia apresentam potencial transformador das realidades rurais contemporâneas.

No que diz respeito as mudanças de gestão pública, a nível municipal, ainda é preciso superar dificuldades diante da insuficiência de políticas públicas vigorosas para lidar com questões estruturais, que abrangem diversos municípios de nosso extenso território nacional: concentração da posse da terra; formas adequadas de acesso aos recursos naturais; insuficiência de capital e dificuldades de financiamento; baixa incorporação de soluções tecnológicas apropriadas aos distintos contextos; fragilidade da assistência técnica e extensão rural; dificuldade de acesso aos mercados; obstáculos e complexidade para a organização social e cooperativismo; êxodo rural; dentre outras.

⁶⁷ Localizada nas proximidades da divisa do município de Lima Duarte e Juiz de Fora. Do lado esquerdo está a casinha onde fica o tanque de refrigeração leiteiro, e do lado esquerdo a sede onde acontece reuniões e alguns eventos comunitários. Ela está localizada a altura do km 7 da MG 353 que liga da BR 267 ao município de Santa Bárbara do Monte Verde.

⁶⁸ Veja mais sobre o 12º Encontro de Produtores Rurais de Lima Duarte e Região em <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/mais-de-700-pessoas-participam-do-grande-encontro-de-produtores-rurais-de-lima-duarte>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

Apondo tal fato, pois a partir de 2016 a mudança na administração federal brasileira acarretou muitos cortes e vem inviabilizando a permanência de recursos, investimentos e políticas públicas para a população rural. No que diz respeito ao estado de Minas Gerais, a partir de 2018, o atual governo Zema também reformulou toda política da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Portanto, no atual contexto, ambas administrações, tanto federal quanto estadual retomam o discurso de produtividade rural voltado ao agronegócio e centralizam mais os recursos em grandes propriedades atreladas a sistemas que visam mais o lucro e exploração dos recursos do que as liberdades e bem-estar dos indivíduos.

4.5 DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL – RETROCESSOS VIVENCIADOS NOS ÚLTIMOS ANOS

De acordo com Mattos (2017), com o golpe parlamentar de 2016 teve início um processo célere de desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com ausência absoluta de diálogo, sendo emblemática a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Ouvidoria Agrária Nacional. Em 2014, o Brasil ingressou em uma crise econômica, seguida de desestabilização política que resultou no impeachment da então Presidente Dilma Rousseff.

4.5.1 O período Temer – fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): restrições e falta de financiamento das políticas agrárias

A assunção de Michel Temer à Presidência da República iniciou um processo de reorientação política, caracterizado pelo contingenciamento dos gastos públicos e por uma série de medidas restritivas e atos públicos normativos que impactam negativamente sobre o desempenho das políticas sociais e, por conseguinte, no bem-estar social da população. Por exemplo, a extinção de oito Ministérios, dentre os quais o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a Emenda Constitucional 95, de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, que, entre outras providências, congelou os gastos públicos em políticas sociais por um período de vinte anos.

Ao mesmo tempo, extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) incorporando, em um primeiro momento, ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e

logo em seguida, através do Decreto 8780, incorpora-o à Casa Civil, rebaixando esse Ministério a uma Secretária. Fica sob responsabilidade desta Casa, também, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o que significa que assume todas as atribuições referentes à política de reforma agrária e aos assentamentos rurais. As restrições à reforma agrária e aos programas e políticas voltadas aos interesses da agricultura camponesa, se expressam principalmente na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018, que se comparada com a LOA de 2017, sofreu um corte de R\$ 4,3 bilhões nos recursos destinados às políticas direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. De acordo com os dados divulgados pela CONTAG, os maiores cortes foram na Política de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, que perdeu R\$ 3,98 bilhões, e os recursos para o crédito do Pronaf e assistência técnica foram os mais afetados.

Os cortes também foram expressivos nos recursos destinados às políticas de comercialização, formação de estoques reguladores e garantia de preço dos produtos. Os dois programas mais importantes e que foram desmantelados são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último, criado no âmbito do Programa Fome Zero, no início do governo Lula, propõe a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar os quais são repassados à rede sócio assistencial e à rede pública e filantrópica de ensino. O orçamento para 2018, conforme o próprio site do INCRA, foi de 3.294.750,00, o que significou um corte de 71,3% se comparado com os recursos de 2017 (CONTAG, 2017).

4.5.2 PERÍODO BOLSONARO – Momento de retrocessos

Bolsonaro segue a cartilha que teve como seu primeiro item a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), seguida por cortes drásticos de orçamento de programas para a Reforma Agrária, para o INCRA, assim como para o Pronera, o Procampo, o Pronatec, para habitação rural, ATER, o desmonte do Ibama e do ICMBio, o aumento exponencial de liberações de agrotóxicos, entre muitos ataques às organizações sociais e sindicais e, mais recentemente, os vetos ao PL 735/2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. Ao extinguir o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural – por meio do silencioso Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020:

Então assim, não tô vendo agricultura como eu via no começo, agora a agricultura, nosso Deus, ela caiu bastante, ela não tá sendo aquela coisa,

mais não, foi bom, é... Única do estado, do estado que é ótima, porque a do estado não tem esses problemas não, deu dia 30, o diretor já chama pra gente é, fechar o mês entendeu? Só que da prefeitura, eu vou te falar Deus me livre, é um comer pra não morrer, se dependesse do dinheiro da prefeitura, da agricultura, vindo pela prefeitura, a gente morria de fome, tendeu? Mas, é só pra não deixar acabar mesmo que a gente ainda continua, é... Porque pras outras tá tudo bem, tendeu? Demorou, não demorou, só que não é assim né? Eu já até conversei isso com o prefeito, o dinheiro da agricultura é da agricultura, não é pra pagar outra coisa, né? E eles não fazem isso, é... A EMATER dá um apoio, a EMATER até não corre muito atrás das coisas pra gente não, sempre a gente mesmo que tem de correr sabe? Mas ajuda no que é preciso, entendeu? Não é aquela coisa assim, assistência da EMATER a gente tinha muito no início, muito, hoje em dia, o técnico da EMATER nem sabe mais, se você tem horta, se deixou de ter, não sabe o que você planta, cê deixou de plantar entendeu? Só fica confiando na palavra da gente, não vai ver o que você tem de bom, não vai ver o que que perde, o que deixou de perder tendeu? Então uma coisa meio assim, agora ta meio desleixado, agora não tem muito o que falar não, sabe? Num ta legal não, bom, bom, como tava no começo não tá não (Fala Orquídea).

Nesse sentido, Bozik *et al.* (2019, p. 10) analisam que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar hoje “não foram extintas em sua totalidade, no entanto, sofreram cortes significativos de orçamento (...) tais mudanças refletem disputas sobre o rural enquanto um modo de vida, produtor e guardião de diversos bens materiais e imateriais”. Essa perspectiva confronta com uma ideologia de rural voltado para o agronegócio.

5.6. APONTAMENTOS CONCLUSIVOS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL EXERCIDO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Trazer à tona a temática do desenvolvimento rural com base nas ações e programas do Estado, seja de âmbito nacional, estadual e local, é tratar sobre o bem-estar e as condições de vida das pessoas que vivem no campo. Antony Bebbington (1999), em seus estudos sobre as populações rurais andinas, destaca a importância de olharmos o local e investigar a questão da capacidade de reprodução das famílias rurais (*rural livelihoods*) centrada na noção de acesso a um conjunto de ativos de capital, gerados a partir da relação estabelecida por estes população com outros atores sociais, das esferas do mercado, do Estado e mesmo da sociedade civil. Não há dúvidas que o consenso entre os pesquisadores do meio rural é sobre a importância da agricultura familiar como fomentadora do desenvolvimento rural e da economia local dos espaços em que está inserida. Neste contexto, surgem novas abordagens, nas quais o desenvolvimento rural pode ser entendido como um conjunto de ações que objetivam

diminuir a vulnerabilidade dos agricultores em relação aos agentes externos, aumentando a o seu grau de autonomia (Conterato; Schneider; Waquil, 2008).

Assegurar meios para o desenvolvimento rural é também garantir o empoderamento da população do campo, especialmente daqueles que estão envolvidos na agricultura familiar, ou nos pequenos sistemas produtivos, como as mulheres pesquisadas nesta tese e mesmo outras mulheres que compõem o universo rural brasileiro. Empoderar por meio do acesso e ampliando as capacidades é colocar estes sujeitos no centro do processo de desenvolvimento, de forma que as pessoas, as organizações, as comunidades possam aprimorar a sua autonomia e busca diante de seus próprios assuntos, de sua própria vida, tendo maior consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir os meios que podem dinamizar as estratégias de manutenção da sua economia familiar:

O empoderamento é uma dentre as categorias e/ou abordagens que de forma explícita ou implícita está inserida no debate ideológico em torno do desenvolvimento, a mudança nas relações de poder existentes tem sido deslocada de seu papel central, virando uma questão implícita ou diluída entre os elementos que comporiam o empoderamento. A abordagem de empoderamento não pode ser neutral nem ter aversão aos conflitos e a seus desdobramentos. O desdobramento dos conflitos significa que o processo de mudança, uma vez deslanchado, permeia e se infiltra em outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais (Romano; Antunes, 2002, p. 17).

Se antes havia pouca visibilidade e reconhecimento dos produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, hoje eles são percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país, e que garante a soberania alimentar regional e das famílias rurais. Por outro lado, há também uma forte e eficaz demanda pela terra, valorizando cada vez mais os pequenos núcleos, que se traduz hoje pela emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária, bem como a formação de pequenas comunidades como as agrovilas, e as mulheres rurais são parte fundamentais da construção desta nova percepção e cenário rural. Uma das principais consequências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida.

Essa 'ruralidade' da agricultura familiar que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, desaprovadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão 'urbano- centrada' dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores" (Wanderley, 2000, p. 12). Neste sentido, o início do século XXI oportuniza debates públicos, articulações políticas e econômicas, novas frentes de movimentos sociais que visem o desenvolvimento rural: na erradicação da pobreza rural, na

importância dada aos atores sociais, na unidade de referência ou escala territorial e na preocupação crescente com a preservação ambiental, além da melhoria de vida econômica e garantia de políticas públicas adequadas a esta população (Schneider, 2004; Schneider, Shiki, Belik, 2010).

A mudança de olhar sobre a agricultura familiar e os problemas do meio rural fizeram emergir um conjunto de novas ações governamentais a partir dos anos 2000, principalmente com o início do governo Lula, abrangendo características intersetoriais e que impactam em diversas funções da agricultura familiar. Grisa e Schneider, (2014) apontam estas ações como uma nova geração de políticas para a agricultura familiar, em que se destacam os programas de compra institucional de alimentos dos agricultores familiares, que cria cadeias curtas de comercialização e aproxima produtores e consumidores como forma de fortalecer a segurança alimentar e ampliar a renda dos produtores. Ao longo deste capítulo, vimos que a institucionalização e aplicação destas políticas públicas, em especial o PAA, o PNA e modificaram a vida de muitos agricultores familiares. O PRONAF também oportunizou acesso, outro marco foi a criação dos conselhos municipais e as ações conjuntas envolvendo as capacitações e cursos, além dos fornecimentos de técnicas pelos agentes dos sindicatos (SENAR), da EMBRAPA, da EMATER, e das universidades públicas.

Oh Ana Paula deixa eu te falar uma coisa, os projetos do governo eu não posso reclamar porque eles têm me ajudado muito, antes dele, a gente vendia uma pessoa aqui uma pessoa ali, não tinha a feira livre entendeu? Vendia no restaurante, era uma coisa, mas agora não, agora com os projetos do governo tem ajudado muito, eu não posso reclamar, todos os projetos do governo, alguns, quer dizer todos não, alguns que eles fizeram, e com o apoio da Emater, eu me saí muito bem, eu consegui bem sabe? É, muita coisa com os projetos do governo né? O Pronaf me ajudou muito, mandamos merenda escolar pra Belo Horizonte entendeu? Então eu não posso reclamar, eu não tenho o que falar que foi ruim, ou que coisa, eu achei que foi ótimo, ajudou muito entendeu? E as pessoas que toma raça eu acho que tinha que ficar na roça e pôr a cabeça pra funcionar, só que tem pessoas que não coloca a cabeça pra funcionar, tem terra, tem tudo, mas tem preguiça, a verdade é essa, tem preguiça, não tem vontade de 'Não, eu vou fazer, vou começar com pouco, vou correr atrás pra ver se eu consigo mais', entendeu? Então as pessoas vezes Ana Paula tem sim, terra, tem isso, tem umas que não tem e consegue, entendeu Ana Paula? Então é que tem muita gente que tem sim, correr atrás, mas tem muita gente que tem preguiça, a verdade é essa, o governo trás coisas boas, só que o pessoal tem preguiça de correr atrás, eu não tive preguiça de correr nada, portanto o governo lançou aquele negócio fome zero das galinhas lá, pra gente conseguir o galinheiro, eu consegui, eu corri atrás pra isso Ana Paula, hoje eu tenho um belo dum galinheiro, consegui com o apoio da prefeitura um terreno, pra mim fazer o galinheiro entendeu? Mas uma coisa pra agregar pra mim, então eu acho que o governo ajuda, só que as pessoas tem que correr atrás, e muito, pra conseguir as

coisas, que as coisas do governo é difícil, não é fácil, tem 6 anos que eu tô esperando esse programa chegar em mim, agora que ele chegou. FALA BROMÉLIA.

A abordagem de Amartya Sen (2003; 2010) carrega a ideia de que desenvolvimento está relacionado a uma série de componentes interligados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora (SEN, 2000). O autor apoia-se na tríade de conceitos interligados, a saber: capacidades, funcionamentos e realizações e, neste aspecto, os governos federais, estaduais, municipais devem proporcionar meios para que as pessoas tenham a possibilidade de exercer suas capacidades. Vimos ao longo deste capítulo que para garantir a informação, a confiança e acesso desta população a estas políticas, os agentes públicos, como os extensionistas estaduais da ATER e os técnicos e profissionais do SENAR são demasiadamente importantes, bem como outros agentes representantes das instituições públicas. O empoderamento deve levar a processos de mudança em nível individual, mas também no nível comunitário, não apenas em termos de controle de recursos, mas também em termos de uma maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência sobre a própria vida. Mas, cabe lembrar que:

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoa. E ‘fazer as coisas por si mesmo’, ‘ter êxito sem a ajuda dos outros’. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sociopolítico, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (León, 2001, p. 97).

Quando trato de mulheres rurais neste estudo, também apresento informações fundamentais para compreendermos a realidade no mundo familiar, das mulheres, ao ambiente familiar, comunitário e mesmo territorial e toda rede de articulação política e econômica que os circunscrevem. Atores ou agentes, em geral, são necessários em processos de empoderamento, intervindo como catalisadores destes processos. Deve-se considerar que, por mais que haja todas estas políticas é importante compreender se há disponibilidade e interesse por parte das famílias rurais, principalmente das mulheres, que ocupam múltiplas tarefas, de estarem envolvidas nestes programas. Quando as diferentes dimensões, aumento da autoestima, do despertar da capacidade de ação dos grupos e pessoas e o acesso aos meios de

vida, se conjugam e produzem no grupo e nas pessoas, mudanças em suas situações, o desafio que se coloca é como garantir a permanência e o aprofundamento destas conquistas, eis o grande questionamento que coloco ao encerrar este capítulo apontando os retrocessos, que a política nacional vem proporcionando ao setor agrário do país.

5. REFLEXIVIDADE E PROJETO DE VIDA: FORMAS DE CONSTRUIR O EMPODERAMENTO, A VISIBILIDADE E A AUTONOMIA DAS MULHERES RURAIS

Temos, enquanto cientistas sociais, que observar e analisar melhor as dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas existentes nesses espaços, dando visibilidade, de modo intrínseco, às pessoas e aos campos sociais por estas constituídos, protagonizando sociologicamente o que aqui chamamos “mundo rural”. Os estudiosos deste “mundo rural” (Wanderley, 2003; Abramovay *et al.*, 2002; Schneider, 2007) demonstram que a partir dos anos 2000, houve uma reconfiguração produtiva, social e política deste espaço, e a emergência de novos atores que se articulam e vivem nele. Vimos ao longo dos primeiros capítulos deste trabalho que as mudanças foram decorrentes: a) das lutas e conquistas de direitos (advindas dos movimentos sociais e engajamento político em espaços como os sindicatos), b) da resignificação das funções desempenhadas pelas mulheres no meio rural (seja por elas mesmas ou pela própria sociedade), abrindo possibilidades de empoderamento e autonomia, assim como c) as ações, políticas e projetos criados e implementados pelo Estado brasileiro, seja em nível federal ou local, fortalecem a capacidade de acesso a ativos de capital e melhora das condições de vida para a população rural.

Neste ínterim, o resultado entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos (capital financeiro e/ou humano, a experiência de trabalho, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes bem como o capital físico) e o acesso às

estruturas sociais (estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que podem ser provenientes do Estado, do mercado e da sociedade) é capaz de situar os indivíduos ou grupos em uma determinada zona de coesão social que garante o bem estar social de uma maneira dinâmica (Abramovay *et al.*, 2002).

Considerando todos estes cenários, outras indagações se apresentaram para mim na medida que eu fazia meu campo de pesquisa. Havia na região estudada (zona da mata), assim como na descrição de outros pesquisadores sobre o tema como nas coletâneas lidas, mulheres que juntamente com suas famílias eram capazes de negociar o acesso a diferentes capitais e recursos e muitas delas se dedicavam indiretamente ou diretamente a estes processos de negociação. Logo, o objetivo foi investigar como “os grupos, sejam grandes ou pequenos, comportam-se no interior da mente individual. Para explicar como o indivíduo atua na sociedade, deve-se compreender como a sociedade atua no indivíduo” (Vanderbergue *et. al.*, 2016, p. 97). Talvez a pergunta a se fazer é se estaríamos enquanto pesquisadores sociais em uma posição de oferecer uma análise crítica das ações dos indivíduos, que muitas das vezes podem ser estar claras para eles próprios?

Assim, proponho usarmos mais da abordagem de reflexividade (Giddens, 2009, Archer, 2003, Vanderberghe, 2010, Caetano, 2013, etc.) e desenvolvendo a capacidade reflexiva do sociólogo que, segundo Bourdieu (2001) lhe permite revelar ou descortinar os princípios geradores das ações dos indivíduos, buscarei neste capítulo identificar os mesmos diante dos projetos de vidas experienciados e idealizados pelas cinco mulheres entrevistadas. E, neste ínterim, o papel do conhecimento sociológico na percepção bourdieuniana é o de revelar e tornar explícitos os princípios geradores subjacentes, e no mais das vezes ocultos, das práticas sociais, e por que não falar das práticas destes sujeitos rurais? Ou melhor dizendo e se tratando de uma temática que tem ganhado cada vez mais discussão nas Ciências Sociais contemporâneas, por que não pensar a abordagem de ação/agir das mulheres rurais a partir da ideia de reflexividade?

A estrutura social é um processo permanente: está compreendida num perpétuo movimento de desestruturação e de reestruturação porque ela é um aspecto da sociedade em ação que, como ‘obra’, não pode subsistir sem a intervenção da ‘ação’ (...) As estruturas sociais se revelam de modo concreto como sendo ao mesmo tempo produtoras e produtos das obras culturais (...) Em sociologia, o todo é irredutível a seus elementos componentes e participantes, mas ao mesmo tempo não pode subsistir sem eles, pois os dois se movem juntos (Gurvitch, 1967, p. 206 e 209).

O ponto que desejo trazer neste estudo é que, apesar da estrutura social gerar uma forte pressão de dominação e condicionamento sobre as consciências individuais ou mesmo grupais, como bem descreve os escritos marxistas e até mesmo Bourdieu com a noção de campo e *habitus*, a história mais recente do campesinato no país aponta outros caminhos, sendo um deles a atuação dos sujeitos no processo de rompimento e mudança desta dominação, não só por meio de pressões sociais e políticas, a exemplo da formação de movimentos sociais rurais, mas também por meio do agenciamento destes indivíduos na escolha reflexiva sobre os caminhos e estratégias que podem adotar para garantir acessos a recursos e ao mercado. Diversos estudos apontam como o agricultor (a) constrói formas de vida e sociabilidade que o permite viver e se manter no meio rural, gerar recursos extras para investir na propriedade, na formação/capacitação de seus filhos e se adaptar às oscilações naturais e sociais que envolvem o território rural (Wanderley, 1995; Garcia Jr.; Herendia, 2009; Carneiro, 2012; Pedondi; Schneider, 2012).

5.1. MULHERES RURAIS – SUJEITOS ATIVOS E REFLEXIVOS

A literatura mais recente que discute a relação do campesinato com o sistema capitalista bem como com a estrutura social moderna aponta que, mesmo com a Revolução Verde, as famílias mantêm projetos de permanência e acesso a recursos e direitos sociais no campo. Observa-se que nas sociedades contemporâneas, o campesinato possui uma necessidade de ser sujeito ativo de sua própria reprodução social (Abramovay; Castro, 1998; Paulilo, 2003; Siliprandi, 2009; entre outros). E se eles podem ser sujeitos ativos, o conceito de agenciamento/ação social passa a ser de suma importância para compreendermos melhor os projetos de vida desta população. De acordo com John Friedmann (1998), seria a partir das unidades domésticas que se poderiam iniciar os processos de empoderamento pessoal.

Já discorremos no início deste estudo que o empoderamento pode despertar nos indivíduos conhecimento e controle sobre forças capazes de agir a favor de melhorar a situação de vida. Sendo possível aumentar a capacidade de se sentirem influentes na trajetória de vida, e podendo ser considerada emancipação pessoal. Como bem afirma Francieli Campos (2014) ao promover esta “capacidade” de gerar empoderamento e autonomia, tal fato vai interferir “no modo de formular estratégias, no controle dos recursos e na tomada de decisões importantes que afetam a vida e os resultados na dinâmica das famílias rurais”. E foi considerando estas unidades domésticas que optei por analisar o cotidiano, as

“reflexividades”, trajetórias de vida e as estratégias mobilizadas por cinco mulheres na Zona da Mata mineira.

A sociologia é uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social, conduta humana dotada de sentido e subjetivamente elaborada, nos termos weberianos. À Sociologia caberia também buscar compreender o sentido que os indivíduos atribuem a sua conduta. Na abordagem sociológica de Weber, o indivíduo age em função de valores (materiais e ideais), porém também se orienta em função de outros atores, com base na tradição e na afetividade. Assim, o método compreensivo de Weber expõe que as ações dos atores se baseiam também em uma ação econômica que, por vez, incorpora elementos culturais e psicológicos (hábitos, emoções, entre outros). Muitas das vezes esse sentido não é subjetivo, mas também intersubjetivo, deste modo, ele delimita os chamados “tipos ideais”. Para tanto, o autor classifica as ações humanas dotadas de sentido em quatro tipos: ação racional em relação a fins, ação racional em relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. Apesar da divisão ser algo inteligível, para se entender como cada ação é capaz de se desenvolver, cabe dizer que elas podem, e na maioria das vezes agem concomitantemente (Weber, 1991; Giddens, 1999; Swedberg, 2005).

Na medida em que as cinco mulheres entrevistadas iam narrando suas trajetórias de vida e as escolhas que fizeram diante do ficar ou sair do ambiente rural, eu ia, sociologicamente, remetendo a estes tipos de ações, como o caso da história de vida de Cristina, viúva, com filhos pequenos, tendo de recorrer ao apoio da família e a afetividade que tinha para com suas filhas, pensando segundo ela no “futuro” das mesmas para então constituir uma forma de renda para seu ambiente familiar. Mas ela não pensava só no futuro das filhas, via também na sua horta a forma de concretizar seu sonho e de ter sua autonomia financeira. Havia agora novas oportunidades de mercado e assim ela poderia agir e colocar em prática este projeto, até então sempre idealizado.

Buainain *et al.* (2015) afirma que os agentes da agricultura familiar diferem do grande empresário rural, pelos valores sociais, pela lógica social, econômica e política que os norteia, valorizam a terra, que faz parte do seu cotidiano, como mediação de um modo de vida, mesmo com as dificuldades presentes no cotidiano, eles querem permanecer na terra. A terra representa um lugar de trabalho necessário tanto para a produção econômica quanto para a reprodução social, contribui para a formação de sua identidade e da sua sociabilidade (dada as festividades, encontros familiares e trocas entre as vizinhanças), dando assim empoderamento e sentido a sua existência.

Boa tarde Paula, eu escolhi esta vida porque eu gosto né, como já te falei várias vezes! Não gosto de trabalhar pros outros, não mesmo. Sempre quis eu mesmo ser a minha patroa, trabalhar quando eu tô a fim, aí eu vou, e quando não tô aí eu não trabalho, entende? Mas eu, é um sonho né, desde criança de plantar a horta, de vender o fubá também, porque assim é sonho e eu me sinto tão bem ali me entendendo com elas (plantas), e tendo um dinheirinho né, é bão né, tem uma paz, agente se entende. Sempre foi este sonho que eu realizei né, eu nunca sai pra fora, foram embora umas irmãs, mas eu não, nunca quis ir pra fora, sinto bem por aqui entende? Eu sempre gostei da roça, sempre gostei mesmo é de mexer com terra, mexer com a terra entende? Eu amo de paixão sabe? E esta é minha opinião e eu sempre já te falei sobre isto! Eu tô aqui por opção mesmo, porque eu gosto, porque sempre tem alguém que também gosta dos produtos, quem não gosta né? O angu da roça não tem igual, e de onde vem este angu? Do fubá, então eu tô fazendo algo também que outros gosta entende? E eu gosto de ficar perto da minha família, eu cuidei do pai, da mãe, cuidei até eles morrem né? Também tô aqui com o pessoal daqui né, aqui é bão, o povo daqui é bão, bom de lidar sabe, porque pra viver na roça agente precisa uns dos outros né? (Fala Cristina).

No universo que observei, com as visitas, encontros, conversas, negociações, trocas, vivências cotidianas e relatos, não poderia dizer que as ações destas mulheres se reduzem apenas a racionalidade instrumental e utilitarista, ao contrário, pensar os atores do mundo rural é exatamente compreender também estas esferas da ação afetiva e dos valores que permeiam suas escolhas, suas relações no geral, considerando seus sonhos e desejos. Nesse sentido, os indivíduos agiriam de forma a realizar seus interesses, que não seriam construídos apenas por uma base material, mas também, através da noção de capitais apresentados por Bourdieu (2000) e presente na análise de Anthony Bebbington (1999) foi extremamente importante para a análise do desenvolvimento rural. Iremos compreender neste capítulo que os objetivos e os meios para alcançá-los (interesses) são construídos socialmente, entretanto, o modo de ação, também tem motivações econômicas, dado que os acessos a determinados recursos ampliam também o bem-estar, trazendo conforto e otimização. Um exemplo claro disto é o acesso aos maquinários e às técnicas que reduzem o tempo de trabalho e garantem maior produção, oportunizando tempo e dinheiro para o lazer, para a socialização e entretenimento.

Olha, teu pai mesmo sabe, é assim, de sol a sol, de domingo a domingo agente tirando o leite. Tem que acordar cedo, e não é este cedo de professor não, que tu tá acostumada, é um cedo de madrugada mesmo, porque o caminhão passa na hora x e tu tem que ta com o leite fresquinho ali, não é assim? E não é só de manhã, tem época que a gente desbrava a tarde e é um corre que só. Porque este pessoal que toma leite não sabe da missa nem da metade, acho que tem gente que pensa que vaca põem leite que nem galinha põem ovos, é até brincadeira né? E pra galinha botar ela não come o milho? E a vaca? (...) é uai, galinha bota sozinha, vaca não (rs) Então não é só tirar o

leite, a gente tem que plantar uma boa capinheira, a gente tem que plantar a cana, arrumar os pastos, então o serviço não para e haja cacunda né? Por isto que o povo da roça ta todo mundo com problema de coluna né? Eu tô assim, trabalho com dor(...) ah sim hoje em dia as coisas melhorou muito, é melhorou uai, tem máquina pra tudo, pra ajudar agente no serviço porquê senão a gente morre que nem os escravos de antigamente, nem chega a ficar velho (...) daí a gente tem que fazer um dinheiro extra né, porquê tem que comprar estas máquinas, tem que economizar um pouco de tempo pra gente dar umas voltas, porque senão é que nem cavalo, vive pra trabalhar (...) tu ta falando do tanque né, eu comprei, comprei mesmo, foi caro foi né (...) quanto foi? Ó, na época foi 8 mil, mas parece que eu comprei uma carta de livramento, é, como é que é o nome mesmo? Daquilo que davam pros escravos? Isto isso mesmo, alforria, é alforria né. Porque que é alforria? Uai, porque primeiro porque eu não tenho aquele corre de manhã, pra quem acordava as 3, eu agora to dorminhoca, tem dia que cordo as 5, é uai, porque eu tenho o meu resfriador daí eu não tenho este compromisso com o caminhão né, e te falo que o povo aqui ta bobeando, porque agora eu não recebo 1 real pelo leite, vê se pode, 1 real, em pleno 2020, 1 real. E o povo lá comprando aquelas caixinhas, um absurdo, tu compra? (...) que bom que tu compra do homem, (risos) mas ele tem sorte né, ta perto da cidade, por isto que tu paga 4 né, e veja bem, agora eu recebo 2 e 50, melhorou né, porque no final do mês entra mais que o dobro né e aí tu vai investindo, investe na melhoria de tudo, e se sobrar agente investe em outras coisas né, agente foi fazendo pé de meia daqui, pé de meia daqui e veio da gente comprar mais uma terrinha, daí é mais pasto pro gado né, se tem mais pra eles, tem mais também pra gente, põem um bezerro lá e no final junta tudo e sai algo bom (Fala Margarida).

A organização das práticas se relaciona com o desenvolvimento de reflexividades. Ela pode ser compreendida não meramente como “autoconsciência”, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social (Giddens, 1989, p. 3). O exercício da reflexividade, através das conversas internas⁶⁹ como destaca Margaret Archer (2003) em suas pesquisas e também das conversas externas (Caetano, 2013), possibilita aos sujeitos pensarem conscientemente sobre si mesmos, sobre seus desejos, sobre seus projetos e aspirações futuras. Tal fato possibilita também que os sujeitos possam avaliar suas habilidades, vislumbrar caminhos para ampliá-las, realizar escolhas, traçar estratégias, pensar em como poderiam exercer suas capacidades e liberdades (Sen, 2000). Vejamos o caso de Margarida, que traduz bem este processo contínuo de mobilização da reflexividade juntamente de ações práticas. Filha de colonos, com oito irmãos, ela sempre afirma que foi ela quem quis se casar com quem se casou, ao contrário de muitas mulheres da vizinhança e também de outras parentes: *“naquela época nós mulher não tinha escolha, mas eu tive, eu fugi e pronto (rs)”* e que procura sempre pensar antes as decisões a tomar, pois é *“preciso pensar com calma e*

⁶⁹ Archer confere destaque ao poder pessoal dos indivíduos e pensa as conversações internas como mecanismos que empoderam, esclarecem e auxiliam os mesmos a tomar decisões e a realizar seus sonhos em dadas circunstâncias (Vanderberghe, 2010).

pedir a Deus uma luz". Narra em suas falas o processo de pensar os rumos a serem tomados na vida, e destaca que teve de ser muito corajosa, pois com filhos pequenos e enquanto mulher, assumir o trabalho físico principal da propriedade foi uma decisão difícil, mas feita com "sabedoria".

Podemos depreender da fala de Margarida que esta decisão difícil, diz respeito a romper com um padrão de divisão social do trabalho nas relações de gênero, e até mesmo com as questões matrimoniais patriarcalistas existente no meio rural, como bem descrevemos no capítulo 1 deste estudo, que aponta que o lugar da mulher é na casa e nos cuidados, e do homem é no roçado. As abordagens de Peter Berger e Thomas Lukmann (1983) apreendem a sociedade como uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, e é tomando por base esta relação subjetiva construída pelo sujeito que buscamos pontuar as trajetórias de vida destas mulheres rurais. Os autores atribuem uma participação ativa do indivíduo nas instâncias socializadoras, conferindo a ele maior autonomia e liberdade reflexiva, por isto a expressão "sabedoria" utilizada por Margarida pode remeter a esta reflexividade que é posta em prática por meio de estratégias. Essas mulheres podem ser concebidas como tendo a capacidade de dialogar, questionar e escolher um universo de relações, bem como os valores que constituem esse universo diferente dos demais já estabelecidos.

Quando escolho trabalhar, primeiramente, com o conceito de reflexividade e o seleciono a partir da teoria de Margareth Archer, é porque a autora demonstra que os sujeitos ao manterem diálogos consigo mesmos, nas suas mentes, engendram objetivos, define prioridades, ponderam opções e dificuldades, de modo a compreender não só o mundo, mas também o lugar que nele ocupam. A reflexividade é assim alimentada por um conjunto articulado de "saberes, competência, referência a valores, disposições éticas e juízos morais, gostos, investimentos afetivos, expectativas, aspirações e projetos, representações e pulsões identitárias" (Pinto, 2008, p. 200).

Três condições são necessárias para que as influências condicionantes das propriedades estruturais e culturais possam exercer seus poderes na forma de constrangimentos ou incentivos. Em primeiro lugar, tais poderes dependem da existência de projetos humanos; se, *per impossibile*, não houvesse tais projetos, não haveria, por conseguinte, constrangimentos ou incentivos. Em segundo lugar, para operar, seja como uma influência constringedora, seja de incentivo, deve haver uma relação de congruência ou incongruência, respectivamente, com os projetos agênticos particulares. **Em terceiro lugar, os agentes precisam reagir a essas influências que, sendo mais condicionais que determinísticas, estão sujeitas a deliberações de natureza reflexiva com relação à natureza da resposta, e seus poderes**

peçoais incluem as habilidades de resisti-las ou driblá-las (Archer, 2011, p. 166, grifo meu).

Portanto, na medida em que meu campo acontecia e os dados iam sendo coletados e organizados, algumas antigas indagações sociológicas se apresentavam, vinha um olhar de uma sociologia mais compreensiva, até que as explicações dadas pelo realismo crítico (Archer, 2003; Vanderbergue, 2010; Caetano, 2013) acabaram por conduzir melhor as respostas que se apresentavam às questões: Seriam estas reflexividades mobilizadas mediante às oportunidades que a estrutura social apresentava a elas? Agiriam estas mulheres, por meio de uma ação mais racional (nos termos weberianos), ou mobilizando suas conversações internas, nos moldes propostos por Margaret Archer, com o intuito de selecionar suas estratégias, direcionar elas a projetos de vidas mais concretas e dinamizar assim suas formas de produção e manutenção no meio rural?

Neste íterim, o conceito de reflexividade ancorado na teoria sociológica contemporânea tornou-se apropriado para exparecer estas indagações. Como bem pontua Vanderbergue *et al.* (2016, p. 95) ao discutir melhor sobre a teoria pós-bourdiesiana, considerando a abordagem de Margaret Archer, que elenca veemente a proposta de uma sociologia em escala individual através de uma melhor análise das práticas reflexivas dos sujeitos, nos deparamos então com uma sociologia que se volta para o interior do indivíduo e encontra a psique na interseção entre sociedade e indivíduo. Nessa perspectiva, Ana Caetano (2013, p. 38) enfatiza que quando os indivíduos se deparam, ao longo de suas trajetórias de vida, com circunstâncias sociais diferentes das que levaram à inculcação do *habitus* (Bourdieu, 1999), as pessoas se veem confrontadas com a necessidade de adaptarem a modos de ação mais calculados e reflexivos e, conseqüentemente ocorre o processo de *dupla morfogênese* na qual os próprios atores se transformam diante do processo em que tentam ativamente transformar a ordem social. Por isto, realizar um estudo sociológico sobre o processo de autonomia e empoderamento vivenciado nas últimas décadas pelas mulheres rurais é demais relevante e vai ao encontro das análises realizadas pelo realismo crítico, dado que, não somente a estrutura é transformada, mas também a agência, como parte e parcela do mesmo processo (Archer, 2011, p. 163).

5.1.1 Uso da reflexividade: como pensar projetos de vida

Na teoria da estruturação de Giddens, a reflexividade (ou monitoração reflexiva das ações) é um conceito-chave para o debate que o autor faz sobre agência e estrutura, aparecendo como objeto e domínio básico da sociologia. De acordo com o autor, as práticas

sociais ordenadas no tempo e no espaço seriam os objetos de investigação por excelência das ciências sociais. Daí a concepção que Giddens dá à reflexividade: “(...) deve ser entendida não meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social” (Giddens, 2009, p. 3).

A mobilização do conceito de reflexividade tem vindo a tornar-se cada vez mais frequente na produção sociológica das últimas décadas. Esta noção é frequentemente utilizada para dar conta dos processos de mudança que caracterizam a modernidade, particularmente nas suas manifestações mais tardias, logo todo ator social seria um “teórico social no nível da consciência discursiva e um especialista metodológico nos níveis da consciência prática e discursiva” (Giddens, 2003b, p. 21).

A reflexividade implica, neste sentido, a monitorização da ação (dos próprios indivíduos e dos outros) e do contexto mais vasto em que essas ações têm lugar. Giddens distingue três níveis de consciência: inconsciente, consciência prática e consciência discursiva. A conduta humana pode ser motivada por fins dos quais os indivíduos não estão conscientes, mas pode também ser moldada ao nível da consciência prática (ação organizada por rotinas) ou ainda da reflexividade discursiva, mediante a qual os atores justificam as suas razões para agirem de determinada forma. A capacitação da agência não ocorre num vazio institucional, mas inscreve-se em contextos dinâmicos de plurisocialização que constroem e simultaneamente possibilitam a ação humana (Caetano, 2013, p. 70).

Ainda que seja uma reflexividade acionada diante dos sistemas perigosos e dos riscos, é um caminho que permite aos cientistas sociais considerar que os agentes são capazes de construir formas reflexivas e por sinal diferentes tipos de reflexividade. Como descreve Vanderbergue (2010, p. 268), as pessoas são capazes de expressar diferentes modos de reflexividade, relacionadas às “posturas” que adotam em relação à sociedade, de forma a mediar as influências socioculturais que as restringem e ao mesmo tempo podem capacitá-las distintamente. Neste aspecto, a sociologia na escala individual apresentada por Margaret Archer, com a tipologia dos “modos de reflexividade” advindos das conversações exteriores dos atores, podem servir de base para compreender as ações dos sujeitos diante da conjuntura macrossocial que vivenciam cotidianamente. Ao longo das conversas e entrevistas realizadas com as cinco mulheres pesquisadas, eu ouvia a expressão “então eu pensei” ou “então a gente pensou”, se referindo a família (especialmente ao marido ou filhos).

No fundo, os indivíduos podem ter diferentes níveis de reflexividade em contextos sociais diferentes. Alguns contextos podem estimular mais do que outros a aquisição, o desenvolvimento e a ativação de competências reflexivas. Portanto, é necessário compreender as dinâmicas de compatibilidade inter (mas também intra) domínios sociais na definição da

imagem que os atores têm de si mesmos e na elaboração de projetos individuais (Caetano, 2013, p. 46). Por isso a noção de rede e capital social é relevante para este estudo. Os caminhos percorridos por estas mulheres, que podem ser traduzidos na noção de trajetória, mediante as oportunidades que lhe foram apresentadas e as escolhas que foram feitas, demonstram o quanto estas dinâmicas inter e intra podem interferir nos projetos individuais. Assim, as relações que os atores estabelecem entre si (sociais, amizade, profissionais ou de outras naturezas) em diferentes espaços de suas trajetórias, olhando também para as posições que eles ocupam na estrutura relacional, permitem entender as oportunidades e constrangimentos que vão sendo criados no curso das ações (Müller; Silva; Schneider, 2012, p. 6).

Para Giddens, os atores sociais agem (como para Weber) em função de outros atores, mas com algum grau de autonomia e racionalidade. O mundo moderno nos pede que sejamos mais assim seletivos nas relações produtivas e reprodutivas, e este pressuposto é válido inclusive para a população rural. Lembro que quando eu acompanhei algumas reuniões da Associação Produtiva de Leite durante a pesquisa, na região em que meu pai morava, a abordagem de Giddens me vinha sempre à tona. As reuniões aconteciam principalmente quando havia um risco de queda na qualidade do leite, novas oportunidades de venda deles para outros laticínios, e vezes oportunidades de subsídios advindos do Estado. Uma das perguntas feitas por um dos associados era “quais são as vantagens para a gente se vender para o fulano?” Ou apareciam afirmativas desconfiadas: “mexer com prefeitura é furada” quando foi apresentado na comunidade de Margarida (a retireira) a possibilidade de venda para a merenda escolar. Ao longo das reuniões, e isto também se dava nas outras associações (como na presidida por Orquídea e por Cristina na região de Pombal e da Várzea do Brumado), como bem descreve as entrevistadas, se discutia sempre as possibilidades de investimento em novas frentes de venda e os grupos que iriam participar destes projetos (como o caso da venda para a CONAB). Deste modo, é importante afirmar que as competências reflexivas de cada pessoa não existem fora do mundo social. Nos termos de Ana Caetano (2013, p. 47), “a capacidade de um indivíduo refletir sobre a sua vida, as suas opções e os seus constrangimentos deve ser pensada em estreita articulação com a combinação única entre, por um lado, conhecimentos, competências, apetências e, por outro, os contextos sociais da ação”.

Margaret Archer (2003) liga a agência à reflexividade, a reflexividade às conversas internas, e as conversações internas à mobilidade social e à mudança social. Demonstra que estas deliberações introspectivas assumem a forma de um diálogo interno em que deliberamos

com nós mesmos a respeito de nossas preocupações últimas e tecemos nossa identidade pessoal. Por meio da reflexão e da deliberação, os agentes ponderam sobre o que querem não só em sua vida, mas com sua vida, e as respostas diferenciadas que dão a estas questões existenciais possuem implicações para a reprodução e a transformação da sociedade. No capítulo anterior discorremos sobre as relações dos agentes rurais com as políticas públicas brasileiras. As falas e relatos apresentados traduzem bem esta concepção de Margaret Archer (2003). Havia um contexto forte de ofertas de políticas públicas que permitiam o acesso a determinados mercados (como venda direta para a merenda escolar) e recursos (crédito por exemplo). Observamos que Margarida optou por não ter acesso a nenhum destes recursos em decorrência da desconfiança que tinha em relação a eficácia dos serviços prestados pelos agentes públicos locais, enquanto Violeta já vislumbrou o mesmo.

Na teoria de Archer (2003), as conversações interiores são deliberações reflexivas que possibilitam aos indivíduos estabelecerem decisões. E as decisões oriundas destas deliberações podem ser confrontadas com as estruturas objetivas advindas dos sistemas sociais e culturais, no que a autora chama de permissões (*enablements*) e restrições (*constraints*). Por exemplo, a escolha por parte de Violeta e Cristina em participar do PAA, cuja venda era intermediada por contratos com a prefeitura local gerou, posteriormente, restrições, dado que a prefeitura ao final do contrato não realizou a prestação de contas necessária à CONAB e, conseqüentemente, além delas não receberem os produtos fornecidos, ficaram sem a oportunidade no ano seguinte de participar das licitações (a prefeitura não pode acessar mais o programa). Archer (2003), pontua que as condições objetivas também podem impedir os sucessos dos projetos traçados, gerando constrangimentos e neste caso relatado, os atores tiveram que “pagar o preço” por suas escolhas. Como bem descreve Cristina na fala abaixo:

Eu acho uma coisa muito bacana a cooperativa, uma boa sabe, mas pra mim aqui em Lima Duarte ela não foi, porque ele só procura as pessoas que tem mais dinheiro, depois que eles vêm nos pequenos produtores procurar as coisas né, se procurou comigo, foi umas 3 ou 4 vezes né? Mesmo assim, teve umas vezes que eu fiquei sem receber né, até hoje não me pagaram, falou que minha mercadoria tinha sumido, que não sei o que, lá na escola sabe, é da prefeitura, nosso Deus, prefeitura nem se fala! Eu mandava tudo direitinho entende? Pediam aquela quantidade x, eu mandava tudo, mandava a quantidade que precisava entende? E eles? Eles nem aí né (...) ah eu deixei pra lá Paula, eu, minha família, a gente não é de confusão, já me falaram, é seu direito né, que eles têm o dinheiro e que roubaram e tal, mas Paula, aqui graças a Deus não falta, eu também tenho muita gente honesta que paga sabe, lá na feira todo mundo paga direitinho, graças a Deus, então eu fiquei só com a feira entende? (...) É sim e tem aquele calote né, nossa, aquele

calote fez eu desanimar de tudo, eu mexia lá com a Associação, mas depois daquele calote povo desanimou de mexer com associação pra pegar estes programas da prefeitura entende? (...) É só associação de leite, sim aqui tem ta dando certo sim, o produtor rural daqui é bem unido, ruim mesmo é as estradas né, que fica ruim pra levar as vezes, passar o caminhão do taque, que é outra coisa com a prefeitura né, mas aqui a gente é tudo pobre, que se fosse os ricos, aí é outras coisas né (...) mas eu não tenho uma visão boa nesta parte né, por causa daqui, mas eu sei que minha filha conta e o povo fala né, que pra outros cantos e eu já vi até na televisão que a cooperativa é uma coisa boa sim, ela é para ajudar ao produtor né, pra comprar as coisas mais barato né, pra vender melhor né, isto eu sei e eu ouço o povo falar (Fala Cristina).

O conceito de reflexividade pode ser compreendido como uma propriedade emergente das pessoas que permite aos indivíduos pensarem conscientemente sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. O seu exercício conduz a autoconhecimento, mas fomenta também, indissociavelmente, a compreensão da realidade exterior e decisões diante do que esta realidade apresenta para o indivíduo (Caetano, 2003). Se as escolhas foram bem sucedidas, há maiores probabilidades destas pessoas se manterem neste caminho, caso contrário, estes processos podem ser contestados ou modificados. Assim, tanto Cristina quanto Violeta optaram por não se envolverem em questões financeiras que envolviam a prefeitura local. Tal fato, permite afirmar o quanto é primordial não só criar e oportunizar políticas públicas para a população rural, mas principalmente garantir uma boa gestão e transparência das mesmas.

Contudo, não deve deixar de ser reforçado que o exercício da reflexividade é indissociável dos posicionamentos dos agentes em relação à distribuição de diferentes tipos de recursos, por isto, nesta tese, eu articulo o conceito de reflexividade com o de estratégia (Whittington, 2006) e o acesso a diferentes tipos de capitais (Bebbington, 1999). Atores sociais têm um conhecimento acerca das suas realidades sociais, são criativos, efetuam escolhas, têm alguma autonomia na definição dos seus percursos, atribuem sentido às suas ações, têm intenções, razões e motivações para agir, projetam e refletem e têm poderes causais. Mas cabe lembrar que os indivíduos se encontram inseridos em enquadramentos estruturais que delimitam as possibilidades objetivas das suas condutas (Bourdieu, 1996, 2000). Por exemplo, como destacou a técnica da EMATER, Ipê Amarelo, durante uma das entrevistas: *“não basta dizer que tem a feira entende? Como que aquele produtor vai chegar até a feira? Será que ele tem um carro, um transporte pra chegar até lá? Ou se tiver, dependendo da distância, será que vale a pena ele levar aquela verdura pra vender lá? Então a prefeitura tem que ter esta consciência, tem que ajudar este trabalhador”*.

Essa também foi outra das restrições apresentadas pelas mulheres que moravam mais distante da cidade, sobre a questão de levar semanalmente seus produtos para a feira. Segundo Cristina, que residia na Várzea do Brumado a mais de 50 km do centro da cidade, tinha que colocar no papel toda vez a gasolina e o motorista (ela contratava seu sobrinho para dirigir até a cidade), e para que não ficasse na desvantagem, ela tinha que levar outras coisas além do fubá. Ela afirmou em uma das entrevistas que “teve que pensar muito” para ver se valia a pena ir ou não, pois além dos gastos, ela teria que se deslocar da propriedade bem cedo, toda semana e ter este compromisso, que era fora do que era habitual para ela: *“então eu plantei a amora, a uva, o abacaxi, aí minha irmã faz uma geleia, se sobrar vai também e vou tirando também da horta, levo um ovo, um frango, estas coisas mais pequenas, que parece que não, mas se sai, um real daqui, mais 5 reais dali já ajuda na gasolina né?”*

Ao longo das entrevistas e visitas realizadas com estas mulheres rurais eu percebi o quanto a reflexividade é mobilizada para decidir sobre as vantagens e desvantagens acerca de investir tempo, energia e mesmo capital em algum empreendimento. A feira livre foi um exemplo disto, as envolvidas com este setor sempre apontavam que apesar de a feira não ser tão lucrativa, era um espaço de trocas e negociação de outros produtos, como bem visualizei ao longo de dois dias que permaneci com elas lá na feira; negociava-se suínos, aves, bezerras, ainda que ali não fosse o espaço de exposição destes animais, era o local indireto de trocas, não só para estas mulheres, mas para várias pessoas ali presentes. Algumas pessoas, e mesmo atravessadores, iam até lá a fim de negociar estes produtos. É também um momento de entretenimento e sociabilidade, as conversas eram descontraídas, ocorria também trocas de saberes, sementes, produtos (ao final da feira eu visualizei Bromélia trocando alguns tomates e quiabos por um fubá com Cristina) e, em conversa com Bromélia, ela afirmou que era recorrente as trocas por ali.

Nesse ponto, Archer (2011, p. 163) destaca que a agência está decisivamente se reformulando em termos relacionais: de dominação e subordinação, de integração, organização, combinação, e de articulação; “em termos dos novos papéis e posições ocupadas por uns e não por outros; e em termos das situações inéditas em que todos os agentes se encontram no momento, restringindo os projetos de alguns e possibilitando os projetos de outros, mas que têm importância para todos”. É por isso que é importante considerar os percursos e movimentos empreendidos por estas cinco mulheres, as motivações e decisões tomadas por elas diante das oportunidades apresentadas e considerar que as escolhas são feitas também com base em questões afetivas, relacionais, dado que a sociabilidade, as redes, e a visibilidade que elas passam a ter diante dos novos acessos e espaços oportunizados as

mesmas mudam sua percepção do que é ser mulher rural e do seu lugar inclusive no espaço rural e urbano. Como bem destaca Cristina, ao descrever que seu pai já era bem conhecido na região por fazer artesanatos de madeira e outras atividades de carpintaria e que quando ela passou a ir para a feira, esta herança do seu pai foi reforçada; *“as pessoas já me conheciam por causa do pai né? Também por causa dos bailes que a gente dava ali na região, aí agora eu passei a ser conhecida pelo fubá né (...)”*.

De fato, a oportunidade de estar na feira deveria significar algo para além de um cálculo financeiro, o gasto de deslocamento era de fato levado em conta, mas observei nas conversas realizadas tanto com Cristina quanto com Violeta (ambas que moravam bem longe do centro urbano) que o estar na feira era uma forma de “reconhecimento” e oportunidade de acesso a outros recursos (não apenas material). Assim, destacou Cristina, foi através da feira que ela pode fazer os cursos de capacitação do SENAR e era um momento deles (a família) ir a cidade resolver outras questões (médicas por exemplo), como bem enfatizou em sua fala: *“a gente deixava tudo marcado para este dia, pra sexta né, tentava encaixar tudo pra um dia só e ficava aquele dia mais por conta né, porquê as 11 a gente já estava liberada e podia resolver outras coisas (...) é outras coisas de marcar uma consulta, fazer um exame, comprar um remédio ou coisa pra casa, que tavam precisando lá, às vezes até emendava num curso, numa reunião e tal, ou a gente aproveitava mesmo pra visitar um amigo, um parente, não ia ser um tempo perdido (...)”*.

Figura 22 – Feira livre de Lima Duarte



Fonte: Fotos cedidas pelas pesquisadas.

Figura 23 – Curso SENAR no sindicato com Orquídea a direita de crachá



Fonte: Fotos cedidas pelas pesquisadas.

Mesmo com uma ação racional planejada, podem sempre emergir consequências não intencionais, precisamente porque os sujeitos não podem controlar todos os efeitos estruturais e contextuais que decorrem das suas opções, nem as respostas dos outros às suas condutas (Caetano, 2013). Em um mundo permeado por mudanças políticas, oscilações econômicas e naturais, como na estrutura do mundo rural brasileiro, os indivíduos são submetidos a riscos e a inconstâncias, como bem destacou João que na época era secretário local da Agricultura e Pecuária; *“tudo vai depender dos recursos públicos, antigamente agente tem mais recursos, tinha trator, gasolina e motorista, não posso negar que o governo Lula foi muito bom pro campo, vinha verba de tudo quanto é tipo, e se a gente não usasse tava perdendo*

oportunidade, agora olha aí na garagem, tudo parado né, não tem mais recurso” (se referindo ao atual governo federal do presidente Bolsonaro (2018-2020)).

Quando indivíduos e grupos agem em situações particulares para defender seus interesses específicos e realizar seus projetos, eles reproduzem ou transformam as condições estruturais e culturais com as quais se defrontam, mas, nesse processo, são eles mesmos transformados, passando de agentes involuntariamente posicionados a atores sociais e pessoas individuais (morfogênese dupla) (Vandeberghe, 2010, p. 6).

Vandeberghe (2010) traduz bem as condutas de Orquídea, sindicalista e engajada politicamente nas questões sociais envolvendo a população do campo. A pesquisada afirmava sempre o quanto era importante a mobilização social por parte do trabalhador rural, dizia em suas falas que os direitos *“não vinham de mão abanando, e que tem que ficar em cima, para garantir qualquer gato pingado”*. Por isso ela não desistia do sindicato e nem de se envolver com as questões políticas, e pontuava sempre em suas falas que buscava trazer esta consciência para a população rural, do quanto era importante lutar *“por uma aposentadoria, por um benefício, pra manter a feira, pra garantir de receber nas datas certas a merenda escolar, pra ter a feira montadinha (...)”*, dizendo o quanto era necessário fazer *“esta pressão política”* para que as oportunidades fossem *“mantidas”*.

Novamente, visualizamos aqui como o processo de empoderamento se relaciona com a capacidade de reflexividade individual, por vez também coletiva, e que a combinação desta reflexividade, das conversas internas e externas reverberam em ações práticas que são capazes de reformular a própria estrutura social em si. Já pontuamos ao longo deste estudo que o empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superação das segregações sociais. Ele possibilita a construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população feminina rural e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Contudo, o empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação. Assim, as estratégias de combate à desigualdade perpassam por um processo essencialmente político, de forma que os atores sejam capazes de alterar correlações de força em níveis macro, meso e micro articulados em torno de temas e lutas comuns.

Neste ínterim, pode-se dizer que os indivíduos não se limitam a agir tendo apenas por base o conhecimento tácito incorporado ao longo dos seus trajetos de vida, mas têm também a capacidade consciente de refletir sobre o que fizeram, o que devem ou não fazer e o que estão

a fazer no momento presente (Caetano, 2013). Eles “pensam em voz alta”, “conversam com amigos e pessoas mentalmente”, “escrevem em um diário”, se envolvem em redes de trocas e sociabilidade. A participação ativa dos indivíduos nas instâncias socializadoras confere a eles maior autonomia e liberdade reflexiva. Eles são capazes de dialogar, questionar e escolher um universo de relações dentro do ambiente cultural que vivenciam. Por isto é por demais importante considerarmos que a cultura rural é sedimentada na tradição, mesmo na modernidade, sua afetividade e também sua racionalidade possibilita aos sujeitos rurais construir seus projetos de vida com base nos saberes tradicionais passados de geração em geração, nas redes de vizinhança, na busca de acesso a diferentes tipos de capitais, na própria experiência e autonomia que a vida rural traz em si. Nos termos de Margaret Archer (2011, p. 179):

A única maneira de explicar com alguma precisão o que as pessoas fazem, em vez de recorrer a correlações entre pertencimento grupal e padrões de ação, cujo poder de explicação, via de regra, deixa a desejar, será atingir o equilíbrio certo entre poderes emergentes pessoais, culturais e estruturais. Para dar conta tanto da variabilidade como da regularidade nos cursos de ação tomados por aqueles situados em posições similares, é preciso reconhecer nossa singularidade como pessoas, sem negar que nossa socialidade seja essencial para que sejamos reconhecíveis como pessoas humanas.

Pode-se afirmar então que as pessoas estão envoltas em questões subjetivas, reverberadas em projetos, reflexões e representações que podem ser executadas e se constituírem como percursos de vida. Ana Caetano (2013), têm sublinhado a necessidade de considerar igualmente as conversas externas, mediante as quais expectativas, objetivos e projetos são também negociados contextualmente na presença e com a participação de outros sujeitos. A autora aponta que o exercício da reflexividade não se circunscreve à privacidade mental dos indivíduos. A reflexividade não fica contida numa zona de privacidade individual, sem contacto algum com o exterior. Até porque mesmo esse espaço é construído através das interações e relações. Archer (2003) consente essa possibilidade no caso da reflexividade comunicativa, admitindo que potencialmente todos os indivíduos, em algumas circunstâncias e independentemente do modo predominante de reflexividade, sentem necessidade de recorrer à opinião das pessoas que os rodeiam para tomarem uma decisão.

Então quando o pessoal lá da EMATER falou pra gente participar, a gente teve que ser mais unidos né, pois tinha uma quantidade certa de produto pra gente mandar. Foi daí que a Associação se fortaleceu, e tivemos que montar aquela cozinha que tu viu, organizar toda a papelada né, muitos não tinha o

DAP⁷⁰, então teve que correr atrás. Fizemos sim muitas reuniões (...) é agente às vezes se esbarrava na rua, no ônibus, é agente tava sempre conversando, pensando o que era melhor, que também tinha a burocracia, tinha o atraso nos pagamentos, às vezes o trabalhador não tinha o dinheiro pra comprar as sementes, pra investir ali na plantação, então a associação, agente mesmo se ajudava nisto, dava muda, fazia um mutirão (...) é era uma coisa coletiva também e tinha que ter muita vontade, não era tão simples, por isto que ficou pouca gente (Fala Orquídea).

Gostaria de trazer aqui neste estudo, complementando a noção de reflexividade, o conceito de estratégia. Pensar estrategicamente é algo indispensável aos indivíduos, por exemplo, quando se pensa estrategicamente e neste sentido o conceito de reflexividade casa com a noção de estratégia aqui exposta. É possível apontar percursos, trajetórias, projetos sobre o que deve ser feito, onde é pertinente seguir e acessar e, conseqüentemente, se articula pontos de ligação entre o mundo interior e exterior (Whittington, 2002). Os indivíduos são produtores ativos de significados estruturados e organizados por meio de narrativas e em práticas cotidianas os atores dão sentido às suas ações e experiências. As estratégias empreendidas pelos indivíduos ou grupos organizacionais, como bem pontua Whittington (2002), constituem-se como formas ou mecanismos de antecipar-se às mudanças ou a elas responderem, fazem parte do processo de sobrevivência e de sucesso da trajetória de vida ou do funcionamento das organizações sociais.

O desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o campesinato e a agricultura familiar, em particular, tem apontado para uma diversidade de situações, estruturadas por uma variedade de estratégias adotadas para a reprodução física e social da família camponesa (no ciclo curto e no ciclo longo), sendo as relações de gênero estruturantes desta variedade de estratégias familiares. Contudo, antes de adentrarmos no conceito e nas práticas estratégias mobilizadas por estas mulheres, vamos entender melhor o que seria, dentro da abordagem sociológica, a noção de projeto de vida.

5.1.2 Curso de vida e o pensar estratégico

A noção de *curso de vida* tem como referência tanto as dimensões individuais como as geracionais envolvidas nas trajetórias sociais dos indivíduos. Assim, a ideia de agenciamento pode ser compreendida como produtos da ação reflexiva e projetada por esses sujeitos frente às possibilidades de vida, representando um “futuro possível e desejável”. Com a noção de pensar no “futuro”, passamos a ser protagonistas de nossa realidade e somos capazes de

⁷⁰ Declaração de Aptidão ao PRONAF. Leia mais em: <http://dap.mda.gov.br/>. Acesso em: 15 out. de 2021.

refletir sobre ela e procurar as respostas e soluções para sua transformação (por meio de estratégias).

Os indivíduos nascem integrados em circunstâncias sociais que não são da sua escolha, onde se defrontam com determinadas condições de existência, e com maneiras de fazer e de pensar que são incorporadas sob a forma de disposições. Neste âmbito, desenvolvem desejos (que não têm associada a projecção de cursos de acção específicos) que vão ao encontro das necessidades decorrentes dos seus contextos de vida e dos seus esquemas de percepção do mundo. É desta conjunção que nascem as preocupações individuais, através das quais os sujeitos equilibram aquilo que precisam, com aquilo que desejam e com aquilo que lhes parece possível fazerem. O que os sujeitos mais valorizam não é definido de forma definitiva nos contextos de socialização primária, podendo mudar ao longo do tempo, em consonância com as dinâmicas próprias do percurso de vida (Caetano, 2016, p. 286).

De acordo com Marco Marinho (2017), o conceito de *projeto de vida* constitui-se como um plano de acção que um indivíduo procura realizar, em relação a alguma esfera de sua vida (laboral, escolar, afetiva, entre outras), um processo dinâmico, relativamente indeterminado, a partir do qual os percursos de vida são trilhados. Segundo as premissas desse autor, as ações dos indivíduos têm como objetivos, entre outros, a busca de um “futuro possível”, fundamentado por uma *visão de futuro* socialmente construída e subjetivamente percebida. Tais “visões de futuro” configuram-se segundo as contingências da vida prática e as conjunturas macrossociais a partir das quais os indivíduos reconhecem seu “mundo da vida”. Trata-se, no fundo, de projeções fundamentadas nos percursos já trilhados pelos indivíduos em tempos passados (nas trajetórias vivenciadas) e vislumbradas a partir de exercícios retrospectivos e prospectivos coerentes com os sentidos subjetivos e objetivos que as experiências sociais assumem para estes (Marinho, 2017, p. 38).

Pode-se dizer que o conceito de prática social é essencial para se compreender a ideia de sujeito e respectivamente seus cursos de vida. Como os sujeitos estão comprometidos com práticas sociais complexas que os transcendem, sentem necessidade de organizar sua expressão pessoal, o que implica na construção de cursos de acção dentro dos quais mantenham seu desenvolvimento e seus espaços pessoais. Os sujeitos são capazes de investir seu talento, criatividade, paixão e energia no desenvolvimento de atividades estratégicas e até de seus projetos de vida. Viver no meio rural e dinamizar a economia rural na medida em que as estratégias adotadas iam tendo sucesso, foi se tornando sim um projeto de vida. Também a partir do momento que essas mulheres e seu respectivo núcleo familiar passaram a ter mais acessos a diferentes tipos de recursos e mercado, foram necessários mais planejamento e

investimento no local onde se vive, na produção e manutenção da mesma. Como bem pontuou Violeta em uma das suas falas recente: *“aqui foi tudo um sonho né, sonhei com isto daqui, quando deixamos a cidade, o trabalho de segurança do meu esposo, somos da roça né, nasci e fui criada na roça, aprendi a lidar aqui e quero que isto também sirva para minhas filhas, para garantir o futuro delas (...)”*.

Figura 24 e 25 – Os diferentes tipos de fogão utilizados por Violeta⁷¹



Fonte: Fotos tiradas pela pesquisadora.

Pensar estrategicamente é algo indispensável aos indivíduos, como também para as organizações, quando se pensa estrategicamente o conceito de reflexividade encontra-se com noção de estratégia aqui exposta, é possível articular percursos, trajetórias, projetos sobre o que se deve ser feito, onde é pertinente seguir e acessar, e conseqüentemente, se articula pontos de ligação entre o mundo interior e exterior, onde as ideias podem se concretizar em ações práticas. As estratégias empreendidas pelos indivíduos ou por grupos organizacionais, na intenção de antecipar-se às mudanças ou a elas responderem, estão associadas aos seus projetos de vida, fazem parte do processo de sobrevivência e de sucesso da trajetória de vida.

Os sujeitos movem-se por diferentes contextos quotidianamente e, ao longo dos seus percursos de vida, têm a capacidade de se adaptarem, mais ou menos conscientemente, às normas e parâmetros de cada um deles (Caetano, 2013, p. 267). No caso de Bromélia, produtora de hortaliças, observei muita mudança em sua vida neste decorrer de quatro anos de doutorado. Já a conhecia um pouco antes, desde 2014, pois eu participava da Associação Caminho da Serra, bem próximo à entrada de acesso a sua propriedade, e ela vendia barato o

⁷¹ A primeira imagem se refere ao fogão a lenha presente na cozinha/dentro da casa de Violeta e a segunda ao quartinho azulejado (nos moldes do IMA). Observa-se na segunda imagem a existência tanto de um fogão a lenha azulejado, quanto do forno elétrico, sendo que segundo a pesquisa, ela prioriza o uso do fogão a lenha, dado que o gás e a luz têm custo para a produção.

excedente de verduras da pós-entrega nos mercadinhos da cidade de Lima Duarte. Lembro dela com os cabelos em pé, botas de galochas, alguns dentes faltando e muita pressa, no seu fiatzinho todo desbotado. Em uma das entrevistas mencionei isso para ela, lembrei de nós duas e falamos de como houve muita mudança e, por dizer, ascensão social em nossas vidas. Brinquei com ela que agora em vez de comprar o resto da feira eu andava encomendando cesta do MST e comia arroz de mais de 40 reais, e ela se recordou também de como, na medida em que ela passou a ter acesso a determinados recursos e mercado, também usou o dinheiro para melhorar não só sua propriedade, mas para adquirir um novo automóvel para a venda de seus produtos:

(...) então né menina, é assim, é sorte que a gente tem mais é benção também, a gente tem que acreditar em Deus, mas não se pode ficar parada né, e olha tem que ter coragem, e também pensar no futuro né, é fácil não é né, então tu vai tirar tua carteira, que nem eu tirei a minha carteira B e logo tu tem também um carro, pois eu tirei porque eu disse, eu vou comprar uma kombi, parecia muita audácia né, mas não é que eu comprei e tirei a tal da carteira, e olha que diferença que fez pra mim? A gente tem que crescer na vida menina, tem que ter ambição, dela eu não só entrego as verduras, mas sempre tem um serviço ou outro, que entra mais entende? E aí a gente tem que pensar na gente mesma, na saúde, em cuidar da gente mesma né, pra gente ter autoestima e força pra continuar em frente, estas coisas faz diferença entende? (Fala Bromélia).

Como destacou Amartya Sen (2000, p. 220-221), as mulheres são vistas cada vez mais, inclusive por elas mesmos, como agentes ativas de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar sua vida, do ambiente familiar e de sua comunidade. Por isso, tratar neste estudo das trajetórias, aspirações, anseios, expectativas, motivações, planos e ações relativos precisamente à sua condição possibilita compreender melhor suas condutas – tanto em seu aspecto ‘objetivo’ quanto ‘subjetivo’ –, dado que todo este enredo é fundamental para contextualizar as trajetórias individuais e mesmo comuns destas mulheres, a fim de que se possa conseguir apropriar de maneira concreta as experiências e tomadas de posição dos indivíduos ao longo de seus percursos sociais. O desejo por uma vida melhor através do acesso ao capital econômico é uma das vias de mudança e mobilidade social para estas mulheres rurais. Reflete na ampliação de suas capacidades, habilidades e inclusive na sua autoestima.

Quando apresentamos o conceito de estratégia para pensarmos estas práticas e essa teia de significado (Geertz, 2003) que abrangem a vida destas mulheres pesquisadas, buscamos compreender como o conhecimento e as habilidades estratégicas são mobilizadas pelas mesmas. Os indivíduos são produtores ativos de significados estruturados e organizados

por meio de narrativas e, em práticas cotidianas, os atores dão sentido às suas ações e experiências. A prática estratégica é possibilitada pelas estruturas da linguagem humana que dão sentido a esta prática. Reforço que o entendimento do fenômeno da estratégia, utilizado neste estudo e adotado por estas mulheres juntamente a seu núcleo familiar, tem um olhar sociológico com base na ideia de ação social, prática social, ou seja, dizer que suas ações tais como estratégia, são baseadas em significados, possuem um sentido, uma razão, uma causa, uma justificativa, um direcionamento e que no caso deste estudo, essas ações são bastante comuns entre elas, mesmo não se conhecendo ou se articulando. Como bem afirma Archer (2011, p. 177) “os sujeitos tornam-se cada vez mais dependentes das preocupações pessoais, as únicas guias da ação. A deliberação reflexiva é cada vez mais inescapável para se adotar um curso de ação capaz de realização: auto interrogação, automonitoramento e autorrevisão passam a ser necessários (...)”.

Vejamos o caso de Margarida, oriunda de uma família grande (nove filhos), cuja vida estava envolta em um sistema de colonato e, que após casar, passou a viver com a família neste mesmo regime, cuja fonte de renda advinha apenas do esposo. Como já ressalté aqui neste estudo, mencionando sua fala, ela dizia que entre trabalhar de “graça” para o patrão do marido, ela pensou que era melhor trabalhar de “graça” para ela e a família, se referindo assim à produção de subsistência. Quando eu perguntei o que ela chamava de trabalhar de “graça”, ela disse que era trabalhar na terra para garantir um milho, um feijão, cuidar das criações para garantir uma carne, algo que se investe muita energia e não “se vê dinheiro.” Afirmou que tudo que ela produzia tinha que “dar” para o patrão e foi a partir deste inconformismo com esta condição que ela sentiu de cuidar de algo seu mesmo. Foi nesta época que surgiu uma pequena herança de seu pai e ela saiu com a família (filhos pequenos) para começar uma vida mais “independente”. A noção de uma vida mais “independente” pode ser considerada um projeto de vida, dado que ela teve que pensar, articular, planejar e se mobilizar para ser a chefe da propriedade, já que o esposo não quis largar o trabalho. Como ela bem destaca: “*eu fui com as mãos abanando menina, e com as crianças, eram crianças entende? Mas eu disse para mim mesma que ia dar certo e que logo tudo ia se ajeitar sabe, e graças a Deus eu pude contar com meus irmãos, com minhas irmãs que me ajudaram neste sonho e em tudo aqui (...)*”.

Ana Caetano (2010, p. 92) lembra que na abordagem de Archer as deliberações reflexivas parecem conduzir de forma direta à ação, só que é importante considerar que as decisões passam por filtros que envolvem o contexto de interação sobre os quais os sujeitos estão envolvidos. A autora enfatiza também que não é possível delimitar inteiramente todos os

elementos que compõem os contextos em que os indivíduos agem. É necessário considerar, neste sentido, que a escolha de um determinado curso de ação pode implicar recuos, reformulações e adaptações *in loco*. Vejamos, por exemplo, o caso das mulheres pesquisadas cujas estratégias de dinamização da economia familiar estavam ligadas as políticas públicas (como as licitações envolvendo a merenda escolar), mas com os atrasos e burocracias dos pagamentos, elas optaram por buscar recursos em outros lugares, criando novas redes, ou seja, reformulam seus cursos de ações.

Outro exemplo de adaptação à instabilidade é o contexto de fechamento por alguns meses das feiras-livres durante o processo de Pandemia do Covid-19. Violeta perdeu este espaço de venda/renda, mas adaptou-se às possibilidades de venda via internet/ligações telefônicas e passou a fazer entregas em determinadas datas. Quando houve o retorno das feiras, ela optou por manter a segurança da família, dado que o esposo tinha algumas comorbidades, e relatou que havia “descoberto” uma forma de vender que não dependia de tanta movimentação (já que da sua casa até a feira, era preciso percorrer mais de 50 km de carro, além de terem que levarem muito cedo para organizar a saída).

Portanto, é importante considerar que, no processo de constituição dos projetos de vida, devemos verificar as estratégias mobilizadas por estas mulheres para realizarem suas escolhas. Pensar as estratégias enquanto ação social, prática social, e como mecanismos de se concretizar os projetos de vida, é demonstrar que elas são baseadas em significados, possuem um sentido, uma razão, uma causa, uma justificativa, um direcionamento. São norteadas por reflexividade e cálculos que buscam somar as capacidades (habilidades) destas mulheres, com as oportunidades (mercado/políticas públicas) juntamente os recursos disponíveis (uso adequado da terra, disponibilidade de recursos naturais, quantidade de animais utilizados, entre outros), como bem descreveremos no último capítulo desta tese.

Todo o processo de ação reflexiva que tem vindo aqui a ser discutido só pode ser compreendido por referência aos constrangimentos e capacitações dos contextos de vida dos sujeitos que definem as opções possíveis de serem tomadas. As possibilidades e as dificuldades decorrentes dos seus enquadramentos, bem como dos recursos e meios a que aí têm acesso, podem ser identificadas conscientemente, mas estão também incorporadas nos sistemas de disposições individuais, o que faz com que os sujeitos perspectivem e façam o que está ao seu alcance fazer, sem que, muitas vezes, tenham necessariamente disso consciência (Caetano, 2010, p. 291).

Para Whittington (2004), a estratégia como uma prática social fundamenta-se na noção de que as organizações são socialmente construídas a partir da interação entre os indivíduos que delas fazem parte. Essas interações se dão principalmente através da linguagem, à qual é

o principal veículo de socialização dos membros de uma sociedade. Assim sendo, o entendimento da perspectiva da estratégia como prática ocorre por meio do papel da comunicação na efetivação dessas práticas. Quanto mais se aproxima da prática, mais se percebe que a estratégia não é unicamente um atributo das organizações, mas constitui uma atividade realizada pelos atores. Assim, ela pode ser percebida com uma prática social, ao passo que os agentes envolvidos nessa atividade podem ser estudados para melhor compreender como se dá a mesma no âmbito micro e macrossocial.

5.2 PONDERAÇÕES FINAIS: REFLEXIVIDADE ENQUANTO MEIO DE ACESSO A AUTONOMIA

Tomando por base toda essa discussão de literatura, a noção de reflexividade, de estratégia, que reverberam na prática social, o capítulo que se segue busca apresentar um pouco do cotidiano destas cinco mulheres, seus projetos de vida, a reprodutividade da vida e os meios de dinamização da economia rural que permeiam a vida das cinco mulheres entrevistadas durante este estudo. Cabe pontuar que ao longo dos capítulos anteriores, tratamos da ideia de autonomia que tem circunscrito o feminino rural. Notamos que as estratégias, os acessos e capacidades vivenciadas pelas mulheres rurais são ferramentas indispensáveis para o processo de equidade e empoderamento social, e os relatos apresentados a seguir evidenciam tal pressuposto. Vimos que os caminhos da autonomia e do empoderamento perpassam, desde a tomada de consciência deste indivíduo até o acesso a uma série de bens e recursos.

Bem, não pretendo aqui trazer todas as respostas e apresentar todos estes caminhos, mas diante das leituras realizadas e da pesquisa que desenvolvi nos últimos quatro anos, percebi que os caminhos para o empoderamento e a autonomia advém da reflexividade e tomada de consciência de mulheres, bem como pelo engajamento que se dá por meio da participação em espaços coletivos de fortalecimento de seus ideais e princípios. Assim, a participação das mulheres rurais em grupos de produção, coletivos, ocupação da terra e eventos políticos tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas. Como bem destaca Amartya Sen (2000, p. 148) “o remédio tem de basear-se em mais liberdade – incluindo a liberdade de discussão pública e de decisões participativas sobre as políticas. Mais uma vez, uma liberdade de determinado tipo (neste caso, a liberdade política) pode ser vista como auxiliar da realização de outras liberdades”, como bem vemos na fala abaixo:

Porque graças a Deus toda vida desde que eu comecei me entender por gente eu não parei não sabe? Agora eu sinto um pouco mais afastada do trabalho porque quando eu tava lá em Pombal eu mexia com a horta né? Eu ainda mexo, mas tipo assim não aquele negócio todo dia dedicado a horta não. É, eu sempre ia lá de manhã, de tarde para aguar, plantar, aquele processo todo, plantar para a agricultura familiar que até hoje ainda mando, mas que com menos quantidade e entrei no outro de cuidar da Associação. Saí de secretária, entrei como presidente e comecei a focar. Era mais a associação e é até hoje que eu sou presidente e não paro né, tem muita coisa pra resolver aqui no SINDICATO, com a prefeitura, com a comunidade (...) (Fala Orquídea).

Assim sendo, reflexividade, autonomia e empoderamento também são meios que viabilizam as estratégias de dinamização da economia rural, seja nos núcleos familiares, nos movimentos e engajamentos políticos ou nos coletivos que emergem como associações e cooperativas. As visitas em suas propriedades e o contato com várias destas mulheres rurais que entrevistei e acompanhei nestes últimos 4 anos demonstram que elas possuem uma preocupação com a qualidade de vida, com a oportunidade de melhoria de vida para as/os filhas/os, com a sustentabilidade ambiental, segurança econômica da família e com o escoamento da produção (Lozano, 2011). A partir do questionamento sobre o que era para elas serem mulheres rurais, muitas respostas apresentaram similaridade e alguns conceitos/vocábulos comuns. Ouvi afirmações do tipo: “muito trabalho né”, “agente não para né”, “é uma luta”, “de sol a sol”, “aqui serviço não acaba, é dentro e fora tempo todo”, “tem que pensar em tudo”, “muita labuta”. Também visualizei alguns sorrisos gratificantes ao dizerem “ah o bom que é muita fatura”, “ah é bom né, a gente tem sempre o que fazer e o que comer”, “no fundo agente reclama, mas a gente gosta né”.

(...) igual assim tu já esteve aqui, agente já teve conversando como é a vida da gente na roça, assim né, graças a Deus é boa né, mas é muito complicado né, pois o que a gente faz hoje né, como eu que tiro pego na enxada assim, mexo com roça, assim, muita gente tem preconceito, fulano fica lá fazendo isto, isto, isto assim, serviço de homem né? Inda mais eu que separei e fui juntas as trouxas com outro, ai falam mesmo (risos) mas você sabe como nossa vida é né, até hoje, eu planto, cuido da minha horta, agora tá eu mais meu namorado né, teve um tempo que meu filho tava junto, mas já fiz isto tudo sozinha, sozinha e Deus. Te falei aquela vez, que agente planta, a gente colhe, tá sempre cuidando né, é isto aí, porque se não planta não come né? As coisas andam muito cara, que agente puder economizar, a gente põe lá no lápis, se a gente tem força, porque mulher de roça tem que ter muita força, é serviço lá e cá, tu sabe como é né, tá com criança pequena aí e nunca para também, igual te falei uma vez, é isto aí, a vida da roça é dura mesmo (Fala Bromélia).

(...) eu gosto da área rural, não me encontrei na cidade e vivo feliz. Sou muito feliz com minha profissão. Costumo dizer ainda que tenho orgulho de ser produtora rural. Agora depois com o passar dos tempos eu comecei a fazer biscoito, colocar na feira, vender biscoito sob encomenda. Mas aqui a gente trabalha com o retiro leiteiro, sou produtora rural, tenho uma relação boa aqui (Fala Violeta).

Na medida em que os anos se passavam e elas passaram a fortalecer seu mercado ou ter mais amplitude dentro das redes sociais e nos grupos que participavam, percebi um aumento da satisfação em relação a sua autonomia e poder. Pude observá-las assumindo uma postura mais feliz e segura por terem seu próprio dinheiro, pagar os estudos dos filhos, melhorar a estrutura da propriedade/da casa e até mesmo o investindo em autocuidado. Isso foi algo significativo, a mudança no corte do cabelo, no uso de roupas, no implante dentário ou no uso de aparelho odontológico. As mudanças nas relações de gênero, como bem pontua María Adelaida Quijano (2008), passam pela compreensão de que as mulheres possuem interesses ligados aos contextos a que estão inseridas.

Assim, além de considerar as dimensões histórica, social, geográfica e cultural, para se compreender, enquanto cientista social, o lugar da mulher rural na sociedade, é preciso considerar também o estudo das dimensões políticas e discursivas que as envolvem, como também a conscientização, o engajamento e as lutas que empreendem, seja de forma individual ou nos núcleos familiares ou mesmo nas diversas instituições sociais as quais pertencem. Quando se trata da questão do empoderamento neste estudo, se traz à tona como estas mulheres rurais se articulam de diversas maneiras, desde a reflexividade até a construção de um poder de agendamento diante dos temas que afetam suas vidas.

Contudo, como há desvantagens e muita desigualdade nas oportunidades e acessos a recursos ofertados às mesmas, elas dependem de interações externas, com outros indivíduos, coletivos e organizações públicas ou privadas consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder (Horochovski, 2007, p. 2). As estratégias para a dinamização da economia rural que permitem o empoderamento, a autonomia e a liberdades destas mulheres, perpassam por este caminho, desde a tomada de consciência e planejamento rotineiro, mas principalmente em decorrência das oportunidades e ações que se apresentam a elas. Já pontuamos através das falas das pesquisas estes percursos, agora explicitaremos a parte empírica da pesquisa sobre essa questão da estratégia articulada com o cotidiano das mesmas, no capítulo a seguir.

6. ESTRATÉGIAS DE DINAMIZAÇÃO DA VIDA RURAL: CONHECENDO O COTIDIANO E PERCURSOS DE CINCO MULHERES RURAIS DA ZONA DA MATA MINEIRA

Segundo Whittington (2004), a sociologia pode ajudar a explicar a divisão do trabalho estratégico e o lugar que as habilidades nele ocupam, assim como ajuda a analisar a criação, o uso e os efeitos das ferramentas estratégicas pelos agentes. O autor pontua ainda que o campo de pesquisa tradicional da estratégia se concentrou demais no macro nível das organizações, no entanto, é preciso voltar-se para o estudo de fenômenos micro nivelados com uma visão baseada na atividade da estratégia que focaliza os processos detalhados e práticas que constituem as atividades cotidianas da vida organizacional, relacionado aos seus resultados estratégicos. Whittington (2006) explica que as pesquisas nesse campo dos estudos de estratégia não focam apenas os sujeitos, mas, sobretudo, visam compreender como ação e estruturas se articulam no processo de constituição da estratégia.

Como veremos no caso da pesquisa de campo realizada por mim, a relação espaço e tempo são fundamentais para dinamizar a vida daqueles que vivenciam este novo rural. Atividades de carpintaria, alvenaria, diárias de faxina e cuidados com outras famílias passam a ser agregadas como renda principal ou mesmo complementar. Otimizar melhor o tempo, dedicando menos a agricultura de subsistência, mas voltando-se mais para a produção de outros produtos como o leite e derivados, no caso da zona da mata mineira, possibilita também maior tempo para envolvimento em espaços públicos como igreja, associações, sindicatos e espaços para atividades de recreação ao ar livre. Também entram em pauta discussões que envolvem o equilíbrio ecológico, a produção de recursos e serviços ambientais, mediadas pelos órgãos e secretarias públicas, o ecoturismo, entre outros, constituindo assim novas configurações do uso do espaço acionadas pelas “novas ruralidades”.

Neste capítulo final, conheceremos um pouco da rotina destas cinco mulheres, as atividades desempenhadas por elas e suas respectivas famílias na manutenção e dinamização da propriedade. Descreveremos sua lida com a horta e as estratégias adotadas para gerar renda via quintais produtivos, criação de animais para revenda, participação em associações e na feira livre. Ao final do estudo também se traz algumas reflexões que envolve a questão da

sucessão rural e a juventude rural, e de forma conclusiva trazemos reflexões finais tomamos por base os estudos de Amartya Sen (2000) e de Antony Bebbington (1999).

De acordo com Whittington (2007, p. 1575), sob o viés sociológico, “estratégia pode ser tratada como outras atividades institucionalizadas em nossas vidas”, o que significa considerar analiticamente, do ponto de vista sociológico, aspectos como relacionamentos, imersão social e questões negligenciadas, inesperadas e não intencionadas que estão subjacentes à prática corrente da estratégia em contextos de ação. Nesse sentido, estratégia existe “tanto como um episódio compacto quanto instituição social” (2007, p. 1584), de tal modo que a investigação apropriada favorece a atenção não apenas a rotinas e procedimentos, mas também a aspectos discursivos e materiais, à performatividade dos atores e à recursividade vinculada à estruturação da estratégia enquanto prática social. Os agentes tem consciência e capacidade de percepção das oportunidades que lhe são dadas. Por meio da sua reflexividade definem caminhos, trajetos e desenvolvem estratégias, como bem expõe a fala da técnica da EMATER abaixo:

A pessoa, eu acho que já nasce com isso, sabe...e aí, ela viu a oportunidade e é uma pessoa que talvez... tenha uma inteligência acima da média, vamos dizer assim; se isso existir... não sei se existe (eu não acredito nisso muito não). Mas a pessoa fica mais atenta as oportunidades né. A oportunidade na zona rural é mais difícil né, então se você não ficar atenta, ela passa e você nem percebe né. Essas pessoas eu acho que tem o dom de perceber, entendeu? E aí, na hora que viu a oportunidade ela escapou, já é tarde, entendeu? Às vezes, leva pancada, leva ferro né, vamos dizer assim (...) às vezes dá certo né, e aí na hora que deu certo, pronto, ela deslançou, né, começa a deslançar. Não vou dizer assim, começou a deslançar pra caramba... não..., mas pelo menos ela tem a sua emancipação e tal (Fala Ipê Amarelo – Técnica AMATER).

Wanderley (2015, p. 26) frisa em seus estudos sobre o campesinato que é preciso, enquanto pesquisadores e gestores de políticas rurais, “compreender as estratégias fundiárias, produtivas e familiares que favoreceram, no Brasil, a ocupação de espaços precários e provisórios ou a criação efetiva de comunidades camponesas com maior perenidade”. Em se tratando de um estudo sobre as práticas reprodutivas de mulheres rurais, no caso na zona da mata mineira, podemos afirmar que as estratégias de reprodução social mobilizadas cotidianamente por elas se tornam elementos centrais para a compreensão das transformações na dinâmica da agricultura familiar, na qual os agricultores têm conseguido gerar renda e permanência no meio rural.

Durante a produção desta tese, realizando inúmeras leituras sobre trabalhos correlatos ao meu como as coletâneas já mencionadas e, juntamente a pesquisa de campo realizada por

quase três anos, nota-se que as estratégias não são casuais, mas “resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas” (Silva, 2015, p. 35). Por essa razão, é demasiadamente importante considerar a reflexividade mobilizada por estas mulheres diante das “oportunidades” emergentes. Neste ínterim, considera-se também que as estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, isto é, são fluídas, adequam-se as circunstâncias, por exemplo, durante o período da Pandemia do Covid-19, as feiras livres ficaram fechadas por mais de meses, e uma das estratégias mobilizadas tanto pelos produtores rurais da região como por agentes da EMATER foi promover feiras online⁷² e difundir o uso dos meios de comunicação digital para estes pequenos produtores. Neste mesmo período, também por diversos meses não houve licitação para compra de merenda escolar via PNAE, como já bem mencionei. Com isso, muitas famílias ficaram sem este mercado, uma das estratégias adotadas foi diminuir a produção, e, ingressarem no mercado do leite, onde havia garantia de venda mensal, via laticínios da região.

Outro fato importante de se considerar quando se busca compreender as estratégias adotadas para manutenção e dinamização da vida rural por pequenos produtores rurais, é que as estratégias estão diretamente ligadas ao modo de vida e as tradições desses sujeitos sociais, não somente como um reflexo das imposições estruturais da sociedade, tanto na esfera política, econômica, cultural e tecnológica, externos à unidade produtiva “(...) mas como ações desenvolvidas pela família na unidade de produção e nas relações de sociabilidade presentes no lugar e no seu cotidiano” (Silva, 2015, p. 34). Por isto que, se tratando de produção agrícola e pecuária, é relevante considerar o território que se estuda, os aspectos geográficos, como a topografia e as condições climáticas do mesmo, por exemplo, a região da zona da mata mineira é bem montanhosa e de solos mais frágeis, como descrevemos no início deste trabalho, o que dificulta a manutenção de grandes lavouras como soja mas, por outro lado, é um local com muita riqueza de águas, o que permite otimizar o turismo rural e também a pecuária. Por fim, é importante considerar que trabalhar com o conceito de estratégia é fundamental para a perspectiva sociológica, uma vez que o mesmo faz alusão aos caminhos que os agentes devem transitar para que, partindo de uma situação determinada, se consiga alcançar um ou vários objetivos também pré-determinados (já refletidos). É devido a esta razão que no capítulo anterior trouxemos abordagem de projetos de vidas, para empreender melhor nossa análise.

⁷² Mais informações sobre a feira online, cujo projeto já foi até premiado e serviu de inspiração para várias outras feiras do país, veja mais em: <https://www.facebook.com/feiraonriopreto/>. Acesso em: 08 dez. de 2021.

As noções de *trajetórias* e de *estratégias* permitem-nos objetivar as experiências desses sujeitos em um sistema de relações no espaço e no campo familiar; podem nos dar condições de interpretar as formas de reprodução de relações de produção e de convivência, articulando diversos planos inseridos e *funcionais* com níveis estruturais e individuais (Tedesco, 2002, p. 147, grifo do autor).

Outra questão relevante para compreender as estratégias mobilizadas por estas mulheres é o conceito de participação, engajamento social, cujo viés permite “olhar” as funções que estas mulheres ocupam diante da família, da vizinhança e das demais relações que estabelecem nos espaços públicos ou privados, considerando principalmente os aspectos rotineiros de trabalho desempenhadas por elas, sejam eles produtivos ou reprodutivos, visíveis ou invisibilizados, que circunscrevem suas vidas. A ideia de participação está ligada diretamente com a noção de acesso, nos termos de Amartya Sen (2010), que permite mensurar as inúmeras possibilidades que os sujeitos podem e desejam desfrutar, para garantir assim, melhor qualidade de vida. Essa qualidade de vida que não se restringe apenas ao consumo, mas ao bem-estar, a liberdade e a felicidade, e tal fato fica evidente na minha pesquisa de campo. Uma das questões que me vinham na medida em que conhecia um pouco das trajetórias de vida e das lutas cotidianas destas mulheres, principalmente no que dizia respeito as funções da família e da propriedade, era se de fato elas estariam fazendo aquilo por uma necessidade material ou se elas buscavam também se sentirem “felizes”.

Por exemplo, acordar todo dia às 4 da manhã, em épocas chuvosas, a fim de se dedicar a ordenha leiteira, como o caso de Margarida e Violeta, era de fato, a meu ver bem desafiador e nem sempre o retorno financeiro era positivo, em razão das oscilações do preço do leite e a quantidade de cuidado que um rebanho leiteiro demanda. Só que nas vezes que eu as indaguei se sentiam-se felizes com o que faziam, ou se aquelas atividades não seriam um “fardo”, os sorrisos que eu recebia nas respostas demonstravam de fato que havia uma entrega e um “prazer” em se dedicarem a tal ofício. Margarida, inclusive, me disse que não conseguia também compreender como uma pessoa poderia acordar cedo para mexer com “crianças” malcriadas, como de fato eu fazia, enquanto educadora, e ainda frisou “*para ganhar mal né, porque eu tô sempre ouvindo que vocês ganham bem mal*” e fez um sinal com as sobrancelhas, frisando-as.

Também questionei a capacidade de dedicação e resiliência que Orquídea tinha ao lidar com as questões políticas que circunscreviam sua vida de sindicalista, mais do que “mexer” com as esferas de discussão pública, pois ela estava sempre envolvida com os conselhos participativos da cidade. Buscava enquanto pesquisadora compreender quais

motivações levavam a mesma a sair de sua casa, por sinal bem distante do município de Olaria, para todo dia dedicar-se aos espaços de engajamento cívico, e as respostas dada por ela eram bem diretas e claras: *“se a gente não ficar em cima, de olho, fazem conosco o que bem entenderem, e se eu posso vir pra cá, porque muitas não podem né, tem filhos, tem marido que não deixa, então eu tenho que lutar por estas pessoas, tá na constituição, e em se tratando de Brasil, a gente tem que ficar em cima mesmo, senão não vai”*. Ou ela afirmava, *“olha eu tenho prazer no que eu faço menina, é uma coisa boa pra todo mundo, e o povo da roça precisa de alguém que seja como eles e que leva uma vida melhor pra eles, porque antigamente não tinha nada disto, eu senti isto na pele, lá com meus pais, então a gente tem que garantir né?”*

Figura 26 e 27 - Violeta na produção dos biscoitos e Orquídea junto a outras pessoas da Associação na manutenção da horta⁷³



Fonte: A autora (2019).

Figura 28 - Margarida na ordenha

⁷³ Observem na foto de Margarida que estava amanhecendo, a luz do curral ainda estava acesa. Eu cheguei as 6 da manhã e ela já ordenhava desde as 4 e 30 da manhã, brincou inclusive que eu estava atrasada.



Fonte: A autora (2019).

Vale destacar ainda que as estratégias devem ser reportadas em meio a pluralidade das manifestações singulares e coletivas, aos saberes locais e tradicionais que são passados de geração para geração (Gomes; Nogueira, 2016, p. 116), a exemplo da produção dos biscoitos de nata produzidos por Violeta, advindo dos saberes de sua avó e cuja produção é extremamente comum entre as mulheres rurais de sua família, ou do forró tradicional dos Fagundes, realizado geralmente na noite de São João (24 de junho) pelos familiares de Cristina e que atualmente organizado e promovido pelos seus filhos (as) e sobrinhos.

Figura 29 - Galpão onde acontece a festa de São João, promovida pela família de Cristina



Fonte: Fotos cedidas pela pesquisada.

Figura 30 - Cartaz de anúncio da festa de São João



Fonte: Fotos cedidas pela pesquisada.

A produção do fubá, realizada por Cristina, também foi passada para ela via pai, cuja produção sempre foi comum entre seus familiares, assim como o interesse pelas vacas e por ordenhar as mesmas. Segundo Margarida, veio da convivência com o pai, que sempre fez questão de ensinar a ela e irmãos todos os ofícios do meio rural. Podemos afirmar então que:

(...) a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa segundo as relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se trate de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade, que tanto é a expressão das relações materiais presentes, como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente (Schneider, 2003, p. 172).

Um dos objetivos deste estudo é a busca da compreensão dos papéis e das funções desempenhadas pelas mulheres rurais na garantia da manutenção e diversificação do espaço de vida produtivo e reprodutivo do mundo rural. Por isto a questão principal que se apresenta ao longo desta tese é: quais são as estratégias adotadas por estas mulheres para a dinamização da economia no meio rural? E todo caminho teórico, toda discussão já elencada nos capítulos anteriores deste estudo, via inclusive apresentação das falas das pesquisadas, apontam que um componente fundamental das estratégias de empoderamento é a participação. Participação em vários espaços, como cursos de capacitações, associações, mercados e mesmo na esfera mais política que envolve a comunidade. Na medida em que há esta expansão e contato participativo para além da casa, passa a ocorrer, primeiramente, um incremento das capacidades internas e tomada de consciência, bem como expansão de suas potencialidades.

Exemplos concretos já citados ao longo deste estudo são os cursos de capacitações técnicas ofertados por agências públicas e setores como o SENAR, são vias necessárias para o empoderamento e reforçam também a importância que o conceito de acesso (Sen, 2010) tem neste estudo, a fim de demonstrar que as oportunidades são meios para empoderar e fornece condições reflexivas e práticas para, não só as mulheres, mas as famílias rurais, estruturarem e garantirem meios de vida no mundo rural.

6.1 TRABALHO DENSO E INTENSO – ESTRATÉGIAS E DESAFIOS PARA SE VIVER NO MEIO RURAL

Em se tratando de estratégias de reprodução no meio rural, é importante compreender como se dá a rotina destas famílias, principalmente destas mulheres pesquisadas dentro da propriedade, dado que para se produzir alimentos bem como extrair da terra “frutos”, ou seja, algum tipo de renda ou recurso, é preciso muito manejo por parte das famílias rurais. Wanderley (2003a) destaca que a atividade agrícola deve ser entendida para além do setor econômico, é necessário compreender a dinamização cotidiana da própria família de agricultores em suas complexas relações com a natureza e com a sociedade, já que essas são capazes de moldar as formas particulares de produção e de sua vida social.

Cuidado constante com irrigação, podas, adubação e com os próprios cultivos que apresentam uma sazonalidade, ou seja, a cada estação se tem um produto e para cada ano é preciso lavrar a terra para garantir boas colheitas. O saber fazer rural revela um conhecimento complexo relativo à sua prática agrícola, por vez dialoga com a terra, avaliando “o que a terra quer produzir, o que ela quer dar” (Woortmann, 2009, p. 119). Além do cuidado, a colheita, a produção devem ser estocadas, manufaturada e levada para o local de escoamento, de venda ou negociação. É necessário um ritmo diário, uma atenção constante aos aspectos geográficos do solo, da natureza e muita dedicação. Por exemplo, no que diz respeito a alimentação do gado, é preciso manejar mensalmente o capinzal e as canas, falo isto pela minha experiência com meu pai e observando as atividades realizadas por Margarida e Violeta, cuja renda principal, ao final da pesquisa, advinha principalmente do retiro leiteiro. É necessário fazer uma poupança para se garantir a compra de insumos para o inverno (período que se trata do gado com rações e milho). E zelar para que o produto não estrague ou se perca.

Nas últimas décadas, o aumento da dedicação ao sistema agropastoril, principalmente aqueles voltados para a produção leiteira, nas médias e grandes propriedades brasileiras, como

bem afirmou Aroeira, da Embrapa Gado de leite, ampliou a produção de soja, milho⁷⁴ e silagem dentro dos setores do agronegócio do sul e centro-oeste brasileiro. Há mais de década, nas regiões rurais de Lima Duarte, também pontuou o técnico da Emater, tem-se pouco plantio de milho e produção de silos por parte das pequenas famílias rurais. Cristina ainda é uma das poucas na região que se dedica a esta função, mas como ela bem relatou é um trabalho árduo e que vai ficando mais difícil de ser feito, na medida que se envelhece, pois no que diz respeito a lavoura de milho, é necessário lavrar a terra antes. Geralmente o plantio é feito de forma manual pelos pequenos agricultores e demanda várias manutenções e cuidados durante o ciclo de desenvolvimento e colheita do milho, como capinas, intervenções contra ataques de aves e outros predadores, colheita e estocagem do milho, entre outros:

Já tenho que cuidar da capinheira e do canavial, ficar limpando o curral, cuidando das vacas, é muito serviço, e ainda inventar de plantar roça, ah se foi o tempo né, dá muito trabalho, fora que ‘arrebenta’ com a coluna, tu já deve ter feito isto né, sabe que tem que arar a terra, e só o valor do trator aqui, que é 120 reais a hora, dá pra eu comprar uns 3 sacos, tem que fazer manutenção da lavoura, colher e estocar bem o milho, debulhar, moer, e o tempo que a gente perde, se fosse pra gente comer ainda valia né, mas é pro rebanho, então pode ser assim algo mais ou menos né (Fala Margarida).

Olha Paula, a roça, como tu deve saber é puxado, a gente tem que se dedicar muito, precisa de uma mão de outras pessoas né, no ano passado eu paguei para capinarem pra mim, pois eu tava com muita dor na coluna e foi um ano bom pro milho, pois choveu bem né. E aqui as minhas irmãs também ajuda né, pois tem de debulhar, pôr no paiol, e pra fazer o fubá, tem que ir várias vezes no moinho lá de água, ir controlando ali (Fala Cristina).

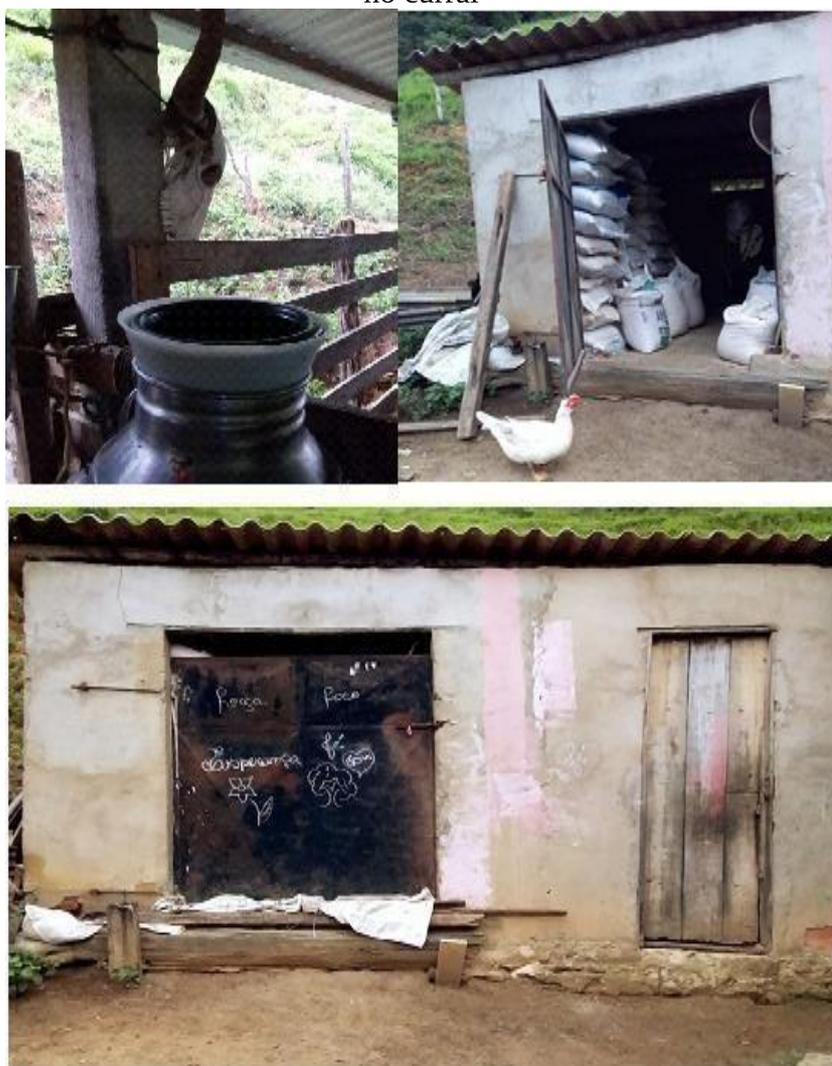
E, neste aspecto, o produtor rural depende totalmente do valor nacional dos grãos. Meu pai mesmo sempre pedia a mim e a mãe para acompanhar o “Globo rural” quando era mais jovem para ver a cotação das sacas de soja e milho e ele calcular por çoalto que período ele deveria fazer uma compra para estoque. Em uma visita que fiz a Margarida e a família de Violeta em que o casal se dedicavam também a ordenha das vacas, eles me apresentaram o galpão de estoque. Questionei por que não plantavam o milho e faziam a silagem.

Argumentaram que o solo fica esgotado a longo prazo, e que a qualidade da colheita pode ser muito incerta, dependendo demais dos cuidados e da condição climática, o que demanda muito mais trabalho por parte do produtor. Ressaltam inclusive que falta mão de obra (jovens) para auxiliá-los nestes afazeres, além do mais o plantio tem custo muito alto frente ao valor final gasto na compra das sacas para alimentar o rebanho. Margarida também

⁷⁴ Para ler mais sobre a ampliação brasileiro do cultivo de milho, acesse o site. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/Esalq-VA13-Milho.pdf>. Acesso em: 10 jan. de 2021.

trouxe apontamentos similares. Ou seja, demanda muito tempo. E como o tempo no meio rural é sempre calculado e distribuído nas funções e afazeres, eles optam por comprar nas cidades o estoque de ração. Lembro de Margarida pontuar que tinha que roçar o pasto e arrancar os cupins e só isso já dava “uma boa canseira”. Então o plantio de roçados muitos extensos como o de milho não é mais comum na região de Margarida. Já nas comunidades de Orquídea e de Cristina, bem como na região de Violeta, há ainda roçados extensos, mas em menor quantidade do que existia muitos anos atrás. Atualmente, nas últimas comunidades citadas, é mais comum plantações de feijão e o chamado mandiocal nas regiões das mesmas.

Figura 31, 32, 33 – Galpão de estoque de farelos de Margarida e proteção contra “mal olhado” no curral⁷⁵



⁷⁵ Na porta do galpão tínhamos as frases: força, foco, esperança e fé, escrita pela filha a fim de motivar a mãe na lida com o retiro.

Fonte: fotos tiradas pela pesquisadora.

Como destacam Ellen Woortmann (2009), na coletânea que trata da diversidade do campesinato brasileiro, no que diz respeito aos estudos que envolvendo a agricultura familiar e as pequenas propriedades rurais, é essencial considerar o perfil da família e suas necessidades, pois eles são um dos fatores centrais em torno do que se organiza a lógica produtiva do sítio e a dinamização e busca por mercados. Violeta, por exemplo, durante os últimos anos, relatou que teve muitos custos com as filhas, a família investiu significativamente nos estudos das filhas, uma por sinal fazia faculdade de enfermagem em uma instituição privada em Juiz de Fora, possuía mais despesas para além da manutenção da propriedade e consumo da família.

Ao final do estudo, o casal havia comprado para a filha uma pequena casa na cidade de Olaria e ela já estava formada e atuando na unidade de saúde local. Por isso, a prioridade foi investir na produção leiteira e na venda de animais de cortes, já que este tipo de negócio era mais estável e rentável na região. Nesta mesma coletânea, Garcia Jr. e Herendia (2009, p. 224) destacam que “o grupo doméstico se materializa como unidade de produção em configurações particulares, como também é o caso de sua materialização como unidade de consumo”, por isto que ao visitar suas propriedades eu considerei também os quintais produtivos e a criação de animais, que servem para a subsistência da família, mas são capazes de gerar capital, tanto que serve de poupança, mas também para melhoria da propriedade. Quando se planta e se colhe frutos desta terra, também se economiza com despesas nos mercadinhos locais, é moeda de barganha e dádiva de troca para com a vizinhança, como bem veremos a seguir.

6.1.1 Da infraestrutura a rotina destas mulheres: o manejo da propriedade, a diversificação dos produtos agrícolas e a criação de animais

As estratégias de acesso e ampliação da terra, bem como de formas de trabalho relacionadas a elas, ocupam uma posição central na reflexividade e nos projetos de vida dos agricultores familiares brasileiros (Wanderley, 1995). A reprodução econômica das unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que a área inicial do estabelecimento (Veiga, 1995). Quanto à utilização das terras, observou-se o predomínio da pecuária e a agricultura de subsistência. Nas propriedades destas cinco mulheres, alguma delas como Margarida, Violeta e Cristina, possuem um bom quintal produtivo com variedade de frutíferas e uma horta que dependendo dos períodos do ano pode não só ser utilizada na

subsistência familiar como também pode-se ser vendido na feira, alguns produtos vendidos ou trocados com os vizinhos e até na merenda escolar, mas a base da renda familiar gira em torno da produção do leite e seus derivados.

Já Orquídea e Bromélia, que possuem um espaço menor de propriedade, focam suas produções nas leguminosas, nas hortaliças e por vez em frutíferas de menores portes ou que demandam menor cuidado. Ao final destas pesquisas, no que diz respeito a essas duas últimas, seus companheiros estavam desenvolvendo também atividades leiteiras em outros terrenos, alugados por sinal, e tanto Orquídea e Bromélia aproveitavam algum espaço para plantar. Orquídea chegou a me mandar foto do mandiocal que tinha cultivado e Bromélia afirmou que ao final de 2021 havia tido uma colheita boa de feijão, mas que esta era voltada para o consumo da casa. No terreno de Bromélia havia uma enorme parreira de chuchu e uma plantação bem grande de abóbora.

Logo, estas cinco mulheres direcionam suas atividades a uma dualidade - agricultura e pecuária. Tal fato pode ser explicado por diversos fatores: o clima, o tipo de solo, a topografia, o preço de oferta e demanda dos produtos. Assim, a prática da agricultura e da pecuária, simultaneamente, busca a otimização do processo produtivo, racionalizando, cada vez mais, o consumo de produtos e reduzindo os gastos com a alimentação do núcleo familiar. Outro fator importante de se observar nestas duas propriedades (por sinal as duas maiores das cinco entrevistadas) é a estratégia de obter renda a partir da criação e revenda de animais, como bem veremos a seguir. A criação de animais permitia minorar os efeitos de flutuações bruscas da produção ou do consumo, constituindo atividades-chave de reserva e de acumulação de recursos ao longo do ciclo agrícola ou entre ciclos agrícolas sucessivos (Garcia Jr; Herendia, 2009).

Portanto, pode-se afirmar que ali é um espaço de produção, dinamização e tanto a horta, os quintais produtivos quanto a criação de animais fazem parte das estratégias de reprodução e produção da vida material campestre. Também Bromélia, que agora estava com um “pedaço” de terra junto com o companheiro em Olaria, estava iniciando sua jornada com a agropecuária, mas não deixava de lado os afazeres do terreno onde plantava sua horta. Orquídea também relatou que seu filho e marido alugavam uma terrinha onde mexiam com um pequeno rebanho leiteiro, por sinal na casa de Orquídea havia criação de codornas e outras aves, ainda que em pouca quantidade, serviam para a alimentação familiar.

A terra não representa apenas um espaço físico onde se planta e colhe, ela também se configura como um território permeado por um conjunto de valores (como confiança, honestidade, reciprocidade e gratidão) e de relações socioculturais fundamentais para a

vivência dos grupos domésticos, demonstrando que fatores simbólicos e culturais são mecanismos de meios de vida. Ela traduz a expressão de uma moralidade vinculada ao repertório cultural das famílias e da comunidade local, assim como o trabalho é um valor ético associado a um “*ethos camponês*” (Tedesco, 1999).

Schneider e Niederle (2008, p. 994) esclarece que é por meio da propriedade e controle sobre a terra que os grupos domésticos viabilizaram meios de vida mais estáveis, como a conquista de maior autonomia produtiva e alimentar, a terra tem mais significado de uso, posse e propriedade diverso do que para o capital, visto que é seu lugar de produção, de moradia, de vida, de cultura. No entanto, os autores recordam que sua identidade social também está assentada no fato de possuírem um vasto contingente social que apresenta “acesso precário, parcial ou insuficiente a meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações e canais de escoamento de sua produção excedentária”.

Isso é de fato válido, pois ao longo deste estudo ficou claro a mudança que estas mulheres tiveram na sua forma de produção e cuidado com a propriedade após terem acesso a recursos como o PRONAF, aos cursos de capacitação do SENAR, bem como as capacitações técnicas advindas dos profissionais da EMATER, assim como os acessos a novos mercados depois de ingressarem nas feiras livres, nas associações e em programas do governo como a merenda escolar. Schneider e Niederle enfatizam ainda que, embora as famílias de pequenos agricultores e pecuaristas produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, “essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto provisão ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia” (2008, p. 995).

Na visita realizada a propriedade de Cristina e seus respectivos familiares, constatei que no momento da pesquisa ela estava residindo com seus pais, a fim de assegurar maiores cuidados com ambos, que já eram bem idosos. Das pesquisadas, ela era a que tinha uma propriedade mais longe de todas, já nas proximidades com a fronteira do Parque Estadual de Ibitipoca, a mais de 40 km. Ela havia cedido sua propriedade, por sinal bem pequena e simples, para a sobrinha e o marido, e usava boa parte da propriedade do pai para plantar o milho e na proximidade da sede, ela manejava a horta juntamente com a cunhada, que morava também nesta região.

Na realidade, Cristina estava bem próxima a seus irmãos e parentes e contava inclusive com o apoio do sobrinho e de um vizinho para a locomoção de carro nos dias das feiras com suas mercadorias. Havia uma participação muito forte de todos os parentes na

manutenção do quintal e nos cuidados com o rebanho bovino, das aves e também dos suínos, que supriam em parte o autoconsumo de toda a unidade familiar. No momento da pesquisa, as duas filhas de Cristina estavam estudando na cidade de Juiz de Fora e o filho mais velho trabalhava com alvenaria na cidade de Lima Duarte, com os recursos advindos da pensão do ex-marido, já que Cristina era viúva.

Figura 34, 35, 36 e 37 – Casa, roçado de milho, moinho dos pais de Cristina, onde ela vive atualmente e trabalhava com a produção de fubá⁷⁶

⁷⁶ Observem ao lado esquerdo o “paiol”, ou seja, o galpão onde se estocam o fubá e os produtos que são usados na alimentação das criações e do gado. Há também um terreiro bem grande, que geralmente é usado, segundo Cristina, para secar o feijão. Na imagem podemos ver os perus que também são criados para a alimentação familiar.



Fonte: fotos cedidas pela pesquisada.

A terra, para Cristina e seus respectivos familiares, era algo muito valorizado e a relação de cuidado que ela estabelecia com a terra era bem afetuosa, tanto por causa da produção envolvendo a horta quanto em decorrência da produção do milho, dado que esta demandava muito cuidado e manutenção a longo prazo. Boa parte de verduras e leguminosas, como couve e abóboras, precisam de maior cuidado (como irrigação e adubação) quando as mudas estão ainda menores, depois os cuidados não são mais diários, ocorrem duas ou três vezes na semana, caso haja um sistema de irrigação automático, ou determinadas leguminosas são plantadas no período conhecido como “das águas”, para serem colhidas na época da “seca” como o caso do feijão, do inhame, da mandioca e outras raízes como a batata doce, muito comum nestes quintais.

Faz parte da estratégia de produção dos quintais e do “roçado” conhecer bem essa dinâmica das estações, do tempo e criar meios de “economizar” o tempo de cuidado nestes quintais, já que há muitas outras funções a serem desempenhadas ao longo do cotidiano dessas mulheres e famílias. Em visita às propriedades aprendi algumas técnicas, que por sinal,

notei que eram comuns em inúmeras casas rurais da região⁸⁶. As famílias aproveitam a água que escorre, as famílias aproveitam a água que escorre, a redirecionando para o rebanho e as criações como porcos, e o esterco oriundo desses animais, por sua vez, aduba plantação de determinados tipos de leguminosas, como a parreira de chuchu ou as taiobas, inhames e abóboras, que ficam ao entorno das criações. Como bem demonstram as fotos abaixo como bem demonstram as fotos abaixo, essa estratégia elimina a quantidade de cuidado com as pequenas plantações:

Figura 38 e 39 – Aproveitamento da água e dos estercos dos animais nos quintais⁷⁷



Fonte: A autora (2019).

Na visita à residência de Orquídea, observei uma propriedade pequena e super organizada, com poços, uma estufa em construção para plantar morangos, uma horta enorme, com muita diversidade de verduras, e ela ressaltou que ainda vende para a merenda escolar, dado que tinha uma horta ainda maior em sociedade com outra pessoa em outro local. Também há muitas galinhas e um pomar de frutíferas. Mas o que me chamou a atenção foi o aproveitamento de materiais para atividades artesanais, ela e seu esposo fizeram vários cursos com a EMATER e no sindicato rural de Lima Duarte (via SENAR) para trabalhar com reciclagem e com bambu.

Figura 40, 41 – Quiosque feito de uma velha antena parabólica com capim, a partir de cursos do SENAR e feijão colhido por Orquídea

⁷⁷ Passei a observar isto nos vizinhos de meu pai e em outros lugares que passei pós pesquisa de campo, inclusive a perguntar na comunidade que moro se era comum tais técnicas para viabilizar a manutenção dos quintais e lavouras. Na primeira imagem observamos que há um grande “abobral” logo abaixo do “chiqueiro” dos porcos. Há também bastante frutíferas ao redor deste local, bem como nas proximidades do curral.



Fonte: A autora (2019).

Figura 42 – Mandioccal da Orquídea no terreno “alugado”



Fonte: A autora (2019).

Nesta visita, ela me levou para conhecer a sede da Associação leiteira local e mostrou a cozinha industrial que estavam construindo, vezes ou outra ela também fazia doce de leite para revenda, utilizando a cozinha da Associação, pois ela está dentro do padrão de vigilância sanitária do IMA. Por fim, durante o tempo da visita, ela atendeu inúmeras vezes ligações de uma secretaria lá do sindicato e disse “eles não me dão sossego, tudo eu tenho que decidir por lá”. Estava tratando de questões de um curso que estavam organizando e como seria o transporte das pessoas. No final, ela me pediu uma carona e a levei até a sede na cidade de

Olaria, onde tive a oportunidade de melhor conhecer o sindicato. No meio da viagem ela acabou contando que além de todas estas atividades, estava alugando um pedacinho de terra com o filho e criando uns bezerros para venda, e que as vacas adquiridas tinham vindo do recurso do PRONAF, que ela só assinou pra tirar e que o filho cuidou de tudo.

No que diz respeito a criação de animais, é possível afirmar que ela possibilita a economia de grupos domésticos criarem um poderoso mecanismo de reserva para enfrentar momentos de precisão ou de acumulação para despesas adicionais de consumo ou de investimento. Entre elas, se observa a compra de novos equipamentos ou instalação de melhorias que permitam aumentar o potencial produtivo da família ao longo do ciclo agrícola ou diminuir o esforço em épocas cruciais. Assim, a especialização em atividades agrícolas e pecuárias exige uma distribuição uniforme do trabalho e dos rendimentos ao longo do ano (Garcia Jr. e Heredia, 2009, p. 215).

Figura 43 - Criação de vacas da Margarida



Fonte: A autora (2019).

Figura 44 - Porca criada para engorda e revenda



Fonte: A autora (2019).

Quando Margarida me levou ao chiqueiro, fiquei surpreendida com os porcos que ela tinha. Existia uma porca “castrada” bem gorda com mais de 10 arrobas, ou seja, por volta de 150 quilos e que estava colocando-a para a venda. Tinha também dois pequenos porcos e uma porca grávida (amojando na linguagem deles), que havia parido oito leitões e que agora deveria vir por volta deste número também. Acompanhei a mesma até o pomar e observei algumas frutas caídas e que eram aproveitadas de alimento pelas galinhas, também vi que nas vasilhas distribuídas para as galinhas ao longo do terreiro, estavam cheias de pão de forma já bem velho e umedecido. Ela falou que o técnico da Emater esteve há pouco tempo oferecendo a ela o PRONAF mulher, mas ela lidar com os recursos fornecidos pela prefeitura, disse “quando a esmola é demais o santo desconfia”. Contou também que relógio do padrão de luz teve um curto circuito e a CEMIG esteve ali para arrumar, logo os homens da CEMIG ficaram admirados de ver ela, uma mulher, tirando leite e mexendo com as vacas, ainda mais com a filha mais nova, e acabaram ficando lá um pouco mais pra assistir a ordenha e tomar um leite fresco.

Durante às vezes que eu visitei a propriedade, já que ela me deu esta abertura e com a mesma não foi possível realizar entrevistas via telefone, apenas presencialmente, observei que a filha ficava boa parte do tempo na cozinha. Margarida me disse que ela gostava era de serviço de casa e não fazia nada lá no curral, e tinha uma expressão de cansaço por causa da sobrecarga das tarefas. Pontuou que o que aliviava era que o seu menino mais novo dava um apoio na ordenha dos gados e na limpeza do curral. Por sinal fiquei bem admirada com a higiene e cuidado que ela tinha com o curral, ela varria todos os cochos onde punha a comida

do gado e ainda lavava o curral ao final da ordenha. Também escovava os bezerros e checava se havia parasitas neles. Também observei que os animais eram por demais domesticados, o que chamamos de “manso”, era muito fácil fazer um carinho neles.

Todo esse cuidado não se reduzia apenas as questões de higiene e autocuidado para garantir a tal da boa qualidade do leite (tão requisitada pelos laticínios), mas também expressava ali um amor incondicional pelo animal e por toda função desempenhada, havia uma gratificação em seus olhos, e uma dedicação amorosa as funções desempenhadas. Lembro que em uma destas visitas, meu esposo havia ido comigo e ele ficou impressionado com este processo de cuidado com as vacas, chegando a contar para Margarida que meu pai dava muitos gritos no curral e também batia em alguns animais, além de falar muito palavrões. Margarida expressou um desapontamento quando soube disto: *“não acredito que o Zezinho, o vice-presidente e fiscal do tanque faz isto, que crueldade, como que pode o homem fazer isto com o bicho que põem a comida na casa dele?”*

A reflexão dela foi bem surpreendente, pois não era só meu pai que fazia isto por ali, durante a pesquisa de campo eu percebi que muitos produtores (principalmente os homens) tinham uma relação bem tensa durante a ordenha das vacas, geralmente os homens das comunidades rurais, não passavam muito longe da ação do meu pai, ficavam nervosos e chegavam a agredir os animais. Violeta me disse que ela não fazia isto, nem gritava e nem xingava, mas às vezes quando o “bicho” estava mais bravo, tinha que cercar e usar um pau. Tanto que na propriedade de Violeta quem fica por conta de amarrar as vacas para a ordenha e realizar as funções de colocar os bezerros para mamar, após ordenha e “apartar” as vacas é ela, vezes inclusive ela também tira o leite de alguma vaca mais arredia, pois segundo o esposo, ela tem mais paciência que ele.

Figura 45 e 46 – Margarida limpando os cochos que alimentam seu rebanho bovino e foto da Violeta junto ao esposo na ordenha leiteira



Fonte: Fotos cedidas pelas pesquisadas.

A propriedade de Violeta era bastante diversificada, havia desde uma quantidade boa de criações como patos e galinhas (e eu mesma já havia comprado pato limpo dela quando era professora de suas filhas), porcos, uma quantidade considerável de eucaliptos e uma boa hortinha. Ela levava pra feira ovos, panificados, queijos e também alguns animais abatidos e o esposo, que em algumas vezes ia com a mesma em companhia e aproveitava pra negociar bezerros e outros produtos, como ele bem relatou para Arthur, pai de minha filha: *“a gente tem que pensar em vários meios né, porque roça precisa de dinheiro, é uma cerca que tem que fazer, é uma manutenção na casa, no curral, agente também tem o carrinho e as meninas estudando, é gasto de lá e de cá, não pode depender só dos laticínios, senão agente mal ganha pra comer”* (fala do esposo de Violeta, ao apresentar a propriedade pro meu marido).

Figura 47 e 48 – Meu esposo e esposo de Violeta conhecendo a propriedade e o rancho da sua propriedade, onde ela coloca as colheitas de plantações como de feijão e realiza algumas festividades⁷⁸



Fonte: A autora (2019).

Depois que a família de Violeta entrou para o Projeto Municipal da Qualidade do leite, eles passaram a investir mais tempo no cuidado do curral e das vacas, dado que a ordenha acontece todos os dias da semana e mais de uma vez ao dia. Então eles dividiam o tempo deles entre o cuidado com o curral e a produção de biscoitos de nata, bem como o pão de canela, na época em que participavam da feira, vezes ou outra eles alugam o “rancho” para alguma festividade local. Violeta disse que também tem tido encomendas via internet, e algumas pessoas buscam os biscoitos/pães lá na casa dela, desde pessoas de família, até comerciantes, e no final da pesquisa estavam bem ocupados com o apoio as duas filhas e as questões de saúde que vivenciavam. Na propriedade de Violeta havia porcos, na visita que realizei em agosto de 2019, tinham três, um bem grande e dois menores, e parte da carne advinda destes animais era para a subsistência familiar e outra parte era vendida.

Bromélia possuiu durante um tempo um bom galinheiro, investimento inclusive que veio do recurso do PRONAF, que era mantido na sede de sua casa, aos fundos da mesma, em um quintal cercado. No terreno que ela produzia via comodato, por estar ao redor do Rio do Peixes, em decorrência das enchentes do final do ano e dos ataques de predadores, ela afirmou ser impossível manter a criação por lá. Boa parte destes animais eram usados na alimentação familiar e em uma situação de “aperto” era que ela optava por vender. Foi o que aconteceu ao final, durante o período que ela esteve doente, com problemas de locomoção em seus braços,

⁷⁸ Na foto 1 observamos uma araucária ao fundo, e alguns paus de eucaliptos usados para mourão de cerca.

e não havia conseguido o auxílio-doença do governo federal (ano de 2019) ela acabou, como bem me disse em áudio via celular, “sacrificando” todo o seu galinheiro e encerrando a criação dele. Foi um período difícil para a mesma, pois a enchente invadiu boa parte do terreno e causou danos significativos em sua produção de legumes e hortaliças e ela ficou sem produção e capital nos meses que se sucederam. Em decorrência desta situação, seu companheiro resolveu alugar um terreno próximo à casa de seu genro na cidade de Olaria e eles estavam iniciando a ordenha de leite e plantio de alguns roçados por lá.

Ao final desta pesquisa, em 2021 quando fui coletar a assinatura do termo de consentimento da pesquisa, notei que Bromélia havia envelhecido significativamente e estava novamente tentando acessar a aposentadoria rural em decorrência de vários problemas de trombose e problemas na coluna, ela me relatou que estava pouco ativa e participava mais ocasionalmente da feira e que agora as responsabilidades da casa estavam voltadas para o filho mais velho e o companheiro, que também estavam focados na criação de bezerros e suínos para revenda na propriedade alugada. Ressaltou por fim que estava satisfeita por ter trabalhado bastante nos últimos anos lá na horta, havia construído sua casa com os recursos advindo de lá e auxiliado por muito tempo os filhos nos estudos, e que agora era a vez de eles “cuidarem” dela.

No que diz respeito as vantagens monetárias da criação de animais para a revenda, no meio rural, vendem uma arroba (15 quilos) de carne com toucinho (banha/gordura), no valor de 15 reais cada quilo, assim uma arroba sai entre 150 e 200 reais. Bem, um porco para abate chega a ter entre 8 e 10 arrobas, ou seja, 150 quilos. Geralmente se vende metade ou um terço do porco, arrecadando por volta de 500 a 700 reais na venda dele. Para chegar neste peso, geralmente o produtor rural gasta por volta de 4 a 6 sacos de 50 quilos de fubá na engorda deles, ou seja, um custo de 300 reais. Ou seja, o lucro final chega por volta de 400 reais para metade de um porco, sendo que ainda fica outra metade para suprir a alimentação da casa por volta de três meses, como bem explicou Margarida sobre quais são as rendas e vantagens que advém da criação de animais como suínos. Este excedente funciona como poupança para os períodos de poucas vendas de outros produtos ou funciona como capital de investimento e melhoria da propriedade, no caso de Violeta e Cristina, ambas afirmaram usar estes recursos para auxiliar as despesas dos filhos com estudos.

Outra prática adotada é a venda dos leitões. Uma porca chega a parir entre 7 a 10 leitões, e os amamenta por volta de sessenta dias, durante este tempo o produtor tem um cuidado especial com a mesma bem como com os leitões, além de dar o farelo de milho (fubá) ele também usa o soro do leite, para aqueles que produzem queijo, seja para alimentação da

casa, seja para a venda na feira, ou o leite colostro de vaca recém parida, que ainda é mais escuro e forte, geralmente se junta este leite por volta de cinco dias, e a famosa “lavagem”, ou seja, restos da sobra de casa, junto com a lavagem dos pratos. Soma-se a isto os legumes e frutas estragadas que são dadas a estes animais, abóboras, batata doce, mandioca e chuchu amadurecido, bem como bananas passadas. Após dois meses, se bem-criados, estes leitões já estão prontos para a venda, geralmente pesam por volta de 10 quilos cada, chegando a ser vendidos entre 90 a 100 reais. Observo assim que este animal não exige tanto cuidado e tem um valor simbólico muito grande dentro da econômica familiar e, claro, agrega bastante na qualidade da alimentação da família. Leitões assados são feitos durante as festividades comunitárias e familiares e são bem apreciados na culinária rural.

Já no que se refere a criação de aves, Violeta explicou que uma galinha produz por volta de 60 ovos anualmente, havendo ciclos em que elas não põem ovos, principalmente na época do verão, dado a influência da temperatura sobre seus corpos. O excedente dos ovos também é vendido na feira, ou resulta em novos animais, quando são chocados e investidos na criação de franjo para o abate caseiro ou venda como excedente, e novas aves que continuam pondo estes ovos. Esta ave leva 21 dias para chocar os ovos até o nascimento dos pintinhos. Geralmente são alimentados com fubá, canjiquinha e milho, são em sua maioria criados soltos, ajudando no equilíbrio de pragas, insetos, e aracnídeos da casa bem como na sua redondeza. Está sempre muito presente no curral das casas, dado que se alimentam das sobras do trato do gado, resto dos cochos, mexe nos estrumes das vacas, mas muito retiram os carrapatos das vacas, principalmente os menores, atuando assim como predadores naturais destes parasitas e são fundamentais para o controle biológicos deles nas propriedades rurais. Assim, estes animais não exigem também tanto cuidado e são indispensáveis no meio rural.

Na propriedade de Cristina e Margarida, além das galinhas caipiras tradicionais, elas também criavam patos, galinhas de angola e perus. Já na pequena granja de Orquídea havia apenas codornas, aves de menor porte, cujos ovos eram utilizados no consumo familiar, em média elas colocavam 20 ovos mensalmente e é uma espécie de aves de menor porte que exige baixo investimento para a criação e pequena área para o manejo. Nestas propriedades, onde há a criação de aves, tem-se um lugar para eles dormirem a noite, o chamado galinheiro, evitando assim que sejam atacados por predadores e possibilitando a coleta também de seu estrume que é excelente para a fertilidade das hortaliças e frutíferas. Geralmente ao redor dos galinheiros há presença massiva de um bananal. Desde que o pintinho nasce até seu abate, levam-se por volta de 4 a 5 meses, dependendo da raça do animal. 50 animais gastam geralmente 10 quilos de canjiquinha e 50 quilos de milho mensalmente, um investimento de

70 reais mensais. A dúzia de ovo é vendida por volta de 15 reais e o frango com 2 quilos é vendido por volta de 50 reais. Apesar de demorar mais para chegar ao abate, uma boa quantidade de frango é bem lucrativo e funciona também como capital excedente, já os patos e perus tem valores maiores no mercado, e chegam a pesar bem mais do que um frango, entre 3 e 5 quilos, todos estes animais também apreciados na culinária rural.

Outra forma de vender excedente e adquirir capital monetário para a propriedade é a venda de bezerros. Desde o nascimento até seu primeiro ano, o bezerro passa por várias etapas de cuidado e desenvolvimento até se separar de vez da vaca. É um animal que já exige mais cuidado por parte do produtor, principalmente nos primeiros meses de nascimento. Cuidado com o umbigo, com a alimentação, vacinação como aftosa, raiva e “manquinha”, cuidado com parasitas, seja em seu couro seja no seu intestino, a fim de que ele possa se desenvolver bem e ganhar peso e vitalidade. Além do bezerro, há as fêmeas que são chamadas por novilhas, estas serão as futuras vacas que ofertarão o leite. Na maioria das vezes o bezerro nasce entre 25 e 30 quilos, dependendo da raça, e em menos de um ano, se bem cuidado chega a ter entre 70 e 80 quilos. Geralmente o peso varia entre 10 a 12 reais o quilo. Assim, um bezerro gera um capital de 1000 a 1500 reais para o produtor rural, bem como a novilha. Neste tempo ambos recebem um pouco de ração bem como fubá, mas sua base de alimentação é o capim e o pasto bem tratado. Apesar de exigir mais atenção e cuidado, o bezerro gera menos despesa para o produtor, menos de 200 reais em um ano. No entanto, este animal exige que se tenha mais espaço para seu desenvolvimento, por isso que muitas dessas mulheres investem na compra ou aluguel de outros terrenos para criar estes animais, bem como descansar as vacas durante o período de gestação das mesmas.

Na região, há alguns laticínios que compram o leite dos produtores rurais. O Sabor da Serra fica localizado em um vale no distrito de Manejo, pertencente a Lima Duarte. Este laticínio escoar boa parte de seus produtos na região de Juiz de Fora, observo sempre nos mercados a presença de queijos e derivados desta marca. Outro laticínio é o Serra Negra (atual Dom de Minas), ao redor da cidade de Lima Duarte, mas na estrada de acesso ao Parque de Ibitipoca, quem vai para Ibitipoca passa de fora do mesmo, também já observei os produtos deste laticínio no comércio local bem como nos mercados de Juiz de Fora. E dentro da cidade de Lima Duarte, temos uma filial da Vigor, que antigamente era a famosa Jong, ligada a um grupo da Bahia. Mas outros laticínios ao redor da região acabam por também comprar o leite dos produtores.

Os grupos camponeses – os sitiantes, os agricultores, os lavradores, os posseiros, os assentados – estão sempre inseridos em sistema de mercado, participam do mercado de terras, do mercado de produtos, do mercado de trabalho; há sistematicamente venda e compra de mercadorias. (...) Nos estudos realizados no Brasil, a oposição casa-roçado, casa-sítio, casa-lavoura, ou mais genericamente casa-campo, surge como central na ordenação das práticas de consumo e de reprodução física dos membros do grupo doméstico e na mediação com a mobilização do trabalho de seus membros e dos recursos que adquirem. O esforço renovado a cada ciclo agrícola no campo, no sítio ou no roçado permite a obtenção de produtos que direta ou indiretamente contribuirão para enfrentar as necessidades de consumo da casa (Wanderley, 2011, p. 224).

A venda destes animais faz parte das estratégias adotadas por estas famílias para sua manutenção no meio rural, seja para ter presentes alimentos nos seus pratos, na sua alimentação mensal, seja para que possa ser outro meio de adquirir renda, dinheiro para suprir outras necessidades da propriedade, ou mesmo para entrar na poupança, tão comum no meio rural. Também é comum utilizarem ovos, frango e outros animais de pequeno porte nas trocas e presente entre vizinhos, pessoas que prestam algum serviço a propriedade, para motoristas do transporte público ou o “carreteiro do leite”, ou até mesmo para a pesquisadora, já que ganhei um casal de aves de Margarida, depois que aprendi a matar tais espécies. Garcia Jr; Herendia (2009, p. 229) afirmam que a criação de animais é o instrumento por excelência de reserva e acumulação de grupos domésticos camponeses. A cria, cria e engorda deles garante acesso a mercados e, conseqüentemente, a recursos monetários que garantem a sobrevivência e o investimento das famílias nas despesas domésticas e na manutenção da propriedade. Mas a garantia de sucesso de venda destes animais, dos ovos, de suas carnes, do leite e de seus derivados dependem também da participação e vínculos estabelecidos por estas famílias, em espaços como as associações e as feiras livres dos municípios, como bem veremos a seguir.

6.1.3 Os diferentes tipos de acessos aos espaços de participação coletiva: as associações

Algumas mudanças na legislação sanitária envolvendo os negócios e fornecimentos de produtos oriundos do meio rural, nos últimos anos, para a população no geral, bem como a busca de maior estabilidade e garantia de bons preços no mercado, impulsionou a formação de associações e cooperativas entre os pequenos produtores rurais brasileiro. Em se tratando principalmente da produção de leite e derivados, notei que boa parte da população camponesa da região da zona da mata mineira articulou-se em associações, dado que o volume de produção quinzenal ou mensal coletivo passa a ser bem significativo, garantindo assim maior expressividade de venda ao mercado dos laticínios locais, como também maior estabilidade e

valorização do preço unitário do litro do leite. Muitas das pequenas famílias que residem nas comunidades rurais do entorno do município de Lima Duarte dedicam-se ao ofício da pecuária, como já mencionamos neste trabalho. O sistema agropastoril não só garante uma renda mensal por causa da venda do leite, mas muitas famílias recorrem ao mesmo em decorrência também da venda dos bovinos mais jovens, os chamados “garrotes” ou “novilhas”, que também servem para o “corte”, ou seja, venda da carne/ couro mais fresco, quanto para reprodução.

Tal fato constitui-se uma estratégia de garantia de renda e “estabilidade” para as famílias, em função do baixo risco da exploração que demanda esta atividade, já que a maioria do rebanho se alimenta das pastagens da propriedade, ou que são cultivadas na propriedade (como o chamado trato que geralmente é composto de capim, cana e alguma ração/farelo de milho). Além disto é comum o uso do leite e seus respectivos derivados na alimentação familiar, ou de outras criações, como no caso daquelas mulheres e famílias que mexem com o rebanho de leiteiro, utilizam o leite “colostró”⁷⁹ para ajudar na engorda dos porcos. Há ainda aqueles que produzem derivados para o mercado externo, como o caso de Violeta, que vezes leva alguns queijos para a feira de agricultura familiar, lá também utilizam o soro dos queijos para alimentar os suínos.

Compreende-se então que o pequeno produtor rural, pessoas com média propriedade e média produção, se juntam em associações para fornecer uma quantidade maior de produtos (no caso de Margarida e Violeta, bem como os familiares de Cristina e mais recentemente Bromélia com seu atual companheiro, por terem como maior produção o leite, em suas propriedades). O fato de estarem associados fortalece outros aspectos, inclusive como de engajamento cívico, a fim de cobrar das prefeituras locais manutenção das estradas, possibilitam a essas famílias com uma propriedade de menor porte se cadastrarem no programa que fornece serviços com trator a baixo custo, negociar os insumos, garantir benefícios sociais como a aposentadoria rural. Geralmente este processo é bem burocrático e, na região é mediada também pelo sindicato, terem mais conhecimento acerca dos impostos rurais e das obrigatoriedades envolvendo o produtor, para que no futuro eles tenham em mãos as papeladas que permitem o acesso ao recurso do auxílio doença ou da aposentadoria, além do mais é no sindicato é que tem mais acesso a contadores. E por estarem vinculados a alguma associação, há descontos em determinadas compras na cidade (como material de construção e equipamentos envolvendo a tiragem do leite como as ordenhadeiras e insumos).

⁷⁹ Contrariando as orientações dos técnicos da EMATER, os pequenos produtores da região não gostam de dar para os bezerros o leite de uma vaca recém parida, o chamado colostro, pois é um leite bem amarelado e gorduroso, quando dão é bem pouco e utilizam boa parte deles para nutrir os suínos das propriedades.

Tanto meu pai quanto Cristina e Orquídea disseram que durante algumas reuniões das associações ocorre maior proximidade com a prefeitura local bem como os agentes da EMATER.

Houve também um impulsionamento da formação de associações envolvendo a agricultura familiar na região nos últimos anos, em decorrência dos processos de licitação envolvendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como já descrevemos no capítulo sobre desenvolvimento rural, a criação destas políticas públicas possibilitou acesso a novos mercados para as famílias rurais, principalmente porque ampliou a produção dos quintais de frutas, leguminosas e verduras, melhorando inclusive a alimentação interna destas famílias. Cristina descreveu bem isso ao apresentar sua propriedade e relatar sua experiência nestes programas, contou ainda que há quase dez anos a comunidade local articulou uma associação que forneceu por vários anos produtos para a escola municipal e estadual local. Ao longo deste processo, Cristina investiu significativamente no plantio de frutíferas em sua propriedade.

Quando visitei ela, visualizei mais de trinta pés de amora silvestre, bem como inúmeras parreiras de uva e também um plantio significativo de abacaxi, que inclusive é vendido o excedente na feira livre. Cristina chegou a ser vice-presidente da associação e afirma que foi uma experiência muito positiva, ainda que esta associação não exista mais. Afirmou ser positiva pois tiveram acessos a inúmeras capacitações e maior aproximação com os técnicos da EMATER, ela e demais vizinhos aprenderam muitas coisas que até então não sabia, no que diz respeito ao manejo e melhoria da produção. Contudo, em relação aos problemas burocráticos relacionados a associação e a prefeitura de Lima Duarte, por causa de uma questão de licitação não realizada para a CONAB, cuja responsabilidade envolvia o secretário de agricultura de Lima Duarte, naquele período, eles ficaram com o nome “sujo” e endividados, como frisou Cristina: “muitos tiveram que tirar do “bolso” para resolver tal questão” e conseqüentemente houve uma desarticulação do grupo e fechamento da associação.

Bromélia, bem como Violeta, também chegaram a participar de uma associação de porte maior conhecida como COOPAFALDER (Cooperativa da Agricultura Familiar de Lima Duarte e Região) onde boa parte dos produtores eram pessoas das proximidades da cidade e vinculados a feira livre. A experiência também foi bem conflitante, como relataram ambas, dado que muitos produtos presentes ali não advinham da produção dos agricultores locais e sim do CEASA (grande mercado distribuidor de Juiz de Fora) ou de outras associações da região de Barbacena- MG. Tal fato foi relatado pelo diretor da principal escola estadual de

Lima Duarte responsável por articular as compras do PNAE e Junípero, e o técnico da EMATER da região de Carangola também mencionou em entrevista que era comum determinados agricultores buscarem mercadorias em outras cidades para completar a solicitação da quantidade previstas nas licitações. Ao tentar conversar mais com Bromélia e Violeta sobre a experiência associativa, ambas disseram que foi uma experiência bem desagradável e de curto prazo e não tinham muito o que falar sobre. Como era um assunto inconveniente para elas, não dei seguimento a aprofundar sobre esta questão.

Orquídea iniciou suas atividades com uma grande horta que abastecia a escola municipal e estadual de Olaria. Na medida que foi entrando para a agricultura familiar, ela também foi se envolvendo com outros projetos de associativismo na região, especialmente a Associação Leiteira, inclusive foi por muitos anos presidente da associação. No último ano, ela estava engajada com o Sindicato rural de Olaria. Na verdade, boa parte dos produtores e trabalhadores rurais da região são filiados ou buscam recursos no Sindicato de Produtores de Lima Duarte. Não só de Olaria mas de Pedro Teixeira, outra pequena cidade ao redor de Lima Duarte. Isto acontece por duas questões, a primeira delas que tanto Olaria quanto Pedro Teixeira eram cidades fornadas recentemente, e antes elas eram distritos de Lima Duarte. Assim, já havia essa vinculação dos produtores a esse sindicato. E segundo porque o sindicato de Lima Duarte tem muito envolvimento com os produtores, hoje ele está bem ligado ao SENAR e acaba por estar bem presente nas capacitações e oferta de cursos para toda a população da região. O atual diretor do sindicato também é um advogado renomado na região e especialista em questões trabalhistas e aposentadoria dos produtores e trabalhadores rurais.

Mas, cabe ressaltar que também há em Lima Duarte um outro sindicato, direcionado aos trabalhadores e lavradores rurais. Quando fiz a primeira entrevista com Orquídea e a conheci de fato, ela estava nesse último sindicato, de trabalhadores. Assim, ela acabou por se envolver com uma proposta de Sindicato mais voltada para os trabalhadores e prestadores de serviços rurais em Olaria. Hoje no sindicato ela presta serviços relacionados a questões previdenciárias do produtor, aposentadoria, bem como benefícios sociais em caso de doenças. Ela também assessora na compra de vacinas e produtos para a manutenção do rebanho e uma questão destacada por ela na conversa é que ela tem buscado negociar com empresas produtoras de sementes e mudas, para que o agricultor possa adquirir as mesmas por um preço muito menor.

Em muitos países, inclusive no Brasil, é comum observarmos a atuação de grupos organizados em “associações”, “cooperativas” e “sindicatos”, formas de trabalho baseadas na participação coletiva, mas com características distintas. Atuam como organizações que

possuem caráter agregador e com maior potencial para atingir determinadas metas ou objetivos, principalmente no que diz respeito ao acesso a recursos e mercados. É importante considerar também o quanto esses tipos de estruturas ou organizações civis podem contribuir para o processo de desenvolvimento local ou mesmo territorial.

Figura 49 – Orquídea, de blusa vinho, em um encontro da FETAEMG, em Belo Horizonte



Fonte: Foto cedida pela pesquisada.

Já Margarida afirmou ter tido uma experiência muito boa com a associação leiteira local, que a mesma facilitou a garantia de preços para muitos produtores dali, e a diretoria foi bem incisiva em presar pela qualidade do leite entre os produtores. Por sinal, meu pai foi fiscal muito tempo da qualidade do leite local, não sei se ela falou isso para me agradar, mas eu sei que ele fez muita questão de acompanhar a higienização das latas que reservavam o leite, do curral, e mesmo a desonestidade de alguns produtores que colocavam bastante água no leite para o fazer render. A questão posta é que havia um caminhão de leite que recolhia o leite em cada propriedade e todos estes leites eram misturados, e se um determinado produtor não estava garantindo a qualidade do leite, todos os demais ficariam prejudicados.

Lembro que na época, a diretoria chegou não apenas a notificar essas pessoas, mas a expulsar alguns desviantes. Ao final desta pesquisa Margarida havia se desvinculado da associação, também por questões políticas, afirmou que lá tinha virado “curral eleitoral, principalmente depois que o então deputado federal Charles Evangelista, cuja origem familiar é da região havia “dado” um taque leiteiro maior para a Associação e o Júlio Delgado havia doado um caminhão com um tanque para outro Associação da comunidade. Notei que nos últimos cinco anos Margarida havia melhorado significativamente as condições de vida da

propriedade, segundo informações de meu pai, o esposo dela, que trabalhava de carteira assinada há mais de vinte anos em uma outra propriedade havia sacado o FGTS e aproveitaram e compraram um pequeno tanque leiteiro para garantir a refrigeração do leite.

Mas no que diz respeito às experiências Associativas dessas mulheres, apesar de não terem tido maiores continuidades e nem sido tão bem-sucedidas, possibilitaram a elas saírem de suas propriedades e se articularem com diferentes pessoas e grupos, fortalecendo assim seu capital social⁸⁰. Também fez com que elas tivessem melhorias na qualidade e na quantidade de produção, como bem já mencionei, ampliando principalmente seus quintais produtivos e articulando com os técnicos da EMATER. E, ainda para algumas foi um atalho para chegarem até a feira livre ou outros espaços, como no caso de Orquídea, que atuou muito tempo junto da associação e depois foi para a feira-livre e em seguida para o sindicato rural onde permanece e leva sua experiência para outras famílias camponesas, já mencionamos acima.

Portanto, as associações ampliam as práticas de mercado e o fortalecimento dos laços sociais entre os associados (Grisa; Schneider, 2014), além de aproximar e criar mais articulações com instâncias governamentais e outras instituições rurais, como o próprio sindicato, possibilitando acesso a novos capitais sociais e econômicos, bem como a capacitações técnicas e recursos que auxiliam na produção e manejo da propriedade. O vínculo com associações também facilita, como já mencionado neste trabalho, amplia o acesso de recursos advindos de programas governamentais, como o PRONAF e o PNAE.

É perceptível a importância da Associação como mediadora dos interesses dos associados na medida em que passa a agregar função política de articulação do pequeno produtor à cadeia produtiva, embora não se faça reconhecer no papel de mediador único (...) Assim, o reconhecimento da ação associativa como elemento dinamizador da luta por melhores condições de vida no campo torna-se, portanto, algo inquestionável, pois retrata o movimento permanente que os agricultores familiares empreendem na sua luta por um espaço na agenda pública da sociedade do capital (Beserra, 2013, p. 8-9).

Cabe dizer também que a incorporação das práticas associativas e cooperativas fomenta novas práticas de desenvolvimento, de modo que o processo produtivo se expande para além dos aspectos econômicos, fortalece as características culturais, sociais e políticas de uma determinada região, como a organização das festividades locais, as trocas de práticas e saberes entre os associados e mesmo o engajamento cívico entre eles (Bebbington, 1999). Contudo, observou-se que há uma considerável distância entre a institucionalização e as

⁸⁰ Para Marteleto *et al.* (2004), o capital social é definido como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados, que permitem a cooperação dentro ou entre diferentes grupos sociais.

condições objetivas e subjetivas que estes pequenos e médios produtores encontram a fim de organizar seu trabalho e levar sua produção juntamente de uma associação e, por isso, muitos acabam se desvinculando das mesmas, como o caso relatado de Cristina, bem como as experiências conflitantes vivenciadas por também de Margarida e Violeta, que optaram por ter seu próprio tanque de refrigeração leiteira, vendendo diretamente ao laticínio. Logo, é possível afirmar que o associativismo faz parte das estratégias mobilizadas para a dinamização e manutenção da economia no meio rural (Sales, 2007; Silva, 2015; Silva; Hespanhol, 2016) principalmente nas pequenas e médias propriedades, a questão que se apresenta nesta tese é que na região estudada, esse tipo de organização ainda é insipiente e necessita de maiores intervenções para que seja mais integrativo e menos conflitante.

6.1.4 Os diferentes tipos de acessos aos espaços de participação coletiva: a feira livre

Sales *et al.* (2011) ressaltam a importância da feira livre como uma estratégia de reprodução econômica da família, dadas as dificuldades de comercialização ou formas de geração de renda que uma família rural, principalmente aquelas que possuem pouca terra, enfrentam no dia a dia. No estudo empreendido pelos autores sobre as feiras livres no município de Lavras em Minas Gerais, eles afirmam que a feira se apresenta como um canal de distribuição de produtos diferenciados, cuja produção é feita a partir de métodos quase “artesanal”, e tem evidenciado a capacidade de valorização e produção orgânica entre os produtores rurais. A feira é também um canal de inserção social, e isso ficou evidente durante as minhas visitas e observações na feira da cidade de Lima Duarte, onde Bromélia e Cristina vendiam boa parte de seus produtos. Vi inúmeras vezes Bromélia trocar seus produtos que sobravam ao final do dia com outros feirantes, por vezes até dar os produtos (no caso hortaliças).

Algumas vezes que fui a feira, Bromélia não estava presente, por causa dos problemas com a trombose e, mesmo assim, uma colega levava os produtos delas e garantia a venda. Fiquei admirada também com a capacidade de negociação de Cristina (que por sinal era mais tímida e comedida nas falas) quando se tratava de outros produtos que não dizia respeito ao fubá, vi ela negociando bezerros da família, galinhas, e até porcos (ainda que discretamente) com pessoas “conhecidas” que circulavam por ali. Na feira livre de Olaria não era muito diferente, apesar de menos participação e presença massiva de mulheres, havia um apoio mútuo entre elas, trocas de produtos, receitas e até divulgação de cursos. Orquídea se destacava como uma liderança por ali também e nos períodos que participava da feira (pois nem sempre estava presente), geria as montagens e divulgações: “vai ali na fulana, aquela ali

do final, que lá tem sim”. Ao perguntar a Orquídea se ela gostava de viver no meio rural e qual era a importância da feira para a mesma, obtive a seguinte resposta:

Então a feira na verdade, a feira aqui no Olaria eu que comecei com ela entendeu? Comecei com a horta, da horta nós começamos a abrimos a feira. Eu fiquei na feira dez anos. Ai quando era aquelas mesinhas de bambu, aqueles negócios todos... não ninguém tinha que fazer a feira, as vezes era eu sozinha mesmo. Muitas vezes fiz sozinha levava tudo que tinha. Ah eu acordava bem cedo pra dar conta da horta, é assim né que nem filho, tem que cuidar dia e noite (risos) aí eu fui levando pra feira, aí viram que dava certo né, daí foi vindo mais um, mais outro, tu lembra né, sempre comprava sabão conosco (...) Ai depois ganhamos aquela barraca da EMATER, aquelas coisas. O pessoal começou a crescer o olho começou a começar com uma brigaiada danada porque eu não estava vendendo uns mais caros, mais baratos... entendeu? Aí tem um ano e meio por aí que eu dei um tempo sabe? Eu dei um tempo porque eu não tava aguentando mais e deixei por conta de um pessoalzinho lá. Que até a Célia que tá firme com ela, e vai resolvendo as brigas né. E até vou retornar, se Deus quiser é, vou voltar com a minha feira. E sobre a venda para a escola dá lucro sim porque eu comecei com a feira e comecei também na agricultura familiar vendendo para a escola, mas demora mais pra receber, tem muita papelada e tal, mas a gente tem um retorno muito bom (Fala Orquídea).

Anacleto *et al.* (2016) ao estudar as feiras livres do litoral do Paraná, procuram demonstrar como elas são capazes de tornar as mulheres rurais mais empreendedoras. Os autores destacam que a feira é um espaço onde se pode comercializar direto com o consumidor, sem intermediações, também oportuniza estabilidades e um fluxo maior de capital. Outros fatores que demonstram a importância de se comercializar na feira dizem respeito à praticidade quando se trata de lidar com processos de regularização do produto perante o órgão de vigilância sanitária, as entrevistadas relatam haver menos burocracia e mais agilidade, podendo o produto ser vendido mais “fresquinho” como é o caso dos doces e das geleias produzidas por Orquídea. Ela relatou que bastava ter uma cozinha azulejada e seguir os procedimentos de higienização que haveria facilidade de o produto ser incluído na feira e em outros espaços de venda. A questão mais complexa era o processo de retirada do CNPJ, que só depois com a regulamentação legislativa do Microempreendedor Individual (através do MEI)⁸¹ ficou mais viável entre elas. Mesmo assim, Orquídea ainda utilizava vezes o CNPJ da Associação, vezes de uma amiga nos rótulos de seus produtos, pois tinha temor de o MEI atrapalhar na questão da aposentadoria rural, de ela perder os direitos de trabalhadora rural.

⁸¹ O MEI surgiu como um modelo muito mais simples de empresa para atender milhões de trabalhadores autônomos que, até então, viviam na informalidade. Foi criado pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que alterou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

No caso de Violeta, quando participou da feira e fazia os biscoitos de natas e derivados de leite, sua família possuía o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF)⁸² o que facilitava o acesso aos mercados de aquisição de produtos e alimentos, como o PAA, bem como os subsídios advindos do PRONAF, e também dá aval para vendas de produtos na feira livre e em outros mercados. Outro fator que torna a feira livre um local de grande interesse e maior demanda de pessoas do meio rural para vendas de seus produtos é a possibilidade de comercializar com uma pequena quantidade e variedade de produtos. Dessa maneira, o produtor lidar com a sazonalidade e mesmo a perda das safras, também pelo fato que estar lidando diretamente com seu cliente, ele acaba conseguindo preços acima da média dos praticados nos mercados convencionais, dado que não há intermediário.

Então, a feira fez bem diferença, ajudou muito né, ajuda muito a feira. Mas eu vendo para os restaurantes, eu vendo particular, pras famílias, entendeu? Mas a renda da feira ajuda bem também, é um dinheiro bom. E outra coisa, a gente começa um negócio, a gente só consegue ver o retorno depois de dois anos. Depois de dois anos eu vi o retorno, antes não, porque gastei muito pra arrumar o terreno né, esterco, é isso, é arrumar água e tudo, gastei muito, depois de dois anos eu vi retorno. Sim, com o dinheiro das verduras me ajuda muito, me supre sim, mais que um salário um pouco, entendeu? Porque eu entregava para a cooperativa né, o PNAE, então né, supre bem, ajuda bem (Fala Bromélia).

Eu mesmo recebi uma crítica, quando eu comecei a feira, quando levei as coisas pra feira. Fiquei feliz porque eu não ia perder meu produto, comecei com a feira, sozinha na feira, eu e Deus. Não tinha ninguém pra me ajudar. Aí que que aconteceu, uma pessoa debochou né: “você na feira?” E olha era um rapaz do meio rural sabe, aí eu comentei com o rapaz, perguntei porquê do espanta deste cara, uai não é um trabalho honesto? Um suor seu? Então você não tem que ter vergonha disto não. E isto me deixou empolgada. Não pelo o que ele falou sabe, pois machuca agente este preconceito, porque eu sei que também era porque eu era mulher. Imagina né pra este povo, mulher plantando e ainda vendendo? (risos) Mas pensei assim, poxa, será que é tão grave assim uma mulher trabalhar na roça? E assim tem muitas pessoas que trabalham assim. Uma senhora mesmo que até trabalhou comigo na feira, acredita que ela conseguiu arrumar a casinha dela, através da feira acredita? E hoje a casa dela é linda sabe? Tudo pelo meio rural, do trabalho rural sabe, e hoje mesmo ela estando doente ela ainda tem a horta dela e agora ela ta fazendo parte da cooperativa, que ajuda mais ela sabe? (Fala Orquídea).

⁸² O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é o instrumento que substitui a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-Pronaf) na identificação e qualificação do(a) Agricultor(a) Familiar e sua Unidade Familiar, para fins de acesso a políticas públicas específicas. O Cadastro identifica os membros da Unidade Familiar, bem como o Empreendimento Familiar Rural, conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Leia mais em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/Comunicado- Tecnico-CNA-ed-13_2021.pdf. Acesso em: 10 jun. de 2021.

As falas das entrevistadas citadas acima demonstram que as feiras são importantes mecanismo de comercialização para a população rural e tem proporcionado muita mudança na economia familiar bem como na vida das mulheres. As feiras passam a se tornar espaços que favorecem a autoestima e a autonomia delas, pois neste espaço elas são capazes de romper com a dependência econômica e a sujeição em relação ao esposo/marido/pai. A inserção dos produtos dessas mulheres no espaço da feira livre⁸³ dá também visibilidade, e elas passam a ter acesso a outros espaços, como o caso da própria Orquídea que através da feira foi realizando as capacitações do Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR) e se interessou pelas atividades realizadas pelo sindicato e hoje é a presidente na sua cidade. O mesmo ocorreu com Juliana, em seus depoimentos ela afirma que através da feira ela formou uma clientela, que sempre prioriza os produtos dela e já encomenda antes (via telefone) e vezes até pegam com ela fora do itinerário da feira, e essa vendedora relatou inclusive que foi por meio dos encontros com outros feirantes e de atividades capacitativas realizadas pelos órgãos responsáveis pelo setor da agricultura no município que ela teve acesso ao PAA e ao PRONAF.

Figura 50 – Feira livre realizada as sextas-feiras em Lima Duarte, onde Bromélia e Cristina costumam vender seus produtos

⁸³ O Projeto de Apoio às Feiras Livres da Agricultura Familiar (Aqui tem Feira!), desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), tem contribuído para ampliar a renda da agricultura familiar. O Governo de Minas Gerais já distribuiu para associações de agricultores familiares do Estado cerca de 150 kits de feira livre, com investimentos que chegam a R\$ 1,5 milhão. Cada kit feira é composto por 10 barracas, 20 jalecos, 60 caixas plásticas e duas balanças de precisão.



Fonte: Por Geovania Carelli. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=814005675422661&set=pb.100004397070494.-2207520000..&type=3>. Acesso em: 20 ago. de 2018.

Em uma das visitas à casa de Cristina, cuja especialidade é a produção do fubá de moinho para venda na feira, ela realiza desde o plantio do milho, coleta, moendo e embalando o mesmo para ser vendido na feira. Fiquei admirada de ver o investimento que ela realizou no quintal e na horta dela, além do fubá, ela levava uma diversidade de produtos para a feira, hortaliças, leguminosas, frutos, ovos, aves. Na visita eu visualizei uma variedade de frutíferas, grandes parreiras de uvas e de framboesa, algo não muito típico em nossa região. Ela informou que esses tipos de frutas ela utilizava para fazer sucos que eram vendidos na merenda escolar, ou vezes fazer geleias que agregavam na alimentação familiar e se vendia o excedente.

Portanto, podemos observar as motivações pelas quais os agricultores optaram pelas feiras envolvem: a) a facilidade de inserção neste mercado sem grandes exigências regulamentação; b) a adequação e flexibilidade oferecida pela feira em relação ao tamanho da produção; c) neste espaço os produtos têm potencial de gerar melhores resultados econômicos em comparação a outros mercados; d) possibilidade de venda indireta de outros produtos que não são os que estão na feira (como animais, tais como aves, suínos, bovinos); e) acontece de forma periódica e itinerante, o que possibilita conciliar os trabalhos domésticos, reprodutivos com a dedicação a horta, ao roçado, ou fabricação de outros produtos como o queijo, pães,

bolos, doces, geleias, entre outros; f) por fim, é importante considerar que as feiras incentivam a diversificação da produção de alimentos na unidade familiar.

6.1.5 Projetos futuros, juventude e sucessão rural

Nosso último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2017 no Brasil aponta algumas mudanças no sistema de produção agropastoril brasileiro. Existem 15,1 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Isso representou uma queda de 1,5 milhões de pessoas em relação ao Censo Agro anterior, realizado em 2006. O que reforça uma mudança nos extratos das famílias rurais brasileiras bem como o aumento do êxodo rural. Há uma grande lacuna na permanência de jovens no meio rural, aponta o censo e estudos relacionados a esta temática. Eu mesma observo, pela minha experiência com familiares no meio rural da zona da mata mineira e meu contato com pessoas e famílias rurais (não só através da pesquisa de campo e das aulas na zona rural, mas pelas conversas com pessoas da feira livre de Juiz de Fora-MG), que cada vez mais os jovens buscam na cidade mais estabilidade nos empregos e formação profissional, ficando seus pais e parentes (pessoas com mais de 40 anos) ainda vivendo no rural.

Das cinco mulheres entrevistadas, no início da pesquisa, Bromélia, que tinha dois filhos homens com mais de 25 anos, e duas filhas, uma com mais de 15 anos e outra com mais de 20 anos, nenhum deles estava atuando com ela na horta. As meninas estavam estudando na escola média em outra cidade, morando com parentes e os filhos moravam no sul de Minas. Só em 2021 é que seu filho mais velho veio morar com ela e desenvolver um trabalho de retiro leiteiro com seu companheiro, em decorrência das mudanças no seu ambiente de trabalho por causa da Pandemia e porque a mãe estava bem debilitada de saúde. A filha mais velha também tinha realizado um casamento com um rapaz de Olaria e estavam iniciando este caminho das atividades agrícolas, já que na cidade havia muitos movimentos ligados ao turismo rural e ao desenvolvimento local. Lembro que quando fui visitar Bromélia ao final da pesquisa, apesar de mais frágil de saúde e fisicamente ela estava feliz por seus filhos estarem envolvidos com os projetos rurais, disse para mim: *“eles viram eu fazer dinheiro aqui né, e aqui não tem doença, não tem patrão, então apesar da luta é uma paz que só”*.

Já os filhos de Cristina, duas meninas e um menino, apesar de estarem sempre visitando a propriedade vezes nos feriados ou nos fins de semana, o mais velho trabalhava na cidade, como disse Cristina *“estava resolvendo sua vida por lá mesmo, é menos trabalho e ele escolheu isto para a vida né?”* A menina mais velha tinha acabado de formar em laticínios e estava estagiando em um laticínio local e morava com o irmão, e a mais nova estava cursando

uma faculdade e trabalhando na cidade. Como a propriedade de Cristina e de seus pais é bem distante da cidade, o acesso também é bem ruim devido as condições das estradas e ausência de transportes públicos, os mais jovens que almejam uma formação superior precisam migrar para os centros urbanos mais próximos. Mas apesar dos filhos delas não terem a pretensão de dar continuidade a administração da propriedade, alguns de seus sobrinhos optaram por não estudarem após a escola média e um deles, que por sinal foi meu aluno, era o que mais auxiliava Cristina e seus pais nos afazeres da propriedade. Este já possuía um carro fiat e carteira e tinha facilidade em se locomover até a cidade, para assegurar os cuidados de saúde dos avós, as entregas das mercadorias e as demais negociações envolvendo a propriedade. Cristina afirmou que ele levava todo mundo para lá e para cá e que tinha boa disposição em servir. Quando visitei a propriedade eu perguntei se ele estava feliz por estar ali a resposta dada foi “Deus me livre de cidade”.

Existem vários meios rurais, que são diferenciados pelos processos de desenvolvimento agrário e ambientes culturais que há entre e dentro das diferentes regiões do país. Não se pode igualar as problemáticas vivenciadas pelos jovens rurais, ignorando o meio no qual estão inseridos. A permanência ou saída do jovem do campo vai além da simples ‘atração’ pela cidade e precisa ser entendida como um todo. A saída dos jovens do meio rural para o urbano pode estar relacionada a fatores subjetivos envolvendo as condições de vida do jovem e sua família no meio rural, insatisfação com a vida ‘na roça’ dada pela exclusão dos processos de desenvolvimento (‘atraso’) em muitas regiões, falta de oportunidades, relativo menor acesso a bens e serviços desejados pelos jovens, menor convívio social, etc. Outro aspecto determinante pode estar relacionado às condições materiais/econômicas da unidade de produção; a propriedade rural não comporta/possui condições de proporcionar a este jovem um salário oriundo das atividades desenvolvidas na mesma. O jovem não possui independência financeira e acaba buscando isto em um emprego na cidade (Hentz, 2020 - Entrevista dada a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina)⁸⁴.

Boscardin (2019) mesmo destaca que a maioria das pessoas que se dedicam a vida rural são pessoas com a faixa de idade acima de 40 anos, e muitos dos que permanecem no meio rural são aposentados. Em 2017, o Censo Agropecuário apurou que 71% dos produtores brasileiros tinham mais de 45 anos, um percentual superior ao da União Europeia, que é de 70%. Nos Estados Unidos, essa faixa etária é ainda maior: 80%. Em decorrência do êxodo rural, está o processo de envelhecimento da população e também o de recente masculinização do campo, já que as moças estão deixando a zona rural antes e numa proporção maior que os rapazes (Abramovay *et al.*, 1998). Na zona da mata mineira, esse processo de êxodo rural tem

⁸⁴ Leia mais em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/por-que-o-jovem-sai-mais-cedo-do-campo. Acesso em: 18 ago. 2019.

aumentado significativamente, principalmente nas comunidades rurais de Lima Duarte e das cidades do entorno, como bem destacou o documentário *Dobra pra lá*⁸⁵. Devido especialmente à invisibilidade de seu trabalho, as mulheres tendem a deixar as áreas rurais em maior proporção do que os homens; e os jovens emigram em maior proporção que os adultos (Brumer, 2004; 2006).

Neste sentido, o estudo que empreendo evidencia essa mudança no meio rural. Das mulheres entrevistadas, desde aquelas que eu contactei para o capítulo do livro *Elas por Elas*, até as demais que eu desenvolvi um estudo de profundidade para essa tese, a questão envolvendo a continuidade da propriedade através dos herdeiros se faz por demais evidente. Muitos de seus filhos já não permanecem na propriedade e nem podem mais auxiliar na geração de renda. Ao final de meu campo, Margarida que era uma das poucas que tinham seus filhos ainda atuando no meio rural, lamentou demais a saída de sua filha (mulher) para se casar e ir para longe, dado que ela a ajudava demais nos afazeres da casa (a menina era aquela que cuidada das atividades de dentro da casa, garantindo a comida cotidiana para todos e outros cuidados, especialmente com a filha portadora de deficiência). Brincou inclusive que a sorte era de que o filho mais jovem (com a idade de 15 anos) tinha “juntado as trouxas” com uma moça da região e que ela agora tinha ganhado uma nova filha pra criar (dado que o pai da menina já tinha morrido há décadas e a mãe a tinha abandonado) e que ela era um “tesouro” na cozinha.

Os estudos de Troian, A.; Breitenbach, R. (2018, 2020) retomam os apontamentos clássicos dos estudos rurais, destacam a importância de pensarmos melhor a questão da permanência do jovem rural no campo. E como bem demonstra esses estudos, outra questão que subjaz no que diz respeito a juventude rural é no que envolve a questão de gênero, a exemplo das jovens e meninas do campo, como bem lemos sobre a experiência da Margarida e pode ressaltar também mencionando que Bromélia também tem uma filha de 15 anos e que nunca a ajudou na propriedade. Ela não deseja a sua vida para a filha e já tinha enviado ela jovem para a cidade de Juiz de Fora para estudar (pagava inclusive escola privada para garantir a mesma uma boa formação e passar no vestibular). O mesmo se deu com Cristina, que tinha duas filhas mulheres, a mais velha (que inclusive foi minha aluna) estava morando com parentes na cidade de Juiz de Fora e cursando Laticínios no Instituto Cândido Tostes, quando ouvi isso da parte dela fiquei super esperançosa sobre a volta da menina para o meio rural, mas logo fui tomada por uma resposta que me gerou mais desapontamento, Cristina

⁸⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7PPSTQic0-M>. Acesso em: 12 dez de 2021.

afirmou que o sonho da menina era formar e depois ir atuar no Centro-Oeste do país, nas fazendas de Goiás.

Na realidade, na região de Lima Duarte, por ter sido um dos ex-coordenadores do curso técnico de Agricultura (vinculado ao IFET de Rio Pomba) e também ex-secretário de agricultura da cidade um grande consultor nas terras do centro-oeste, muitos se inspiravam nele e viam a ida pra Goiás uma das formas de fazer “dinheiro” e carreira. Cristina mesmo citou o exemplo dele e enfatizou que estudar tanto para voltar para cidade e trabalhar “como pião” nos laticínios locais para ganhar menos de dois salários não valia a pena. Ela ainda lembrou que por ser uma menina, ficava mais complicado, pois “o povo local não pensa que isto daí é trabalho de mulher”. Estas situações não se restringem apenas a estas duas entrevistadas, no caso de Violeta, que possuía duas filhas mulheres, a situação não era diferente, apesar de que as duas meninas permanecerem ainda na região (mesmo depois de casada). Mas ambas as filhas trabalhavam em cargos públicos da cidade, uma na área da educação, trabalhando por sinal na escola do campo e outra no posto de saúde local. Samambaia estava terminando a faculdade de enfermagem e afirmou que pretendia ficar mais próxima aos pais:

É, eu sou muito grata, eu sou muito feliz de ter nascido de onde eu nasci. É, hoje eu não moro mais com eles, como eu disse, moro numa cidade, optei por uma cidade pequena pelo costume mesmo, eu me formei a técnica né, tô terminando minha faculdade de enfermagem também e nesse período eu fiquei desempregada em alguns momentos e o dinheiro lá da roça é que pagou minha faculdade, então é um lugar que realmente deu vida pra mim, pra minha irmã, e hoje ambas formadas. A minha irmã formou, não quis mudar de lá, formou a distância, cê conhece a história né, e assim, sou muito grata mesmo. E é um lugar que eu amo, amo, amo de paixão, e eu sempre falo que quando eu me estabilizar melhor, meus pais me deram uma casa em Olaria também, mas eu tenho vontade de quando eu me estabilizar eu poder comprar um sitiozinho, uma coisa pequenininha, infelizmente eu sei que viver daquilo é muito difícil, é por isso que meus pais sempre falavam muito pra mim e pra minha irmã, que a gente tinha que formar, que a gente tinha que estudar e ter uma boa profissão, porque realmente é uma vida difícil, e apesar de eu ter uma profissão eu tenho vontade de viver em um lugar tranquilo, viver em um lugar com paz. Eu tenho vontade de ter minha hortinha porque hoje eu tenho só hortinha em vaso, em vasinhos de plantas, e assim eu realmente sinto muita falta da paz né, e é isso (Fala Samambaia – Filha de Violeta).

A esse respeito, Pizzinato *et al.* (2017) realizaram uma série de reflexões sobre a educação e as perspectivas de futuro de jovens mulheres do meio rural residentes em diferentes municípios do interior do Rio Grande do Sul. Os estudos apontaram que apesar da escola ser um meio de sociabilidade e de oportunidade de aquisição de saberes para a

juventude, especialmente para as mulheres rurais, as orientações curriculares e atividades desenvolvidas neste espaço não se voltam para consolidar os saberes rurais e nem para fixar projetos de vida no meio rural para a juventude, ao contrário, tem contribuído para desconstruir as perspectivas econômicas sobre permanecer no campo.

Os autores do artigo mencionam inclusive que a família do campo tem passado por transformações importantes em sua dinâmica estrutural, como a perda de autonomia dos(as) agricultores(as) diante do capital financeiro e da agroindústria, na região do Rio Grande do Sul, abrindo espaço para se visualizar outras formas de empregabilidade. Ter acesso a escola representa a possibilidade de empregos fora do circuito de produção agrícola, dado que ficar no meio rural muitas das vezes é visto por estas famílias como sinônimo de vida dura e sofrida, haja vista a escassez de oportunidade de vendas da produção e valorização dos produtos ali gerados. Segundo os depoimentos das entrevistas coletadas pelos autores, para muitos daqueles que retiram do meio rural a sua forma de subsistência, ficar no campo é se dedicar “de sol a sol” com muito trabalho e “pouco dinheiro”.

6.2 APONTAMENTOS FINAIS: ESTRATÉGIAS, CAPITAIS E CAPACIDADES

Anthony Bebbington (1999) baseia seus estudos sobre trajetórias de famílias rurais a partir da consideração de suas condições de acesso a diferentes ativos de capital e a diversos atores sociais situados nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. E a construção do conhecimento representa. Neste sentido, um produto de uma trajetória de vida, ou seja, o resultado das conexões materiais e simbólicas exercidas entre e pelos indivíduos agentes deste processo, por meio das quais elaboram seus próprios cursos de vida, uns em relação aos outros (Corcuff, 2001). Em sua discussão da agricultura camponesa andina, Bebbington (1999) constata que as formas como as famílias compõem suas estratégias de sobrevivência são múltiplas e que estas estratégias poderiam ser definidas, sinteticamente, como o processo através do qual as pessoas/famílias, as comunidades ou as organizações transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se em uma posição de poder mudar sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil. Em meio à diversidade de situações, o autor destaca a existência de alguns temas comuns quando se analisam situações de sucesso na composição de estratégias de reprodução viáveis e sustentáveis. Tais temas expressam um relativo sucesso de parte das famílias e de seus membros para manter ou aumentar seu acesso (Bebbington, 1999, p. 19-20) a diferentes recursos, como crédito, terra, qualificações, trabalho, etc.,

dependendo de quais são mais relevantes para o tipo de trajetória de reprodução que as pessoas estão compondo.

Os diferentes tipos de ativos de capital a que se refere Bebbington são: a) capital produzido: recursos materiais tanto para uso produtivo como para uso doméstico (máquinas, equipamentos, instalações, insumos, móveis, eletrodomésticos, etc.), recursos financeiros (linhas de crédito, condições de financiamento, etc.) e recursos tecnológicos; b) capital natural: terra (quantidade e qualidade), água (rios, córregos, fontes, etc.), florestas, condições agroecológicas; c) capital humano: níveis de instrução (educação formal, capacitações, etc.), condições de saúde e nutrição; d) capital social⁸⁶: a existência de normas de confiança e de reciprocidade entre os membros de uma comunidade e a criação de redes de coesão e de solidariedade dentro dela (Delgado, 2001, p. 68), que favorecem a participação em organizações, segundo o tipo (econômicas, representativas, políticas, recreação/lazer) e a escala (locais, regionais, nacionais/internacionais); e) capital cultural: origens (étnicas, religiosas), tradições, crenças, costumes.

No esquema de análise proposto por Bebbington, os ativos de capital não representam simples recursos que as pessoas dispõem ou através dos quais ganham a vida, por assim dizer. Para essa concepção, os ativos de capital são mais do que isso: são elementos que capacitam as pessoas para ser e agir ou, como destaca Sen (1997), para realizar funcionamentos (*doings e beings*). Nesse sentido, são instrumentos que as ajudam a dar significado ao mundo, influenciando as decisões acerca de suas estratégias de sobrevivência e permitindo que transformem suas relações com o mercado, o Estado e a sociedade civil. É importante perceber, no estudo realizado por Bebbington, e isso também se aplica ao meu estudo, que nem todos os recursos ou tipos de ativos são usados da mesma forma e ao mesmo tempo. Essa utilização e sua intensidade vão depender, significativamente, da trajetória de reprodução das famílias e do significado que atribuem aos diferentes recursos. Em suas opções, as famílias podem sacrificar um ou outro desses ativos, de forma a armazenar outro mais apropriado para a sua respectiva estratégia de reprodução ou de sobrevivência; – a diferentes oportunidades para transformar esses recursos em fontes de “otimização” de suas condições de reprodução, por meio, por exemplo, do acesso a novos mercados de trabalho e de produtos; – aos meios de

⁸⁶ O capital social é definido por Fukuyama (2002) como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite a cooperação entre si. Tal definição direciona o capital social não só no aspecto econômico de vantagens, porém com objetivo de atender a uma sociedade específica e gerar benefícios qualitativos voltados ao desenvolvimento humano.

intensificar as formas existentes pelas quais esses recursos contribuem para suas trajetórias de reprodução.

Isso pode ser feito, por exemplo, por uma negociação de melhores condições nas transações, o que é possível ser alcançado pela renegociação das relações de poder subjacentes a essas transações. Para alcançar as situações descritas, as pessoas/famílias precisam desenvolver a capacidade ou a habilidade, de acordo com os pressupostos de Amartya Sen (2010), como bem apresentamos ao longo deste trabalho, para conquistar essas diferentes formas de acesso, o que pode ser obtido, segundo as descrições de Antony Bebbington, com sua participação em redes de parentesco, étnicas ou religiosas, em organizações sociais e através de sua interação com organizações governamentais e não-governamentais e mesmo com atores do mercado, tal como já apontamento no capítulo sobre desenvolvimento rural desta tese. Esta crença nas capacidades individuais é indissociável dos recursos e meios que os sujeitos têm à sua disposição e das possibilidades estruturais que lhes estão associadas, para efetuarem escolhas e anteciparem cenários futuros. Na abordagem que envolve a temática de gênero, é preciso então considerar a constituição performática que as mulheres adquirem e apresentam diante das relações sociais, em especial no mundo rural.

Quadro 1 – Tipos de acessos e estratégias de dinamização da economia familiar

Entrevistadas	Tamanho da propriedade	Oportunidades sociais (nos termos de Amartya Sen)	Facilidades econômicas (nos termos de Amartya Sen)
Margarida	4 hectares ao redor da casa e mais 4 hectares adquiridos ao longo da pesquisa do lado direto da sede principal.	Participou por mais de 10 anos da Associação leiteira local.	Criação de animais como aves, bovinos e suínos para venda local. Quintais produtivos para subsistência familiar.

Orquídea	1 hectare e mais 5 hectares alugados para reprodução do rebanho bovino.	Participou do PNAE, acessou o PRONAF e participa da diretoria do Sindicato rural local bem como do CMDR e participou da feira livre, fez cursos de capacitação via SENAR.	Criação de animais como aves, bovinos e suínos para venda local para subsistência e venda local. Quintais produtivos para subsistência familiar e venda na feira livre. Venda de doces, panificados e ovos.
Violeta	5 hectares	Participou da Associação de Agricultura familiar local, do PNAE, da feira livre municipal e acessou o PRONAF, fez cursos de capacitação via SENAR.	Criação de animais como aves, bovinos e suínos para venda local para subsistência e venda local. Quintais produtivos para subsistência familiar. Turismo rural. Venda de eucaliptos. Venda de doces, panificados e ovos.
Bromélia	1 hectare (comodato).	Participou da Associação de Agricultura familiar local, participa ainda da feira livre municipal e acessou o PRONAF, fez cursos de capacitação via SENAR.	Criação de animais como aves para subsistência e venda local. Quintais produtivos para subsistência familiar e venda na feira livre.
Cristina	4 hectares mais e comodado de parte da propriedade dos pais.	Participou da Associação de Agricultura familiar local, participa ainda da feira livre municipal.	Criação de animais como aves para subsistência e venda local.
			Quintais produtivos para subsistência familiar e venda na feira livre. Venda do fubá de moinho.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Portanto, as oportunidades reais que as pessoas possuem para realizar os seus propósitos, sobretudo o de bem-estar, podem advir da mobilização de suas capacidades, mais agregadas à disponibilidade de recursos, tendo em vista que essas capacidades envolvem habilidades, talentos individuais, direitos, condicionamentos, expectativas, autoestima, voz na comunidade, entre outros, ou seja, “viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações” (Sen, 2001, p. 79).

Há, então, nesta abordagem de *capacidades*, a opção de escolhas por parte dos indivíduos, apresentadas através de um conjunto de objeto-valor plurais mobilizados por eles para conseguir o seu bem-estar. Amartya Sen (1993) afirma que mesmo que uma pessoa possa vir a ter as mesmas capacidades que outra pessoa, ela pode optar por funcionamentos diferentes, e ainda que tenham objetivos comuns, podem apresentar resultados opostos devido às estratégias mobilizadas a fim de alcançar tais objetivos. O autor enfatiza a importância da liberdade individual e que ela é construída através de acessos a muitos mecanismos, como a democracia participativa e a não aceitação dos diversos níveis de privação da liberdade (como o não acesso a direitos políticos, sociais e econômicos). Por isso a participação ativa, em que os indivíduos são levados à condição de agentes, pontua então que “se a liberdade é intrinsecamente importante, as combinações disponíveis para a escolha são todas relevantes para se avaliar o que é vantajoso para uma pessoa, mesmo que ele ou ela escolha apenas uma alternativa” (Sen, 1993, p. 330).

Uma avaliação da importância dos diferentes capitais para as famílias rurais da microrregião de Lima Duarte começa, portanto, pela análise das distintas estratégias de reprodução observadas neste território. Para algumas famílias, o meio rural é visto principalmente como um lugar para morar ou para viver bem e suas estratégias de reprodução e, neste caso, se fundamentam especialmente em rendas agrícolas, mas são complementadas por atividades pluriativas como o turismo rural, as atividades de alvenaria, as faxinas, entre outras. A composição das estratégias de reprodução das famílias rurais passa pela escolha e definição de um conjunto de atividades e de rendas, agrícolas e não-agrícolas, rurais e não-rurais, em função de um conjunto de ativos de capitais que elas conseguem acessar e do tipo de relacionamento que elas conseguem manter com outras famílias e com atores estratégicos que operam em esferas situadas para além de suas comunidades e que representam as instituições do mercado, do Estado e da sociedade civil.

A forma e as condições de acesso nas quais as diferentes famílias conseguem ter a estes distintos atores interferem, portanto, na conformação de suas estratégias de reprodução. A densidade da vida associativa das famílias pode lhes facilitar não só o acesso aos mercados

como também às agências públicas. Além de contribuírem para criar e sustentar certas formas de identidade e padrões particulares de interação, Bebbington (1999, p. 31-32) considera que certas práticas culturais também se constituem, assim como os ativos de capital social, em fontes de capacitação, de inspiração e de poder. As falas dessas mulheres mostraram-se de extrema importância para que possamos compreender como foi tecido por elas este *enredado* modo de viver no meio rural (Schneider, 2010). As visitas em suas propriedades demonstram que elas possuem uma preocupação com a qualidade de vida, com a oportunidade de melhoria de vida para as/os filhas/os, com a sustentabilidade ambiental, com a segurança econômica da família e com o escoamento da produção (Lozano, 2011).

Vimos também neste estudo como a Emater/Sebrae/Sindicato rural têm proporcionado um maior acesso das mulheres rurais a informações de diferentes naturezas (direitos, serviços públicos, uso de novas tecnologias informacionais), além do reforço dos seus laços de sociabilidade e da ampliação dos seus vínculos com atores externos aos grupos, tais como as associações, feira-livres e outros mercados. Conhecer estas estruturas, apontaram como elas são capazes de determinar as relações internas a um segmento do social, isto é, como são estruturantes de um campo, quanto no que estas estruturas são determinadas por estas relações, isto é, são estruturadas (Bourdieu, 1996; Lahire, 1999).

Assim sendo, essas mulheres, juntamente com sua família, têm construído um espaço de “vida” especialmente em decorrência das redes e malhas que são formadas nas suas relações sociais. Vimos que algumas delas encabeçam a unidade produtiva, ora como líderes, ora por meio de contribuição direta ou indireta de grande parte da renda familiar. Demonstramos também as redes de sociabilidade dessas mulheres, como se deu o acesso à terra para seu núcleo familiar. Logo, essas mulheres desempenham na economia rural um trabalho gerador de renda, viabilizando assim a geração do capital nas unidades familiares, bem como outras funções produtivas e reprodutivas neste ambiente.

7. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Escrever sobre minha metodologia de pesquisa me remete por demais aos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação de Ciências Sociais, através das várias disciplinas de metodologia de pesquisa que cursei, e as experiências de campo realizadas ao longo das bolsas de iniciação científica e dos estágios no Centro de Pesquisa Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Também tive a oportunidade de, ao longo do meu doutorado, lecionar em uma universidade privada, na faculdade de Psicologia, a disciplina de *Epistemologia Científica* e, neste aspecto, as leituras e produção das aulas foram sementes

férteis para me ajudar, não apenas no campo, mas na seleção da revisão bibliográfica. Não seria possível fazer meu campo sem estas leituras e este direcionamento.

Segundo José Gonçalves Filho (2003, p. 54), “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”. Neste aspecto, várias questões metodológicas se apresentaram à minha pessoa, enquanto cientista social, mas a principal delas diz respeito às quais estratégias eu poderia adotar para fazer meu campo no campo (meio rural).

Dentre as estratégias metodológicas mobilizadas, na primeira parte da tese apresentou uma reconstituição histórica dos movimentos e lutas das mulheres rurais, bem como a construção de políticas destinadas à agricultura, o que vai ao encontro das falas das mulheres pesquisadas: luta pela aposentadoria rural, por exemplo. O levantamento de pesquisas etnográficas e estudos sociológicos sobre o meio rural foram essenciais para nortear a coleta de dados, bem como a seleção e interlocução de conceitos e informações para produzir este meu estudo. Tal fato fica evidente ao longo dos capítulos desta tese e na discussão de literatura empreendidas, associadas às falas coletadas em campo das mulheres e agentes entrevistados.

Outras estratégias mobilizadas foram as entrevistas semiestruturadas e a observação de campo, realizadas entre os anos de 2016 e 2021, inclusive com os agentes envolvidos na implementação de ações de empoderamento e inclusão nas políticas públicas como o PNAE, a feira livre e o PRONAF (ANEXO 1). Abaixo, segue a lista da quantidade de pessoas entrevistadas, seus direcionamentos e nomes fictícios.

Quadro 2 – Lista de Entrevistados

Mulheres pesquisadas	Orquídea
	Violeta
	Margarida
	Bromélia
	Cristina

Profissionais da EMATER	Ipê Amarelo
	Sucupira
	Avenca
	Junípero
	Cedro
Profissional da EMBRAPA	Aroeira
Profissional do SENAR	Erva Doce
Secretário Municipal	Eucalipto
Vice-presidente Associação Leiteira	José Evangelista
Diretor de Escola Estadual	Pinheiro
Filha de Violeta	Samambaia

Fonte: A autora (2022).

7.1 REFLEXÕES SOBRE FAZER CAMPO NO “CAMPO”

Na perspectiva de Weber (2000), a ciência pode e deve produzir uma análise objetiva das diversas dimensões (econômica, política, cultural, religiosa, etc.) da realidade, sem a intenção de reduzir e aprisionar toda a riqueza dos fatos a leis gerais. O que importa é compreender a significação que a realidade da vida possui para os indivíduos em diferentes contextos e em diferentes épocas. Neste sentido, o pesquisar implica a necessidade de ir se introduzindo novas problemáticas na pesquisa, de modo que se seja capaz de estudar as relações entre os sujeitos e a sociedade, desenvolvendo assim “uma partilha densa” com os sujeitos entrevistados, com os fatos, os locais, os atores e as atrizes sociais com quem se constrói a pesquisa. Esse processo permite, conhecer melhor os trajetos desses sujeitos, realizando um caminhar junto, entendendo a sua forma de tecer a vida e as relações (Chizzotti, 2003, p. 221).

Desse modo, organizar meus trajetos de mulher e pesquisadora também foi fundamental, no sentido de me organizar perante as decisões da pesquisa: quais seriam as mulheres a serem entrevistadas, quem eu visitaria primeiro, quais perguntas deveriam ser feitas inicialmente, por isso esboçar um questionário semiestruturado seria fundamental. Assim, retomando os caminhos adotados por mim enquanto pesquisadora, gostaria de frisar

que um dos pontos elencados foi: Como adequar minha rotina de mulher, que desempenha diversos papéis sociais e profissionais, para conseguir fazer as visitas, coletar informações, produzir as notas de campo?

Foi fundamental traçar um cronograma enquanto estratégia, por sinal emergiram as perguntas *quando, onde e por quê?* Optei assim por realizar as primeiras aproximações dentro da feira livre, fora da propriedade, também aproveitei quando elas vinham realizar alguma atividade na cidade de Lima Duarte, uma vez que somente Graça morava ao redor da cidade, as demais residiam em propriedade a mais de 25 km de distância. No segundo momento, feito os primeiros contatos, realizei algumas visitas nas propriedades das mesmas, dando seguimento na busca de respostas para as indagações que se apresentavam com meu estudo. Os escritos de Gonçalves (2003) referentes à pesquisa participante ensinam sobre a postura do/a pesquisador/a diante do território no qual objetiva realizar o estudo. Para ele, o termo “amizade” é relevante para tratar da relação que deve ser construída entre a pesquisadora e as interlocutoras que contribuirão com ela na produção de dados.

Neste aspecto, mapear meus trajetos também foi fundamental, no sentido de me organizar perante as decisões da pesquisa: quem eu visito primeiro? Qual deveria ser o perfil daqueles que eu estaria visitando, ou que tipo de mulher eu desejava aprofundar meus estudos, ou seja quem são estes agentes? Para lidar com essas questões, as leituras e a literatura sobre mulheres rurais, estudos já desenvolvidos anteriormente, foram um norte para meu processo de garimpo neste campo (Paulilo, 1987; Deere; León, 2002; Wanderley, 2003; Quijano, 2008; Cazella *et al.*, 2009; Carneiro; Brumer, 2004, Woortmann *et al.*, 2010; Siliprandi; Cintrão, 2013).

Os conceitos que me norteavam eram os *de autonomia, de empoderamento, e saber-fazer*, os quais possibilitam abranger o aspecto econômico e social da vida dessas mulheres, ou seja, quais espaços elas ocupavam como mulher no meio rural, de onde provinha a renda das mesmas e quais estratégias elas usam para dinamizar seu produto ou produção. E este foi meu primeiro critério de seleção. A literatura estudada aborda sobre as mudanças nas relações de gênero nas famílias, particularmente do poder e da negociação em relação aos recursos disponíveis como parte das transformações rurais nas últimas décadas no país.

Assim, esses escritos foram fundamentais para nortear os capítulos teóricos de minha tese, dado que, na medida em que eu realizava minha pesquisa de campo, os conceitos e deduções da literatura pareciam bem evidentes para a compreensão da vida das mulheres rurais pesquisadas. Logo, algumas questões se tornaram basilares para a realização das observações em campo: a) *como era a relação da mulher com o processo produtivo da*

propriedade; b) se ela participava e era remunerada por o fazer; c) quais tarefas ela era responsável; d) e como funcionava a dinâmica dessas mulheres fora da propriedade, em espaços como as associações e feiras; e) se elas foram beneficiadas com alguma política pública rural.

Comecei a perguntar nas comunidades rurais, para aqueles que estavam mais inseridos na realidade do meio rural, sobre quem seriam essas mulheres. Naqueles anos, 2016/início de 2017, eu ainda morava em Lima Duarte e trabalhava por lá. Nessa época, também dei início ao meu movimento, às minhas andanças, buscava mulheres consideradas mais independentes. Deparei-me então com um meio rural envelhecido, com poucas meninas e jovens, mas, por outro lado, com muitas mulheres mais velhas e aposentadas ou com algum tipo de benefício social. Também me deparei com um lugar ainda majoritariamente patriarcalista, onde a muitas são atribuídas o papel de “ajudantes” sem visibilidade ou sem qualquer remuneração e a elas ainda cabe o cuidado da casa, do seu redor e da horta, sem acesso ao capital gerado ali na família.

Encontrei um universo bem diversificado, desse modo, duas questões, do ponto de vista sociológico, se apresentaram no encontro com as mulheres rurais. A primeira delas diz respeito à eclosão de mudanças mais acentuadas no cotidiano desta ruralidade (Schneider, 2010) pós década de noventa, quando o meio rural acentuou a combinação de funções agrícolas e não-agrícolas junto a uma expansão tecnológica. Por esta razão, agregou-se uma série de atividades que passaram a oferecer novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias. Nesse sentido, a agropecuária e a agricultura de subsistência passaram a dividir espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo cada vez mais os limites entre o rural e o urbano no país (Silva; Hoffmann, 2000).

Muitas famílias dessa região viram, tanto na pluriatividade e na expansão tecnológica quanto na acessibilidade às políticas públicas, a partir de projetos do governo federal e programas das secretarias dos municípios, a exemplo do *Programa Feira Livre*, bem como um maior e mais adequado acesso ao transporte público, ao posto de saúde, à luz elétrica, à escolarização/capacitação profissional, possibilidades da permanência no meio rural e garantia de uma qualidade de vida até melhor do que no meio urbano. Dessa maneira, as articulações das mulheres do campo nos espaços públicos e políticos evidenciaram uma maior visibilidade e necessidade de olhar mais atentamente para as suas discussões e reivindicações. Essas articulações engendraram em novas práticas culturais e políticas e na proposição de políticas públicas específicas para estas atoras. Geraram oportunidades de ampliar sua produção e, conseqüentemente, integrá-las em mercados até então não acessível as mesmas.

E, nessa busca aqui e acolá, indo nas feiras, pedindo informações no sindicato, na secretaria municipal ou com pessoas conhecidas que encontrei um perfil mais comum daquilo que eu tanto buscava: *mulheres com suas remunerações provenientes do meio rural, com experiência produtivas e dinamização de sua produção para se manter neste rural, socialmente e economicamente*. Feito a seleção, agora me restava nortear como eu iria até elas, a saber, o deslocamento, dado que eu estava bem distante, agora em outra cidade. Em meados de 2017 eu estava finalizando uma gestação, por sinal de uma menina, e estava morando em uma pequena granja na cidade de Juiz de Fora. Havíamos conquistado a oportunidade de comprar esta pequena casa, ainda que financiada, e nesse aspecto minha vida estava totalmente mudada.

Mas busquei manter contato com aqueles que eu pesquisava, algumas na época possuíam telefone, eu ligava, conversava um pouco, mandava mensagens com as fotos da bebê e das reformas que estava fazendo em minha pequena propriedade, e por vezes quando eu ia visitar meu pai, passava ainda que brevemente na feira para uma prosa rápida. Em 2018 retomei melhor meu campo, durante 2020 mantive os contatos via telefone e foquei nas entrevistas com outros agentes como os profissionais da EMATER, do SENAR e da EMBRAPA e, em 2021, finalizei com mais algumas visitas de campo nas propriedades e na feira-livre.

7.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E O DIÁRIO DE CAMPO

Para outros questionamentos e mesmo apontamentos que me vinham à medida que eu realizava a revisão de literatura desta temática, revisitava minhas memórias rurais, diante das conversas com meu orientador, decorrentes principalmente da observação de campo e entrevistas realizadas com essas mulheres. Ao buscar respostas para a questão que se apresentava a minha pesquisa, apresentou-se a mim a temática da reflexividade, elencada nas discussões sociológicas mais contemporâneas (Giddens, 2000; Archer, 2000; Vandenberghe; Véran, 2016). A partir dessa temática, durante o processo de investigação, foi possível utilizar, além das entrevistas, a técnica de observação como importante meio de coleta de dados realizada de forma simples e direta, possibilitando complementar as informações, uma vez que alguns aspectos da realidade apresentada ficam evidenciados nas atitudes dos sujeitos no momento da entrevista.

Confirmam Barros e Lehfeld (2000, p. 53) quando apresentam a observação como uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica: Observar significa aplicar atentamente o sentido a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso. Da observação do cotidiano emergiam questões que mereciam maior estudo e destaque nesta tese, como veremos no capítulo de análise das coletas dos dados, inclusive as fotografias que enriquecem este estudo. A observação constitui-se, nesta pesquisa, a base das investigações científicas, como pode ser constatado:

As entrevistas com os sujeitos foram (na maioria das vezes) registradas com o uso de MP4 e/ou gravador, objetivando garantir a autenticidade dos depoimentos representados pela fala dos entrevistados e transcritas conforme seu consentimento. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. As entrevistas expressam, ‘as representações subjetivas dos participantes’, possibilitando intervenções do pesquisador em sua realidade ou ações transformadoras mediante questões problemáticas (Chizzotti, 1995, p. 90).

Neste sentido, a confecção de um diário de campo e a sistematização das conversas em temáticas muito auxiliou em minha própria reflexividade de pesquisadora e meu olhar sociológico. O diário de campo muitas vezes serviu para refletir diversos sentimentos e pensamentos que estreitavam e que ganhavam uma enorme dimensão. Enquanto pesquisadora, acredito que privilegiar as vozes das mulheres a partir de diferentes lugares é uma maneira de “quebrar a mudez e dar a conhecer a outras e a outros a sua história, a sua vida, o seu trabalho, as suas ideias e percepções; suas falas, muitas vezes ocultas ou desconsideradas, têm o poder único de dar acesso às suas experiências como sujeitos históricos” (Thompson, 1992, p. 16). Trata-se, portanto, de reconhecer as mulheres rurais como sujeitos, subjetividades, histórias, sofrimentos e corpos que situam e são situados na história e no mundo.

Alguém é como um segredo. Não o segredo que se pode sondar. E, certamente, nunca o segredo que invadimos. Alguém é como um segredo que é gente: aproximou-se e veio falar conosco. Não é como uma coisa antes escondida e agora escancarada. Alguém não é como um segredo que desmascaramos. É como um segredo que respeitamos ou que veneramos. Um segredo com quem conversamos e quem ouvimos sem necessidade de desvelar: uma pessoa é quem nos fala e com quem falamos, não é vítima de interrogatório (Gonçalves, 2003, p. 9).

Na maioria das vezes, eu tirava as férias de dezembro/janeiro, ou um fim de semana com feriado para eu poder ir até elas fazer visitas e entrevistas. Usava mais este período, pois era professora de Sociologia na escola média e de algumas disciplinas em uma instituição universitária, além disso, mãe de uma criança de menos de 2 anos, que pouco se adequava a ficar com avós ou o pai. Também não dirigia e precisava deslocar longas distâncias para ir até estas mulheres, às vezes era mais de 200 km percorridos em um dia para uma ou duas visitas/entrevistas. Outras vezes tinha que ir à outra cidade, era preciso antes, dependia também da disponibilidade delas ou daqueles que poderiam dar a entrevista, a exemplo do secretário qualquer outra pessoa que estivesse na minha rota de estudos.

Depois de muitos contatos, na medida em que elas foram tendo acesso à rede sociais, em especial o WhatsApp, um aplicativo de comunicação recente, algumas informações foram valiosas ao serem coletadas por ali, especialmente no contexto final da pesquisa, que se deu durante a pandemia do COVID-19. Por conseguinte, ao longo da pesquisa, eu tive que adotar variadas estratégias de coletas de informações e, neste aspecto, as aulas de antropologia e estudos/leituras da área bem como os encontros de orientação e coorientação auxiliaram no esclarecimento sobre como poderia ser minha abordagem de campo.

Lembro-me do termo utilizado por Lévi-Strauss (1970) de *bricolage*, e eu tive muito que desenvolver essa capacidade de juntar e costurar colchas de retalhos. Então, passei a considerar a possibilidade de fazer um pequeno livro de fotografias sobre mulheres do campo, e de fato estou fazendo, já tirei fotos de qualidade e visitei mais de vinte mulheres e, compartilhar um pouco destas fotos e da breve história de vida e profissional de cada uma, processo que via WhatsApp facilitou mais a chegada e entrada na casa dessas mulheres, bem como as entrevistas.

Em janeiro de 2019 quando eu já estava realizando meu campo, levei presentes, incluindo um livro grande de fotografias de um amigo, chamado Poeira e Porteira (Marco Zuchi)⁸⁷, algumas espécies de plantas ornamentais e doces/geleias que eu fazia. Essa ação permitiu uma maior abertura para perguntar sobre aqueles detalhes mais peculiares que um pesquisador não deve perguntar já de imediato na sua pesquisa, ou para fazer novamente perguntas antes feitas e que não obtiveram tanta profundidade.

Gostaria de dizer, ainda, que para a pesquisa final da tese, ficaram apenas cinco mulheres, dado às suas histórias, situações e estratégias mais comuns, eu acreditei ser válido aprofundar os encontros com cada uma delas. Mas desde o início do estudo deste tema, eu

⁸⁷ Veja mais sobre o livro em: <https://ultimato.com.br/sites/blogdaultimato/2016/02/01/poeira-e-porteira/>. Acesso em: 1 nov. de 2022.

cheguei a conhecer e conversar com mais de vinte mulheres, algumas delas feirantes em Juiz de Fora ou em municípios vizinhos, outras pequenas agricultoras da zona rural de Juiz de Fora, outras da região de Lima Duarte, que até hoje converso e troco ideias muito cruciais sobre a vida no meio rural. Em 2018, cheguei a acompanhar e entrevistar doze mulheres para a qualificação de doutorado, bem como para um capítulo de livro que fiz a convite de uma amiga professora universitária.

Das surpresas que vamos encontrando no campo, recordo-me e falarei disto melhor a frente, foi da frustração da sindicalista Orquídea, entrevistada neste estudo, quando o dinheiro do PRONAF-MULHER, utilizado pela família para a compra de algumas vacas, não poderia ser mais repostado, dado que estes animais tiveram a infelicidade de comer uma erva daninha na pastagem e morrerem. Lembro também de quando estava conversando sobre o papel do esposo da mesma na produção econômica da família, ela me dizer que ele era alcoólatra e que ficava muito agressivo com ela. Foi um dos momentos mais estranhos de minha entrevista, parei as anotações, fiquei em silêncio, recordo-me do seu olhar, sério e com um balanço de cabeça, do tipo “fazer o quê” e neste momento eu não conseguir dizer mais nada, nem dar seguimento próxima pergunta. Ela mesmo foi quem disse, “pode perguntar mais (...)”.

Gostaria de ressaltar que, para se fazer campo no campo e coletar informações sobre os projetos destas mulheres os desafios foram muitos, mas o principal deles diz respeito a conseguir que elas falassem, se abrissem, dessem abertura a minha pessoa sobre suas vidas, sobre seus cotidianos. Muitas omitiam informações válidas, mas não identifiquei muito bem o motivo. Talvez tivessem vergonha ou ficassem desconfiadas sobre o que eu faria com estas informações, em especial se eu viesse trazer isto a público. Observei que muitas informações eram negligenciadas, ou seja, o dito e não dito que faz parte da pesquisa e que, enquanto pesquisadores, precisamos ter aquele faro e o tal desconfiômetro de que os fatos não batem, que há lacunas. Negligenciadas no sentido de que mudavam de assunto, faziam alguma expressão facial específica e até diziam, “isto você não escreve não”, negligenciadas pois eu já tinha ouvido outras pessoas tratarem daquele assunto, ou mesmo alguns informantes, como conhecidos entre nós, já tinham trazido outras informações sobre. Neste aspecto, a conversa com os técnicos da EMATER e outros profissionais que se relacionavam com essas mulheres rurais foi demasiadamente importante para este estudo.

O campo traz questionamentos, algumas confirmações, mas também dúvidas, frustrações e surpresas. E é no diário de campo que podemos registrar a riqueza das emoções vivenciadas na solitária caminhada de pesquisa, anotações essas em sua maioria feitas para si. Escrever é então de

certa forma organizar aquilo que foi dito e percebido com um olhar que revê, transformando o/a pesquisador/a em um/a escritor/a que se utiliza de suas lembranças, impressões, dúvidas, hipóteses e dos diálogos que realiza no trabalho de campo (Lozano, 2017, p. 44).

Ponto aqui o caso da falência da Associação que Cristina participava e também Violeta, logo depois de fornecerem por mais de ano produtos para merenda escolar do município e por não ter acontecido a prestação de contas, elas perderam todo o pagamento que receberia da verba da CONAB. Essa situação envolvia a empresa que terceirizou o serviço da prestação, e que na época tinha como um dos sócios justamente o secretário de agricultura da prefeitura de Lima Duarte.

Neste sentido, eu prezava muito por fazer uma pesquisa qualitativa, olhando falas não verbalizadas, as expressões das faces, as desconversas e algumas reações diante de algumas perguntas. Assim, tive que adotar outra estratégia, sobre quem poderia falar sobre aquilo, ou como eu poderia preencher ou vasculhar melhor aquela informação. O que o não dito (SILVIA, 2008), o que tal reação ou omissão poderia me mostrar ao final? Era algo comigo ou tinha outras questões envolvidas? Portanto, as conversas com familiares, com vizinhos, com os famosos conhecidos meus e delas, ou até com os filhos e outros parentes fizeram muita diferença. Muitas lacunas foram preenchidas ou situações ficaram mais evidentes a partir destas conversas.

Para tanto, as informações advindas de meu pai foram fundamentais para entender melhor sobre Margarida e algumas de suas estratégias. Entretanto, as conversas com representantes de sindicatos, mentores de políticas públicas no meio rural, bem como outras pessoas que circulavam na feira ou negociavam com elas, ajudaram a compreender alguns questionamentos que vinham ao longo deste campo. Mas destaco que a conversa com uma das filhas das pesquisadas foi reveladora para compreender melhor os problemas enfrentados por essas mulheres na relação com as políticas públicas do Estado/município.

Como bem pontua Bourdieu (1993, p. 59) nas sociedades contemporâneas, “o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras”. Portanto, as notas de campo, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 150), constituíram o “relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da coleta” dos dados. Assim, são dois os tipos de dados advindos das notas de campo: o dado “descritivo”, propriamente dito, e o dado “reflexivo”, resultado das apreensões do pesquisador frente às observações e vivências no campo e que deram corpo ao capítulo final desta tese.

7.3 O CAMPO DA PESQUISA

Para melhor direcionar minhas entrevistas e meu contato com as entrevistadas, optei por ir até suas residências e fazer visitas, não só a fim de entrevistá-las, mas também com o intuito de melhor observar seu cotidiano e suas práticas. Além do mais, tive a oportunidade de encontrar com algumas delas nas ruas da cidade de Lima Duarte e conversar um pouco. Outras duas, coincidentemente, encontrei até em viagens de ônibus, uma vez que meus pais e mesmo eu, até o início desta pesquisa, residíamos na região onde elas vivem.

Quando fui a campo, busquei iniciar minhas conversas com um pequeno roteiro traçado, inspirada nas coletâneas lidas sobre mulheres rurais (Paulilo, 1987; Deere, León, 2002; Wanderley, 2003; Quijano, 2008; Cazella *et al.*, 2009; Carneiro; Brumer, 2004; Woortmann *et al.*, 2010; Siliprandi; Cintrão, 2013), buscando captar: a) dados pessoais da participante, tais como escolaridade, cidade de origem, sonhos/conquistas, seu passado, infância e fixação ali naquela terra e naquele projeto; b) questões contemplando o universo do e do grupo familiar e a dinamização da economia (família, o casamento, os parentes, a casa/propriedade/produção); c) questões acerca do exogrupo (sobre a comunidade e a rede de sociabilidade – vizinhos, associação/associados; cooperativa/cooperados; sindicato e órgãos públicos; d) questões acerca do exogrupo em comparação com o endogrupo (sentimentos, percepções e experiências referentes ao grupo de relação) e) e, por fim, a eficácia e participação junto às políticas públicas como o PNAE, o PRONAF e a Feira Livre Municipal.

Observei, assim, principalmente nas descrições das visitas/conversas realizadas, que a diversificação de produção, as estratégias adotadas por estas mulheres, em conjunto com seu núcleo familiar, funcionavam como uma alternativa plausível capaz de proporcionar meios para elevar as vantagens relativas à produtividade, bem como a negociação de seus produtos em pequenas áreas rurais. Essas estratégias garantiam a diversidade e expandiam o mercado de consumo e, portanto, compõem um mecanismo capaz de gerar a permanência delas naquele local.

Whittington (1996) destaca em suas obras que devemos considerar os aspectos micro e macrossociais no fazer estratégia. Para o autor, a estratégia como uma prática social fundamenta-se na noção de que as organizações são socialmente construídas a partir da interação entre os indivíduos que delas fazem parte. Essas interações se dão principalmente através da linguagem, o principal veículo de socialização dos membros de uma sociedade. Por conseguinte, o entendimento da perspectiva da estratégia como prática ocorre por meio do

papel da comunicação na efetivação dessas práticas. Quanto mais se aproxima da prática, mais se percebe que a estratégia não é unicamente um atributo das organizações, mas constitui uma atividade realizada pelos atores. Assim, ela pode ser percebida com uma prática social, ao passo que os agentes envolvidos nessa atividade podem ser estudados para melhor compreender como se dá a mesma no âmbito micro e macrosocial (Whittington, 2004).

Dessa maneira, para realizar a pesquisa, levei em consideração as orientações de Gilberto Velho, em seu clássico “Individualismo e Cultura” (1981), haja vista que eu estava lidando com um ambiente mais familiar. Este ambiente familiar facilitou a receptividade que tive, bem como a hospitalidade (Camargo, 2015) que fui recebendo ao longo das visitas. Uma das entrevistadas me conhecia desde a infância, convivera com meus pais e outros parentes, outras tiveram contato comigo através do trabalho que realizei como professora na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, especialmente nos chamados braços, das escolas rurais. Durante cinco anos, lecionei nesta escola e realizei vários trabalhos/projetos com os alunos, dentre eles um livro de fotografia sobre Memórias Rurais. Familiar, no sentido de fazer parte do campo e da proximidade territorial, pois de alguma forma eu já sabia um pouco da vida e da luta destas mulheres. Portanto, para dar prosseguimento à entrevista, foi preciso conseguir transformar o familiar em exótico.

Por outro lado, entrar na casa dessas pessoas, bem como nas entrelinhas e no cotidiano da vida social e econômica delas, não foi tão fácil, como já mencionei. Mesmo sendo familiar e conhecida, eu senti o estranhamento quando dizia que queria conversar um pouco sobre a prática e estratégias adotadas para se manterem ali no rural. Os encontros fora do ambiente familiar foram importantes para facilitar a aproximação mais pessoal com essas mulheres. No caso, por exemplo, de Violeta, eu tive cerca de cinco conversas com ela pelas ruas de Lima Duarte ao longo de um ano. Ia para a feira e ficava sentada do lado da barraca dela e só em julho de 2018 que consegui de fato fazer uma visita à sua residência, isto porque fui professora de uma de suas filhas, com a qual tinha uma ligação muito forte. Depois desta visita senti que estava agora sim sendo bem-vinda, pois ela e seu marido insistiram muito para eu voltar num fim de semana para comer um franguinho e claro, levar o esposo com a viola. Isto também foi outro fator que facilitou a aproximação, como eu não dirijo e muitos dos lugares só há acesso por carro, meu marido, que também é violeiro, me levou a campo e em algumas vezes que ele toca a viola, o clima de hospitalidade muda.

Nos primeiros encontros, falar de processos vivenciados por meus pais no meio rural foi fundamental para tornar a conversa mais solta e a vontade, tais como formas de plantio, questões ligadas a pagamento das atividades e mesmo assuntos envoltos com a relação do

homem do campo e o Estado; aposentadoria, subsídios, sindicatos, e acesso aos serviços públicos, em especial a saúde. Já nos encontros que se seguiram, o fato de eu ter comprado uma granja e mexer com flores, geleias, e postar em minha *timeline* do facebook, ajudou no sentido de ter outros assuntos antes de começar a “especular” sobre a vida delas. Ou seja, como destaca Gilberto Velho, por meio dessas temáticas, havia um compartilhamento de experiências mais ou menos comuns: “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas, não é necessariamente conhecido, sendo o oposto igualmente verdadeiro; pois o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (Velho, 1978, p. 39).

Foram realizadas, assim, duas entrevistas/vistas nas propriedades das mesmas, mais alguns encontros informais em outros ambientes como na feira livre, sindicato, entre outros, utilizando-se roteiro semiestruturado com perguntas abertas, cujas falas foram na maioria das vezes gravadas e selecionadas para serem citadas ao longo de alguns capítulos desta tese. Além do mais, utilizou-se do método etnográfico para compreender o saber-fazer dessas mulheres junto do seu núcleo familiar, principalmente diante do processo produtivo e de geração de renda, como bem veremos no último capítulo desta tese. Foram obtidos junto às agricultoras os devidos consentimentos para o uso dos dados coletados.

Portanto, é fundamental, enquanto estudiosa do doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, cidade inclusive com inúmeros distritos rurais e fronteiras com municípios cuja economia gira em torno da agricultura familiar e da pecuária leiteira, pensar como área de pesquisa e de estudo o cotidiano deste povo, em especial as estratégias e dinâmicas adotadas para se manterem neste meio. Pretendo também, com esta pesquisa, gerar informações que possibilitem as instituições públicas e mesmo coletivos ali presentes, tais como a EMATER, o SENAR e as Associações de agricultura familiar e da pecuária leiteira pensarem e articularem políticas/projetos que facilitem as condições socioeconômicas desta população rural.

Por isto, mais do que tratar dos papéis, das atuações, das participações e transformações vivenciadas na estrutura social campezina, é importante e inovador trazer a perspectiva acerca de estratégias, dinamização e reflexividades adotadas por elas, pelos grupos e instituições para dar força as atividades e lutas empreendidas no meio rural. Ness perspectiva, os conceitos das Ciências Sociais, como desenvolvimento, agenciamento e mudança social também foram relevantes para a análise. É importante enquanto cientistas sociais, ao produzirmos uma sociologia do mundo rural, considerarmos, ainda que sejam tortuosos e pedregosos os “(...) caminhos desse mundo rural desprezado e desdenhado, empobrecido e ameaçado, que se encontre com a Esperança que em suas pedras há. Porque só

pode haver qualidade de vida para diferentes populações se para elas houver, também, lugar para o sonho e a Esperança” (Souza, 2001, p. 36).

Dentro deste contexto, conforme demonstra Maria de Nazareth Wanderley (2000, p. 88), devemos considerar que o meio rural é entendido como: - espaço físico, fazendo referência à ocupação do território e aos seus símbolos; - lugar onde se vive, referindo-se às particularidades do modo de vida e a referência identitária; e - lugar de onde se vê e se vive o mundo, fazendo alusão à cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade. Poessa razão, o roteiro de minha pesquisa considerou primeiramente a percepção que essas mulheres têm do que é viver e ser rural, inclusive ser uma mulher do campo e, em seguida, como elas avaliam suas próprias estratégias e trajetórias de vida para se manterem e gerarem rendas no meio rural.

Nessa primeira etapa, as respostas direcionaram outras questões que conduziram minha pesquisa para a reflexão sobre as funções dos movimentos sociais e do Estado (por meio de políticas públicas), bem como a atuação de agentes no impulsionamento da visibilidade, da autonomia e do empoderamento político e econômico que elas passaram a vivenciar. Os capítulos que se sucedem são frutos dos caminhos apontados na própria pesquisa de campo e advêm dos movimentos e da própria trajetória de vida que essas mulheres vivenciam.

7.4 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O LOCAL DE PESQUISA (ZONA DA MATA MINEIRA)

De acordo com Ana Helena Gonçalves Camilotto (2011), a zona da mata mineira é uma das maiores bacia leiteira de Minas Gerais e mesmo do Brasil. A maioria dos moradores da zona rural desta região se dedicam a agropecuária, mesmo aqueles que se envolvem com a agricultura, ainda que ela esteja voltada para a sua subsistência, não deixam de mexer com o retiro leiteiro, até porque os produtos derivados do leite fazem parte da sua alimentação familiar (o queijo frescal, o leite e a manteiga por exemplo, até mesmo a carne bovina em si). Gabriel Rodrigues (2019) destaca em seu artigo sobre a zona da mata mineira que a agricultura, em especial por causa da forte presença da feira livre e do abastecimento das cidades é bem forte e possui expressividade nesta região.

Essas populações rurais possuem riqueza cultural inestimável, e muitas vezes contribuem para a dinamização e a ocupação dos espaços de maneira a

reduzir as degradações ambiental e social. Os agricultores familiares também são responsáveis por parte da produção agropecuária regional, além de movimentarem outros setores principalmente por meio da compra/venda de insumos. Contudo, por diversas razões uma parcela desses trabalhadores rurais se encontra descapitalizada, sem condições de modernizar, adequar ou expandir sua produção e, na pior das situações, sequer conseguem se manter onde vivem e trabalham (Rodrigues, 2019, p. 29).

Em seu estudo, Rodrigues (2019) procurou investigar o efeito do programa PRONAF sobre o produto interno bruto dos produtores da região da zona da mata, entre os anos de 2001 e 2012. Para o autor, o programa possibilita aos produtores (agropastoris e também da agricultura) melhores condições e oportunidades econômicas (investimento na propriedade por exemplo, melhorando a parte da produção por meio de aquisição de maquinários e insumos) o que produz efeitos positivos para a manutenção destas famílias e gera inclusive desenvolvimento rural. Rodrigues destaca ainda que “foram notados também impactos positivos do Pronaf sobre a geração de postos formais de trabalho, renda média dos trabalhadores, geração de receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e sobre o total da arrecadação tributária municipal” (2019, p. 30).

A distribuição setorial do PIB da Zona da Mata revela a predominância dos serviços (68,4%) em comparação à participação relativa da indústria (22,6%) e da agropecuária (9,0%). Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado dos serviços (9%) e da agropecuária (8,4%), já que a região contribui com apenas 5,4% da renda gerada na indústria mineira. A região é responsável por 9,5% dos empregos formais e de 3,2% das exportações totais da economia estadual. Tal como ocorre em relação ao PIB, observa-se que também nas exportações a Zona da Mata tem reduzido sua participação no total do estado nos últimos cinco anos.

Minas Gerais é o segundo estado do país com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar. São 441.829 propriedades de pequeno porte comandadas por famílias que tiram seu sustento da produção vegetal e/ou animal. O número representa 72,7% do total de estabelecimentos rurais mineiros. E, mesmo sendo considerados “pequenos produtores”, o setor representa 25% do Valor Bruto da Produção Agropecuária de Minas. Entre as propriedades situadas em municípios da Zona da Mata, o estudo revela que quase 85% produzem para a comercialização, e não para consumo próprio. Entre as culturas permanentes, de longo ciclo, o café arábica é o produto mais cultivado, com valor somado de produção do grão verde de pouco mais de R\$ 880 mil. A banana aparece no relatório como o segundo alimento mais plantado ao longo do ano, rendendo valor de R\$ 17 mil da produção. Entre as culturas temporárias, que oscilam de acordo com o período do ano, destaque para o milho, que rende R\$ 55 mil para as famílias produtoras e a cana de açúcar, com renda de quase R\$ 39 mil. Em relação à criação animal para comercialização, os

municípios da região se destacam na produção de aves, com mais de 5,3 milhões de unidades por ano, em média. A pecuária bovina, com quase 730 mil cabeças de gado, aparece em seguida. (IPPDS, s.d.)⁸⁸.

O relevo acidentado e a baixa disponibilidade de estradas representaram um grande entrave para o estabelecimento de relações comerciais e comunicação entre municípios dentro da Zona da Mata. Esse isolamento contribuiu para o desenvolvimento de atividades de subsistência em diversas regiões, caracterizada pela produção de milho, cana, mandioca e frutas, pela existência de pastagens, engenhos de cana, casas de vivenda e moinhos. Outro fator relevante na explicação da perda de importância econômica da Mata no âmbito estadual é o reordenamento do espaço econômico nacional. A partir da década de 1950, a expansão da agropecuária esteve atrelada, principalmente, ao desenvolvimento de políticas públicas por meio de investimentos em infraestrutura, assistência técnica, concessões de crédito de custeio e comercialização etc. Essa política foi direcionada apenas às regiões cujas características ambientais e de relevo eram compatíveis com o novo pacote tecnológico, como as regiões mineiras do Triângulo/Alto Paranaíba e do Noroeste, localizadas nas áreas do cerrado. Tais regiões, caracterizadas por áreas extensas e topografia favorável à mecanização e à utilização intensiva de capital, surgiram como alternativa para expansão da produção de cereais e grãos e da pecuária de corte. Além disso, tais políticas tiveram um efeito desagregador sobre a produção de pequenos e médios agricultores de regiões com atividade voltada, primordialmente, para o mercado interno, como era o caso da Zona da Mata.

Assim, a região da Zona da Mata mineira desde então tem perdido bastante representatividade na economia mineira. Esse fato é justificado por um lado pela estratégia de ocupação e concentração de investimentos em áreas pouco adensadas no território nacional, o que também se refletiu no território mineiro. Por outro lado, a perda de representatividade econômica da região também pode ser justificada por uma falta de reorientação da classe empresarial e política em prol de um novo modelo de desenvolvimento para a região. Ainda que no início dos anos de 1980 a estratégia governamental tenha passado a contemplar algumas regiões estagnadas como a Zona da Mata, esta regional ainda se encontra entre as menos desenvolvidas do Estado, e é caracterizada por grande disparidade econômica entre seus municípios. Essa forte heterogeneidade interna evidencia a necessidade de qualquer plano que se proponha pensar no desenvolvimento regional da Zona da Mata desagregar sua

⁸⁸ Cartilha 'Um novo retrato da agricultura familiar de Minas Gerais', elaborada pelo Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS), da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

análise em termos de microrregiões, ou pelo menos a partir de seus municípios mais dinâmicos.

Figura 51 - Pontinhos pretos na cidade de Lima Duarte se refere a localização aproximada das pesquisadas



Fonte: <http://www.megatimes.com.br/2014/05/zona-da-mata-mineira.html>.

Lima Duarte, situada na Zona da Mata Mineira, possui uma posição estratégica, por estar no limite entre as zonas da Mata e Sul de Minas Gerais. Está a 300 Km de Belo Horizonte, a 251 Km do Rio de Janeiro e a 60 km de Juiz de Fora; e a 728m de altitude com terras da Serra da Mantiqueira e nos Planaltos e Encostas dissecadas do leste de Minas.

Quanto ao município atualmente com três distritos: Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e São José dos Lopes e os povoados de Orvalho, Manejo, Ribeirão de São Pedro Pirapetinga, Mogol, Rancharia, Monte Verde, Palmital, Souza do Rio Grande, Retiro do Meio, Pinheiros, Perobas, Capitães, Capoeirão, Várzea do Brumado e Laranjeiras. Temos na agropecuária a principal atividade econômica, e o município sedia três grandes laticínios, que fornecem uma quantidade significativa de leite e derivados na região, principalmente para Juiz de Fora (um dos maiores polos urbanos próximos) e outras localidades do Brasil, como o próprio estado do Rio de Janeiro (dado que há proximidade de escoamento). Estes laticínios também oportunizam empregos locais, e buscam sempre mão de obra mais especializada no processo de produção e escoamento da mesma. O primeiro destes laticínios, localizado em uma região intermediária (pois fica nas proximidades da BR267) mas próximo à divisa de Santa Bárbara do Monte Verde é o laticínio Sabor da Serra.

Dos 35 mil litros de leite usados diariamente na produção, cerca de 90% são comprados diretamente de pequenos produtores rurais da região. 'Cada produtor fornece cerca de 115 litros por dia. Esse leite, por não vir de gado de alta produção, tem teores mais altos de proteína e gordura, o que é uma característica positiva. Consideramos os produtores rurais nosso maior patrimônio e trabalhamos com muita união, sempre apoiando o trabalho deles e buscando alternativas para melhorar a propriedade e a produtividade de cada um' (Fala Robson Paula Valle - Sócio proprietário e diretor do Sabor da Serra⁸⁹).

O outro laticínio é o Serra Negra, localizado na estrada de ida para Ibitipoca, que também fornece produtos para a região e emprega muitas pessoas da localidade de Lima Duarte, além destes dois laticínios temos também o Vigor Alimentos (Laticínios MB) dentro da cidade de Lima Duarte, cuja produção é mais especializada (queijos curados) que são vendidos por todo o Brasil. Ainda há laticínios em outras cidades próximas como o Rio do Peixe (na divisa entre Olaria e Bom Jardim de Minas) e o Laticínio Bom Pastor (na cidade de Belmiro Braga, próximo a Juiz de Fora). Pontua a existência dos mesmos a fim de demonstrar como a economia desta região está voltada para a agropecuária. A maioria das famílias rurais da região dedica-se, portanto, a vida agropastoril. Há também a produção agrícola, voltada não só para os mercados locais e regionais, mas para os programas de alimentação escolar e de outras instituições (como hospitais, asilos, instituições de caridade) mas também para a própria subsistência.

A economia de Lima Duarte, bem como das cidades do entorno (como Olaria, Pedro Teixeira e Santa Bárbara) também diz respeito ao funcionamento administrativo do setor

⁸⁹ Veja em: <https://www.sabordaserramg.com.br/contato/>. Acesso em: 10 dez. de 2021.

público (escolas, prefeitura, delegacia, entre outros), logo a sociedade rural também tem garantia de mercado no meio urbano (doces, artesanatos, demanda de mão de obra para cuidar de quintais e pequenas propriedades, por exemplo). Soma-se a isto o turismo, tanto rural quanto dos parques localizados como a região o Parque Estadual de Ibitipoca e o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira⁹⁰ (criado recentemente em 2018). Já que devido às montanhas, cachoeiras, grutas, monumentos históricos e a valorização da tradicional culinária mineira, o turismo vem crescendo como forma de rentabilidade para as pequenas famílias rurais dali. Destaco isto, pois uma das entrevistadas, Violeta, aproveitou estas oportunidades para viabilizar e dinamizar sua economia familiar, sua produção familiar, como mencionado neste trabalho, exemplo da pluriatividade presente na vida desta mulher era um rancho que vezes servia de atividade turística, localizado ao redor de uma cachoeira em sua propriedade, antes da Pandemia, por alguns anos, ele era utilizado para o acolhimento de famílias aos fins de semana, não deixando a família de desenvolver, prioritariamente, as atividades de agricultura familiar e agropastoris.

Do ponto de vista político, a região sempre teve na gestão municipal, e mesmo na câmara de vereadores partidos mais de direita, apesar de haver muitos simpatizantes do PT (Partido dos Trabalhadores), de modo que nas eleições municipais de 2020, foi eleita uma mulher, cuja profissão é de educadora aposentada, representante dos Partidos dos Trabalhadores. O antigo prefeito da cidade, que já foi prefeito por vários mandatos, era um dos donos dos maiores laticínios da cidade, e também aposentado do exército, apoiador inclusive do atual presidente da república Bolsonaro (2018/2022). O que eu posso afirmar, e compreenderemos melhor isto no capítulo sobre desenvolvimento rural e políticas públicas, é que se o território municipal e seu entorno for um local com grandes potencialidades ambientais, culturais, econômicas e comunitárias, como bem descreveu Anthony Bennington (1999) ao tratar das comunidades andinas, haverá maiores possibilidades de acesso a diferentes tipos de recursos que promovam o bem-estar social, mas para que isto aconteça, como bem veremos com os apontamentos feitos por Amartya Sen (2010), é preciso que os sujeitos desfrutem de liberdades, dentre elas política. E neste sentido, pode-se afirmar que apesar das potencialidades que esta região da zona da mata apresenta, há ainda muito atraso e falta de investimento e articulação por parte da gestão pública, por apresentarem perspectivas utilitárias e conservadoras.

⁹⁰ Mais informações, leiam em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2910-parque-estadual-serra-negra-da-mantiqueira>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

Cabe pontuar por fim que quando falamos de desenvolvimento local, falamos de desenvolvimento de um território. Só que o território não é um mero espaço físico, ou seja, ele não deve ser visto como um lugar onde as coisas acontecem de forma simples e constante, mas sim como uma variável, uma construção social. Como bem pontua o geógrafo Milton Santos, o território é ao mesmo tempo condicionador e condicionado por e a partir das ações dos atores e das comunidades e mesmo das articulações que envolvem as esferas políticas e econômicas (Santos, 2000).

7.5 OS PERCURSOS DE ENTREVISTAS COM AGENTES PÚBLICOS E OUTROS SUJEITOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA PENSAR O DESENHO DA TESE

O estudo sobre mulheres rurais se inicia como proposta para a confecção de um artigo para um e-book, como já bem mencionei anteriormente. O contato com mais de 10 mulheres rurais na região de Lima Duarte me fez perceber que as mudanças que estavam acontecendo em suas vidas, principalmente no sentido de mais empoderamento social e econômico, advinha das trocas e acesso que as mesmas estavam tendo, intermediados por agentes públicos e pelos organizadores dos cursos proporcionados pelo SENAR, por isto considereei válido estender as entrevistas a alguns destes representantes. No que tange ao desenvolvimento rural, tema que também abarca esta tese, foi de suma importância compreender como as políticas públicas são levadas e aplicadas na vida destas mulheres, ou mesmo da população rural.

Por isto, a fim de dar mais corpo empírico ao capítulo que trata sobre Estado, políticas públicas e desenvolvimento rural, e visualizar como isto de fato acontece na região das pesquisadas realizei algumas “conversas” com *Abmael de Lelis Saraiva*, técnico da EMATER a mais de 20 anos, atuou na cidade de Lima Duarte, e recentemente foi transferido para o município de Santa Bárbara. Já *Viviane da Silva Clementino Moura*, técnica da EMATER a mais de 15 anos, atuou na cidade de Olaria/MG, ao longo da pesquisa trabalhava na cidade de Rio Preto/MG, e ao final da mesma, tinha retomado para a cidade de Olaria, e seu trabalho foi mencionado algumas vezes nas entrevistas realizadas com as mulheres rurais. Também tive a oportunidade de conhecer e conversar via telefone com *Ana Helena Gonçalves Camilotto*, engenheira agrônoma, chegou a cursar mestrado profissional na UFJF, e é hoje uma das representantes da EMATER na cidade de Juiz de Fora, atuou também em Lima Duarte, por sinal também proprietária e produtora rural na região.

Tive também a oportunidade de conhecer o *Amarildo Silveira Ferreira*, técnico da EMATER há mais de 15 anos, atua na região de Muriaé/Carangola, mas que frequentava a casa de um vizinho meu e, que, com muita atenção me explicou significativamente sobre como funcionava os conselhos municipais de desenvolvimento rural na região e de conversar com *Maria da Glória Camargos Pereira*, extensionista aposentada de bem-estar da EMATER de Juiz de Fora. Fui recebida no sindicato rural de Lima Duarte, pela coordenadora do SENAR local, *Lilia Silva Morais Ramos*, que gerencia e organiza os cursos a mais de 10 anos ali, conversei com *Paulo Afonso Vieira*, diretor a mais de 15 anos da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, na cidade de Lima Duarte, dado que algumas das pesquisadas eram fornecedoras de alimentos para o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) e, tive a sorte de conversar com *Marne Sidney de Paula Moreira*, cientista social e aposentado da EMBRAPA Gado de Leite-JF.

Por fim, considerei válido acrescentar a fala de *Elizângela Carvalho*⁹¹, assentada e professora, com quem fiz muitas trocas ao longo deste estudo, e mesmo não entrando tão veemente nas questões agrárias que permeiam a luta do MST, me trouxe muitas reflexões sobre as lutas das mulheres camponesas na conquista dos direitos sociais das últimas décadas. E as falas de *Samambaia*, filha de Violeta, uma das mulheres pesquisadas, atualmente enfermeira na região de Olaria, que em muito me ajudou a ter uma percepção acerca da realidade familiar destas mulheres rurais, bem como compreender melhor como funciona os caminhos da sucessão rural para a juventude campestre. Acrescento por fim, as inúmeras conversas com meu pai, que não deixa de ser um grande informante para este estudo, *José Evangelista de Almeida*, que em muito se engajou na organização da Associação Leiteira da Comunidade da Pirapetinga e me auxiliou com informações importantes sobre as questões políticas que circunscrevem a região de Lima Duarte, foi graças a visibilidade que ele tinha que eu consegui chegar e ganhar à confiança para entrevistar muitos destes agentes e destas mulheres. Ao longo deste trabalho serão apresentadas algumas falas transcritas das “conversas” realizadas com estes sujeitos.

7.6 OS PRIMEIROS CONTATOS COM AS MULHERES IN ‘CAMPO’

Uma das mulheres pesquisadas reside próximo à divisa de Juiz de Fora com Lima Duarte, mas no município de Lima Duarte. Outra, na região rural de Juiz de Fora, próxima a

⁹¹ Leia mais sobre em: <https://mst.org.br/2017/09/14/profissao-educadora-do-campo/>. Acesso em: 17 dez. de 2021.

divisa de Santa Bárbara e de Lima Duarte. Foram entrevistadas também uma moradora de uma área rural próxima ao núcleo urbano de Lima Duarte, no bairro conhecido pejorativamente como Apagão, outra em uma área rural bem distante do município, residente no trevo dos distritos de São Domingos da Bocaina com Palmital, mas próximo à cidade de Olaria, outra na comunidade rural de Lima Duarte, conhecida como Várzea do Brumado, próximo ao Parque Estadual de Ibitipoca. Por fim, outra residente no distrito de Pombal em Olaria, próximo à divisa com o arraial do Tabuão, distrito de Bom Jardim de Minas. Totalizando um total de cinco entrevistadas, elas possuem mais de 40 anos de idade e filhos já “crescidos”, ou seja, na fase da inserção deles no mercado de trabalho, alguns estudando, outros com a vida mais consolidada.

Esta peculiaridade das proximidades entre diferentes cidades e também de acesso mais fácil ao meio urbano facilita o movimento/fluxo destas mulheres. É neste aspecto que minha pesquisa chama atenção para o movimento e as redes estabelecidas, enquanto uma das estratégias adotadas pelas mulheres para a dinamização da economia familiar. E foi surpreendente como, em menos de um ano, a linha de vida destas mulheres mudou significativamente, como o caso de Orquídea que vendeu a sua horta e estava atuando junto do sindicato.

Outro aspecto que em muito me chama a atenção no que tange ao movimento é que quase todas as pesquisadas já residiram no meio urbano, ou seja, nasceram no rural, vivenciaram o rural ao longo da juventude, saíram do rural em busca de novas oportunidades de vida no urbano, e o estranhamento e a inadaptabilidade a este meio trouxeram as mesmas de o volta rural. No entanto apesar de viverem nele, elas continuam em constante contato com o meio urbano, mas de uma maneira diferenciada, de forma não fixa, transitória, diria que enquanto passagem. A seguir pretendo descrever estes contatos com estas mulheres, seus movimentos, projetos de vida, estratégias e dinamização econômica que considero indispensável para a manutenção do seu núcleo familiar no meio rural.

7.6.1 Estratégias de campo – aproximações

Este primeiro contato foi realizado com doze mulheres, a saber mulheres com engajamento político e social, que não eram aposentadas e, juntamente com seu núcleo familiar, extraíam do meio rural sua principal fonte de renda, aquelas envolvidas com a agricultura familiar ou com o retiro leiteiro, ou com atividades pluriativas complementares, tais como prestação de serviços e mesmo o turismo rural⁹². A delimitação territorial diz

⁹² Este primeiro estudo foi publicado no capítulo do livro “Elas por elas”.

respeito ao entorno da cidade de Lima Duarte, na qual as entrevistadas habitavam e também cidade em que vivi por cinco anos, onde meus familiares residiam, o que facilitou o meu contato e aprofundamento da pesquisa. Na seletiva final, escolhi acompanhar mais a fundo a trajetória de vida e as estratégias adotadas por cinco mulheres. Algumas destas doze mulheres acabaram aposentando e deixando o campo, outras já não tinham mais a liderança e o engajamento político e o acesso a elas era mais difícil. Optei, então, por estar aprofundando o estudo destas cinco mulheres por identificar estratégias muito comuns, particularidades que levavam a generalidades sobre quais estratégias eram adotadas, movimentos que eram gerados e projetos de vidas que eram pensados. Também considerei interessante o aspecto territorial, as fronteiras entre municípios, o contínuo entre rural e urbano, e a relação com as políticas públicas agrárias que permeavam a vida e mesmo o processo produtivo do núcleo familiar destas mulheres. Estou optando por nomear as mulheres com nome de flores, garantindo assim a fidedignidade da minha pesquisa. A escolha de três territórios de pesquisa em municípios e mesorregiões diferentes demandou maior esforço de investigação e deslocamento que, por outro lado, foi muito positiva no sentido de nos permitir uma visão mais ampliada de realidades semelhantes e diferentes, ao mesmo tempo.

O território de Lima Duarte é bem extenso, com mais de dez distritos na área rural. Dos locais escolhidos para meu estudo, fiquei com os distritos de São Domingos da Bocaina e da Várzea do Brumado, distritos vizinhos e também mais distantes e com uma situação mais peculiar, pois para chegar a estes locais você deve passar por dentro de uma pequena cidade, que antigamente também era um bairro de Lima Duarte, esta cidade é Olaria. Estes distritos também fazem divisa com outras cidades da região do sul de Minas, que é Bom Jardim de Minas e Andrelândia, locais mais rurais e menos os urbanizados, onde há ainda muita tradição rural.

Além dessas questões, São Domingos é uma das regiões de Lima Duarte que mais tem crescido. Esse crescimento está relacionado com a questão do Turismo Rural, dado que tem proximidades com o Parque de Ibitipoca, bem como com o recém aprovado Parque da Serra Grande, na região de Olaria/Bom Jardim. Esse aspecto turístico também tem movimentado a economia das famílias locais. A região de fato é muito rica em água, com quedas muito bonitas, do ponto de vista geográfico, com pequenos cortes, chapadas de pedras e fazendas antigas. Como frisei anteriormente, as tradições antigas do campo são muito preservadas por meio das festividades religiosas, tais como a folia de reis e as festas de santos, mais raro em outras regiões de Lima Duarte. Apesar da Várzea ser menor que a região de São Domingos,

ela também segue este padrão e está bem mais próxima do Parque de Ibitipoca, faz divisa com a Rancharia, uma pequena comunidade rural ao redor do arraial de Ibitipoca.

Mas os encontros não se deram só nas casas, em alguns momentos cruzei com elas, no ônibus de rua, nas ruas por acaso e nas estradas (dando carona). Margarida foi uma das que dei carona e levei em casa, e creio que isto ajudou também a ela ficar mais à vontade. A outra questão são as trocas, nos termos de Mauss (1974), a dádiva, pequenos presentes e agrados, favoreceram a relação. O primeiro destes presentes foram os livros das comunidades rurais, um feito por mim e um outro de um amigo chamado Poeira e Porteira⁹³ (nos moldes dos livros do Sebastião Salgado). Depois, foram os presentes dos produtos, queijos, flores, mudas e ovos (de uma peruca). Conteí do caso do frango, que no primeiro dia de visita Margarida quis me dar de presente e a recusa veio por eu não saber abrir os mesmos. Na sexta visita ela me deu um casal de frangos e eu fiquei de levar para a mesma, ovos de peruca, pois ela estava atrás de uma peruca. por asar meu, nenhum dos ovos vingou, fiz o mesmo com a Cristina e também não obtive sorte, cheguei a pensar em levar minha peruca para uma delas, mas a mesma morreu (...) a história da morte da Peruca também rendeu conversas com as mulheres, pois foi bem trágica. Creio que estas pequenas dádivas as levaram a se sentirem mais à vontade durante as conversas.

A fim de manter este contato com elas no período de licença maternidade e residindo em outra cidade, acabei tomando a liberdade de adicioná-las em duas redes sociais. Primeiramente, o fiz em meu facebook, a fim de que elas se inteirassem melhor sobre quem eu sou e um pouco das crenças que compartilho e, depois de umas três visitas, acabei pegando o telefone particular das mesmas e as escrevendo via WhatsApp. Eu expliquei que poderia surgir alguma dúvida ou questão nova sobre as trajetórias de vida delas e se elas não se incomodariam de eu mandar vezes ou outra alguma pergunta para as mesmas.

Veze ou outra também escrevia a elas mandando fotos de algumas coisas que eu mantinha na minha granja, tive um período de produção e coleção de suculentas, uma espécie de flores, também gostava de fazer algumas guloseimas. Teve uma época que um rapaz que vendia uvas, doava semanalmente umas sacolas de uvas para nós darmos as galinhas de nosso galinheiro e eu sempre aproveitava algumas das mesmas fazendo geleias. Orquídea que era produtora de doces e que morava mais distante é que mais tinha uma proza comigo, mais constante, via rede social. Lembro-me de ter mandado fotos das geleias que eu fazia e até de

⁹³ Veja o livro em: <https://ultimo.com.br/sites/blogdultimo/2016/02/01/poeira-e-porteira/>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

ter me pedido a receita, pois ficou bem consistente sem eu ter usado nenhum produto (inclusive nem gelatina).

Figura 52 e 53 – Arthur e minha filha Iasmim, aos 2 anos de idade ao fundo e o livro Minha terra, minhas memórias, organizado por mim junto à comunidade da Escola Adalgisa, em Lima Duarte⁹⁴



Fonte: Fotos tiradas pela pesquisadora.

Outras, porém, já não tinham este acesso fácil as redes sociais, mas, por sorte minha, eram as que moram mais próximas, ou no caminho da casa de meu pai, logo, mantive visitas mais frequentes. Já no último ano da pesquisa, em decorrência da Pandemia do Covid, todas já usavam o celular e a internet e por estarem habituados, muitas dúvidas e trocas foram realizadas pelo aplicativo do WhatsApp e via Google Meet, principalmente com os agentes públicos entrevistados. Prefiro usar o termo visitas, pois era praticamente visitas mesmos. Confesso que tive que ter muito tato e jeito para adentrar dentro do universo e da história de vida destas mulheres. Como bem destaca uma série de pesquisadores da área rural, é bem natural para aqueles que vivem no meio rural esta desconfiança e até mesmo esta preservação sobre as questões de vida. Na sexta visita à casa da Margarida, eu me recordo bem que meu esposo (ele foi em quase todas) ao sair de lá e nos despedirmos, ao entrar no carro ele disse, “até que enfim ela pegou confiança na gente”. Ou seja, foi possível notar que as conversas estavam mais à vontade e naturais.

⁹⁴ Momento que realizamos uma boa colheita de feijão na granja. Ele estava colocando os feijões na estufa, onde tínhamos nossa horta doméstica e medicinal. E na segunda foto, exposição do livro organizado por mim, junto a educadores da Escola Estadual Adalgisa, em um encontro sobre saberes rurais na região.

7.6.1.1 - Margarida, retireira de leite no distrito da Pirapetinga/Lima Duarte

A escolha de Margarida se deu, pois havia muitas histórias sobre ela na região, conhecida como mulher valente, cheguei a ouvir comentários sobre como ela era capaz de domar novilhas e arrancar cupins pelos pastos, atividade não muito comum entre as mulheres e mesmo homens da região. Atualmente com 51 anos de idade, residindo na comunidade da Pirapetinga, já no município de Lima Duarte, próximo à divisa de Juiz de Fora. Estudou até metade do Ensino Fundamental e viveu muitos anos como colona de um fazendeiro da região. Mora a 10 anos na atual residência, que possui 5 alqueires de terra. Morava na fazenda do Zeca, um pouco abaixo de sua propriedade. Tanto ela quanto o marido trabalhavam para ele, mas somente o marido possuía remuneração de um salário-mínimo. Este permanece até hoje trabalhando lá, cuidando da manutenção da pastagem e do retiro leiteiro (já tem 25 anos de carteira assinada lá).

Eu busco novilha no pasto, eu curo gado, eu faço tudo, laço ela e marro ela no pau. Tinha uma novilha pegadeira aqui, o P. L. falou, tu não mansa esta novilha não. Manso, e mansei ela no pau. Brava, nossa senhora, mas boa de leite. (...) trabalhar pra você é melhor do que trabalhar pros outros. Eu trabalhava dentro do salário do meu marido, eu e todos meus filhos, nós fazíamos o da casa e de fora, aqui não, pode ser mais apertado no caso, mas a gente tá no que é nosso (...) Entre trabalhar de graça pro outro e trabalhar de graça pra você, é melhor pra você (risos) não é? (Fala Margarida).

Margarida comprou parte de sua propriedade e a outra foi herdada dos familiares de seu esposo. Eles têm cinco filhos, dois meninos e duas meninas. Sendo que uma delas é portadora de necessidades especiais, a mais velha por sinal, com 27 anos e o mais novo possui 15 anos. Apenas a menina de 22 anos é que ajuda a mesma nos afazeres da casa e do quintal/horta, esta também chegou a namorar o presidente da APROAPI (Associação dos Produtores de Leite e Amigos da Pirapetinga), o que garantia muito envolvimento de Margarida, com as questões da Associação, mas ao final da pesquisa de campo ela havia desfilado da Associação e comprada um próprio tanque leiteiro e vendia leite diretamente a um laticínio. Seus demais filhos trabalham fora, com prestação de serviços esporádicos para sitiantes locais. Margarida é muito conhecida na comunidade por administrar sozinha o retiro leiteiro, chega inclusive a tirar mais de 130 litros de leite por dia e fazer também a manutenção das pastagens, com pouca ajuda do filho mais novo, pois o mesmo frequenta a escola básica na parte da manhã.

Figura 54 e 55 – Margarida sua propriedade levando o farelo do gado e organizando a ordenha leiteira



Fonte: A autora (2019).

7.6.1.2 Bromélia, horticultora as margens do Rio do Peixe, ao redor do perímetro urbano de Lima Duarte

Já no entorno da cidade de Lima Duarte, fiz contato com Bromélia que produz verduras/frutas/leguminosas, tanto para vender na feira-livre, como também nos mercados locais, chegou também a fazer parte da COOPAFALDER (Cooperativa de Agricultura Familiar de Lima Duarte e região), cuja venda de produtos é direcionado ao programa da merenda escolar. Além disso, a mesma distribui parte da sua produção, através de sua Kombi, diretamente aos seus clientes. Tive alguns encontros pessoais com Graça, alguns na feira livre, e outros contatos foi no terreno que ela cultiva seus produtos, e muitos via telefone, aplicativo WhatsApp, já que desde o começo dos contatos ela sempre usava o aplicativo, principalmente por causa das encomendas/vendas. Diferente de todas as entrevistadas até o momento, Graça, não é originária de Lima Duarte, ela nasceu e viveu parte de sua vida em Lavras, no sul de Minas Gerais, seus pais que eram de Lima Duarte. Depois ficou mais alguns anos trabalhando na rodoviária da cidade e no restaurante “Kidelícia” em Juiz de Fora (ia e voltava para Lima Duarte todo dia), e faz 10 anos que mora ao redor da cidade e mexe com a agricultura. Das entrevistadas, sua história de vida é bem surpreendente, pois atualmente tira toda sua renda de aproximadamente 1,5 alqueires de terra, que não lhe pertence.

O terreno, à beira do Rio do Peixe, no sentido da estrada de Ibitipoca, por sinal bastante fértil, é cedido por uma senhora, pois Graça, sempre ajudava seu marido nos momentos de embriaguez. Graça, tem aproximadamente 43 anos e vivia, até metade da pesquisa junto com o pai de seus filhos (ex-marido), num bairro de Lima Duarte conhecido como Apagão, primeiro por não ter iluminação pública e segundo por ser um espaço de invasão. Tem uma filha de quase 20 anos, e ao longo da pesquisa ela morava em Juiz de Fora para ter um “estudo” melhor, seu filho morava no sul de Minas e entre o ano de 2019 e 2020, quando Bromélia se separou, ele veio trabalhar com a mãe na produção de hortaliças, ao longo da pesquisa, sua filha mais velha também estava trabalhando com ela, agora em uma outra propriedade na região de Olaria, onde Bromélia residia boa parte do tempo com um novo companheiro, esta filha tinha se casado com alguém da região e já possuía filhos. De todas as entrevistadas foi a única que fez questão de dizer a renda familiar, chegando a obter até quatro salários-mínimos com a Agricultura juntamente com seus familiares, *“eu estou tendo muito trabalho estes dias pois estou tendo que limpar a terra, por isto não tô podendo te receber direito, mas depois é só cuidar daqui né, dá uma manutenção e colher (...)”*, disse a mesma e me recebeu com uma enxada nas costas.

Figura 56 e 57 – Bromélia plantando em sua horta e de casaco marrom na feira



Fonte: A autora, 2019, 2020.

7.6.1.3. Violeta, ex-feirante, agropecuarista e produtora dos biscoitos de nata na “Cordilheira” /Lima Duarte

Violeta tinha por volta de 45 anos, quando iniciei a pesquisa de campo em sua propriedade, em 2017. Residente no trevo da comunidade de “Cordilheira”, distrito rural do município de Lima Duarte (35 km da cidade), mas bem próximo à cidade de Olaria (5 km da cidade). Além de sua família ter como renda principal, cuja base sempre foi o retiro leiteiro, ela chegou a participar algum tempo da COOPAFALDER⁹⁵, onde vendeu doces, biscoitos, ovos e queijo, na feira local de Lima Duarte. Também recorreu, ainda que temporariamente ao turismo rural para complementar a renda, pois vezes ou outra recebia pessoas em sua propriedade servindo almoços e permitindo que estas pessoas utilizassem a bela cachoeira que cortava a mesma. Lá havia a comida típica mineira, e ela por sinal era uma excelente cozinheira, fazia por sinal bons queijos que era por demais apreciados na feira, eu, por sinal, havia comprado alguns dela e ficava admirada com a consistência e conservação deles. Violeta, seu esposo e as filhas era exemplos de persistência, dinamização da economia familiar rural e de amor pela terra. As conversas que tive com a mesma foi na feira de Lima Duarte, e durante as mesmas observei que sua mão possuía muitos calos, foi então que eu perguntei se ela mexia muito com a lavoura, ela me disse que estava ordenhando o leite na parte da manhã e na parte da tarde, em sua propriedade. Nesta última conversa ela também informou que a propriedade dela foi adquirida por eles e não foi herança e combinamos uma visita.

Fiz a visita no final de julho de 2019, a propriedade da família fica localizada entre a comunidade de “Cordilheira” e a cidade de Olaria, mas no município de Lima Duarte. Na realidade Olaria é uma cidade dentro de todo o território de Lima Duarte. Se emanciparam a pouco tempo. As condições das estradas não são tão favoráveis para chegar até lá, há muitos cortes de pedra e precipícios. Mesmo assim fui até a propriedade. Fomos bem recebidos (eu, meu esposo e a bebê), suas filhas ficaram ocupadas com minha filha e a conversa fluiu significativamente. Observei que na propriedade havia poucos animais domesticados, um gato e outro cachorro, mas tinha bastante aves e uma horta, mais direcionada ao consumo da família, mas vezes eles vendiam o excedente de ovos e de aviário, na época que fui professora na escola da região, em 2015, eu sempre comprava ovos de sua família e também cheguei a adquirir frangos já prontos para um cozimento. Eram produtos de boa qualidade, bem limpos e conservados e com um bom peso, na época sua filha disse que ela e a mãe cuidavam muito bem das “criações” e na visita observei que os galináceos tinham um bom galinheiro e era de fato bem tratados, não ficam simplesmente soltos nas pastagens.

⁹⁵ Cooperativa da Agricultura Familiar de Lima Duarte e Região, fundada em 2014 com o objetivo de promover o desenvolvimento local. Atualmente comercializa a produção por meio do PNAE em diversos municípios da região.

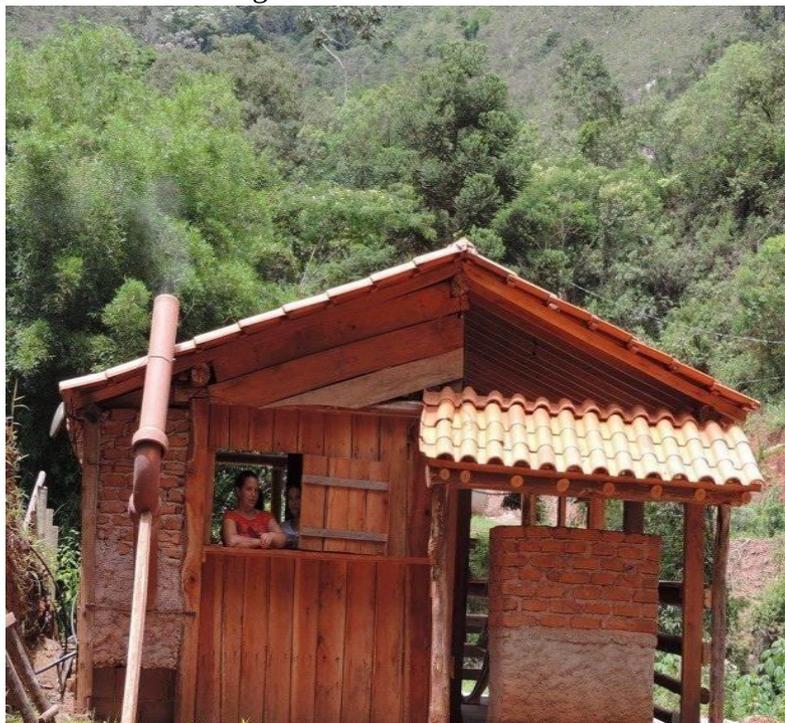
No que diz respeito a infraestrutura da sede/casa, havia um quarto azulejado, conforme normas da vigilância sanitária, onde vezes ou outra ela fazia seus panificados, além do biscoito de nata, naquela época ela fazia também deliciosos pães de canelas, receita típica da região e muito apreciada pelos turistas. No entanto, o foco da família era o sistema agropastoril, a renda principal concentrava-se no retiro leiteiro, Violeta por sinal era responsável pelas ordenhas das vacas e pelos cuidados delas, junto ao seu marido também desempenhava as atividades de manutenção das pastagens e pastoreio das vacas. A rotina na propriedade começa bem cedo, afinal precisavam desempenhar muitas funções por ali.

Na conversa que realizei com ela, durante a visita em 2019, contou que viveu por cinco anos em Juiz de Fora, época que financiaram um apartamento e o marido trabalhava na linha de ônibus urbano. Depois de um tempo apareceu a oportunidade de adquirir esta propriedade, próxima onde ela viveu com os pais na infância, e decidiram mudar de vida, pois já estavam cansados da agitação e “pressão” da cidade. Também ela estava grávida da segunda filha e como não dava para trabalhar na cidade grávida, ela achou melhor vir para a roça, pois *“aqui ela e o marido trabalhavam juntos”*. Ela frisou que eles trabalhavam juntos e em momento algum disse que ajudava o esposo. Antes de entrar para a associação e vender os biscoitos de nata, e outros do tipo, eles sempre tiraram leite e venderam ovos/frangos.

Destacou em sua fala que mesmo hoje na roça a vida é muito corrida e o custo para estudar as filhas sempre foi muito alto, por isto trabalham muito, frisou também que é preciso ter “recursos” para se investir na propriedade, ou seja, as cercas, o curral, as pastagens precisam de manutenção sempre. O que se ganha também é usado para dar continuidade nos cuidados com o rebanho e na subsistência dos animais e da família. Na época que iam para a feira, saíam no fusquinha azul as cinco da manhã, mas as três e meia já tiraram o leite, com a pandemia e as questões de vulnerabilidade de saúde, que tanto ela quando o esposo vivenciava, eles deixaram de participar da feira e centraram as atividades no rebanho de gado e ordenha leiteira. Quando questionei como surgiu a ideia de venda na feira, ela falou do técnico da EMATER, foi quem sempre orientando a família. Disse que foi ele inclusive que falou sobre o dinheiro do PRONAF mulher e graças a este dinheiro ela conseguiu ter um lugar mais adequado para produção de seus “quitudes”. Meu esposo também ficou muito tempo conversando com o esposo dela, pois eles se conheceram em festivais musicais da região, dado que o marido de Violeta toca na banda de música da comunidade de São Domingos. Reiteraram que voltássemos em um fim de semana com mais tempo, inclusive para almoçar, e não esquecesse de levar a viola caipira. Ou seja, estes contatos também do lado masculino permitiram que eu pudesse seguir a diante a pesquisa via conversas telefônicas, dado que a

pandemia não permitia mais realizar mais visitas de campo por lá. O fato de eu ter sido professora de uma de suas filhas também facilitou a aproximação e confiança, para que Violeta contasse um pouco de sua trajetória de vida no meio rural, como forma de inspiração e referência na criação e manutenção de estratégias para a dinamização da economia rural na região.

Figura 58 - Foto de Violeta



Fonte: Fotos cedidas pela pesquisada.

7.6.1.4 Orquídea, horticultora e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Olaria/MG

Orquídea, atual presidente do Sindicato de Trabalhadores/Produtores Rurais da cidade de Olaria, com aproximadamente 44 anos, foi uma das maiores fornecedoras de leguminosas e verduras para a Escola Pública de Olaria, tanto da rede estadual quanto municipal, trabalhava com isto desde 2007. Residente no povoado do Pombal, que fica bem próximo à divisa de Olaria com Bom Jardim de Minas. Sua propriedade tem aproximadamente apenas dois alqueires de terra, e tem um filho com mais de 21 anos que atua nas atividades agrícolas, mas que gerencia junto ao pai as atividades leiteiras, ao longo da pesquisa ele casou-se e teve uma filhinha e foi morar na cidade, mas não deixou de lado as atividades rurais. Além do cultivo, a família também produz leite e vende para a Associação Local, na qual Orquídea, também foi presidente, e nos horários vagos pai e filho exercem atividade de alvenaria, na cidade e ao redor de Olaria, sendo esta exemplo de pluriatividade rural muito comum no local.

Assim né, ele (marido) não gosta muito de roça não né, é muito serviço e entra pouco, sabe como é né, a gente é desvalorizado, então tem que fazer outras coisas né, e hoje aqui em Olaria tem bastante serviço pra pedreiro, ele (marido) é bom nisso, mexe bem, pessoal gosta dele e até paga mais. Assim, é aquele dinheiro mais certo né, trabalhou recebeu, ele pelo menos fala assim, não tem esta paciência que eu tenho e nem este amor assim né, de mexer com a terra, com os bichos. Eu já tenho mais né, já consigo mexer com os bichos e com gente (risos) (Fala Orquídea).

Pombal, diferente da Pirapetinga, onde vive Margarida, é uma comunidade com casas bem mais próximas, vivendo ali aproximadamente 35 famílias. Orquídea, viveu um tempo na cidade de Juiz de Fora, onde trabalhou como empregada doméstica em casa de famílias e na fábrica Krokero, depois retornou para a roça, tanto por opção do marido como pelo desgaste físico e psíquico que adquiriu na cidade. Ela relatou que quando trabalhava “em casa de família” era como se estivesse no tempo da escravidão, era muito serviço e muito humilhada, não deu para ela “ter patrão”. Disse que ganhava um salário e trabalhava dia e noite, só descansava na cama e não tinha a liberdade e a autonomia que tinha quando morava na roça. Além do mais observei o quanto Orquídea é bem sociável, vi que ela gostava de estar em grupo, em projetos, desde que a conheci, época que eu trabalhava na escola de Olaria, sabia que ela fazia um diferencial nas atividades culturais locais, ela cantava na igreja, mediava e estava presente nas organizações das festividades locais, participava da folia de reis e de outras festas tradicionais da cultura mineira da região, além do mais, notei que estar nestes espaços políticos, como a associação, a feira, o sindicato e os conselhos, era por demais “prazeroso” para ela, e por sinal, como ela bem destacou uma “missão” de vida.

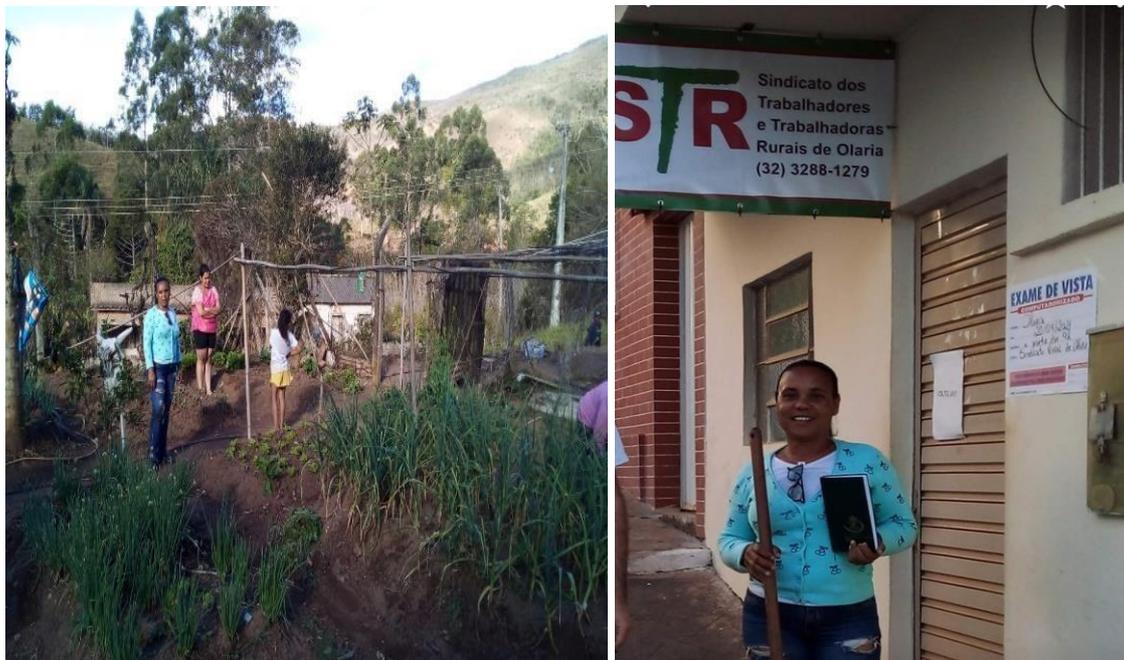
Às vezes a gente tem que escolher, não é? O dinheiro ou a felicidade, bom era que era na carteira né, mas hoje em dia a gente aqui já tem previdência, não é? Antigamente não tinha, e aí tinha que viver de empregado. As coisas melhoraram muito, muito mesmo, e a gente tem que falar isto pras pessoas da roça, por isto que tô aqui no sindicato e lá na Associação, tem que ter alguém pra falar e unir mais o povo, e não me arrependo de ter voltado. É fácil não é né, é um corre danado, tem outros problemas, já me acusaram de roubar aqui no sindicato, eu tive até que ir atrás do pessoal de Belo Horizonte (...) e com o marido às vezes não é fácil (...) por quê, olha assim, ele às vezes bebe, ae fica mais alterado, a cabeça é muito diferente, mas a gente vai levando, cada um pra um lado, eu estando aqui estou pra um lado, fico mais tranquila (Fala Orquídea).

O primeiro contato que tive com a mesma, foi no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lima Duarte, e por causa da pressa do técnico da EMATER, o qual lhe acompanhava, conversamos apenas por 15 minutos. No final da conversa, já mais à vontade, me convidou

para visitar sua residência no Pombal, outras vezes estive com ela na escola de Olaria, pois lecionei lá em 2016. Encontrei com ela no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Olaria, onde ela exercia serviço remunerado com meio salário, para orientar os trabalhadores locais, como criação do DAP, divulgação e inclusão em cursos de capacitação, entrega de sementes (ela consegue comprar uma quantidade alta via sindicato) e orientações sobre documentação e posse de terra, bem como aposentadoria rural, atividades feitas em conjunto com agentes públicos da prefeitura e também da EMATER. Ela contava também com apoio do Sindicato Rural de Lima Duarte, vinculado à rede CNA/SENAR, cujo presidente é um advogado que orienta causas trabalhistas para produtor e produtor rural e tem um contato forte com a diretora dos cursos do SENAR local, a *Erva doce*. Ao longo das visitas e contatos realizados em 2019, Orquídea estava organizando uma horta de produção de morangos e cursando o magistério a noite na cidade de Olaria, disse que o sonho dela mesmo é ser professora, mas não quer deixar de viver no campo. Nesta conversa, descobri que ela fez parte também da COOPAFALDER (Cooperativa de Agricultura Familiar de Lima Duarte e região), mas acabou saindo pois havia alguns problemas organizacionais no grupo. Através da cooperativa, ela vendia sua produção de agricultura familiar para as escolas e também seus doces em mercados regionais. Eu questionei como ela fazia agora sem a filiação a cooperativa para vender seus produtos, ela me disse que há uma lei que autoriza o pequeno produtor vender independente da mesma, ou seja, ela utiliza diretamente o seu DAP.

Também fiquei sabendo que seu marido e seu filho estão trabalhando como pedreiros, pois há épocas do ano que não há grande produção da horta e nem do leite. Fui informada ainda que ela está em contato com a EMATER, já tinha feito 26 cursos de capacitação através deles e continua mobilizando pessoas, via sindicato para fazer cursos do tipo. No momento atual ela estava atuando no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Olaria e participando da feira semanal local com seus doces. Das entrevistadas era a mais politizada, tendo contato com várias instâncias públicas que organizam a vida rural. É uma pessoa que tem forte capital social, e muita visibilidade social, conhecida inclusive como mulher de “pulso” de “opinião” tanto nas comunidades rurais de onde vive como nas cidades, tanto de Olaria quanto de Lima Duarte. No decorrer da pandemia, realizei algumas entrevistas com Orquídea via telefone, destaco que ela sempre foi muito solícita, disponível e me orientou significativamente sobre as questões envolvendo movimentos sociais, Estado e desenvolvimento rural, suas falas, sua experiência e engajamento social, possibilitou eu desenhar os caminhos dos capítulos e revisão de literatura deste estudo.

Figura 59 e 60 – Orquídea com sua vizinha na horta que planta para vendas na merenda escolar e na segunda foto ela em frente ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olaria



Fonte: Foto cedidas pela pesquisada, s.d.

7.6.1.5 Isabel Cristina, agricultora familiar, produtora do fubá e horticultora da Várzea do Brumado/Lima Duarte

Cristina foi uma das mulheres que estabeleço contato mais recente, entrou para a pesquisa no último ano, ela pediu por sinal para manter seu nome e não de flor ao longo do estudo, e cheguei até a mesma por indicação das demais pesquisadas e principalmente por indicação do técnico da EMATER da região, eu não tinha quase nenhum contato com ela, por ser a mesma uma pessoa bem mais reservada. Mas o fato de eu ter trabalhado em uma escola em que a filha dela também estudou, quando fui falar com ela, e ela já me “conhecia”, pela filha, pelo livro das memórias rurais e pelas outras mulheres da feira já terem falado de mim, e isto facilitou a pesquisa e confiança mútua entre nós. Ela é bem próxima da Bromélia, que vende hortaliças, e ela me chama de Paula assim como a Bromélia sempre me chamou.

Foi um pouco difícil adentrar no universo dela, das histórias bem como das produções rurais dela, dado que ela passou por uma situação muito complexa na relação com o esposo, que além de alcoólatra, a traiu quando seus filhos eram novos e foi morar com outra mulher, mas ao final da vida, o ex-esposo teve câncer e já com os filhos mais velhos, ela teve que cuidar do mesmo até o leito de morte. Desde que encontrei com ela a primeira vez ela relatou esta situação, portanto, era compreensível que contar sobre sua trajetória de vida remetia a

questões bem fortes vivenciadas pela mesma enquanto mulher rural. Ela já pontuou, na primeira conversa que as *“circunstâncias a levaram a trabalhar muito na roça e buscar fontes de renda alternativas para sustentar seus três filhos, duas meninas e um menino”*, foram uma questão de sobrevivência mesmo, ou seja, ou ela trabalhava ou não haveria meios de criar seus filhos.

Assim, ela viu na horta e na feira esta possibilidade de ascensão social e de captar recursos, principalmente por ter incentivo dos familiares e de uma técnica da EMATER. Apesar de residir próximas a seus irmãos/irmãs bem como de seus pais, o fato de separado parecia ter causado grandes constrangimentos na família e, pelo que eu entendi, ela preferiu trabalhar por conta própria a se submeter a outro casamento, também o fato de ter permitido cuidar do ex-marido quando doente, pós traição, não gerou boas aprovações no círculo familiar, o que fortaleceu ainda mais a busca de autonomia por outros meios, mais independentes do núcleo familiar parental. As primeiras conversas foram na feira livre e as respostas eram bem curtas e eu observava que ela não me olhava diretamente. Em uma das visitas que realizei a Bromélia, que por sinal era bem amiga dela, eu comentei que estava um pouco difícil a aproximação e então Bromélia me sugeriu de ir até a propriedade dela, conhecer os familiares e acompanhar a mesma. Sua propriedade era bem longe para mim ir, mas me propus a fazer, agendei inúmeras visitas, e ela desmarcou algumas em decorrência das funções que tinha, seja do roçado, seja da saúde dos pais, que ela estava zelando até então.

Então, nas férias de janeiro de 2020 eu consegui passar um dia inteiro com eles, o pai dela gostou demais do Arthur, meu esposo, ele havia levado a viola, também fui bem recebida e senti que ela mudou comigo, passou então seu telefone de celular e conversou em particular comigo por mais de duas horas. Desde então, as questões que emergiam na medida que eu escrevia os capítulos da tese, e por estarmos em uma pandemia, foram respondidas com muito zelo via telefone, pela mesma. Mas na visita realizada na propriedade, observei que ela tem uma boa relação com os parentes, principalmente com uma das irmãs que cuida dos afazeres domésticos e da alimentação da família, era por demais bonito os vínculos familiares ali existentes, um grande respeito e união entre os mais jovens, um dos sobrinhos que auxiliava ela, levando-a de carro a feita, tinha sido meu aluno, e era um jovem, apesar de tímido, educado e dedicado as funções rurais, bem como o filho e filhas de Cristina, que apesar de estudarem na cidade de Juiz de Fora, vinham sempre aos fins de semana e feriados para o casa dos avós e se dedicavam a festividades, socializações e funções na propriedade, principalmente envolvendo o pastoreiro do rebanho bovino. A casa, sede de sua propriedade estava cedida para uma sobrinha, recém-casada e que estava trabalhando na hotelaria lá do

Parque Estadual de Ibitipoca. Naquele momento Cristina estava residindo com o pai e a mãe, se dedicava a manutenção da horta e frutíferas e a produção semanal do fubá. Ao final da pesquisa seu pai havia falecido, o que a deixou um pouco debilitada para as funções produtivas, mas aos poucos ela estava retomando a produção do fubá e as atividades da feira-livre.

Figura 61 e 62 – Cristina apresentando a alface que colheu em sua horta e a segunda imagem foi de uma das visitas que realizei na propriedade e acompanhei ela na produção do fubá, cuja produção se destina ao mercado da feira e vizinhança



Fonte: Aslife (Facebook da feirante Geovana) (2018) e a segunda tirada pela autora (2019).

Se o ponto de partida de qualquer trabalho científico são as reflexões epistemológicas que precedem o desenvolvimento do trabalho de campo em si, as leituras e todo o esforço em justificar tais escolhas - desde o terreno empírico, seleção das fontes de informação até análise do material coletado -, o ponto de chegada será a composição de uma narrativa expressa em linguagem textual – é o que denominamos aqui por trajetória. Se é preciso começar tudo como semente e ir cuidando para que o pé cresça saudável, ir ao encontro destas mulheres foi como semear na terra. Primeiro, uma visita para tomarmos juntas um café e trocar saberes ou informações de quem também pertence ou já pertenceu ao universo rural.

Visitei mais de 20 mulheres daquela região para chegar nas cinco finais em que aprofundei meu estudo. O objetivo principal era olhar sociologicamente para as estratégias adotadas por estas mulheres que desafiaram o determinismo socioeconômico e cultural do campo e redesenharam as próprias vidas e os seus sonhos. Por conseguinte, também consistiu em sistematizar suas trajetórias que expressam inovadores significados às suas próprias vidas, a partir da reformulação conceitual e do (re) posicionamento do seu papel na família e no rumo de suas vidas. Para tratar destes dois pontos, o conceito de agência e reflexividade foram

fundamentais (Giddens, 2009; Archer, 2003; Vanderberghe, 2010; Caetano, 2013, etc.). Mas também é demasiadamente importante entender os mecanismos macrossociais que influenciaram este empoderamento, direta e indiretamente: as lutas camponesas, a conquistas de direitos como acesso à terra e a aposentadoria, a criação e acesso às políticas públicas rurais, as ações dos agentes públicos, a força sindical e o associativismo, ou seja uma séria de movimentos e estruturas que impulsionaram essa tomada de consciência e possibilitaram caminhos e estratégias para a dinamização da vida destas mulheres no meio rural. Enfim, são esses os pontos elencados ao longo desta pesquisa de tese de doutoramento.

8. CONCLUSÃO

A presença de mulheres rurais na produção agrícola no Brasil é um fato por demais relevante para os estudos que envolvem as sociedades rurais, bem como para garantia produtiva de alimentos no país. O rural brasileiro é habitado por um percentual de mulheres quase equivalente ao percentual de homens, porém, tanto as estatísticas censitárias (IBGE, 2017) como uma série de pesquisas e estudos na área acadêmica, especialmente no campo das Ciências Sociais, apontaram que, historicamente, no que tange ao fator remuneração, chefia e decisões compartilhadas dentro os estabelecimentos rurais, nota-se que [a]s mulheres ficavam relegadas a invisibilidade (Paulilo, 2003). Ainda há muitos casos de ausência de participação e notoriedade envolvendo as mulheres do campo em espaços públicos, no meio econômico, político e social (Siliprandi, 2017). Apesar disso, elas assumem de forma frequente funções e atividades para além da vida reprodutiva, e nas últimas décadas têm ocupado a militância política, movimentos, sejam eles sindicais, como a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) ou coletivos (como A Marcha das Margaridas), bem como têm sido inseridas em políticas públicas que geram renda e empoderamento como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tratar da temática estratégia de reprodução e dinamização da economia familiar através do engajamento social, político e econômico de mulheres rurais é falar também da questão que envolve o desenvolvimento rural e das ações do Estado perante a essa população. E o desenvolvimento rural é um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental, e para que ele ocorra com efetividade no meio rural, acima de tudo, é necessário melhorar as condições de vida das pessoas (criando e monitorando as políticas sociais), aperfeiçoar assim suas capacidades⁹⁶ de escolhas (gerando oportunidades como as feiras livres e as capacitações técnicas). Gostaria de lembrar que as capacidades possibilitam aos sujeitos que eles possam ser [b]agentes de mudanças, transformando os ativos e as oportunidades em meios de

⁹⁶ [...] As capacidades são um fim e um meio dos meios de vida: um meio de vida provê o apoio para o crescimento e exercício das capacidades (como fim) e; capacidades (como meio) habilitam o ganho de um meio de vida (Chambers e Conway, 1992, p. 5).

reprodução econômica e social que impliquem uma melhoria de sua qualidade de vida, de acordo com critérios das próprias pessoas (Bebbington, 1999; Sen, 2010).

O desafio do desenvolvimento humano não pode ser plenamente compreendido sem que nós enfrentemos conscientemente essa questão e prestemos atenção deliberada ao aumento das liberdades e capacidades de realização que são mais importantes nas vidas que podemos viver. Ampliar as vidas limitadas das quais, queiram ou não, a maioria dos seres humanos são prisioneiros por força das circunstâncias, é o maior desafio do desenvolvimento humano no mundo contemporâneo. Uma avaliação informada e inteligente tanto das vidas a que somos forçados como das vidas que poderíamos escolher mediante reformas sociais é o primeiro passo para o enfrentamento daquele desafio (Sen, 1993, p. 33).

Desse modo, as expectativas em relação aos rumos de vida que uma família, grupo ou sujeitos rurais vivenciam, podem estruturar-se em percursos, de forma que suas trajetórias possam ser compreendidas sociologicamente como sendo relativamente projetadas e por vezes “refletidas” (Archer, 2003) através da concepção de estratégias. Logo, para além da revisão teórica, este trabalho agregou as trajetórias de vida de cinco mulheres que residem no entorno do município de Lima Duarte, na região da Zona da Mata mineira, apresentando ao longo dos capítulos suas falas e relatos de experiência de vida enquanto integrantes da agricultura familiar brasileira.

A região onde vivem as mulheres estudadas, na Zona da Mata mineira, caracteriza-se por ser uma antiga bacia leiteira, portanto, boa parte delas obtém a principal renda do retiro de leite ou já viveram durante anos da extração agropecuária. Logo, o perfil dessas mulheres vai além da agricultura familiar, sendo esta atividade uma complementação da renda e a base da subsistência alimentícia das mesmas. Além do mais, essas mulheres e suas famílias buscam alternativas econômicas em atividades não agrícolas, tais como o turismo, prestação de serviços para outras pessoas da comunidade como diarista, pedreiro, manutenção das pastagens, entre outros.

Dinamizar e diversificar⁹⁷ sua produção e para tanto utilizar estratégias advindas da experiência de vida e de oportunidades selecionadas pelos atores rurais (Schmitt, 2011), torna-se uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade dentro dos territórios rurais. E, já [c]considerando as falas presentes nos capítulos anteriores bem como os relatos de outras pesquisas de campo, como as coletâneas apresentadas neste trabalho, visualizamos

⁹⁷ “[...] diversificação dos meios de vida é o processo pelo quais as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida” (Ellis, 1998, p. 15).

que a dinamização possibilita mais respeito à biodiversidade do território rural, gera renda, através de novas oportunidades de negócio e fortalece os diferentes tipos de capitais (social, simbólico, político e social) que circunscreve o mundo rural. Como bem descreve Perondi & Schneider (2012, p 132), a diversificação pode ser entendida tanto como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade, assim como uma estratégia de adaptação ou escolha que ocorre quando há uma busca proativa por alternativas ou novos investimentos. Portanto, quando apresento a ideia de dinamização, quero apontar e relatar meios que permitam ao homem, a mulher e a família rural encontrar novas fontes de receitas em sua propriedade, para ali permanecer. Sendo assim, o conceito de diversificação pode ser entendido em seu sentido estrito, através do exercício simultâneo de várias atividades desempenhadas por uma única pessoa ou pelos membros da família⁹⁸ e, por isso, o conceito deve ser associado a multifuncionalidade, tornando-se indispensável à compreensão do processo de desenvolvimento rural.

As regiões ou localidades só vão se beneficiar de iniciativas de estímulo ao desenvolvimento se a população local puder agir e reagir a tais estímulos. Pode-se constatar que essas mulheres buscam a qualidade de vida por meio de um conjunto de efetivações de funcionamentos das quais eles têm acesso para viver a vida que eles julgam valiosa, e na medida em que vão ampliando suas capacidades, novos funcionamentos aliam seus saberes adquiridos de forma tradicional com ações sociais que ampliam seus capitais por meio de estudos, assistências, novas tecnologias, associações, cooperativismo, mudança de cultivo, alteração, ampliação de opção de mercado de venda, mudança de atividades, pluriatividade, utilização de políticas públicas, participação política, troca de mão-de-obra e maquinários, entre outras ações citadas em seus discursos. A abordagem proposta por Bebbington (1999) para avaliar as condições de desenvolvimento rural local possui uma abrangência ainda maior que a abordagem dos sistemas agrários, não simplesmente por incorporar na análise atividades e rendas agrícolas e não-agrícolas, mas especialmente por considerar que as estratégias de reprodução das famílias rurais dependem também das condições de acesso a um conjunto de recursos, que o autor denomina ativos de capital, bem como das relações que elas conseguem manter com outros atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil.

Os resultados alcançados neste trabalho permitem afirmar que embora as ações dos agricultores sejam diversificadas, e mesmo eles estando residindo em comunidades diferentes

⁹⁸ Nesse propósito, é importante observar a unidade familiar como uma unidade de multipropósitos, pois os seus membros são, na verdade, indivíduos dotados de identidade e os meios de vida da família dependem e envolvem um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032/2175#>. Acesso em: 18 fev. 2019.

dentro de um mesmo município ou municípios vizinhos, suas ações foram direcionadas à ativação de suas capacidades, por meio de seus capitais disponíveis, quer sejam econômicos, social e cultural.

Este estudo buscou demonstrar como essas cinco mulheres rurais, juntamente ao seu núcleo familiar, realizam suas ações de permanência, subsistência e constituição deste modo de vida (Cândido, 1964) no meio rural. Sendo boa parte das mesmas advindas da realização de seus saberes práticos, seus ativos relacionais, diversificação de sua produção e meio de venda de seus produtos, busca de novos conhecimentos, troca de saberes, mão-de-obra e equipamentos com seus vizinhos e familiares, associações em cooperativas e demais formas coletivas de produção. Exemplo disto é a venda de produtos na feira do pequeno produtor, venda coletiva de hortaliças nos projetos da merenda escolar do município, na fabricação e na venda de produtos de panificação da comunidade rural visando o aumento de renda. Além do mais, o turismo rural também se apresentou como relevante para de uma das pesquisadas, bem como a participação em cursos realizados dentro das comunidades rurais para melhora do manejo e reutilização de recursos naturais, e que [e]as instituições como o SENAR e a EMATER foram essenciais na vida dessas mulheres já que possibilitaram a difusão dos saberes e técnicas, bem como motivaram o empoderamento e desenvolvimento local nas comunidades rurais em que elas vivem.

Amartya Sen (2003a) destaca que a expansão da educação possui vários papéis. Ter mais educação influencia a produtividade, contribui para a melhor distribuição da renda nacional entre diferentes pessoas, ajuda na conversão de renda e recursos em diversos funcionamentos e colabora para a escolha entre os distintos tipos de vida que uma pessoa pode levar (SEN, 2003a)⁹⁹. Oportunizar, portanto, a população rural, especialmente aos pequenos agricultores, o acesso à ciência e tecnologia, possibilita aos mesmos investir menos tempo e mão de obra na produção, ter acesso a meios e técnicas que garantam qualidade e quantidade, poupa-lhes tempo e força, o que contribui para melhoria das condições de trabalho e geração de saúde, dado que no meio rural as atividades são árduas e contínuas. O acesso também aumenta as possibilidades dessa população investir em lazer e dedicar-se as outras atividades sociais, inclusive o engajamento comunitário, ampliando as habilidades e os recursos técnicos. Há, conseqüentemente, espaço para se desfrutar de liberdades e melhorar seu bem-estar, dado que “a educação também auxilia na escolha inteligente entre diferentes

⁹⁹ Amartya Sen: a importância da educação básica. Entrevista disponibilizada em 28 de outubro de 2003 a Internet. Disponível em: <https://www.theguardian.com/education/2003/oct/28/schools.uk4>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

tipos de vida que uma pessoa pode levar. Todas essas distintas influências podem afetar importantemente o desenvolvimento de capacidades valiosas e, por isso mesmo, o processo de desenvolvimento humano” (Sen, 1993, p. 329).

As mulheres descritas neste estudo demonstram ter consciência de suas capacidades e estão sempre em constante processo de reação, fazendo proveito das oportunidades para melhorar sua renda e, conseqüentemente, todo o seu padrão de vida, por isto o conceito de reflexividade foi elencado na discussão da análise de seus projetos e trajetórias de vidas (Archer, 2003; Caetano, 2010). É possível afirmar que através da ação reflexiva e estratégica, a partir de projetos de vidas, essas cinco mulheres buscaram a ampliação de suas liberdades, sendo agentes na melhoria de suas capacitações, com ações voltadas para a expansão de sua qualidade de vida, assegurando assim o papel de agentes seja em suas famílias, na vizinhança, nos espaços que integram ou mesmo na comunidade no geral, práticas portanto, [g]indispensáveis na promoção do desenvolvimento rural.

Ao longo deste texto, citamos várias vezes a expressão “empoderamento das mulheres rurais”, bem como relatos de experiências a partir de contextos e trajetórias de vidas diferentes, mas que convergem no que diz respeito à mudança nas funções desempenhadas pelas mulheres no ambiente rural. Cabe lembrar que o trabalho familiar no meio rural incorporou significativas singularidades e tem oportunizado redefinições na organização de papéis domésticos, grupais e coletivos (Neves & Medeiros, 2013, p. 14). De acordo com John Friedmann (1998), seria a partir das unidades domésticas que se poderia iniciar os processos de empoderamento pessoal. Para tanto, compreende-se que a posicionalidade assumida por cada uma das nossas interlocutoras está invariavelmente ligada à sua localização social, cultural, geográfica, econômica, sexual, familiar, a partir da qual elas interpretam o mundo e fundamentam as suas falas, bem como das oportunidades que são ofertadas a elas e as escolhas que a mesmas estabelecem nestes caminhos do empoderamento. Logo, pode-se afirmar que empoderar é:

(...) um processo de construção e/ou ampliação das capacidades; é um processo ao mesmo tempo interno (relacionado com autoestima, autopercepção) e externo (que tem a ver com controle ou influência sobre o meio a sua volta); é pessoal e organizacional. Não pode ser feito de fora pra dentro, mas pode ser facilitado através de ações estimulantes e criando um ambiente amistoso, favorável; não é um processo neutro, [...]; também não é um processo natural. É induzido. É socialmente construído; [...] por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas (Villacorta e Rodríguez, 2002, p. 47-48).

Neste aspecto, devemos tomar o processo de empoderamento como um movimento de emancipação individual, cujo sentido diz respeito a ter estas mulheres domínio sobre suas próprias vidas. E construir este domínio envolve desenvolver sua autonomia, ou seja, fazendo uso de seus próprios meios, vontades e princípios, para além dos condicionantes estruturais, tomar decisões mais racionais. Atenta-se então, particularmente, para a expansão das “capabilidades” (*capabilities*) (Sen, 2010) em que as pessoas podem levar o tipo de vida que elas valorizam por meio de uma ampla decisão. Por um lado, essas capacidades podem ser aumentadas pelo acesso as políticas públicas, mas também, por outro lado, o encaminhamento dessa política pode ser influenciado pelo uso efetivo das capacidades participativas de determinada população local. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para as mulheres não pairam apenas sob o campo do fortalecimento econômico. Entram também na questão da violência, da participação feminina na reforma agrária, da maior representação na vida política, entre outras. Assim, a autonomia econômica, política e social conquistada pelas mulheres rurais faz com que se tornem ativas na busca por seus direitos e pela equidade de gênero.

Essas cinco mulheres desempenham importante papel para a consolidação e manutenção das atividades de agricultura familiar, pois combinam diferentes modalidades de trabalho desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas. A principal fonte de renda dos agricultores familiares pesquisados é provinda da propriedade e a força de trabalho utilizado é dos próprios membros da família. Apesar do peso das rendas derivadas das produções agropecuárias, atividades e rendas das atividades agrícolas (como a ordenha leiteira) e não- agrícolas (como aposentadoria, prestação de serviços e turismo rural), assumir a importância crescente na composição das estratégias de reprodução dessas famílias rurais, pode-se afirmar que a melhoria das condições de reprodução das famílias rurais depende das suas condições de acesso a ativos de capital e a atores das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. Logo, é primordial a construção, articulação e manutenção de políticas voltadas à promoção do desenvolvimento rural, a fim de garantir, sustentar e ampliar as oportunidades de acesso das famílias rurais tanto a ativos de capital quanto a outros atores políticos, econômicos e sociais.

Para efetivar o desenvolvimento rural, é preciso que se construa políticas um pouco mais abrangentes que visem não somente o processo produtivo, mas que vão ao encontro dos demais aspectos relacionados à expansão das liberdades individuais – saúde, educação e planejamento. Também é preciso que os gestores públicos e governantes assegurem a

permanência destas políticas a longo prazo e acompanhe a eficácia delas não só no aspecto macro, mas também microssocial. Pesquisas e estudos como esta tese possibilitam trazer discussões sobre esses aspectos e dar visibilidade, ainda que ao nível regional, sobre quais são os caminhos para se compreender o cotidiano rural brasileiro, bem como expõem e debatem os processos de empoderamento, autonomia e construção de liberdades no cotidiano das mulheres do campo. Cabe dizer, por fim, que estas questões não se esgotam por aqui, e vários dos assuntos elencados ao longo dos capítulos deste estudo podem oportunizar a outros pesquisadores, agentes do setor público e privado, envolvidos com a temática das mulheres e famílias rurais, a esmiuçar e se debruçar melhor sobre os nuances que permeiam a realidade campestre.

REFERENCIAL TEÓRICO

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28 n.s. 1,2 3 e 29, jan./dez., 1998, p. 4-21.

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos, além dos limites. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001, p. 121-140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qNBc6gbwCZ7xTHwr4mYzRQD/?lang=pt>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**. São Paulo, v. 4, n. 2, abr./jun., 2000, p. 379 - 397.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Editora UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128.

AGUIAR, Vilenia V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política & Sociedade**, vol. 15, p. 261-295, 2016. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1913287784>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

AGUIAR, Vilenia V. P.; STROPASOLAS, Vilmar L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos Clássicos. In: GIDDENS, Anthony. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp. 1999.

ALLEBRANDT, Sérgio. L. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2009, 302 p.

ALMEIDA, Tatiana da S. **Desafios institucionais e organizacionais para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar: o caso do município de Gravataí RS**. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2014.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: Editora CDS/UnB, 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

ARAÚJO, Maria. P. S. N. **Gênero e Políticas Públicas: Reflexos do PRONAF nas condições de vida de Trabalhadoras Rurais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros-MG, 2016.

ARCHER, Margareth. **Structure, agency and the internal conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ARCHER, Margaret S. (2007), **Making Our Way through the World. Human Reflexivity and Social Mobility**, Cambridge, Cambridge University Press.

ARCHER, Margaret S. (2010), “**Can reflexivity and habitus work in tandem?**”, In: Margaret S. Archer (org.), *Conversations about Reflexivity. Human Reflexivity and Social Mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.

ARCHER, Margaret S. **Habitus, reflexividade e realismo**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 157 a 206.

ATRIA, R., SILES, M., ARRIAGADA, I., ROBINSON, L. J. & WHITERFORD, S. (comps.) **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma**. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe-University of Michigan Press, 2003. Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acesso em: 25 jan. de 2021.

AZEVEDO, Vilma M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Barbacena-MG**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade de Viçosa, Minas Gerais, 2012.

ANDERSON, Fabiana da S. **Processos de empoderamento e agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais?** Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/2993/1/Tese%20Fabiana%20Andersson.pdf>. Acesso em: 17 jul. de 2020.

BALSADI, Otavio V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, jan./mar., 2001, p. 155-165. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-88392001000100017&lng=pt%20&nrm=iso&tlng=p. Acesso em: 20 nov. de 2021.

BANDEIRA, Lourdes; BITTENCOURT, Fernanda. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas brasileiras. In: SWAIN, Tânia; GONTIJO, Diva. **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 169-193.

BARBOSA, Viviane de O. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. 266 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1449.pdf>. Acesso em: 02 jun. de 2021.

BASSO, David. **Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais:** abordagens sobre o desenvolvimento rural na região noroeste do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BEBBINGTON, Anthony. **Capitals and capabilities:** a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, v. 27, n. 12, 1999, p. 2021- 2044.

BEBBINGTON, Anthony. Estrategias de vida y estrategias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza. In: **Aprender de la** experiência – El capital social en la superación de la pobreza. CEPAL, Santiago de Chile, 2005, Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2425/S055306_es.pdf. Acesso em: 10 jul. de 2006.

BELIK, W.; DOMENE, S. M. A. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo – Brasil. **Revista Agroalimentária**, São Paulo, v. 18, n. 34, p. 57, 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** um livro sobre a sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento:** território, hierarquia e lei no PCC. Tese (Doutorado) Programa de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BLANCO, Enrique Sergio. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar:** as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: Caderno Virtual de Turismo, v. 4, n. 3, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora Porto, 1994.

BONNAL, Phillipe. Referências e considerações para o estudo e a atuação dos programas de desenvolvimento territorial (Pronat e Ptc) na perspectiva da redução da pobreza em territórios rurais. In: C. Miranda, & B. Tiburcio (Orgs). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil.** (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 19). Brasília: Editora IICA, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU_Pierre_A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 30 out. de 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1992b.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.) **A miséria do mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 66-156.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Uma Teoria da Prática**: precedido de três estudos da etnologia Cabila. Oeiras: Editora Celta, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Editora Papirus, 1996.

BORSATTO, R. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BIANCHINI, V. **Transferência de tecnologia ou compartilhamento de conhecimentos?**: desvendando o papel da Embrapa no desenvolvimento rural. EMBRAPA Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1068868/transferencia-de-tecnologia-ou-compartilhamento-de-conhecimentos-desvendando-o-papel-da-embrapa-no-desenvolvimento-rural>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clío; ALMEIDA, Francesca; ALMEIDA, Joaquim. (org). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. UFSM, Rio Grande do Sul, 1996, p. 40-59.

BRUNO, R. et. al. **Perfil dos grupos produtivos de mulheres em áreas de reforma agrária situadas em territórios da cidadania**. Relatório de Pesquisa REDES/IICA-MDA-NEAD, Rio de Janeiro, 2010.

BUAINAIN, Antônio M.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014, 1182 p.

BUTTO, Andrea; DANTAS Isolda. **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf;jsessionid=0B9B4034FA3929CA67F701E9ACDB4354?sequence=1> . Acesso em: 20 nov. de 2021.

CAETANO, A. **A exterioridade da reflexividade**. Quarto Caderno, 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14239/1/A%20exterioridade%20da%20reflexividade.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

CAETANO, Ana. Para uma análise sociológica da reflexividade individual.

Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 66, 2011, p. 157-174.

CAETANO, Ana. **Vidas reflectidas**: sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros), 1964.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. XII, n. especial, mai., 2015, p. 42-69.

CAMPOS Mariana L.; BRASIL, Flávia, P.D. Movimentos de mulheres do campo e o Estado: um estudo sobre as políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher na realidade rural. **Revista Do Serviço Público**, v. 68, n. 3, 2017, p. 533-556. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2292>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

CAMPOS, Mariana L.; FLÁVIA, P.D. BRASIL. **Mulheres do campo e políticas voltadas para o enfrentamento da violência**: um estudo com o foco nas ações desenvolvidas em Minas Gerais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498963188_ARQUIVO_MarianaCampos_FlaviaBrasil-MM_FG.pdf. Acesso em: 20 nov. de 2021.

CAMILLOTO, Ana Helena Gonçalves. **Fatores condicionantes da permanência na atividade leiteira de produtores da zona da mata mineira**. Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgctld/files/2013/01/Disserta%3%a7%3%a3o-final9.pdf>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

CANTARELLI, Jonhny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, PARRY e CORDEIRO. **Agricultura familiar e Gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal do Pernambuco, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 39, n. 1, 1996, p. 13-37.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>. Acesso em: 14 nov. de 2020.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil**: uma reflexão crítica. Rio de Janeiro: Editora CPDA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editoras Mauad, Faperj, UFSCAR, cap. I, 2012.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Revista Rurais**, v. 2, n. 1, mar, 2008.

CARNEIRO, Ana Cerqueira. **O "povo" parente dos buracos**: mexida de prosa e cozinha no Cerrado Mineiro. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS / Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.

CARNEIRO, Ana Cerqueira. “Mulher é trem ruim”: a “cozinha” e o “sistema” em um povoado norte-mineiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, 2017, p. 707-73.

CAZELLA, A; BONNAL, Philippe e MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. *et al.* (Orgs.) **Agricultura**

Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2009.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable Rural Livelihoods:** practical concepts for the 21st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974.

CHOINASKI, L. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.). **Mulher e política:** gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 225-239.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CONDE, Idalina. Falar da vida (I). **Revista Sociologia - Problemas e práticas**, n. 14, 1993. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 02 jun. de 2015.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias:** construções da realidade social. São Paulo: Editora EDUSC, 2001.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; CARDONA, Milagros C. García. A Previdência Rural e a constituição de modos de ser mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. In: SOUZA, Solange Jobim e; MORAIS, Maria (org.). **Tecnologias e Modos de ser no Contemporâneo.** Editora PUC RIO: 7 letras, Rio de Janeiro, 2010.

COUTO Suelen F. M; WILVALDO Jucilaine N.; SILVA Sabrina S. **Análise dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS) dos municípios de Barbacena e Lavras, MG.** XIX ENGEMA. Dezembro de 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/374.pdf>. Acesso em: 08 ago. de 2021.

CÓCARO, Henri; CARVALHO, Carlos M.; SILVA, Roselir Ribeiro da.; JUSTINO, Heloisa Fátima de M.; *et al.* Trocando saberes nos assentamentos rurais Denis Gonçalves e Olga Benário sobre a segurança alimentar com base na agricultura ecológica. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberana e Segurança Alimentar.** Goiânia. Anais eletrônicos, Campinas, Ed. Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/papers/trocando-saberes-nos-assentamentos-rurais-denis-goncalves-e-olga-benario-sobre-a-seguranca-alimentar-com-base-na-agricul>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

CUNHA, Wellington A.; FREITAS, Alan F., SALGADO, Rafael J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 55, n. 3, 2017, p. 427-444. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

DARON, V. **Um Grito Lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

Disponível em: <https://docplayer.com.br/11376310-Um-grito-lilas-cartografia-da-violencia-as-mulheres-do-campo-e-da-floresta.html> Acesso em: 1 jun. de 2021.

DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, do CFC!CCE/UFSC, v. 12, n. 1/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

DOMINGUES, José M. **Amartya Sen, a Liberdade e o Desenvolvimento**. Do ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

DURÁN, Francisco E. **Cambios em la construcción social de lo rural; de la autarquía a la globalización**. Madrid: Editorial Tecnos, 1998.

DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?** CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, 2000.

FARIA, N. Economia feminista e a agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: Editora MDA, 2009.

FERREIRA, J. A.; CARDOSO, J. L. Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal. **Estado de São Paulo**. Informações Econômicas, SP, v. 34, n.1, jan, 2004.

FIALHO, M. A. V., & WAQUIL, P. D. O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, ano 15, jan./jun., 2008.

FISCHER, Izaura R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

FONSECA, Maria. Tereza S. da. **A Extensão rural no Brasil**. Um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FORO, Carmem H. F. As transformações nas relações de trabalho e cidadania no campo: produção, reprodução e sexualidade. In LIMA, Maria Ednalva B. de; COSTA, Ana Alice A.; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria B.; SOARES, Vera L. (orgs). **Transformando as relações de trabalho e cidadania**. Produção, reprodução e sexualidade. São Paulo/CUT/BR, 2007, p. 175-182.

FRAGA, Marcelo L.; HAND, Martha M. A.; ALVES, Luciano O. **O desenvolvimento como expansão de capacidades, segundo a abordagem de Amartya Sen**: A percepção dos agricultores quanto a contribuição de políticas públicas para a agricultura familiar do município de Viana-ES. 31º Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/31enangrad/trabalho/162358>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social, Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Instituto de Política, Milenium, 2001.

GARCIA, Afrânio R. Jr. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Afrânio R. Jr. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCTCNPq, 1990.

GARCIA, Ronaldo C. **O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003**: uma tentativa de avaliação. Brasília, IPEA, 2003b, 46p.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: Editora LTC, 2003.

GRISA, C.; *et al.* Contribuições do programa de aquisição de alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, set. 2011, p. 34-41. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/contribuicoes-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-a-criacao-de-mercados-para-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 2 dez. de 2022.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista Economia de Sociologia Rural 52**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDSndRqMPtmf/abstract/?lang=pt>. Acesso em 2 de dezembro de 2021.

GODOI, Marilda A., MARIN, Rosa A., MENEZES, Marilda A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2**: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: https://ppgaa.proresp.ufpa.br/pdfs/textos/UNESP_%20NEAD%202009%20Diversidade%20do%20Campesinato%20II.pdf. Acesso em: 14 dez. de 2021.

GOHN, M. da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GOMES, Rita de C. M, NOGUEIRA, C.e TONELI, Maria J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Revista Psicologia & Sociedade** [online]. 2016, v. 28, n. 1, p. 115-124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pqP4MDkBx4VLR5Lqf5DLHys/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov. de 2021.

GONÇALVES, Carlos W. P. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, Carlos W. P. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GONÇALVES, Rodrigo C. **Imagens Rurais: uma análise da extensão rural em Minas Gerais através das fotografias da revista EMATER-MG**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: junho, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4161/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 ago. de 2021.

GOUVEIA, Taciana. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. In: **Observatório da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Ibase Relatório, 2003.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 45, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/HQCrZnGyMHfPZ6NSpGw5Xhk/?lang=pt#>. Acesso em: 2 dez. de 2022.

GUEDES, André D. **O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás**. 2. ed. São Paulo: Editora Garamond, 2013, 455 p.

HEREDIA, Betriz Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria A. de; CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Afrânio. **Trabalho familiar e campesinato**. América Latina. Rio de Janeiro: Editora CLAPCS, v. 14, n. 1, 1971.

HERNÁNDEZ, Carmen. **Política de Crédito Rural com perspectiva de Gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese (Doutorado) do programa de Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Retratando a realidade do Brasil agrário**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 06 abr. de 2021.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Revista Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, 2012, p. 25- 44.

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KAGEYAMA, Angela *et al.* Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista Economia Aplicada**, v. 2, n. 3, 1996, p. 515-551.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, IEA, v. 48, n. 2, 2001, p. 57-69.

KAGEYAMA, Angela *et al.* **O homem plural – Os determinantes da ação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: Sergio Schneider. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, 2015, p. 1393- 1404.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural – Os determinantes da ação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LALANDA, Piedade. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. *Análise Social*, v. XXXIII (148), n. 4, 1998, p. 871-883. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>. Acesso em: -2 abr. de 2017.

LAUBSTEIN, Fernanda C. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, ano 5, n. 8, ago, 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1277>. Acesso em: 20 fev. de 2017.

LEÓN, Magdalena de (2001). **El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género**. *La Ventana*, n. 13, p. 94-106.

LOURENZO, Graciano C. KÜHL, Marcos R. **Cresol em Minas: Uma análise do impacto junto ao quadro social e a evolução das cooperativas**. 2016, UNICENTRO. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituio.org.br/upload/pesquisa/205.pdf>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

LOZANO, Marie-Anne S. P. e L. **Ferramentas de gestão e de apoio à tomada de decisão das unidades de agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado) do programa de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

LOZANO, Marie-Anne S. P. e L. **Políticas Públicas e Mulheres Trabalhadoras Rurais Brasileiras**. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191682/PICH0193-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. de 2021.

MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. Disponível em:

https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2018/04/MalufR-FlexorG-Quest%C3%B5es-agr%C3%A1rias-e-agr%C3%ADcolas_colet%C3%A2nea.pdf. Acesso em: 12 nov. de 2021.

MACHADO, Rogério C. **A função social do Curso Técnico em Agropecuária e a escolarização de filhos de agricultores familiares**. Tese (Doutorado) do Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/684/1/ROGERIO%20CARNEIRO%20MACHADO.pdf>. Acesso em: 10 nov. de 2021

MARCELIN, Louis H. **A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano**. *Mana*, vol. 5, n. 2, 1999, p. 31-60.

MARTINS, José de S. **O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. *Estuda*, v. 15 n. 43. São Paulo, set./dez., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GzxyymmStTdtPxScJPQFJPKH/?lang=pt> . Acesso em: 20 nov. de 2021.

MARTELETO, Regina M.; OLIVEIRA, Antonio B. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/tTzcLwn7BnJGcD3Bjgcbdsp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

MARINHO, C. A. Marco. Trajetórias de vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**. v. 13, n. 17, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15710>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica**. MDA, Brasília, 2006. MDA - Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006a.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. V. II. São Paulo: Editora Edusp, 1974.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável**. MDA/CONDRAF, 2006b. Disponível em: Http://www.condraf.org.br/biblioteca/documentos_do_condraf/Diretrizes.pdf.pdf. Acesso em: 07 out. de 2006.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão. In: LOPES, Adriana; ZARZAR, Andréa Butto (org). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil**. Brasília: Editora MDA, 2008.

MELO, Hildete; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais - invisíveis e mal remuneradas. In: MDA-PPIGRE. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Editora MDA-NEAD, 2006, p. 47-87.

MIELITZ, Carlos. Dez Anos de PAA e a Constituição de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. In: **PAA 10 Anos de Aquisição de Alimentos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, p. 59-73, Brasília, 2013.

MILANO, S. M. *et al.* **Perfil das mulheres no Assentamento Santa Lúcia**. Bonito, MS: [s.n.], 2005.

MOREIRA, Roberto. Projeto de Pesquisa: **Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_pesquisa/46_ARQ.pdf . Acesso em: 20 fev. de 2017.

MOURA, J. T. V. de. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado? **Revista Organizações rurais & Agroindustriais**. Lavras, v. 9, n. 2, 2007, p. 241-255.

NARDINI, M. **A face espúria de um grão dourado**: impactos socioambientais da expansão da soja em Jaguarão, RS. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Territorial e sistemas Agroindustriais). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. M. (org). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 02 jun. de 2021.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n. 61, 2008, p. 11-35.

OLIVEIRA, Elias R. **Ações educativas do SENAR em Minas Gerais**: a experiência dos egressos de cursos de capacitação. Lavras: UFLA, 2005. Leia mais em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2973/1/TESE_A%C3%A7%C3%B5es%20educativas%20do%20SENAR%20em%20Minas%20Gerais.pdf. Acesso em: 31 ago. de 2021.

OLIVEIRA, Nuno. Entre Cila e Caríbdis, O realismo social de Margaret Archer. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 65, 2011, p. 119-139. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/161>. Acesso em: 9 nov. de 2021.

PASTORIO, I. T.; ROESLER, M. R. V. B.; PLEIN, C. O protagonismo das trabalhadoras rurais no acesso ao direito a terra, permanência e modo de produção coletiva. **Serviço Social em Revista**, v. 21, 2019, p. 111-131. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34126>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

PAULILO, Maria I. S.; RODRIGUES, Jose A. R. **Trabalho da mulher no meio rural**. Piracicaba: Universidade de São Paulo, 1976.

PAULILO, Maria I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28. SBPC, Rio de Janeiro, 1987, p. 64-70.

PEREIRA, Viviane; BRITO, Tayrine; PEREIRA, Samanta. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017, p. 67-78. Disponível em: <https://rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383>. Acesso em: 20 nov. de 2021

PINTO, José Madureira, “Sociologia e sociedade: reflexividade e acção”, em Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), **Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção**, Porto, Edições Afrontamento, p. 195-206, 2008.

PIRES, Maria Luiza L. e S. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife: Bagaço, 2003.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativa: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et. al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3 ed., 2012.

PNDR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1040?show=full>. Acesso em: 2 dez. de 2020.

PRA, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: ED. Universidade UFRGS Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001, p. 173-208.

PRONATER - **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

QUIJANO, M. A. F. Cambios en las relaciones de género en los territorios rurales: aportes teóricos para su análisis y algunas hipótesis. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, 2008, p. 71-91.

REAF/SN Brasileira. **Análise da seção nacional brasileira sobre a situação atual do acesso das mulheres à terra**: apresentação dos países membros da MATRIZ sobre o MARCO LEGAL referente ao Acesso à terra para as mulheres. Brasília, 2008.

RODRIGUES, Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 57, n. 1, 2019, p. 29-48.

RODY, Thalita; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1443413/>. Acesso em: 01 nov. de 2021.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

RÜCKERT, A. A. **As transformações da agropecuária e a produção do espaço de um município rural no centro do espaço rio-grandense: o caso de Joia-RS.** Rio Claro: Unesp, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e discriminação.** In: Anais da ABEP, 1979.

SALES, Celecina M.V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?lang=pt> . Acesso em: 20 nov. de 2021.

SALVARO, Giovana I. J.; ESTEVAM, Dimas de O.; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Revista Psicol. Ciênc. Prof.**, v. 34, n. 2, 2014, p. 390-405.

SAMBUICHIL, R.; HELENA R.; ALMEIDA A. F. C.; PERIN, G; MOURA, I. F. M., ALVES P. S. **Execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios brasileiros.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10296/1/td_2606.pdf. Acesso em: 20 nov. de 2022.

SANTANA, L. S. L.; LIMA, F. A. X. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. **Revista De Extensão E Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, 2018, p. 311-336. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3352>. Acesso em 12 nov. de 2021.

SANTOS, Graciete. **As relações de gênero na agricultura familiar.** In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; COSTA, Ana Alice Alcântara; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia;

SOARES, Vera Lúcia (Orgs). **Transformando as relações de trabalho e cidadania.** Produção, reprodução e sexualidade. São Paulo/CUT/BR, 2007, p. 167-174.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez., 2003, p. 412-442.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: A pluriatividade na agricultura familiar [online]. **Revista Estudos Rurais Series.** 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 21-72. DOI: 10.7476/9788538603894. E ePUB. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P.E [Org]; *et al.* **No Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, B. C. Carolina. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 183-207. Disponível em: https://www.academia.edu/22589246/G%C3%AAnero_Trabalho_Rural_e_Pluriatividade. Acesso em: 20 fev. de 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, jul./set., 2010, p. 511-531.

SCHNEIDER, Sérgio; FREITAS, Tanise D. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. **Revista Olhares Sociais**, v. 02, n. 01, jan./jun., 2013, p. 121-142.

SCHOUTEN, M. J. **Uma sociologia do Gênero**. Portugal: Edições Húmus, 2011.

SCHÜTTZ, G. D. Liberdades políticas e necessidades econômicas em Amartya Sen. **Revista Ideias**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, 2012, p. 210–241. DOI: 10.20396/ideias.v3i1.8649370.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649370>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, 1999, p. 5-22.

SCOTT, Parry (coord). Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. In: CORDEIRO, Rosineide e SCOTT, Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, 2007, p. 425-436.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: NEAD/Editora Universitária da UFPE, 2007.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, abril, 1993, p. 313-334.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. Tradução: Laura Teixeira M. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia de Bolso, 2010.

SEN, Amartya. **A ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SENRA, Lúcia; LEÓN, Irene. Las mujeres Gestoras de la Soberanía Alimentaria. In: **Las mujeres alimentan al mundo**. Soberania alimentaria em defesa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2009.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As Mulheres Rurais e a Diversidade de Produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: **PAA 10 Anos de Aquisição de Alimentos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013, p. 114-151.

SILVA, José Graziano da Silva; GROSSI, Mauro Eduardo del. **O Novo Rural brasileiro**. Porto Alegre: Editora IE/Unicamp, 1996. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 11 fev. de 2017.

SILVA, Maria A. Moraes. Trabalhadores e trabalhadoras rurais: a condição humana negada. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7 n. 3, jul./set., 1993, p. 116-124. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/285>. Acesso em: 11 fev. de 2017.

SILVA, O. S. F. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista FACED**, n. 14, p. 39-53, 2008.

SILVA, G.; COCCO, G. **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

SILVA, Berenice Gomes. **Movimentos sociais do campo e o protagonismo das mulheres rurais**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisdocampoeprotagonismodasmulheresrurais.pdf>. Acesso em: 11 fev. de 2017.

SILVA; HESPANHOL. **As estratégias de reprodução social dos agricultores**

familiares das comunidades rurais do município de Catalão. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 29, p. 402-430, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/20304/19573>. Acesso em: 12 nov. de 2021.

SIQUEIRA, Deise; OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Barcelona, 1999.

SOUZA, C. B. DE; Políticas públicas e participação feminina: a experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez., 2008, p. 251-261.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos. **Terceirização Industrial no meio rural: racionalidades familiares e empresariais.** Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 10 n. 19, novembro de 2002, p. 139-163.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia.** Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Economia e Política, 1994.

TROIAN, A., & BREITENBACH, R. Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 19 n. 4, 2018b, p. 789-802. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789. Acesso em: 20 fev. de 2021.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Revista Sociologias**, n. 10, Porto Alegre, 2003, p. 412-442.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico.** B. Horizonte: Ed. UFMG, S. Paulo: Humanitas e Rio: IUPERJ/UCAM, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (Orgs.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana.** Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2016.

VAZ, de Moura, Joana T. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado? **Rev. Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 9, n. 2, 2007, p. 241-255.

VEIGA, José E. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18 n. 51, 2004, p. 51-67.

VEIGA, José. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: **Individualismo e cultura.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Revista Educação & Linguagem**, São Paulo, Ano 10, n. 16, 2007, p. 63-71.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Agricultura e meio rural**: que ‘ruralidade’ para o Brasil moderno. Campinas, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **¿Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001, p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2001, p. 21-55.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Um saber necessário**. Os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth B.; FAVARETO, Arilson. Estado da Arte no Brasil. **A singularidade do Rural Brasileiro**: Implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, Brasília, 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Prefácio In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para Além da Produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. MAUAD, Rio de Janeiro, 2003, p. 9-16.

WAUTIER, Anne Marie. Do ator ao sujeito: ainda existe um lugar para uma ação coletiva pelo trabalho? **Revista Contexto & Amp; Educação**, v. 16, n. 63, 2001, p. 35–56.

Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1198>. Acesso em: 12 dez de 2021.

WHITTINGTON, Richard. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. **Revista RAE**, v. 44, n. 4, 2004, p. 44-53.

WHITTINGTON, Richard. **O que é estratégia**. São Paulo: Pioneira, 2002a.

WHITTINGTON, Richard. Strategy as practice. **Revista Long Range Planning**, v. 29, n. 5, 1996. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024630196000684>. Acesso em: 12 abr. de 2020.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e o simbólico da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiro, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. Brasília: Editora Hucitec/UnB, 1994.

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: **Série Antropológica**. Brasília: Editora UnB, 2001.

ANEXO 1 – LISTA DE ENTREVISTADOS

Mulheres pesquisadas	Orquídea
	Violeta
	Margarida
	Bromélia
	Cristina

Profissionais da EMATER	Ipê Amarelo
	Sucupira
	Avenca
	Junípero
	Cedro
Profissional da EMBRAPA	Aroeira
Profissional do SENAR	Erva Doce
Secretário Municipal	Eucalipto
Vice-presidente Leiteira	Associação José Evangelista
Diretor de Escola Estadual	Pinheiro
Filha de Violeta	Samambaia

ANEXO 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA DE DOUTORADO

Prezada (o) _

Por meio desta apresentamos a acadêmica **ANA PAULA EVANGELISTA DE ALMEIDA (MATRÍCULA-103090073)**, CPF 079.860.996-66 do último semestre do Curso

de Doutorado em Ciências Sociais da UFJF, devidamente matriculada nesta instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada **ECOS DO SABER-FAZER: REFLEXIVIDADE E ESTRATÉGIAS NO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E NO EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS NA ZONA DA MATA MINEIRA.**

Vimos através desta solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição/propriedade. Os procedimentos de coleta de dados envolvem o método de pesquisa de campo, com visitas a propriedade, bem como realização de entrevista semiestruturadas, a fim de verificar que estratégias o conjunto de mulheres pesquisadas adotou para dinamização da economia familiar no meio rural. No que se refere aqueles que compõem funções públicas que reverberam na vida das mulheres pesquisadas, a coleta de dados consiste em entrevistas semiestruturadas. E em tempos pandêmicos, se necessário, estas poderão ser realizadas via aplicativos como Google Meet e WhatsApp, mediante seu consentimento e autorização das informações prestadas.

Busca-se, por meio destas entrevistas, visualizar o conjunto de capacidades, oportunidades e relações sociais vivenciadas por estas mulheres e que são capazes de gerar autonomia, empoderamento e mais liberdade no acesso a recursos e políticas públicas para a população rural, especialmente as famílias da agricultura familiar e das pequenas propriedades rurais, da região da zona da mata mineira.

Pesquisas e estudos como esta tese possibilita trazer discussões sobre o universo agrário e dar visibilidade, ainda que a nível regional, sobre quais são os caminhos para se compreender o cotidiano rural brasileiro. Cabe dizer por fim, que estas questões não se esgotam, e vários dos assuntos elencados ao longo dos capítulos deste estudo, como a questão envolvendo o desenvolvimento rural brasileiro, pode oportunizar a outros pesquisadores, agentes do setor público e privado, envolto com a temática das mulheres e famílias rurais, esmiuçar e se debruçar melhor sobre os nuances que permeiam a realidade campestre.

Solicitando ainda, autorização de uso de imagens e de falas, a fim de melhor situar ao leitor exemplos das análises realizadas pela pesquisadora. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade dos profissionais, das mulheres rurais e demais atores entrevistados para dar corpo empírico para a pesquisa da tese, **por isto os nomes das mulheres rurais serão substituídos por nomes de flores, e dos demais entrevistados por nomes de árvores, bem como a localização da propriedade também será resguardado.**

Com exceção de uma das entrevistadas que solicitou que preservássemos seu nome verdadeiro, no caso:

Ainda almejamos informar que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento da pesquisadora e acadêmica Ana Paula Evangelista de Almeida em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa, disponibilizando o trabalho final para apreciação e leitura. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, juntamente a biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como em revistas científicas, e demais eventos acadêmicos, preservando sigilo e ética.

Informa-se ainda que o pesquisado pode se retirar desse (a) estudo / pesquisa / a qualquer momento, sem prejuízo para seu acompanhamento ou sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição no departamento de Ciências Sociais da UFJF.

Juiz de Fora, _____ de fevereiro de 2022.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva (felipe.maia@ufjf.edu.br)

Acadêmica: Ana Paula Evangelista de Almeida (evangelistaalm@yahoo.com.br)

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFJF: Prof. Dr. João Assis Dulci

ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulada **ECOS DO SABER-FAZER: REFLEXIVIDADE E ESTRATÉGIAS NO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E NO EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS NA ZONA DA**

MATA MINEIRA desenvolvida pela acadêmica da pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, matrícula **103090073**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [orientada] por Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail: felipe.maia@ufjf.edu.br

Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é propiciar discussões sociológicas sobre a atuação da mulher como integrante fundamental no processo socioprodutivo da agricultura familiar e da pecuária leiteira da região da Zona da Mata-MG. Além do mais, ao longo deste estudo, busca-se investigar as relações estabelecidas entre o Estado com a população rural, analisando a implementação de políticas públicas que atingem diretamente estas mulheres, como o PNAE e o PRONAF, logo os depoimentos de profissionais extensionistas rurais, como da EMATER e da EMBRAPA, e outros agentes públicos, da região pesquisada, possibilitará melhores esclarecimentos acerca de como estas políticas funcionam na prática e são capazes de fomentar o desenvolvimento rural.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas semiestruturadas, que poderão ser gravadas, a partir da assinatura desta autorização, além da autorização para uso de imagens, no decorrer da produção do texto da tese, envolvendo as atividades agrícolas, sociais e econômicas visualizadas ao longo da pesquisa de campo. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, e os resultados alcançados poderão ser publicados em periódicos e eventos acadêmicos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Juiz de Fora, ____ de _____, de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) testemunha(o): _____

Assinatura da pesquisadora (o): _____

Assinatura do orientador: _____